

JOSELAINÉ CORDEIRO PEREIRA

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA:
MÚLTIPLAS DIMENSÕES DE UM CAMPO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008**

JOSELAINÉ CORDEIRO PEREIRA

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA:
MÚLTIPLAS DIMENSÕES DE UM CAMPO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada em: 22 de fevereiro de 2008

**Prof. Milton Ramon Pires de Oliveira
(Co-Orientador)**

**Prof. Dileno Dustan Lucas de Souza
(Co-Orientador)**

Prof. Neide Maria de Almeida Pinto

Prof^a. Diva Chaves Sarmento

**Prof. Maria de Lourdes Mattos Barreto
(Orientadora)**

“Há momentos de mergulhar e ver de dentro, há momentos de emergir e buscar os horizontes.” - Paulo Freire

Dedico a todos que acreditaram e respeitaram os momentos de vôos e mergulhos necessários à concretização deste trabalho, sobretudo aos que têm me ensinado a buscar os horizontes.

AGRADECIMENTOS

Foi com a colaboração de inúmeras pessoas que este trabalho pode ser concretizado. O profundo e sincero reconhecimento é dirigido

- às educadoras das Creches Comunitárias de Juiz de Fora que com suas memórias e experiências, iniciaram-me na história da Educação Infantil em Juiz de Fora;

- aos professores-pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Viçosa que têm contribuído no debate sobre a Educação Infantil e que seduziram-me nas veredas deste campo de estudo;

- aos funcionários dos órgãos públicos que muito gentilmente abriram os arquivos públicos para a realização desta pesquisa. Agradeço de modo especial aos profissionais do Arquivo Histórico, da Divisão de Comunicação e da seção de Memória da Biblioteca Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora; e do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora;

- aos orientadores deste trabalho professora Maria de Lourdes Mattos Barreto, professor Milton Ramon Pires de Oliveira e professor Dileno Dustan Lucas de Souza pelas contribuições ao longo do estudo;

- às professoras Diva Chaves Sarmento da Universidade Federal de Juiz de Fora e professora Neide Maria de Almeida Pinto da Universidade Federal de Viçosa pela disponibilidade, interlocução e discussão oportuna realizadas no momento de avaliação do texto final;

- à professora Rita Márcia Andrade Vaz de Melo da Universidade Federal de Viçosa pela preciosa serenidade e atenção dedicada, especialmente no momento do Seminário de Tese;

- aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica pelas parcerias firmadas em diferentes momentos de convivência nas salas e corredores do departamento;

- a Alesandra Maia Lima, companheira no campo de estudo e nas produções científicas, pela interlocução adensada na fase de coleta e análise das informações;

- a Amauri, Alynne, Ana, Ale, Janine, Juninho, Márcia, Marcos, Marcinho, Meire, Marcelo, Michele, Poliana, Robson, Rogério, Reijane, Rafinha, Rê, Tadeu, Wallison, Veredetes das cidades de Bicas, Mar de Espanha e Argirita. Todos me contemplaram

com olhares e energias, fazendo-me compreender que muito mais é dito e vivido pelos gestos de confiança e desafios contínuos. Vocês me permitiram desejar a mudança profunda, mas também mostraram que a mesma começa por mim;

- aos meus familiares Lúcia, Francisco, Wesley, Blaitine, Francislaine e Bryan pela compreensão e incentivos constantes;

- ao Colégio Técnico Universitário, em especial à Direção de Ensino e Coordenação Pedagógica que me apoiaram nos momentos finais deste trabalho, liberando-me para a realização dos procedimentos de avaliação e eventos científicos;

- à Universidade Federal de Viçosa, bem como ao Departamento de Economia Doméstica e Departamento de Educação por terem sido co-responsáveis pela minha formação;

- à CAPES, pela concessão de bolsa indispensável ao cumprimento dos objetivos desta pesquisa.

O agradecimento especial a Milton Ramon Pires de Oliveira, professor co-orientador deste trabalho que se fez amigo, por seu apoio, disponibilidade e cumplicidade constante ante as descobertas e angústias vividas neste processo. Este agradecimento também se estende à Angela Maria Garcia pela acolhida carinhosa.

BIOGRAFIA

JOSELAINÉ CORDEIRO PEREIRA, natural de Juiz de Fora, Minas Gerais teve a trajetória escolar marcada pela incursão na escola pública. Completou, no ano de 1992, o Ensino Fundamental na Escola Estadual Batista de Oliveira e, nesta mesma escola, concluiu no ano de 1995 o Ensino Médio, com habilitação em Magistério. Em 1997 ingressou no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Na Universidade dividia a sala de aula com as tarefas administrativas que desenvolvia junto às coordenações dos cursos de especialização em Alfabetização e Linguagem e de Arte Educação Infantil, além de ter realizado monitoria e projeto de extensão universitária junto ao Departamento de Psicologia Educacional e Orientação. Especializou-se em Educação Infantil pela UFJF no ano de 2003 e, no mesmo ano, ingressou como tutora no Curso de Formação Superior de Professores – Projeto Veredas. Em 2004 atuou como docente no curso Programa Emergencial de Habilitação em nível médio, modalidade normal, do Professor de Educação Infantil em exercício, orientando a prática pedagógica de ensino e o registro do portfólio e memorial. Em março de 2005, iniciou o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa – UFV, MG. Em abril de 2007 foi aprovada no concurso público para professor substituto do Colégio Técnico Universitário – CTU-UFJF, atuando no Serviço de Orientação Educacional até a presente data. No mesmo ano, também foi aprovada no concurso público da Prefeitura de Juiz de Fora para o cargo de Coordenadora Pedagógica, sendo nomeada no primeiro semestre letivo de 2008.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	12
PARTE I	
ITINERÁRIOS DE (DES)CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	16
1 – Fundamentos Metodológicos	18
2 – (Des)contruindo atos e objetivando as rupturas	24
2.1 – Incursão no campo de pesquisa	32
2.2 – Análise Documental	33
2.3 – O jornal como fonte documental	34
2.4 – Breve caracterização dos jornais	36
2.5 – O uso dos Documentos oficiais e técnicos	39
2.6 – O método de análise dos dados	39
2.7 – Procedimentos de organização, análise e interpretação das informações	40
PARTE II	
EDUCAÇÃO INFANTIL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA LITERATURA BRASILEIRA	44
3 – Atendimento Institucional da Infância: nuances do percurso históricos e acepções da atualidade	47
3.1 – Fundamentos para a compreensão da constituição social da infância	47
3.2 – A constituição social da infância no Brasil	51
3.2.1 – O embate entre o providencial e o científico na constituição da assistência privada	53
3.2.2 – Convergências do controle social a partir da assistência pública	61
3.2.3 – A assistência pública compensatória	71
3.2.4 – Meandros da assistência pública comunitária	82

4 – Um Olhar sobre Movimentos Sociais	89
4.1 – Movimentos sociais e educação	93

PARTE III

EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DE UMA CAMPO EM CONSTITUIÇÃO 100

5 – Processos Históricos e Políticos	102
6 – O Atendimento à Infância Juizforana: mudanças entre a assistência e a educação	118
6.1 – Entidades assistenciais	119
6.2 – Poder público	135
6.3 – Movimentos sociais	175
6.4 – Organismos internacionais	194
6.5 – Instituições particulares	198
7 – Multidimensionalidade da Educação Infantil Juizforana	200
7.1 – Multiplicidade Temática	200
7.2 – Tentativa de disposição do campo	201
7.3 – A segmentação do campo	203
7.4 – Educação Infantil como campo de forças	216
7.5 – Objeto de disputa	222
7.6 – Polarização organizacional entre assistência e educação	223
7.7 – Movimentos sociais no campo da Educação Infantil	229
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 233
 BIBLIOGRAFIA	 242

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 01	· Diagnóstico do atendimento à infância – 1983	82
Quadro 02	· Histórico do atendimento à infância no Brasil, por agentes sociais matrizes discursivas, base argumentativa, visão de criança, interesse e disputa	88
Quadro 03	· Lista de entidades com projetos aprovados pelo CEAPS – 1979	148
Quadro 04	· Lista de Projetos desenvolvidos pelo CEAPS referentes ao atendimento à infância, por entidades parceiras – 1979	149
Quadro 05	· Serviços de Creches em Juiz de Fora, por localização - 1983	167
Quadro 06	· Lista Creches Comunitárias, por localização e ano de criação	175
Quadro 07	· Entidades Assistenciais: objetivo e papel	206
Quadro 08	· Poder Público: objetivo e papel	209
Quadro 09	· Movimentos Sociais: objetivo e papel	212
Quadro 10	· Organismos Internacionais: objetivo e papel	213
Quadro 11	· Iniciativa privada: objetivo e papel	214
Quadro 12	· Família: objetivo e papel	215
Quadro 13	· Empresariado Local: objetivo e papel	216

FIGURAS

Figura 01	· Organograma Administrativo da AMAC – 1985	171
Figura 02	· Estrutura Organizacional da Prefeitura de Juiz de Fora	172
Figura 03	· O campo da Educação Infantil em Juiz de Fora	220
Figura 04	· Confluência de campos sociais na constituição da Educação Infantil em Juiz de Fora	221

GRÁFICOS

Gráfico 01	Reivindicações populares, por administração municipal (PDS – PMDB) veiculadas no Unibairros	180
Gráfico 02	Reivindicações populares em prol da infância, por administração municipal (PDS – PMDB) veiculadas no Unibairros	181

RESUMO

PEREIRA, Joselaine Cordeiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2008. **Educação Infantil no município de Juiz de Fora: múltiplas dimensões de um campo social.** Orientador: Maria de Lourdes Mattos Barreto. Co-orientadores: Milton Ramon Pires de Oliveira e Dilenio Dustan Lucas de Souza.

A pesquisa apresentada nessa dissertação elaborou uma análise acerca da constituição do campo do atendimento à infância especificamente no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. A partir de processos históricos e políticos, procurou mapear o atendimento oferecido no período de 1978 – 1988, com vistas a identificar os agentes sociais desse campo, com especial atenção aos movimentos sociais. A partir da opção pela pesquisa de cunho qualitativo com perfil exploratório, analisou os dados constantes na base de dado documental constituída por documentos oficiais e técnicos, bem como por periódicos de circulação regional diária – Diário Mercantil, Tribuna de Minas e Tribuna da Tarde – além do jornal Uni-bairros produzido pelo movimento social de mesmo nome. O estudo revelou uma variedade de agentes sociais das quais os grupamentos identificados foram: poder público em suas três esferas – municipal, estadual e federal; as entidades assistenciais ligadas, em sua maioria, à confissões religiosas, mormente a Católica; movimentos sociais; organismos internacionais e, instituições privadas. Possuindo interesses dos mais diversos, os agentes sociais assumiram matrizes que cambiavam entre assistência e educação da infância revelando a multidimensionalidade do atendimento, bem como a própria particularidade daquela categoria geracional. O embate categórico existente entre o cuidar e o educar, contribuiu para polarizar creche e pré-escola cindindo sua função social – uma substituir o lar outra preparar para 1ª série. Por prioridade política e econômica, definiu-se o atendimento de demanda, cujo atendimento em creches voltou-se, preferencialmente às crianças de zero a três anos e em pré-escolas, às crianças de quatro a seis anos. As conclusões permitiram perceber também, o envolvimento diferenciado dos vários órgãos e entidades que atendiam à infância: as creches ficaram sob égide da Associação Municipal de Apoio Comunitário, ligada diretamente aos órgãos da assistência e promoção social, ao passo que as unidades de pré-escolas ficaram sob responsabilidade dos setores educacionais do município – quadro que ainda persiste nos dias atuais – estando em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A disputa pela competência do atendimento gerada pelo embate entre o assistencial e o educacional permitiu apreender a multidimensionalidade na qual a Educação Infantil juizforana vem se constituindo.

ABSTRACT

PEREIRA, Joselaine Cordeiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February of 2008. **Infantile Education in the city of Juiz de Fora: multiple dimensions of a social fiel.** Adviser: Maria de Lourdes Mattos Barreto. Co-Advisers: Milton Ramon Pires de Oliveira and Dileno Dustan Lucas de Souza.

The research introduced in this dissertation produced an analysis about the formation of the area of assistance for children specifically in Juiz de Fora city, Minas Gerais. For this, from the historical and political processes occurring in the period 1978 - 1988, sought demonstrate the care offered in that period, to identify the social agents in this area, with special attention to social movements. From the option for the research of qualitative character with a exploratory profile, analyzed data constant on the database documentary, formed by technical and official documents as well as periodic of daily regional circulation – Diário Mercantil, Tribuna de Minas and Tribuna da Tarde – beyond Unibairros newspaper, produced by the social movement of the same name. The study revealed a variety of social agents and, between them identified some groups: public power in its three scopes - local, state and federal; the assistance entities, mostly of them linked to religious organizations, especially the Catholic, social movements, international organizations and private institutions. With the most varied interests, the social agents assumed matrices that exchanged between care and children's education, revealing the multidimensionality of attendance, as well as the own generational particularity that category. The categorical clash between to care and education contributed to polarize day nursery and pre-school, consolidating its social function – one replacing the home and other, preparing for the first series, and, by political and economic priority defined the attendance of demand - preferably children of zero to three years, and the other directed to the children of four to six years; its pointed the involvement of several different agencies and entities that served to childhood, and the nurseries were under support of the Associação Municipal de Apoio Comunitário, linked directly to the organs of assistance and social promotion, while the units of pre-schools were under the responsibility of the educational sectors of the municipality - the framework that still exists today and is at odds with the Law on Basic Education and Guidelines. The dispute by the competence of care generated from the contention between the assistance and the education allowed learn about the many dimensions in which Child's Education in this city have been constituted.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, direito da criança e etapa inicial, não obrigatória, do nível básico do Ensino Nacional, reveste-se de um conjunto de elementos estratégicos relacionados à construção de direito e de cidadania tanto para a criança quanto para a família brasileira e foi basicamente demarcada pelas formas de atendimento ao longo da história da infância no Brasil, sendo pautada pelos pressupostos da caridade, da filantropia, da assistência pública, da compensação de carências e do direito social.

Do recolhimento na Roda dos Expostos¹ como forma de benesse e tutela religiosa ao direito de atendimento gratuito em creches e pré-escolas, com vistas ao desenvolvimento integral até seis anos de idade, o atendimento à infância foi marcado por diferentes formas de docelização e ajustamento social da criança sobre os quais competiram diferentes agentes sociais.

Num conjunto bastante resumido inscreveram-se: as confissões religiosas com ações caritativas providenciais à salvação dos desafortunados e os médicos sanitaristas com a profilaxia filantrópica aos potenciais desajustes sociais. A assistência pública estatal inseriu-se no debate com o projeto desenvolvimentista do governo. Posteriormente, a agência de fomento e orientações internacionais, a partir de incentivos às políticas de expansão de baixo custo, apontando para a necessária, porém incipiente participação social, demarcou ações com vistas à compensação das carências para o sucesso escolar futuro e, a mobilização social que, por meio dos movimentos sociais, suplantou o debate em torno dos direitos e contribuiu para inscrever as questões ligadas à infância no texto da Carta Constitucional de 1988.

A Educação Infantil no Brasil é aqui entendida, consoante Rosemberg (2002), como um sub-setor das políticas educacionais e também de assistência ao trabalhador, integradas, portanto, às políticas sociais. Por esta via, reconhece-se a multidimensionalidade presente nas concepções que constituem o atendimento à infância nos quais inscreveram-se os âmbitos da assistência e educação, sendo estes âmbitos considerados elementos fundantes, eminentemente históricos, responsáveis pela vinculação de diferentes agentes sociais, programas, órgãos do governo e práticas para a abordagem à criança de zero a seis anos.

¹ Dispositivo cilíndrico de madeira mantidos pelas Casas de Misericórdia – também conhecidas como Casas dos Expostos – e cujos bebês abandonados eram colocados, garantindo o anonimato de quem ali os deixassem (Ver: KUHLMANN JR, 2005. p. 68).

As múltiplas dimensões constituídas refletem um campo de relações complexas, permeado pelo jogo de forças no qual competiram diferentes agentes sociais, sujeitos sócio-políticos que, considerados pela forma de conceber e fazer suas ações, ocuparam diferentes lugares no campo social na busca de consensos e legitimidade de seus projetos. Por tanto, considera-se que as investigações em torno da temática do atendimento à infância demandam interpretá-la como um denso campo de disputa. Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar a constituição do campo do atendimento à infância, especificamente no município de Juiz de Fora – Minas Gerais, a partir dos processos históricos e políticos inscritos no período de 1978 a 1988, mapeando o atendimento à infância, buscando caracterizar os agentes sociais desse campo e focando especial atenção aos movimentos sociais.

Para atender tal objetivo, formulou-se a seguinte questão de estudo: *quais eram os agentes sociais inscritos no campo do atendimento à infância em Juiz de Fora – MG, que relações estabeleciam e que interesses representavam?*

Os processos históricos e políticos, embora aparentemente secundarizados nesta investigação, contribuíram no equacionamento das relações estabelecidas pelos agentes sociais e seus interesses e fizeram-se de fundamental importância à reconstrução do objeto de pesquisa dentro do campo de forças no qual o mesmo se constituiu, situando-o na própria existência, em suas permanências e em suas rupturas.

No aprofundamento investigativo, considerou-se que a constituição histórica do campo do atendimento à infância em Juiz de Fora é objeto pouco explorado nas pesquisas acadêmicas, o que justificou a adoção da perspectiva qualitativa e o delineamento do seu perfil como sendo de cunho exploratório.

A pesquisa qualitativa é entendida sob o enlance interpretativo, peculiar a esta vertente de investigação e adequada ao estudo. O objetivo extrapolava a construção de verdades totalizantes e temporalmente cartesianas. Buscou-se ultrapassar as etapas rígidas da pesquisa científica, configurando a mesma como *teoria em atos*: criadora do conhecimento sobre a realidade e sob a qual almejou-se ter permanente vigilância para evitar as instigantes generalizações, a partir da tríade analítica que congregou o objeto, o pesquisador e a teoria. Quanto à última, foram eleitos como companheiros de viagem Pierre Bourdieu (1983, 2000), Livia Maria Fraga Vieira (2002), Maria Malta Campos (1991, 1999, 1993), Moysés Kuhlmann Jr (1998, 2005), Sônia Kramer (1984), Márcia Veiga (2005) e Maria da Glória Gohn (1985, 1992, 1997, 2003a, 2003b, 2005).

Os métodos e as técnicas demarcaram a base de dados documental, ou seja, as análises do conjunto de informações contidos em documentos impressos os quais foram priorizados os jornais Diário Mercantil (1978 a 1983), Tribuna de Minas (1984 ao primeiro semestre de 1986) e Tribuna da Tarde (1986 a 1988), os 41 boletins do movimento social Unibairros (1980 a 1989), documentos oficiais e técnicos do poder público municipal; e o próprio objeto de estudo a Educação Infantil, (re)constituída ao longo da investigação.

Em linhas gerais, conforme anunciado, partiu-se da premissa de que o atendimento à infância é fato social, o que careceu a opção por itinerários e fontes conforme o movimento sempre dinâmico e circunstancial do objeto de estudo. O itinerário escolhido conduziu aos documentos oficiais como Leis, Decretos, Pareceres e resoluções, ; bem como a documentos técnicos como projetos e relatórios – ambos lotados e gerenciados em órgãos do poder público municipal. Igualmente, lançaram-se como fontes de informações os registros periódicos, especificamente, jornais de circulação regional com tiragem diária, além do boletim editado pelo movimento social popular Unibairros.

O percurso investigativo acerca da Educação Infantil privilegiou os periódicos locais – Diário Mercantil, Tribuna de Minas e Tribuna da Tarde – bem como o boletim Unibairros. Este percurso justificou-se pela possibilidade de aproximação empírica singular aos acontecimentos locais enleados por processos e agentes sociais não captados pelos estudos macro-históricos.

Realizar tal percurso propiciou a compreensão dos meandros da constituição do campo no qual se edificou a educação infantil, isso porque teve o privilégio de perscrutá-lo sob as lentes do arcabouço teórico e legislativo atual acerca do direito à educação infantil entendida como cuidado e educação da criança de zero a seis anos de idade. Assim, os esforços investigativos construídos e concatenados estão dispostos em três partes.

A primeira parte, sob o título *Itinerários de (des)construção da pesquisa*, composta por três capítulos, refere-se ao percurso trilhado para a efetivação da pesquisa incluindo os fundamentos metodológicos, as técnicas, métodos e os procedimentos de incursão no campo e análise das informações. Objetivou-se, nesta seção, apresentar o desejado, o planejado e o alcançado, levando-se em consideração as rupturas necessárias, provocadas e forçadas. Isso exigiu apuração de um problema social trazido do âmago da prática e da formação acadêmica, projetando-o enquanto problema de pesquisa, conformada pelo amadurecimento teórico e metodológico propiciadores da planificação investigativa. Neste processo, a investigação passou do desejado ao planejado. Com a imer-

são no campo de pesquisa, os percalços da morosidade, do acondicionamento inadequado da memória documental, dentre outros, inviabilizaram a efetivação da coleta de informações e apontaram para o redimensionamento da questão e dos métodos de investigação para alcançar os resultados possíveis.

A segunda parte percorreu as produções acerca dos temas Educação Infantil e Movimentos Sociais na literatura brasileira, não deixando de destacar alguns vieses dos pensamentos externos que influenciaram a condução dos principais fundamentos sobre os referidos temas. Sob o título *Educação Infantil e Movimentos Sociais na Literatura*, constituiu-se dois capítulos. O primeiro dedicado à abordagem da Educação Infantil, o segundo aos Movimentos Sociais, seção na qual buscou-se sistematizar algumas pesquisas que buscaram correlacionar os temas, inclusive quanto à educação infantil.

Educação da Infância no Município de Juiz de Fora: múltiplas dimensões de um campo em constituição é o título que inscreve a terceira parte do trabalho dedicada à abordagem dos achados da pesquisa. Composto por três capítulos; nos dois primeiros consta a descrição e análise dos processos históricos-políticos que enlearam o decênio de 1978 – 1988 e a identificação dos agentes sociais e suas ações em torno do atendimento da infância. O terceiro capítulo desta parte, por seu turno, procurou tecer considerações acerca da multiplicidade de agentes e de ações constituídas no campo social juizforano, apontando os diferentes papéis e interesses que demarcaram a constituição do campo educacional infantil em Juiz de Fora.

Ao resgatar a história da educação infantil juizforana, percebeu-se proximidades com aquelas que se edificaram em outros municípios do país, isso a partir de alguns subsídios históricos problematizadores da natureza das políticas públicas educacionais, sobretudo em nível local.

Tal resgate, à custa de uma incipiente análise-exploratória, para além da linearidade instigante, ampliou a percepção sobre os agentes sociais que competiram no momento em que se formalizavam, ao nível do poder público, as primeiras políticas públicas voltadas para a educação infantil no município. Perscrutou-se elementos históricos do forte campo de forças que demarcou o embate ainda presente entre órgãos públicos da assistência e órgãos públicos da educação; embate este, que hoje é atualizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto ao processo de transferência das creches para o setor administrativo educacional, consubstanciado pelo entendimento da Educação Infantil – creches e pré-escolas – como primeira etapa da educação básica.

PARTE I

ITINERÁRIOS DE (DES)CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A forma pela qual a pesquisa foi desenvolvida revela opções, limitações e perspectivas de abordagem do objeto de estudo², bem como do próprio sujeito que investiga. Apresenta também, no percurso da tarefa de investigação, alguns liames da construção da identidade do pesquisador: condicionantes, confabulações teóricas, desencontros empíricos, alentos, desafios, rupturas. Apresenta-se, nesta seção, o itinerário pelo qual se enveredou na construção necessária ao problema da pesquisa.

A dinâmica de construção e desconstrução própria das pesquisas qualitativas, por vezes, foi encarada como desafiadora e até mesmo exaustiva. Porém na medida de cada avanço teórico constituído no embate com o referencial, bem como pelos achados do campo empírico, novas possibilidades se abriram ao estudo. Mediante a amplidão percebida, os recortes possíveis a uma dissertação estão expostos a seguir.

Primeiramente, devido ao aprofundamento teórico e empírico selecionado, bem como pela locação temporal da pesquisa, considerou-se que este estudo deveria se encerrar sob as bases da abordagem qualitativa, com perfil-exploratório, fundamentada na crí-

² Objeto de estudo emerge a partir de uma discussão articulada entre a abordagem empírica e a teórica, inclusive ultrapassando um determinado objeto de pesquisa, possibilitando assim, o aprofundamento das discussões temáticas e metodológicas que se abrem à incorporação de diversos recortes empíricos e à constituição de outros objetos de pesquisa. Por objeto de pesquisa entende-se a parte empírica do processo de pesquisa onde se aprende elementos constitutivos de bases explicativas do campo que ajudam a definir o objeto de estudo.

tica epistemológica e metodológica de Pierre Bourdieu, partindo da reconstrução do fato social, apreendendo a composição de sua natureza e dos processos que o constituíram ou que nele se construíram. Assim, a opção por esta abordagem se ancorou na influência dos postulados metodológicos das Ciências Sociais com vistas à obtenção de informações acerca do objeto de estudo, bem como na conceituação e na teorização da pesquisa, partindo do debate acerca de objetividade. Do embate entre as sociologias de base positivista e de base compreensiva, o intuito foi enfatizar a relação do sujeito-pesquisador com o objeto como sendo histórica e permeada pelas subjetividades de ambos, bem como da teoria que a baliza; logo, apontando o entendimento da pesquisa enquanto processo, sem etapas rígidas, próprio do devir dos fatos sociais.

Sem a pretensão de dissertar sobre as controvérsias do mundo científico, apontou-se inicialmente alguns dos principais fundamentos que, característicos das Ciências Sociais, balizaram todo o itinerário da presente pesquisa. Em seguida, descreveu-se a experiência de (des)construção da investigação, delineando todos os procedimentos que conduziram à delimitação do objeto de estudo. Almejou-se, com a apresentação dos *atos* da pesquisa, demonstrar o exercício da *vigilância epistemológica* como experiência constitutiva tanto da formação acadêmica, especificamente enquanto pesquisador, quanto do objeto da pesquisa.

1 - FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Acionou-se a noção de objetividade – com entornos diferenciados no embate entre a sociologia positivista e a sociologia compreensiva – com vistas a se pensar os avanços possibilitados à relação entre sujeito-pesquisador e o objeto de estudo, isso porque através do entendimento desta relação se pôde definir, de maneira mais clara, o objeto de pesquisa³.

A noção de objetividade se insere nos princípios constitutivos da abordagem positivista⁴ das ciências sociais, na qual, pelos postulados de cientificidade, o objeto de estudo deve ser passível de observação externa e mensuração quantitativa e neste, a própria pesquisa é vista com etapas definidas, neutra e objetiva; imposição tal que levou a sociologia, em seus primórdios, a firmar sua identidade de ciência sobre as bases positivistas sem amadurecer seu debate acerca da nova abordagem qualitativa na qual vinha se edificando⁵. Por conseguinte, admitiu-se – e se admite ainda – o uso de técnicas sem uma devida reflexividade, como forma de garantir a neutralidade e objetividade do processo de pesquisa (THIOLLENT, 1985) tão cara à cientificidade dos estudos sociológicos. Conclui-se que, nesta abordagem, o debate acerca da objetividade tem se dado nos mesmo termos que aqueles empreendidos pelas ciências naturais provocando a uniformidade dos procedimentos.

Apontado como um dos principais proponente da sociologia positivista, em Durkheim (apud GOLDENBERG, 1989; BONNEWITZ, 2003) considerava a objetividade possível de ser alcançada se os fatos sociais fossem tomados como coisas. Tal pressuposto implicava na definição dos caminhos para atingir a objetividade. Neste sentido, os fenômenos sociais, poderiam ser abordados pelos mesmos métodos que os objetos das ciências da natureza, exceto pelo enclausuramento em laboratório para experimentos. O caminho para que a objetividade fosse alcançada residia na necessidade do pesquisador

³ Objeto de pesquisa aqui é entendido como sendo a parte empírica do processo de pesquisa onde se apreende elementos que oferecem base explicativa do campo e ajudem a definir, por conseguinte, o objeto de estudo. Este último emerge a partir de uma discussão articulada entre a parte empírica e a teórica, indo além, inclusive ultrapassando, um determinado objeto de pesquisa e possibilitando o aprofundamento das dimensões temáticas e metodológicas que subsidiam a incorporação de diversos recortes empíricos e a construção de outros objetos de pesquisa. (PESQUISA social: questões e procedimentos. s.n.t. - notas de aula, 31/10/2005).

⁴ Esta abordagem impõe às demais ciências os mesmos procedimentos científicos que são adotados nas ciências naturais. Ver: Goldenberg (1998), Thiollent (1985) e Bonnewitz (2003)

⁵ Sobre a evolução histórica da abordagem qualitativa de pesquisa ver: Thiollent (1985), p. 41-44 e Goldenberg (1989) p.15- 32.

romper com os produtos de sua experiência individual, com seu senso comum – denominado de pré-noções – para que os resultados gerados fossem objetivos.

Percebe-se que por esta filiação os fatos falam por si, e a tarefa que cabe ao pesquisador é a de efetivar o mero registro destes, corroborando para a noção de objetividade “como caráter de toda a realidade independente da idéia, da representação, da consciência subjetiva que os sujeitos têm dela” (BONNEWITZ, 2003, p. 40).

O elemento essencial na análise que aparece na sociologia compreensiva é sua distinção entre natureza e cultura. A primeira referente às “generalizações e descobertas de regularidades das ciências sociais; a segunda concernente à compreensão interpretativa da experiência dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciados” (GOLDENBERG, 1989, p.19).

Em Weber, representante da sociologia compreensiva, a objetividade pode ser conseguida de forma diferente daquela proposta por Durkheim, isso a partir do pressuposto da neutralidade axiológica onde é ponderada a inserção de valores no processo de pesquisa e análise dos fenômenos sociais, visto que “o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social” (GOLDENBERG, 1989, p. 19). Tal ponderação confere à neutralidade axiológica weberiana o status de requisito científico pelo qual é necessário ao cientista neutralizar suas avaliações e valores para apreender os fatos objetivos; assim, a objetividade

é independente dos valores próprios ou crenças do cientista, mas não existe sem relação com os valores (...). Independente de suas preferências pessoais, o cientista seleciona as ‘idéias de valores’ que dão sentido aos fatos e controla as implicações delas na representação do objeto estudado (grifos do autor, THIOLENT, 1985, p. 42).

Acontece que, a partir desta e outras bases da sociologia compreensiva, o estudo da realidade social angaria diferentes formas de abordagens nas quais novas técnicas e métodos qualitativos são elaborados para atender aos estudos empreendidos.

Há, portanto, que considerar o aspecto subjetivo que impregna a interpretação do fato social através das diversas abordagens e técnicas. É imprescindível ponderar a forma como os estudos são empreendidos, seus procedimentos metodológicos e os recursos técnicos utilizados, sobretudo pelo pressuposto de que não é possível apreender a realidade de uma forma totalizada, mas somente um pequeno fragmento desta será objeto da compreensão científica (Weber apud THIOLENT, 1985).

Thiolent (1985) atenta para as limitações da neutralidade axiológica em Weber como base no debate acerca da objetividade, pois de um lado a neutralidade e a objetividade estão intrinsecamente relacionadas à questão do poder; por outro, ele não problematiza a neutralidade com relação às técnicas de pesquisa. É justamente nesta brecha que Bourdieu enfatiza a necessidade de “questionar sociologicamente o questionamento sociológico” (Bourdieu apud THIOLENT, 1985, p.43).

As críticas feitas por Bourdieu no que se refere à falsa neutralidade das técnicas de pesquisa incidem tanto sobre as questões acerca dos valores quanto aos apontamentos das distorções ideológicas que vulgarizam as técnicas quando usadas em pesquisas sociais (apud THIOLENT, 1985 e CHAMPAGNE, 1996). Segundo a ótica de Bourdieu, aplicadas aos estudos dos fatos sociais, as técnicas são “teorias” construídas para representar objeto investigado; envolvem pressupostos teóricos e devem estar sobre a vigilância do pesquisador.

Evidencia-se aqui, uma interação entre teoria e metodologia com vistas à discutibilidade⁶ das ações orientadas para a apreensão do fato social. É neste contexto de interação que se pode definir a teoria e os métodos, bem como as técnicas mais adequadas a ela.

A problemática exposta por Demo (1989) quanto à necessidade de discutibilidade do processo de pesquisa, integra a plataforma de contra-argumentos reflexivos acerca das críticas⁷ que incidem sobre as pesquisas sociais, principalmente quanto ao que se refere à falta de rigor. Igualmente é o que faz Goldenbrg (1989, p. 44) ao apontar a ação do pesquisador quanto ao controle de *bias*. Este, entendido como as pré-noções que podem “modelar os dados” obtidos, mas não se apresentam como evidências científicas.

A noção de controle de *bias*, conforme apresentada pela autora, possui sentido similar ao de objetividade e portanto, se insere nas mesmas inquietações que segue a trajetória da sociologia como ciência. Refere-se à ruptura, conforme Durkheim; e à consciência da parcialidade e do preconceito que o pesquisador possui enquanto sujeito, conforme Weber.

⁶ Emprega-se no sentido proposto por Demo (1989). Segundo o autor, a razão do controle da ideologia se dá pelo fato dela fundar as condições objetivas e subjetivas, satisfazendo critérios formais a partir do reconhecimento da inevitabilidade ideológica que se tem como humano e pela submissão da postura ideológica à própria discutibilidade. “É mais fácil controlar aquilo de que tem consciência crítica e auto-crítica, bem como é mais fácil contrapor-se a ela no caso de adversários” (ibidem, p. 29).

⁷ As principais críticas se coadunam no discurso de falta de “padrões de objetividade, rigor e controle científico” bem como do rigor de controle das pré-noções do pesquisador, o que é denominado comumente na comunidade científica inglesa de *bias*. (GOLDENBERG, 1989, p. 44).

O sujeito-pesquisador é parte da realidade social que estuda, portanto, não se admite neutralidade, mas sim o controle ideológico (DEMO, 1989); ou a vigilância epistemológica e metodológica em Bourdieu (apud THIOLENT, 1985 e BONNEWITZ, 2003); ou a explicitação permanente em Mills (apud GOLDENBERG, 1989). Os autores reiteram a necessidade de tomada de posição de forma consciente. Tal consciência é o elemento fundante à tarefa primordial do pesquisador: reconhecer o *bias* para poder prevenir interferências no processo de pesquisa. Isto é, colocar-se e junto ao objeto em discussão.

Enquanto a objetividade, pelos termos das ciências naturais, não é reconhecida nas ciências sociais, para produzir conhecimento fidedigno o pesquisador deve buscar o controle permanente, mas nunca total, de suas subjetividades no processo de pesquisa (GOLDENBERG, 1989 e DEMO, 1989).

Objetividade, segundo Demo (1989), é substituída pela objetivação, pela

tentativa – nunca completa – de descobrir a realidade social assim como ela é, mais do que como gostaríamos que fosse. O autor ainda conclui: como não há conhecimento objetivo, não existe o critério de objetividade, que é substituído pelo de objetivação" (ibidem, p.20).

Por outra via, menos imperativa da empreendida por Demo (1989), mas de igual valor, a objetivação é, senão a consciência das interferências que o pesquisador pode causar no processo de pesquisa. Para Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2003) este exercício de consciência significa empreender uma postura científica na qual é indispensável a ruptura com o senso comum e a construção do fato social. Logo, se é postura científica é também, nos dizeres de Demo (1989), critério interno de cientificidade⁸. Campenhoudt (1996) contribui para este rigor metodológico nas Ciências Sociais enfatizando que o esforço de reflexividade do investigador não é uma questão de boa vontade, mas de trabalho científico.

A ruptura com o senso comum, pressuposto estabelecido pela perspectiva durkheimiana, refere-se ao afastamento das noções pré-concebidas, pois não oferece explicações científicas dos fenômenos sociais, nem a forma de construção das categorias⁹ nela empregadas; além disso, os indivíduos não estão conscientes do determinismo impregnado nos seus discursos. Soma-se ainda a dificuldade do pesquisador escapar do “etnocen-

⁸ Em Demo (1989) encontra-se uma síntese sobre os critérios que definem o que é ciência. Para ele são dois os critérios os internos e os externos. cf.p. 20-22.

⁹ As categorias empregadas nas práticas e descrições dos fenômenos sociais são produtos sociais e assim interessa ao pesquisador saber como foram construídas. Ver: Bonnewitz (2003).

trismo de classe”, pois ele próprio não escapa de suas coações e de seus determinismos, visto fazer parte do social; conforme aponta Bourdieu, por isso é preciso ser vigilante¹⁰ (apud THOLLENT, 1985; BONNEWITZ, 2003).

No conjunto de alternativas metodológicas descritas acima (o controle ideológico, a vigilância epistemológica e metodológica, a explicitação permanente) que são específicas em Ciências Sociais, vislumbrou-se uma nova perspectiva de relação entre sujeito-pesquisador e objeto nas suas mais diferentes facetas. A relevância reside pois, na afirmativa de Bourdieu onde se verifica

(...) a particularidade de ter como objeto campos de luta: não só campo das lutas de classes, mas também o próprio campo das lutas científicas [onde] o sociólogo ocupa um lugar nesta posição, primeiro como detentor de um certo capital, econômico e cultural, no campo das classes; depois como pesquisador dotado de um certo capital específico, no campo da produção cultural, e, mais precisamente, no subcampo da sociologia. Isto, ele deve ter sempre em mente, para tentar dominar tudo aquilo que a sua prática, aquilo que vê e não vê, o que faz e o que não faz (...) Na verdade, parece-me que uma das principais causas de erro em sociologia reside numa relação não-controlada com o objeto (...). As chances que se tem de contribuir para produzir a verdade parecem-me, efetivamente, depender de dois fatores principais, que estão ligados à posição ocupada: o interesse que se tem em saber e em fazer saber a verdade (...) e à capacidade que se tem de produzi-la¹¹ (apud BONNEWITZ, 2003, p. 32).

Com base no exposto, a primeira relação que se pode tecer entre o sujeito e o objeto é acerca do fenômeno ideológico, visto que ele é, sobremaneira, o próprio produto histórico da realidade social, por conseguinte é intrínseco tanto ao sujeito quanto ao objeto (DEMO, 1989). Neste sentido, há que se considerar, conforme o fragmento supracitado: primeiro que ao pesquisador, Bourdieu afirma a particularidade de estar imerso num campo de lutas na qual ele mesmo é artefato e no qual ele faz emergir seu objeto de estudo; segundo, a partir desta noção e da postura vigilante contínua, enquanto sujeito e enquanto pesquisador no processo de investigação é permitido não só definir, conhecer e apreender o objeto, mas conhecer, principalmente a si próprio, conforme aponta Campehndt (2003).

Quando o pesquisador se conhece, acaba por perceber a existência de uma hierarquia na relação com o objeto, pois, conforme Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2003) ele é tanto detentor de um capital econômico e cultural quando caracterizado pelo campo

¹⁰ Na obra *O poder simbólico* (2000) Bourdieu aponta a necessidade da vigilância no que se refere, também, à adequação ao problema de pesquisa e às condições de uso das técnicas de pesquisa; cf. p. 26.

¹¹ Esta noção de ruptura está ampliada em *O poder simbólico* (2000), cf. p. 51-58.

de lutas de classe, quanto detentor de capital cultural específico quando caracterizado pelo campo de lutas científicas.

Por consequência desta hierarquia, Campenhoudt (2003) aponta a necessidade de elucidar a relação entre pesquisador e objeto com vistas a escapar do etnocentrismo de classe. A primeira alternativa é considerar que o objeto não é domínio virgem, visto que tanto o pesquisador quanto outros pesquisadores lançam seus olhares de alguma forma sobre eles. Decorre que a relação entre o sujeito-pesquisador e o objeto é também iminente à teoria, portanto é uma relação tríade para aquelas pesquisas que desejam ter validade científica.

Considerando esta tríade no processo de pesquisa é que se pode apreender a noção da “teoria em atos¹²”, ou seja, optando por métodos e técnicas que se adequam tanto às preferências do pesquisador quanto à teoria, bem como à abordagem do objeto. Nesta via, ao tratar da obra de Richard Hoggart, Campenhoudt (2003) enfatiza: após dinâmicos processos que garantiriam seu rigor científico, Hoggart confronta suas próprias observações realizadas acerca do seu objeto com aquelas realizadas por outros investigadores que trabalhavam o mesmo tema. A partir deste procedimento, evita generalizações apressadas. Cabe ressaltar que ao fazer tal afirmação o autor está discutindo o subjetivismo. Isto é, ao ler outras pesquisas, estas o auxiliariam com elementos críticos que limitariam as generalizações ditas apressadas.

Em conclusão, depreende-se que a teoria, embora não seja produzida sem a pesquisa empírica, também não se concretiza sem o aporte teórico e sem as subjetividades do pesquisador. Nas palavras de Thiollent (1985), as pesquisas sociais podem ser apenas um discurso arbitrário caso não se apóie em “investigações concretas” (p. 21). Além disso, não havendo problemática teórica, pode-se incorrer tanto em pesquisas administrativas quanto na degeneração vulgar das pesquisas de opinião pública.

¹² Conforme Bourdieu, P. Passeron, J. C. e Chamboredon J. C. (apud THIOLENT, 1985, P. 21) .

2 . (DES)CONSTRUINDO ATOS E OBJETIVANDO AS RUPTURAS

O interesse pelo aprofundamento na temática desta pesquisa partiu de dois momentos distintos: um inscrito na carreira acadêmica e o outro no incipiente percurso profissional, ambos ligados intimamente à Educação Infantil. O primeiro referiu-se à ausência da abordagem teórica de cunho histórico, social e político da Educação Infantil no Brasil na grade curricular¹³ do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ausência verificada, posteriormente, também no curso de especialização em Educação Infantil, *lato-sensu*, da referida instituição. Aspectos importantes à história da Educação no Brasil foram relegados no planejamento curricular de cursos de formação de professores que ora se voltavam para, tão somente, o Ensino Fundamental, ora vislumbravam os não menos importantes processos de ensino e aprendizagem da criança, sobretudo ancorado na psicologia do desenvolvimento.

A carreira profissional reafirmou as lacunas da carreira acadêmica, especialmente no assessoramento administrativo do projeto de Formação do Educador Infantil¹⁴ do Programa Minas Universidade Presente e do Fórum Mineiro de Educação Infantil, Regional Mata, desenvolvido em Juiz de Fora. Neste projeto, posteriormente, na docência da disciplina Prática de Ensino Orientada, a atuação com cerca de 70 profissionais de Educação Infantil evidenciou os aspectos fundantes supracitados, arraigados nos debates travados pelas próprias profissionais/cursistas que construíram o produto histórico da realidade social na qual se ergueu a Educação Infantil juizforana.

Através dos relatos de experiências e dos registros em memoriais daquelas profissionais percebiam-se os conluios que evidenciaram o campo social em que estiveram e ainda estão imersas tanto elas, mulheres, enquanto sujeitos sociais, bem como a infância e a família enquanto artefatos contemporâneos, além da própria esfera educacional enquanto campo de disputa.

¹³ Entre os anos de 1997 e 2002, o curso de Pedagogia, estruturado na modalidade de habilitações específicas (Administração Escolar, Inspeção escolar, Supervisão e Orientação Escolar e Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental). No ano de 1999 a grade curricular foi alterada, prevalecendo tais habilitações, porém com a supressão de algumas disciplinas e criação de outras sob ótica de formação do professor e não do especialista.

¹⁴ Projeto intitulado Programa Emergencial para Habilitação em Nível Médio, Modalidade Normal, do Professor de Educação Infantil, em Exercício, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/MG (Parecer nº. 1072/2000), teve como objetivo habilitar na modalidade Normal, em caráter emergencial, os professores leigos de creches e pré-escolas em exercício, oferecendo-lhes parte dessa habilitação através de aproveitamento e complementação de estudos em Educação Infantil (MINAS GERAIS, 20002).

Essas locuções apontavam para artimanhas que fizeram modificar seus capitais cultural, social, político, econômico e religioso frente ao cotidiano de atuação direta com crianças, famílias, poder público e outros segmentos sociais. Em suma, tratavam-se de vozes que entoavam, não somente as próprias histórias de vida, mas especialmente os processos sociais nos quais se edificaram a história da Educação Infantil no município.

Através dos registros dos memoriais produzidos ao longo do referido projeto, percebeu-se o envolvimento de algumas profissionais/cursistas em diferentes instâncias coletivas de mobilização social, em que buscavam desde a construção de creches nas periferias juizforana, à melhoria das condições de trabalho, dentre outros. Estes registros apontam para a existência de um agente específico de mobilização voltado para a Educação Infantil em Juiz de Fora, especificamente quanto à questão de creche, a saber: o Movimento Pró-Creche.

Na ocasião de candidatura a uma pós-graduação, a alternativa possível de interlocução entre os principais elementos científicos e caminhos metodológicos para a efetivação de uma pesquisa na qual pudesse desvelar os processos de construção desta história se apresentaram oportuno. Todavia, na imaturidade teórico-metodológica me propus, no anteprojeto, contrastar o impacto das ações realizadas pelo Movimento de Lutas Pró-Creche de Belo Horizonte e o Movimento Pró-Creche de Juiz de Fora na constituição da educação infantil no período de redemocratização do país, entendendo ser, o confronto destas experiências, suporte para a compreensão das políticas atuais. Intento amplo, se considerado as limitações geográfica, financeira, temporal e, até mesmo, epistemológica acerca daquela pretensa pesquisa.

No decurso das disciplinas do curso de pós-graduação, em especial acerca da abordagem da pesquisa em ciências sociais e também teoria dos movimentos sociais, algumas limitações se mostraram desafiadoras, outras, reais entraves, mas de qualquer forma, contribuíram para demarcações consideráveis na delimitação do problema de pesquisa. O anteprojeto foi totalmente reconstruído, dando ênfase à dinâmica juizforana e especificando um único objeto de pesquisa, o Grupo Solidariedade Pró-Creche. Isso foi possível a partir do conjunto de alternativas teórico-metodológicas que se apresentou no momento de pensar, planificar a pesquisa. Momento tal que fez emergir a compreensão de diferentes formas pelas quais se poderia olhar o objeto de estudo e, para isso, indispensável eleger “companheiros de viagem” para uma interlocução necessária.

Destacando aqueles que versam sobre movimentos sociais, optou-se pelo referencial constituído por Maria da Glória Gohn (1985; 1992; 1997; 2000; 2003a; 2003b;

2004; e 2005). A abordagem didática consagrada nas obras desta pesquisadora, especificamente acerca dos fundamentos das diferentes teorias que influenciaram os estudos sobre movimentos sociais no Brasil, bem como pelas especificidades deste campo em nosso país, serviram, sobremaneira, às primeiras incursões no tema. Não foram menos importantes os aportes teórico-metodológicos de pesquisadores brasileiros como Ilse Sharrer-Warren (1993; 2006¹⁵) e Ana Maria Doimo (1995), dentre outros, através dos quais questões mais densas foram esclarecidas, complementadas e reiteradas. Quanto à educação infantil, na historiografia nada mais evidente que as argumentações tecidas por Livia Maria Fraga Vieira (2002), Maria Malta Campos (1991, 1999, 1993), Moysés Kuhlmann Jr (1998, 2005), Sônia Kramer (1984), Márcia Veiga (2005).

A própria questão de pesquisa, antes esboçada, apontava determinadas opções, pressupostos e até mesmo delimitava alguns caminhos para que a mesma se desenvolvesse, pois considerava o universo a ser pesquisado inscrito na ação social coletiva. Tratava-se pois, num primeiro momento, do intento investigativo das influências dos movimentos sociais na construção de políticas públicas para a infância, entendendo-os como principais responsáveis, nas ultimas décadas do século passado, pela implementação e expansão do atendimento às crianças menores de sete anos.

A questão não determinava, por si, os métodos científicos porém, no íterim das investigações concretas, emergiram pressupostos significativos sobre os quais a apreensão e construção do objeto de estudo pudesse e devesse ser conduzida. A cada diálogo com os pesquisadores-teóricos – fossem aqueles que desenvolveram estudos específicos sobre o dito objeto, fossem os que versaram sobre metodologias científicas – percebiam-se diferentes formas de abordagem dada ao tema: opções metodológicas, regularidades e lacunas; abordagens estas que fizeram constituir um olhar mais consistente, conduzindo, por conseguinte, à lapidação da questão por meio das lentes das Ciências Sociais.

Não mais seria possível pensar as influências dos movimentos sociais nas políticas públicas para a infância, no seu sentido simplificado em que se previam ações específicas e conseqüentes reações de forma cristalizadas e hegemônicas, formalizadas, sobretudo, na legislação para este segmento social. Se, de um lado, assumiram-se produções teóricas que lançaram olhares na tentativa de capturar aquele fato social, por outro as pré-noções¹⁶ foram se rompendo ao passo que aquelas produções ampliaram as possibilida-

¹⁵ Inclusive no curso Sociedade Civil e Movimentos Sociais ministrado em dezembro de 2006 pelo Departamento de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

¹⁶ No sentido expresso por Durkheim (apud CHAMPAGNE, 1996)

des de olhar o objeto, tratando-o, contudo, em sua correlação de força onde fazia circular concepções, crenças, valores, rituais, dentre outros. A construção do objeto de estudo modificou-se, abrangendo novas concepções, limitando certos recortes teóricos e ampliando outros.

Apercebeu-se, principalmente por esta via, o andamento da pesquisa, escapando à controvérsia do embate da cientificidade imanente às Ciências Sociais, não deixando de atender aos critérios de construção do conhecimento científico e considerando as especificidades do objeto que nela se inserem. Passou-se a focar os movimentos sociais e suas influências nas políticas públicas para a infância, considerados enquanto questão social, inseridos num dado espaço onde “vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído” (MINAYO, 1994, p.13), no devir imanentemente provisório. Assim sendo, uma das características da abordagem das Ciências Sociais favoreceu o reconhecimento do objeto como histórico. Por outro lado, justamente devido à sua consciência histórica que as ações dos sujeitos fazem-se impregnadas de significados e intencionalidades objetivadas, constituindo assim o espaço social.

O espaço social poderia ser analisado sob o conceito de classe, porém este – tanto sob a ótica da teoria marxista quanto pelas próprias limitações apontadas por um de seus principais críticos, M. Weber - apresentou-se insuficiente para a empreitada a que se pretendia, antes porque a própria noção de movimentos sociais não estava clarificada o bastante para determinar sua localização conceitual no campo empírico, tampouco quanto aos caminhos metodológicos adequados à análise. Entretanto, foi na tríade sujeito/pesquisador-objeto-teoria que a dimensão processual da pesquisa foi se constituindo.

A partir da variável econômica agregadora e balizadora das relações de produção, a noção marxista de classe – impregnada pela necessidade política – surgiu na tentativa de identificação do sujeito transformador ante a propriedade privada¹⁷. Neste, a unidade dos trabalhadores contra o capital e suas especificidades opressoras suprimiu as diferenças entre grupos de trabalhadores. Dentre outras, esta se apresentou como relevante limitação nas análises das relações sociais em que, sob a perspectiva weberiana, a noção de classe – antes sob o viés econômico – se ampliou sob a perspectiva culturalista, pelo que propôs uma classificação dos diferentes grupos sociais, conforme poder, prestígio e riqueza.

¹⁷ Conforme explicita Bottomore (1988) e também Bonnewitz (2003)

Conforme Bonnewtiz (2003), fruto de representações tradicionais da hierarquia social, esta visão de classe obliterava tanto o plano empírico quanto o plano teórico; por um lado acentuava apenas o princípio da hierarquização, por outro desconsidera que a constituição de uma classe social só ocorre com relativa dependência à outra; não comportava, portanto, a complexidade das relações constituídas no espaço social.

Por esta via, Bourdieu (2000) afirma ser o espaço social um espaço complexo composto por diferentes posições ocupadas por pessoas ou grupos. Tais tais posições podem explicar as práticas empreendidas e a lógica das classificações que tecem sobre si e sobre os outros no que diz respeito ao pertencimento a uma determinada classe. Decorreu, desta situação, um conjunto de rupturas quanto à concepção de classe balizada pela teoria marxista ajustada à tendência da substância quantificada em detrimento de relações práticas construídas, ao economicismo redutor da multidimensionalidade do campo social e ao objetivismo e intelectualismo obliteradores das lutas simbólicas ¹⁸.

Nesse conjunto de rupturas emergiu as referências da teoria social bourdieuniana, na qual a noção de classe apresenta-se como uma abstração. Segundo ele,

(...) as classes que podemos recortar no espaço social (...) não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos (...) o que existe é um espaço de relações o qual é tão real como um espaço geográfico (...) (BOURDIEU, 2000, p. 136-7).

Por esta perspectiva foi possível então, voltar à questão de estudo e entender que a pretensão de compreender as influências dos movimentos sociais nas políticas públicas para a infância pressupunha, na verdade, apreender o espaço de relações estabelecidas por estes na construção de determinadas políticas direcionadas para um segmento específico.

Privilegiou-se mais uma vez o referencial constituído por Bourdieu, mais precisamente detendo-se à noção de campo para clarificar a compreensão de espaço, considerando-o fato social construído por diferentes agentes sociais em relativa aliança e/ou conflito em torno dos objetos de disputa.

As categorias suficientemente amplas deste referencial corroboraram para equacionar o objeto de estudo inscrito na multidimensionalidade do cosmo social, conforme Bourdieu (2000). Assim, procedeu-se à delimitação do campo de pesquisa com vistas a

¹⁸ Cf. Bourdieu, Pierre. Espaço social e gênese das <<classe>>. In: *Poder Simbólico*. 3ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 133 – 161, 2000.

priorizar nele os agentes sociais para que, mediante o referido recorte, pudesse apreender suas atuações na construção da cultura política de atendimento à infância, pressupondo contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas para o segmento infantil.

O recorte que representou uma realidade empírica pertinente ao estudo de questões teóricas fundamentadas no objeto de estudo (Minayo apud NETO, 1994), foi delimitado ao município de Juiz de Fora, localizado na Zona da Mata Mineira. Para tanto, considerou-se suas ações quanto à institucionalização e expansão do atendimento infantil por meio de dois amplos programas, o Programa de Atendimento e Promoção ao Pré-Escolar – PAPPE, e o Programa de Creches PRÓ-CRECHE, ambos convergindo o atendimento profilático à saúde e ao desenvolvimento intelectual das crianças, principais focos de ação do poder público e demais conjunto de instituições assistenciais nas décadas de 1970 e 1980.

Embora não exclusivo, porém reiterando o exposto, outro fator considerado foi a instância de concretização do planejamento e execução das políticas para a infância – tanto em nível dos ordenamentos legais, quanto da própria realidade empírica – momentaneamente processadas nas instâncias locais; evidência disso está na própria história da Educação Infantil brasileira, na qual a implementação por meio de iniciativas locais definiu – e ainda define – a organização e o funcionamento desta etapa de ensino¹⁹.

Definido o campo empírico de pesquisa, buscou-se determinar, dentre os agentes sociais um com vistas a priorizá-los, definindo com profundidade suas relações, localização no campo, consensos, concepções, dentre outros. A necessidade de localizar e caracterizar a atuação de um grupo específico que contribuiu para a implantação e implementação de políticas voltadas para o atendimento à infância juizforana, parecia dar conta, potencialmente, da elaboração da questão de estudo.

Nesse sentido, optou-se por focalizar o Movimento Pró-Creches²⁰ no município de Juiz de Fora que em meados da década de 1980 organizou demandas, apresentava-as para a prefeitura que propiciava a gestão, a implantação e manutenção das Creches Co-

¹⁹ Atualmente esta é uma prática conformada pela LDB (BRASIL, 1996) que define como sendo competência do município o oferecimento e organização da Educação Infantil, sendo o mesmo responsável pelo credenciamento e supervisão das iniciativas privadas. Não obstante, mesmo com os programas federais de expansão décadas 1970 e 1980, para a efetiva execução, eram necessários convênios e contrapartidas das prefeituras e sociedade civil local. Agrega-se a isto, as iniciativas majoritárias caritativas e filantrópicas daquele período que, mesmo com diretrizes gerais ancoradas pelos princípios religiosos e, ou científicos, eram organizadas, gestadas e mantidas em nível local pelas obras sociais.

²⁰ Conforme denominação veiculada pelos jornais locais com base nas falas dos coordenadores do Programa de Creches da Prefeitura de Juiz de Fora.

munitárias em conjunto. Entretanto, esta escolha tornou-se complexa dada às limitações postas no decurso de imersão no campo de estudo.

A centralidade burocratizante e autoritária dos atuais administradores da Associação Municipal de Apoio Comunitário, órgão que mantém os registros do Programa de Creche e Promoção Social do município, colocou-se como barreira ao desenvolvimento da pesquisa. De um lado, funcionários comissionados que lotam os espaços públicos administrados, provisoriamente, por certo partido político que apresentaram-se prolixos quanto ao indeferimento da solicitação de acesso às unidades de creches para proceder às entrevistas, bem como quanto ao acesso aos documentos públicos. As entrevistas e análise de documentos foram, à priori, determinados como as técnicas de pesquisa, de fundamental importância para a reconstituição histórica da Educação Infantil no município, porém foram morosamente reduzidas à boa vontade da autorização do órgão administrador, que no final de um semestre, apenas autorizou visitas às creches para a realização de entrevistas, mas não ao fundamental acesso aos documentos.

A justificativa primeira foi em relação à não existência dos documentos; incoerência tal, dado que no ano anterior, em 2006, uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi desenvolvida utilizando-se da mesma base de dados documentais requerida para o presente estudo. Na pesquisa em questão, concluída no final de 2006, constava anexa, uma relação de aproximadamente 150 pastas organizadas e catalogadas pela própria pesquisadora. Tratava-se de documentos arquivados e mantidos pelo atual Programa de Creches do município – diga-se, de passagem, o mesmo órgão que sob chancela do departamento jurídico inviabilizou o acesso aos documentos.

Após certa insistência quanto ao esclarecimento dos objetivos da pesquisa e importância de realização da mesma, avaliaram como não sendo pertinente o acesso aos documentos, afirmando não perceberem correlação do objeto de estudo com o curso de Economia Doméstica – Programa de Pós-Graduação no qual a presente pesquisa está vinculada. Os argumentos impeditivos chegaram a ponto de sugerirem mudança de objeto de pesquisa, considerando o fato de não poder ser realizada a reconstituição histórica a partir das informações documentadas.

No decurso de seis meses, conversas para esclarecimento, apresentação da pesquisa e dos propósitos da mesma foram agendados, porém desmarcadas após horas de espera. Outros agendamentos poderiam ocorrer somente mediante a verificação dos com-

promissos oficiais, pretexto tal que seria confirmado por meio de telefonemas, sempre repassados de seção a seção, mas que nunca chegavam ao responsável final.

No meio de tanta animosidade, apenas um protocolo de recebimento da solicitação de acesso aos documentos e realização de entrevistas, datado e assinado por um assessor, bem como a resposta ao mesmo, vinda por telefone indeferindo a solicitação determinaram os passos posteriores para a realização da pesquisa. A mesma deveria então, ser realizada sob outras bases de investigação. Neste íterim, ressalta-se ainda o fato de que nem mesmo o indeferimento de forma escrita foi expedido; fato que denota certa desmoralização do bem público e, não diferentemente, da pesquisa acadêmica no país.

Se, de um lado, incorreram certas limitações às fontes de informação, por outro, a análise daquelas acessadas apuraram a multiplicidade de grupos e movimentos que encamparam ações quanto ao atendimento à infância de forma endógena – a partir de iniciativas oriundas da própria comunidade – e/ou exógena – que partiram daquelas gerenciadas por agentes externos ao poder público, por exemplo – admitindo a defesa, o debate, as ações democráticas quanto aos direitos sociais.

A pesquisa não comportou apenas o fechamento em um único agente social de forma a aprofundá-lo, mas, também, a riqueza metodológica construída pela imersão conturbada no campo que ampliou o olhar para as relações entre diferentes agente agrupados em movimentos sociais, entidades assistenciais, organismos internacionais, instituições particulares, poder público, além da própria família e, inclusive, a criança.

Não que o Movimento Pró-Creche perdesse visibilidade ou foco na pesquisa, porém, com maior relevância à problemática de investigação, percebeu-se a circunscrição destes múltiplos agentes num processo dinâmico de relações comportado por uma categoria mais ampla que procurou dar conta, sobretudo, dos diferentes interesses e práticas empreendidas em prol da infância juizforana.

O percurso das rupturas proporcionadas no decurso da pesquisa fez desconstruir o campo de atendimento à infância juizforana a partir das ações metodológicas de mapeamento do campo, identificação dos agentes e delimitação e interseções dos objetivos e papéis desempenhados. Apesar deste percurso ter sugerido, a grosso modo, o esfacelamento dos objetivos da pesquisa, na verdade, o que se empreendeu foi a análise do processo de constituição do campo da educação infantil no município; processo este multifacetado, comportando sobremaneira uma multiplicidade de agentes e interesses em torno da determinação das formas da infância estar socialmente inserida no mundo.

A sensação de esfacelamento foi ao encontro do que Demo (1989), Goldemberg (1989) e Champagne (1996) consideram como o fazer pesquisa: processo flexível e dinâmico²¹, sem etapas rígidas²², diferente da pesquisa cujas etapas estanques são definidas rigorosamente e independente de seus precedentes e dos achados do percurso, contribui para um dinamismo da relação que se estabelece no processo de pesquisa, influenciando os postulados metodológicos para a obtenção de dados, bem como na conceituação e na teorização da pesquisa.

Assim, o referencial metodológico e o percurso das rupturas descritas apontaram não só uma construção parcial e transitória que pretendeu equacionar o objeto de estudo, mas imprimiu a viabilidade de rupturas conceituais, tanto no campo teórico quanto no campo empírico, por meio dos procedimentos de investigação tendo sido, sobretudo, responsáveis pela definição dos mesmos conforme o itinerário da pesquisa.

2.1 – Incursão no Campo de Pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa, enquanto reflexão processual de toda sua construção, permitiu a flexibilidade na apreensão do fenômeno social e sua pluralidade, concernente ao meio pelo qual se pôde definir a opção por diferentes técnicas de imersão no campo e no tratamento dos dados, conforme assevera Bourdieu e Bachelard (apud THIOLENT,1985),

(...) os “teoremas reificados” ou os elementos de “teoria em atos” incluídos na pesquisa pelo uso de técnicas devem permanecer sob vigilância do pesquisador para evitar sua automização (...) e, também para superar o mito do objetivismo observacional (p.44).

Nomeadamente, por se tratar de uma investigação de cunho histórico, na qual o recorte temporal contemplou o período entre 1978 a 1988, sob orientação da abordagem qualitativa de pesquisa, optou-se pela base de dados documental, na qual foram privilegiados, sobretudo, periódicos e alguns documentos oficiais, ambos localizados em arquivos públicos, compondo assim a base de dados documental para esta pesquisa.

²¹ Em Demo (1989) e Goldenberg (1989) a ciência configura-se como fenômeno processual; em Champagne (1986) há uma crítica da determinação à priori das técnicas de pesquisa sem considerar o paradoxo do “círculo do método” onde há um devir constante do objeto de estudo; Bourdieu também faz menções a cerca do caráter infletido da pesquisa, considerando a dinâmica dos fenômenos estudados (apud BONNEWITZ, 2003).

²² A definição de etapas rígidas no planejamento da pesquisa visa, conforme aquelas as bases da sociologia positivista, garantir a neutralidade e a objetividade próprias às pesquisas empreendidas pelas ciências naturais.

Inicialmente foram projetadas a realização de entrevistas com sujeitos que estiveram envolvidos no processo de expansão do atendimento infantil, sobretudo no Movimento Pró-Creche, porém por desenvolverem funções em órgãos públicos, bem como devido às constantes restrições ao encaminhamento deste procedimento por parte dos processos burocráticos e de poder do órgão que os subordinam, optou-se por dispensar o uso destas.

A opção pela investigação apoiada na base de dados documental teve como objetivo cunhar informações que caracterizassem o campo de pesquisa, os processos sociais dele e nele constituídos, bem como demarcavam o atendimento à infância, entendendo ser o atendimento revestido pelos princípios de cuidado e de educação eminentemente históricos e cerceados pelos marcadores instituintes desta categoria geracional, por conseguinte, das práticas para elas empreendidas.

2.2 – Análise documental

“Quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fontes de informação sobre o comportamento humano” podem ser considerados documentos, assinala Phillips (apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38). As autoras ainda afirmam: não são apenas fontes de informação contextualizada, antes, surgem num determinado contexto, apresentando informações sobre aquele. Requerem um baixo custo, porém necessitam investimento de tempo e atenção. Não são reativos como os sujeitos, dispensado entretanto as variações de acesso impraticáveis ou as alterações de comportamentos próprios à interação pesquisador-pesquisado. Neste caso, cabe ressaltar que sendo de domínio público, porém localizados em entidades ou órgãos administrados por pessoas com determinada autoridade sob a repartição, a ação reativa pode apresentar-se a partir do impedimento ou acesso restrito aos documentos.

A opção pelo uso da técnica de análise documental está subsidiada em Holsti (apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986), considerando as três situações básicas:

1. Quando o acesso aos dados é problemático, seja porque o pesquisador tem limitações de tempo ou de deslocamento, seja porque o sujeito da investigação não está mais vivo, seja porque é conveniente utilizar uma técnica não-obstrusiva, isto é, que não cause alterações no ambiente ou nos sujeitos estudados.
2. Quando se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta (...).
3. Quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, ou seja, quando a linguagem dos sujeitos é crucial para a investigação (id. p.39).

Mesmo sendo uma pesquisa de cunho histórico, o acesso aos dados foi problemático não só devido à limitação de tempo, mas, principalmente, pelo impedimento ao acesso aos arquivos de domínio público, lotados na Associação de Apoio Comunitário.

Quanto ao que se refere à produção por determinados indivíduos, procurou-se compreender que a produção do texto está além da mera representação dos fatos imediatos, mas contemplam as subjetividades inerentes a quem produz, o fato (re)produzido, assim como daqueles que recebem a informação. Logo, não houve o interesse específico em determinar um único sujeito, mas entender a produção destinada à disseminação coletiva, como é o caso das produções jornalísticas.

Resguardadas as limitações desta técnica, admitiu-se que os procedimentos a serem seguidos comportariam a escolha dos tipos de documentos a serem consultados e a forma de análise dos mesmos. Os documentos utilizados nesta pesquisa compõem-se do tipo oficial, abrangendo leis, resoluções, pareceres, projetos e convênios; do tipo técnico, comportando relatório e planejamento; e periódicos como jornais de circulação diária regional. Além disso, todos os documentos foram acessados em arquivos oficiais de domínio públicos no próprio município de Juiz de Fora, com destaque para o setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes, no Arquivo Histórico da PJJ, bem como na Divisão de Comunicação – DICOM-PJJ.

2.3 – O uso do jornal como fonte documental

Embora não encontrando nos manuais de metodologia científicas imediatas prerrogativas quanto ao uso de periódico – especificamente de jornal – optou-se por tê-lo como fonte de pesquisa, considerando ser, por tradição, base de dados de informações jornalísticas na qual os discursos contidos são promotores do relato de fatos da atualidade, necessariamente de interesse público.

A utilização da produção jornalística de órgãos de imprensa como fonte de investigação histórica abrange tanto seu valor instrumental – difusão de informação – quanto seu campo de significações²³. Neste último, interessou a noção cunhada por Ferreira (2002) podendo ser entendida como “a configuração de sentido inaugurada por um

²³ Apropriando-se das noções de *campo* e de *habitus* de Bourdieu, Ferreira (2002) articula-os ao referencial teórico de Peraya cuja abordagem refere-se aos dispositivos discursivos das mídias e redimensiona a abordagem de habitus para o conceito de campo de significações. Ver: FERREIRA, Jairo. Dispositivos discursivos e o campo jornalístico. *Revista eletrônica Ciberlegenda*. Nº 9, 2002 (acessado em 14 de março de 2007).

determinado campo social (constituído ou em constituição)” em que linguagem, as práticas e ações concretas constituem a práxis social.

Para o autor, especificamente no caso do jornalismo, o campo de significações se consolida por meio dos dispositivos discursivos apresentados através dos temas, focos semânticos, modalidades discursivas e sentidos recorrentes.

(...) trata-se de sentidos que são reproduzidos em várias ações sociais vinculadas aos discursos produzidos em dispositivos jornalísticos, ao mesmo tempo, em que, considerado essas trilhas reprodutivas, verifica-se a ressonância, bifurcações e conflitos de significações que emergem em lugares distintos da produção considerada em seu conjunto (FERREIRA, 2002).

A totalidade, tanto em termos de dispositivos específicos, quanto no conjunto das trocas, circulação e consumo da produção jornalística, permite perceber

(...) que o jornalismo é uma práxis social atravessada por diversos campos sociais, os quais entram, em inúmeros níveis de forças e proximidades, em sinergia com o dispositivo discursivo onde se constroem e produzem os objetos especificamente jornalísticos (FERREIRA, 2002).

Não há como desvincular a caracterização do jornalismo à produção da notícia. Conforme Clause (apud KARAM, 2004, p. 65) são necessários atributos de informações, essenciais, profissionais e sociais para que os fatos possam ser atuais e para que o discurso jornalístico adquira status de notícia.

Ante as reflexões tecidas, ponderam-se tanto a veiculação de parcela da realidade pautadas na escolha de fatos a serem noticiados naquele momento histórico, quanto a transmissão do processo social impregnado pela correlação de forças dos diferentes campos. É, portanto, “espaços de possíveis”, que

(...) pode ser observado na variação dos procedimentos de pesquisa e relação com as fontes, de produção de textos e manchetes, de tipo de matéria jornalística, de forma do fotojornalismo e formato de diagramação etc. em instituições jornalísticas que possuem capitais culturais, políticos e econômicos próximos e diferenciados entre si (...). Assim, as variabilidades nos objetos jornalísticos construídos expressam e constituem universos específicos de relação dos mesmos com as políticas estatais, os movimentos sociais e as culturas (Bourdieu apud FERREIRA, 2002).

O referencial exposto elucida as possibilidades e limitações do uso da produção jornalística como fonte de pesquisa, porém o promissor está no entendimento de que a-

proximações da realidade são divulgadas, repercutindo representações de mundo conforme interesses em jogo. Assim, mesmo assumindo as limitações inerentes a este recorte parcial e não neutro da produção jornalística, admitiu-se a necessidade de abordá-lo, sobretudo, quanto ao que se refere ao tratamento dado ao acesso, organização e análise, vislumbrando principalmente, a complementaridade das informações por meio de outros instrumentos de investigação.

Além disso, segundo Maximo e Carvalho (apud YAZBECK e SILVA, 2007), em pesquisa sobre história da educação a utilização da imprensa permite,

descortinar características singulares do campo educacional, mostrando as relações estabelecidas por seres humanos numa determinada época, tanto no âmbito nacional, como ainda no regional e local. Desse modo possibilita recuperar aspectos pouco considerados pela História da Educação Brasileira, pois através de iniciativas deste teor, busca-se preencher algumas lacunas deixadas pelas pesquisas macro-estruturais e, ainda, trazem para o cenário histórico agentes sociais antes desconhecidos, passando a valorizar o seu saber e sua vivência. , p.6

Ancorando-se nesta perspectiva buscou-se mapear informações contidas em três jornais de circulação diária regional, considerando o período de 1978 a 1988, bem como do Jornal Unibairros, editado sistematicamente pelo movimento Unibairros²⁴ durante o período de 1980 a 1989, totalizando 41 edições, que versavam sobre o cotidiano da população e os processos políticos municipais e nacionais.

2.4 - Breve caracterização dos jornais

O Jornal Diário Mercantil, vinculado aos Diários Associados do Estado de Minas, iniciou sua produção e veiculação no município em janeiro de 1912, porém findou sua editoração em novembro de 1983, de forma bastante repentina, alegando falência²⁵. Especificamente quanto ao período de 1978 e 1983 consultados, percebeu-se que a diagramação do jornal sofreu pequenas alterações enfatizando, por vezes, certas seções, la-

²⁴ O Unibairros se definiu como Associação Civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos (UNIBAIRROS, 1984, art. 1º), cuja natureza de suas ações situava-se, mormente na “prestação de serviços à comunidade” (UNIBAIRROS, 1984, art. 3º); através da lei 06.550 promulgada em junho de 1984, foi considerado utilidade pública. Originalmente, o Unibairros foi um movimento de base formado no ano de 1980, por representações de diversos bairros da periferia de Juiz de Fora, sobretudo jovens vinculados a grupos de teatro, músicas, arte ou à Igreja – basicamente a Católica – dedicados a melhorar as condições de vida de suas comunidades. Ver: UNIBAIRROS. *Estatuto Unibairros*, Juiz de Fora, 1984.

²⁵ Conforme ausência de qualquer comunicado nas edições do mês de novembro, bem como apontamentos de conversas informações com funcionário da administração pública municipal responsáveis pelos órgãos de arquivamento dos jornais.

yout de seus títulos e até mesmo inserindo maior número de imagens; além disso, a inserção mais ou menos sistemática de cadernos especiais, como o de automóveis e aviação, por exemplo. Entretanto, a produção do referido jornal resumia-se em tiragens diárias de terça a domingo, sendo que tinha em média 12 (doze) páginas, exceto aos domingos, visto que adicionavam-se os cadernos especiais, chegando a ter até 25 páginas.

Estruturalmente o caderno compunha-se de 7 (sete) diferentes seções além da primeira página, bastante caracterizada por imagens; a segunda página cujo conteúdo agregava o editorial, carta de leitores e subseção opinião que apontavam sempre assuntos polêmicos ligados ao cotidiano político, econômico, social e cultural. Nas páginas posteriores, certa regularidade quanto às seções que se constituíam da seguinte forma: política, cidade, entretenimento, coluna social e agenda cultural, economia, classificados, noticiário internacional e esportes.

Em dezembro de 1981, paralela à circulação do Diário Mercantil – DM – concorreu na cena jornalística o jornal Tribuna de Minas – TM. Com produção em Juiz de Fora e com circulação na região da Zona da Mata, o TM constituía-se 10 (dez) seções diferenciadas, cujo conteúdo era bem delimitado, inclusive enunciado no layout superior de cada página. Estes se referiam à *política* de forma geral; *política* com enfoque mais local; *opinião*, *carta ao leitor e editorial*, predominantemente com abordagem política ou social; noticiário *geral* com notícias referente à saúde, preços da cidade, da região ou nacional; *economia*; *cidade*, com notícias específicas de Juiz de Fora; notícias *policiais*; noticiário *internacional*; e *esportes*.

A circulação, assim como o Diário Mercantil, também era de terça a domingo e, assim como aquele, agregava o caderno especial e cadernos extras que traziam serviços ligados à cultura, divulgação de eventos, literatura, agenda de TV; coluna social; classificados e diário judicial. Por vezes, chegava a conter cerca de 25 páginas.

O TM parou de ser produzido na cidade em junho de 1986, ganhando maior visibilidade nas mídias de massa quando passa a editoração para uma agência situada em Belo Horizonte. O noticiário então perde parte de seu enfoque local. Neste mesmo momento, como veículo da mesma empresa, começou a ser produzido e circular na cidade o jornal Tribuna da Tarde – TT, periódico que tenderia ter igual equivalência de circulações e conteúdo informativo. Entretanto, apesar de manter o layout estrutural muito parecido com o TM, o TT não manteve o foco político do noticiário – que não implicou na ausência deste – porém a maior ênfase no cotidiano da cidade fez emergir, em grande vo-

lume, notícias referentes a ocorrências policiais, violência, esportes, sobretudo quanto às campanhas das equipes juizforanas.

Com o entorno popular trazia notícias gerais em uma página; duas para esportes; uma para noticiário policial; uma para classificados; e uma com a coluna social e entretenimento. Em abril de 1987, uma nova editoração traz matérias mais claras por seção, com títulos destacados e fontes mais nítidas. Quanto à composição, o relevante foi o noticiário referente à cidade em seção específica que ganhou três páginas, mantendo as demais da configuração anterior.

Em termos gerais, a pesquisa documental com base nos jornais se deu por três veículos diferentes, assim considerados: Diário Mercantil - de janeiro de 1978 a dezembro de 1983; Tribuna de Minas - de janeiro de 1984 a junho de 1986; Tribuna da Tarde - de junho de 1983 a dezembro de 1988, além do jornal do Movimento Unibairros. Este último, totalizou 41 números publicados durante os anos de 1980 a 1989, com primeira tiragens de 3.000 exemplares. As colunas eram abertas aos movimentos específicos como os de Mulheres e Negros que publicavam sistematicamente seus motes de reflexão; outros movimentos também tinham espaço aberto para divulgação de suas agendas e pautas, porém o faziam esporadicamente, como era o caso do Movimento Contra Carestia.

A opção pelo espaço de entretenimento vinha mediada por questões afins ao Unibairros, trazendo horóscopo, palavras cruzadas e poesias cujos conteúdos aludiam questões do dia-a-dia da periferia e da política juizforana e nacional. As charges além de ilustrativas, satirizavam questões ligadas à ditadura, à participação popular, dentre outros temas que compunham as colunas do Unibairros, cabendo destaque, nos primeiros anos da publicação, ao personagem Oscar Trovoada: homem do povo, negro e assalariado, que vivenciava as mazelas das comunidades carentes.

As colunas “curtas e grossas” e “dia-a-dia” tornaram-se espaço sistemático da agenda da periferia, divulgação de cartilhas, livros e espaço para que os diferentes segmentos sociais denunciassem suas necessidades e angústias, bem como suas conquistas. Marcam presença no jornal pequenos anunciantes como bares, salão de beleza e outros que, ao que tudo indica, eram responsáveis pela tiragem do jornal. Após os primeiros anos, este espaço foi cedido a outras colunas como a de esportes e a cultura, momento no qual o jornal começou a ser comercializado, por quantia simbólica, conforme justificavam seus editores. As informações gerais sobre a mobilização social ou as causas da necessidade destas mobilizações também tiveram espaço privilegiado nas colunas supraci-

tadas ou em colunas específicas, fazendo alusões às questões referentes aos direitos do trabalhador, às relações de gênero, ao meio ambiente, às eleições, dentre outras.

O jornal manteve sua publicação quase que regularmente durante nove anos e neste decurso incentivou e agregou diferentes movimentos sociais, legitimando-se como veículo de informação nas periferias juizforanas, trazendo conteúdos cancelados por grupos e movimentos de diferentes bairros; dentre eles podemos destacar o pioneirismo do Movimento de Luta Contra Carestia que se utilizou do jornal como mecanismo de divulgação de sua agenda, pauta de reuniões e atos públicos, tornando públicas suas propostas em consonância ao movimento que ocorria em âmbito nacional. Enquadrados no mesmo exemplo, seguiram o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH, Movimento Ecológico, e outros.

2.5 - O uso dos documentos oficiais e técnicos

Os documentos oficiais e técnicos, conforme já apontado, foram acessados com devidas autorizações em arquivos de domínio públicos lotados em órgãos da administração pública de Juiz de Fora e passaram a compor a base de dados documental.

Foram selecionados, organizados e analisados o conjunto de documentos oficiais composto de leis, decretos, portarias e resoluções as quais apontassem referências ao atendimento à infância. Já no conjunto de documentos técnicos inscreveram-se em sua maioria relatórios e Projetos, além dos boletins informativos produzidos pelo Serviço de Educação Popular, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, e Grupo de Apoio Unibairros, sendo que estes constavam no acervo do movimento Unibairros e serviram para complementar informações que caracterizassem os referidos movimentos.

Desnecessário seria descrever cada qual nesta seção, por entender que a disposição sumária na referida base de dados contempla as informações necessárias ao entendimento da pertinência de cada documento, uma vez que nela estão organizados por tipo, bem como apresentam a vinculação a que se prestaram: caracterização do município; programa; projeto; creche; pré-escola; dentre outros. É importante ressaltar, todavia, que todos os documentos, fossem oficiais ou técnicos, ofereceram informações complementares àquelas apresentadas pelos jornais.

2.6 - O Método de Análise dos dados

O sentido de análise sugere um mesmo movimento que congrega descrição, organização e interpretação dos dados (GOMES, 1994) durante todo o percurso da pesqui-

sa. Partindo desta assertiva, algumas características do método hermenêutico-dialético (Minayo apud GOMES, 1994) foram ao encontro do perfil exploratório desta pesquisa ao determinar que há ausência de consenso e verdades acabadas no que se refere ao processo de produção do conhecimento. Ademais, reitera que a ciência se faz mediante a “relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta” (ibidem, p. 77).

A proposta de análise então se sustentou em dois níveis de interpretação: o primeiro, denominado determinações fundamentais, referente aos processos sociais, apreendeu as delimitações históricas, sociais, econômica e política que envolveram a realidade estudada. Neste nível, assumiu grande importância tanto a reflexão teórica quanto as categorias gerais – cuidado, educação, movimentos sociais popular, e outros – identificadas, com vistas a situar os significados aos contextos de produção. Foi a partir desta reflexão teórica que se pôde verificar a pertinência de tratar o fato social enquanto parte de um campo social mais amplo, sobretudo apoiando-se nos pressupostos de Bourdieu. Na verdade, neste nível de interpretação buscou mapear o campo social, enfatizando especialmente o juizforano, quanto ao atendimento à infância.

No segundo nível de interpretação, o pesquisador se encontra com os fatos da investigação através do olhar atento às comunicações individuais, às falas dos atores sociais e às informações gerais. Neste nível apercebeu-se significações quanto à problemática de estudo revelando sua complementaridade ao primeiro nível na composição das circularidades e relações entre os diferentes agentes sociais. Nesta via, por se tratar de informações documentais, foram identificados os agentes e suas parcerias, a vinculação com as temáticas a eles vinculadas, por exemplo.

Operacionalmente, o método hermenêutico-dialético se esquematiza em três etapas que compreendem a ordenação dos dados, classificação dos mesmos e análise final. São etapas que contemplam a organização e mapeamento; a leitura exaustiva para identificação de categorias específicas; e a resposta da questão da pesquisa mediante a articulação entre os dados e o referencial teórico adotado.

2.7 - Procedimento de organização, análise e interpretação das informações

Quanto ao tratamento das notícias dos jornais, três procedimentos distintos apresentaram-se no decurso da coleta de informações, tendo em vista os órgãos em que estes se encontravam arquivados e os dispositivos tecnológicos à disposição.

O jornal Diário Mercantil localiza-se no Arquivo Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora, local de grande circulação de funcionários, pesquisadores e alunos de escolas públicas que realizam visitação às dependências do órgão. Sem ter uma sala adequada para a coleta de informações, à primeira vista o que se pôde proceder foi a leitura atenta das notícias e sua sistematização em fichas catalográficas.

A busca pelas notícias se dava de forma a compulsar minuciosamente o jornal, dia-a-dia, a cada edição, de todos os meses e anos no período de 1978 e 1988. O que norteava tal busca eram as manchetes – títulos – das notícias. Identificavam-se categorias teóricas ligadas à infância – como assistência, menor abandonado, menor de rua, pré-escolar, creches ou que evocavam instituições e, ou programas para o atendimento a esta categoria geracional. Outras categorias ligadas à política como participação, reivindicações, movimentos sociais foram consideradas. Além disso, os próprios processos históricos mais amplos como abertura política, Diretas Já, Assembléia Constituinte e Constituição permearam a busca de informações que denotaram a constituição do quadro social e político do período em questão. Identificados então os títulos potenciais à abordagem dos temas, procedia-se à leitura e síntese na forma escrita.

Todavia, a inadequação do local e o dispêndio de tempo apontaram outra alternativa que parecia ser viável: a gravação, em áudio, das notícias. Mas este, devido à grande circulação de pessoas, demonstrou-se menos eficiente que as leituras e anotação em fichas realizadas anteriormente. Os áudios foram arquivados e também compuseram o conjunto de informações para a análise posterior.

Antes de terminada a consulta do Diário Mercantil, passou-se para a terceira opção: fotografar as notícias em câmera digital, de forma que as mesmas pudessem ser posteriormente lidas e sistematizadas em outro ambiente por meio de um visualizador de imagens, de qualquer microcomputador. Assim, os últimos anos deste jornal foram digitalizados, porém com imagens de baixa qualidade devido à resolução do equipamento fotográfico, mas principalmente devido à iluminação inadequada na sala de consulta, houve necessidade de refazer algumas imagens no decorrer da análise e escrita da pesquisa.

Para os jornais Tribuna de Minas e Tribuna da Tarde – ambos arquivados no setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes – apesar de sala especial para a consulta, a mesma era coletiva e também com maciça presença de pesquisadores; proceder à leitura e síntese seria moroso por demais e gravar as notícias em áudio incorria em incômodo para os demais freqüentadores. Optou-se então, por manter o procedimento fotográfico.

Foram cerca quinhentas fichas sintetizadas referentes aos três jornais, correspondentes a 2.261 fotos. Estas, mediante leitura minuciosa, momento no qual se excluiu aquelas que não apresentavam informação relevante à pesquisa, foram todas sistematizadas nas fichas catalográficas, conforme o primeiro procedimento empreendido. As sínteses das referidas fichas permitiram não só o resumo das informações, mas a mobilidade na organização destas informações de forma dinâmica, permitindo construir diferentes linhas de organização: temporal, institucional, partidária, ou conforme a categoria a que se propunha a análise.

Quanto ao Jornal Unibairros, a catalogação seguiu o número dos jornais, num total de quarenta e um. Assim como os documentos oficiais e técnicos, cujas fichas referiram-se à unidade de documento totalizando vinte e três.

Foram, portanto, quase seiscentas fichas documentadas no cômputo final e cujas categorias principais relacionadas ao atendimento à infância em Juiz de Fora e processos políticos e históricos estiveram, por vezes, entrecruzadas. Delas também decorreram temáticas subjacentes, variando conforme as duas administrações municipais que se inscreveram na década analisada. Os processos históricos construídos neste período, os interesses emergentes sobre a infância, a própria diferenciação dos três jornais; enfim, questões que necessariamente não podem se resumir na contabilidade das notícias.

Desta forma, as mesmas categorias que nortearam a busca de notícias nas páginas dos referidos jornais, no decurso de 120 meses de publicação quase diária, permitiram mapear os documentos oficiais, técnicos e o jornal Unibairros. Todas auxiliaram na organização e análise dos dados.

No entanto, após a organização preliminar, importante para alguns apontamentos do trabalho, certos insights foram delimitando a forma pela qual as informações poderiam ser melhor dispostas, sem perder de vista o aporte teórico ancorado na noção boudieuniana de campo. Disso decorreu a escolha de identificar primeiro os agentes que atuavam em favor da infância, momento no qual se percebeu a multiplicidade temática vinculada aos discursos que entre eles circulavam. Aspectos relacionados à desnutrição, mortalidade, desenvolvimento intelectual, vacinação e saúde preventiva, abandono, delinqüência, violência, criação de abrigos e creches, implementação de projetos específicos para o lazer e para a educação nas comunidades periféricas, dentre outros, estavam revestidos, em alguma medida, por um tom de denúncia das mazelas sociais sobre as quais as crianças carentes e suas famílias estavam imersas.

A multiplicidade temática foi considerada, no conjunto das informações, dado relevante para determinar o foco privilegiado de atuação das diferentes agentes no atendimento à infância pobre de Juiz de Fora. Ao identificar tal foco, percebeu-se que o mesmo conduzia, por conseguinte, à delimitação do objeto de disputa entre aqueles que empreendiam práticas em prol das crianças menores de sete anos. Os diferentes agentes, legitimados por seus discursos, imputavam diferentes necessidades às crianças pobres, compelindo para si a competência presumível para saná-las. A competência de atendimento pôde ser vinculada aos preceitos médicos, jurídicos, religiosos, políticos, econômicos e educacionais, dentre outros, que denotaram a interseção de diferentes campos na constituição do campo do atendimento à infância. Sendo este o objetivo da pesquisa apresentada.

PARTE II

EDUCAÇÃO INFANTIL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA LITERATURA BRASILEIRA

Primeiramente cabe considerar que Educação Infantil e movimentos sociais são temas capciosos no debate educacional brasileiro porque foram marginalizados nas produções acadêmicas e posteriormente resguardados enquanto domínios epistemológicos, gerando campos científicos peculiares à interpretação dos fatos. Todavia, nesta pesquisa, serão considerados produtos complementares recentes nas práticas sociais que se edificaram nas últimas décadas.

Conforme Gohn (2003b), movimentos sociais se assimilaram à idéia de renovação na forma de fazer política, o que fez revigorar as abordagens das Ciências Sociais, sobretudo configurando-se enquanto tema privilegiado, nas décadas de 1970 e 1980, da Sociologia Brasileira. Segundo a autora, tal destaque pode ser conferido à emergência dos movimentos sociais populares urbanos que reivindicavam bens e equipamentos cole-

tivos de consumo – das quais se enquadram, por exemplo, instituições específicas para o atendimento à infância – e questões em torno da moradia.

A totalidade das produções neste mesmo período, entretanto, não contabilizou estudos relativos a movimentos sociais para educação; alguns poucos concretizados foram desconsiderados tanto pela Educação quanto pela Sociologia e Ciências Políticas, marginalizando o tema. À marginalização decorrem duas vertentes explicativas convergentes: a primeira refere-se ao pensamento educacional composto por uma divisão antagônica na qual se privilegiava questões relativas ao sistema educacional em detrimento daquelas referentes ao meio popular, entendida como à margem da produção do Estado; e a segunda, concernente ao enfoque predominante nos estudos que vulgarizavam a relação entre movimento social e poder público (CAMPOS, 1991), acentuando-os como forças opostas (JACOB, 1987, GONÇALVES, 2005).

A este quadro de lacunas e restrições na produção científica no qual se inscrevi- am forças opositoras ao Estado, também estiveram arraigando os estudos sobre a relação entre Estado e Educação nas referidas décadas. Como evidência, no mapeamento realiza- do por Gonçalves (2005), as produções discutiam as transformações do Estado e suas implicações no campo educacional concomitante ao momento em que estas se processa- vam. Assim sendo, a atualidade das abordagens foi acompanhada pelas expectativas que se imprimiam às novas funções do Estado e, por vezes, denunciando a omissão, a inefici- ência e centralização de poder. O olhar mais audacioso quanto às pesquisas que consa- gram conjuntamente estas temáticas, vislumbra o hiato entre o fechamento às prioridades analíticas e teóricas de cada área do conhecimento (CAMPOS, 1991; GONÇALVES, 2005) e a conseqüente ramificação fragmentada do tema.

Estes aspectos são reveladamente acentuados ao que diz respeito à Educação In- fantil porque a própria abordagem historiográfica e seus marcadores no campo da saúde e assistência social refletem esta ramificação. Além disso, segundo Rocha (2001), as pro- duções até a década de 1990 fundamentaram-se basicamente na Psicologia e sob a égide do debate da educação compensatória. Ainda para esta autora, foi somente no final de 1980 e início de 1990, mediante a diversidade de alternativas de educação para crianças pequenas geradas na luta dos movimentos sociais e sua conseqüente expansão, que o fo- co orientador das produções teóricas angaria uma discussão política.

Não obstante, tanto em termos de produção científica quanto na prática cotidia- na edificada ao longo da trajetória da Educação Infantil no Brasil, é possível afirmar que a mesma se edificou num campo de disputas, no qual foram protagonistas diferentes su-

jeitos sociais: obras vinculadas às confissões religiosas; movimentos sociais populares; partidos políticos; especialistas das áreas de medicina, nutrição, assistência social, educação, psicologia; Estado, órgão de orientação e fomento internacionais; dentre outros. Estes competiam com projetos sociopolíticos e culturais que contribuíram para a construção de uma cultura política voltada para a transformação da realidade social.

Alvarez, Escobar e Dagnino (2000) e Gohn (2005) pontuam ser a cultura política inerente à prática dos movimentos sociais, uma vez que sustenta outras culturas políticas alternativas ao estabelecerem correlações de força com outros grupos, ajudando a compor as regras do jogo.

Desta forma, concordando com Campos (1999), ao recuperar a história de lutas pelos direitos à educação das crianças, aponta-se para o reconhecimento das contribuições que os movimentos sociais tiveram na consolidação e formulação das propostas de políticas de Educação Infantil.

Para tanto é necessário perscrutar, na revisão de literatura, o enfoque analítico dado ao tema, de forma a contemplar os vieses estruturantes ao seu tratamento. Disso decorreu realizar a abordagem histórica da Educação Infantil, do pensamento clássico acerca da institucionalização da infância enquanto categoria social geracional e suas influências no pensamento brasileiro até localizar os principais condicionantes da expansão do atendimento. Este intento coube ao primeiro capítulo intitulado *Atendimento Institucional da Infância: nuances do percurso histórico e acepções da atualidade*.

No segundo capítulo, procedeu-se a abordagem acerca do tema movimentos sociais, fundamentalmente ancorado na abordagem realizada por Maria da Glória Gohn em sua obra *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (1997). Dentro da percepção da ação coletiva, mapeou-se a noção de movimentos sociais apreendendo conceitos da emergência específica dos movimentos relacionados à mobilização por equipamentos coletivos, especificamente em meios urbanos, visto que nestes localizaram-se as demandas populares por instituições para a infância, organizadas por movimentos específicos. Ainda neste capítulo, procedeu-se a breve sistematização das pesquisas que se aventuraram na correlação necessária ao entendimento dos processos sociais constituídos por seus agentes, ou seja, pesquisas que empreenderam análise acerca da luta por educação a partir da mobilização social.

3 – ATENDIMENTO INSTITUCIONAL DA INFÂNCIA: NUANCES DO PERCURSO HISTÓRICO E ACEPÇÕES DA ATUALIDADE

Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é entendida hoje no Brasil, como frequência regular de uma criança, em idade não obrigatória, a um estabelecimento de natureza educativa fora do nicho familiar. Esta definição, contida na legislação educacional atual, possui elementos explicativos complexos arraigados à história da infância no país. História esta que, apesar de possuir configurações específicas, apropriou-se de correntes teóricas paradigmáticas dos feixes europeus e norte-americanos e destes fizeram base argumentativa para o atendimento à primeira infância. Tratam-se de conceitos, princípios, valores, crenças, representações, mecanismos de amparo, dentre outros que, mediados pelas co-relações de forças dos diferentes campos sociais, coadunaram em uma definição legal de Educação Infantil não unívoca, carregando consigo significados social e culturalmente construídos, implicando sobretudo a construção social da concepção de infância.

O objetivo deste capítulo constituiu no aprofundamento dos antecedentes histórico-políticos que enredaram, demarcaram e consolidaram as condições de infância, a partir das formas de atendimento à mesma, especificamente no Brasil. Inicialmente optou-se por uma breve abordagem acerca dos fundamentos que norteiam abordagens historiográficas e sociológicas acerca da infância, reveladores das condições desta enquanto categoria social geracional. Após entender tal processo de construção social, a seção seguinte voltou-se para os feixes históricos sociais específicos do Brasil.

3.1 – Fundamentos para a compreensão da construção social da infância

Ulrick Beck (apud Sarmento, 2005) denota que o ciclo histórico é demarcado por mudanças sociais galgadas ao longo dos últimos séculos, destacando duas grandes fases: a Modernidade e a Segunda Modernidade. Para a primeira são consideradas as alterações que incorreram das complexas rupturas sociais processadas nas condições da Modernidade como a industrialização, a constituição social da noção de família, a criação de instituições específicas com finalidades sociais mais amplas como a escola, por exemplo, dentre outros. A Segunda Modernidade apresenta-se como a resignificação dos elementos da primeira, redimensionando-a.

Sarmento (2005) se apropria desta noção e afirma ter ocorrido a transformação dos marcadores que serviram para instituir a infância na Modernidade. Para tanto, ele a-

ciona os principais achados de Philippe Ariès publicados sob o título *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*²⁶, na década de 1960, apontando tais elementos instituintes, isto sob a premissa de que os mesmos foram construídos social e historicamente e foram se alterando, impugnando às crianças condições outras para experienciarem sua condição infantil como categorial social geracional.

Mesmo que sumariamente, para se entender os pressupostos instituintes e reinsituíntes da infância, fazem-se necessário abordar os achados da obra de Ariès. Primado para as pesquisas históricas sobre a infância, os pressupostos teóricos de Ariès evidenciam, a partir da história das mentalidades, uma tradição historiográfica sobre a criança. Ao apontar a descoberta da particularidade infantil a partir dos feixes peculiares ao contexto europeu²⁷ Ariès (s/d) afirmou que a infância passou a ser percebida enquanto valor e sentimento somente a partir do século XVII, alcançando configurações relevantes que denotaram a construção de uma consciência social sobre a criança.

No Brasil, a tradução abreviada do texto original deu à obra o título *História Social da Criança e da Família*, tendo seções suprimidas, como por exemplo, “Do externato ao internato”. Posteriormente, ao reeditar a obra, o próprio autor acrescenta um prefácio que além de fazer um exame da historiografia do livro, exprime sua obra em duas teses principais. A primeira parte trata de um ensaio interpretativo da sociedade tradicional cuja representação da criança não era muito clara, pois se misturava aos adultos compartilhando sua rotina e rituais. A segunda tese – avaliada como a de grande receptividade pelos historiadores – apontou espaços e sentimentos conferidos à infância na sociedade Moderna, configurando tal marco como momento em que se instituiu a infância; isso por meio de novas configurações da organização familiar, da institucionalização através da escola, da multiplicidade de conhecimentos teóricos específicos sobre a infância e a forma de relação do adulto com a criança.

Conforme Meyer (apud REDIN, 2000), especificamente nesta fase, as crianças saem de seu anonimato e começam a ser percebidas de outra forma, visto que o investimento afetivo e social das crianças começa a ser reduzido à família conjugal, diferente do período anterior em que tanto as famílias quanto as próprias crianças estavam em espaços coletivos comuns, como ruas e praças. Como centro do nicho familiar, a criança angaria

²⁶ A infância e a vida familiar sobre o Antigo Regime.

²⁷ Vivido da Idade Média - período compreendido entre o ano de 476 a 1453 – à Idade Moderna - Período compreendido entre o ano de 1453 a 1789.

novos olhares e controle dos membros da família – em nível do espaço privado – e também do Estado – em nível das instâncias públicas – através de instituições como a escola.

As transformações sociais que inauguram o sistema capitalista de produção, pelo advento da Revolução Industrial, propiciaram condições para a distinção entre a criança e os adultos, bem como o interesse em inculcar a prontidão para a produtividade. Houve, por um lado, a busca pela demarcação de determinada etapa da vida destes indivíduos com vistas a retardar a entrada na fase adulta; por outro, sua expulsão da vida social adulta mediante seu confinamento em instituições específicas para sua preparação à entrada na vida social. Nesse imbricado processo de mudanças, cumpria às escolas tal demarcação.

Nos apontamentos de Ariès (s/d) a criança era considerada por juristas, moralistas e padres um ser inocente e fraco, portanto, precisava da disciplina que a escola proporcionava. A difusão desta noção impõe atendimento especial a partir de uma espécie de quarentena, com vistas a prepará-la para o ingresso no mundo adulto. A entrada e o período de estadia na escola, fizeram com que a infância se prolongasse, arrancando-a assim da vida dos adultos e ampliando socialmente o período de vida denominado infância.

Embora compusesse no século XVII – e ainda compunha – um dos marcadores fundamentais à demarcação da infância na sociedade, o acesso à escola, naquele momento não se pautava na distinção entre as classes sociais, mas sim entre população escolarizada e aquela que entrava diretamente na vida adulta. Entretanto, no século seguinte, mediante a expansão geográfica e social da escola, iniciou-se a distinção dos ciclos de estudo conforme as vocações e as funções pretendidas aos alunos. Era inerente perceber, portanto, que aos homens da lei seria possível todo o percurso de formação, no passo que aos oficiais, mecânicos e militares ficariam fadados à ruptura do ciclo de escolarização com vistas às atividades profissionais (ARIÈS, s/d). Observou-se, no século XVIII, a substituição da escola única por outra ajustada a um duplo sistema que se balizava, por seu turno, na distinção social e não mais etária.

Instalou-se de forma rápida e crescente, a crença de um único modelo de criança, requerente de moralização via a escolarização com vistas à atuação social-produtiva futura desconsiderando a pluralidade social das famílias no bojo da Revolução e ancorando-se nas condições de vida e de acesso das famílias burguesas e seus anseios.

Decerto, muito além das críticas à obra de Ariès, o valor paradigmático deve ser sobressaltado quando se pretende abordar temáticas relacionadas à infância. Ao se debruçar em fontes pouco usadas pelos historiadores da vertente tradicional –representações

iconográficas – Ariès trouxe elementos contributivos quanto ao que se refere à construção social da infância naquele recorte empírico investigado, evidenciando as representações das famílias nobres francesas.

Apesar do referido recorte empírico se apresentar como o calcanhar de Aquiles da abordagem de Ariès, é imprescindível pensar estes marcos instituintes como os produtores das condições de construção da infância, bem como vislumbrar o fato de que os mesmos variam socialmente, apontando as diferentes representações de criança. Do anonimato libertino ao infantilismo engessado dos jardins de infância, a criança foi considerada como adulto em miniatura, assumindo posição social própria e sendo moralizada (REDIN, 2000).

Neste sentido, cabe considerar que a história da infância, nas diferentes sociedades, é composta por “idéias contrastantes sobre questões fundamentais relacionadas à duração da infância, às qualidades que diferenciam os adultos das crianças e à importância vinculada às suas diferenças” (HEYWOOD, 2004, p. 22). Por outro lado, pressupõe igualmente, o reconhecimento de que estas questões vão se alterando conforme as transformações processadas na organização da sociedade, incidindo, sobretudo, na compreensão da questão da criança, imputando-lhe significados mediante sua inserção histórica social e cultural.

Consoante com o supracitado, Redin (2000) conclui que “(...) os tempos para a criança mudaram e muito – porque a família mudou, porque o Estado mudou, porque o mundo mudou” (p. 23). Neste rol de mudanças Ulrich Beck aponta o segundo ciclo histórico, conforme abordado no início desta seção, a Segunda Modernidade.

Para Sarmiento (2005), a Segunda Modernidade, enquanto demarcadora do desenvolvimento do ciclo histórico, é caracterizada pelas rupturas com as estruturas da sociedade moderna. É a fase na qual a densidade das convulsões sociais afeta, mormente, a infância, sobretudo devido às distinções sociais, raciais, religiosas, de gênero, dentre outras. Os marcadores reinstituintes da infância – desdobrados na instituição educacional, na estrutura familiar, no conjunto de saberes específicos e na administração interativa simbólica entre adultos e crianças – foram profundamente alterados, porém carregaram consigo as mazelas do passado, corroborando para dominação patriarcal e paternalista de forma dura e sutil, reafirmando a dependência, a incompletude, a imaturidade da criança e sonogando-a a cidadania.

Tal fenômeno está relacionado aos paradoxos de promoção das crianças nas diferentes instituições sociais, sobretudo pelo Estado, conforme apontam Sarmiento e Pinto

(1997). Com propriedade, os autores asseveram que os olhares sobre a infância incidem a partir do momento no qual sua existência passa a ser medida pelos indicadores sociais²⁸ relativos, em grande parte à pobreza, índices de mortalidade, prostituição e trabalho infantil. E “apesar de todos os progressos, as condições de existência das crianças não são mais fáceis hoje, ao contrário, são mais complexas”, visto a sonegação da autonomia, os turbulentos contextos de existências, perversidade das desigualdades e controle dissimulado exercido geracional e socialmente sobre a criança (SARMENTO, 2005, p. 14), revestidas pela idéia de dependência própria da natureza infantil (KRAMER, 1984).

Contudo, tal relevância social da criança e da infância se estende no final do século XX, ocupando lugar na agenda da opinião pública e dos sistemas de produção do conhecimento sobre a sociedade, principalmente no Brasil.

3.2 – A construção social da infância no Brasil

Pesquisadores como Moysés Kuhlmann Jr, Sonia Kramer, Maria Malta Campos e outros, apontam os feixes peculiares à história da infância no Brasil, abrangendo, sobretudo, as formas de atendimento institucionais, criadas conforme a concepção de criança que se construiu ao longo do percurso histórico-social da própria sociedade brasileira. Concepção tal, que ensejada por matrizes discursivas específicas, impregnaram as práticas empreendidas no trato à infância. São estes autores, especialmente Kuhlmann Jr (1998) e Kramer (1984) que contribuem para a apropriação crítica da obra de Ariès apontando para a necessidade de prevenir a assimilação equivocada quanto à noção abstrata de infância.

Na análise de Kuhlmann Jr (1988), a obra não pode ser apreendida sobre a pretensa de se considerar evolutivo e universal o processo de construção do sentimento sobre a infância, visto que este não é linear e ascendente; antes varia conforme os processos sociais de cada sociedade. No entanto, após a tradução da obra e a divulgação no Brasil²⁹ na década 1980, inúmeros estudos sobre a infância foram desenvolvidos (GOUVÊA, 2003), antes, contudo, esparsas produções eram registradas até a década de 1960.

Na matemática das reflexões teóricas, há de se considerar então as especificidades da construção do sentimento de infância no Brasil, tomando o cuidado, segundo Ku-

²⁸ Para Januzzi (2001), “um indicador é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo (...) é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas” (JANUZZI, 2001, p. 15)..

²⁹ A autora aponta concomitante a este, o fato de abertura à exploração da temática nos programas de pós-graduação de história e de educação.

Ihmann Jr (1998), de se compreender que a criança não é a única produtora de sua própria história/infância, cuja participação nas relações sociais está além das relações psicológicas, mas também congrega processos sociais, culturais e históricos. A história contada sobre ela é produzida pelos adultos numa realidade distinta: a da representação própria do adulto.

A compreensão desta construção pelos feixes específicos da sociedade brasileira, mesmo considerando as influências de correntes européias e americanas, tornou-se de fundamental importância para demarcar as diferentes formas de atendimento institucional para a infância. Entende-se serem estas, produções históricas, conformadas pelos processos desenvolvidos na morfologia social brasileira. Igualmente propiciou compreender os ramos e os avanços da constituição da Educação Infantil no país, suas diferentes dimensões.

Os processos histórico-sociais da realidade brasileira ao qual se refere o atendimento à infância, com base em Kramer (1984), podem ser divididos nos marcos em que se inscrevem, sobretudo, os processos políticos de organização social do país. Perscrutar a reconstituição destes marcos, mesmo provisoriamente demarcados por determinadas produções desenvolvidas até o momento, possibilitou evidenciar vertentes tendenciosas e antagônicas no que se refere ao atendimento infantil; estas ora foram subtraídas ao assistencialismo, ora foram pensadas nos patamares educacionais, cindindo um campo complexo – o da Educação Infantil – carecedor de diferentes campos de estudo para seu equacionamento.

Se, de um lado, a abordagem do tema, tende a subjugar-lo às mazelas sociais condicionantes, em primeira instância, da pobreza e da marginalidade infantil, posteriormente estes foram subalternizados à promoção da mulher na vida social produtiva mediante sua saída para o mercado de trabalho remunerado. Por consequência a relevância foi dada mediante a definição dos preceitos legais trabalhistas que foram ao encontro das ações assistenciais à família. Por outro lado, este é o ponto de partida legalmente conformado na lei para se pensar a dissipação do antagonismo entre a profunda carência social e a expansão da mulher, resguardando-a com direitos mínimos.

É a partir da intervenção do Estado e das ações que inauguraram a assistência pública no país que se vincularam também ações no campo da educação, especificamente da Educação Infantil; estas ações conjecturadas enquanto proteção social, se referem às políticas e aos direitos sociais inicialmente voltados para os trabalhadores e, nos últimos anos, para os cidadãos.

Em linhas gerais, para compreender a constituição do campo da Educação Infantil, tornou-se imperioso prescindir os condicionantes de suas produções, bem como as matrizes discursivas que as impregnaram.

3 2 1 - O Embate entre o Providencial e o Científico na Constituição da Assistência Privada

Do descobrimento até a década de 1930, destacaram-se formas homogeneizadas de docelização da população produzidas através da ação para o ajuste social, impregnado por um ideário de civilização, disciplina e avanço econômico sobre os quais a educação, em primeira instância foi delineada pelo altruísmo e fé cristãos e, por conseguinte, pela defesa de mecanismos e instituições propícios para a prevenção das mazelas sociais.

Assistiu-se no Brasil, neste período – compreendido pelas categorias históricas Colônia, Império e República – à consolidação de formas diferenciadas de atendimento à infância, as quais contribuíram, a partir de diferentes matrizes discursivas, para a formação do campo da assistência³⁰ no país e cuja integração ao Estado se deu, posteriormente, pela conformação própria do obscuro bem-estar social, permeado pela prática do controle.

O atendimento à infância foi demarcado pela vertente providencial caracterizada pela ação da Igreja, especificamente a Católica. Mesmo considerando a Reforma Pombalina e um de seus princípios – a laicidade – devido, por exemplo, à escassez de mestres capacitados que rompessem com a pedagogia religiosa jesuítica, tanto a instrução – essencialmente catequética – quanto o asilamento aos moralmente abandonados, figuraram-se como essencialmente cristão³¹.

Enquanto agência social, a Igreja produziu ações pautadas pela piedade, amor ao próximo, preservação da moral da família, religiosidade vigorando no atendimento aos desafortunados, onde a essência humana fazia-se de desígnio divino. Sobretudo no que concerne ao atendimento asilar e a outras formas de auxílio aos infortúnios, tais ações foram impregnadas pelo discurso da caridade, onde o principal objetivo era a dominação cultural, dissimulada pela salvação.

³⁰ Os meandros deste quadro foram analisados com maior clareza por Irmã Rizzini que em *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção* (1993), apesar de apontar outros períodos históricos, se detém nos primeiros anos República. Para além das considerações substanciais da autora, sua obra nos chama particular atenção para o jogo de forças que demarcou o campo da assistência brasileira.

³¹ Cabe ressaltar, que mesmo com a instituição do Estado laico e a assunção da Igreja pelos positivistas, esta última teve preponderância papel quanto ao que se refere à Educação. Como principal gestora e formadora da consciência do homem, tanto instituiu uma rede de ensino que se consolidou ao longo dos anos quanto atuou diretamente com as camadas populares oferecendo-lhes assistência diversas como foi o caso das creches.

A matriz caritativa foi se compondo, portanto, de forma a se legitimar no veio das necessidades humanas, impregnando a religiosidade como uma destas e, por outro lado, a conformação das bases da assistência no Brasil. Neste sentido, Rizzini (1993) é quem traz contribuições importantes quando trata da *assistência caritativa*³² baseada no Manual da Associação das Senhoras de Caridade cuja autora aponta os ensinamento explícitos no mesmo:

(...) os cuidados corporais dados aos pobres são apenas uma parte duma Senhora de Caridade; pode até dizer-se que são apenas um meio para chegar ao fim principal para que a Obra foi suscitada pela Providência: à alma do pobre é que se deve chegar, é seu espírito que se deve dirigir para o céu, é seu coração que deve ser lucrado para Deus. (Associação das Senhoras da Caridade apud RIZZINI, 1993, p. 52)

A ordem social era delimitada pela Igreja e com ela as condições de perceber a pobreza como algo que necessitava ser apaziguado por meio do isolamento dos indigentes, afastando-os do convívio social.

A grosso modo, Moncorvo Filho, se referindo a este período, assevera: “desde o descobrimento até 1874, pouco se fez no Brasil pela infância, tanto do ponto de vista de produção jurídica quanto das alternativas de atendimento existentes” (apud KRAMER, 1984, p.51), principalmente devido à escassez dos recursos. O atendimento se caracterizou por projetos de diferentes grupos que atendiam à criança, porém concretizados de forma expletiva aos modelos de bem-estar existentes, marcadamente arraigado pelos pressupostos caritativos.

Estas iniciativas começam a ser repensadas quando, ao debate contra o abandono de crianças na Roda dos Expostos em que os movimentos abolicionistas faziam-se de principais precursores, agregaram-se os juristas e médicos. Estes últimos alicerçando seus discursos sobre a necessidade de não só remediar, mas, sobretudo, prevenir a desordem social. Para tanto, criticando as altas taxas de mortalidade infantil nos asilos de caridade, a religiosidade imanente da educação, dentre outros fizeram vigorosas investidas quanto à higienização da pobreza social, sobretudo com vistas à prevenção de doenças transmissíveis cujo controle da saúde infantil era primordial (NUNES, 2003).

As bases científicas – degenerência e eugênia³³ - voltadas para a profilaxia social apontavam para resultados concretos sob os quais as ações deveriam se voltar para

³² Especificamente no terceiro capítulo intitulado *A assistência ao Menor*. p. 47-96.

³³ Ambas alicerçaram a medicina social cuja estratégia era a prevenção; a primeira sob os postulados teóricos de Morel consistiu, no Brasil, na preocupação com as causas da delinqüência – patologias hereditárias.

formação de mão-de-obra futura. Isto fez com que a matriz filantrópica se tornasse fortemente veiculada na segunda metade do século XIX, quando a idéia de reeducação e moralização das mães pobres fez diminuir o uso das Rodas dos Expostos.

Embora não rompesse totalmente com os pressupostos da assistência caritativa, a filantropia apoiou-se em experiências daquela e passou a atuar mais incisivamente, por exemplo, com as mulheres. Além do “sustentáculo moral da família”, os atributos considerados inatos – emoção, delicadeza, afetividade e outros – passaram a ser desempenhados pelas mulheres sob orientação incisiva da medicina³⁴ (RIZZINI, 1993 60-1).

Compreende-se que a disputa pela competência do controle da ordem social começou a ser gestada em meio ao fervor dos confrontos para a abolição da Escravatura – consolidada em 1888, com a Lei Áurea – e da Primeira República – 1889. As transformações sociais decorrentes se edificariam sob as bases do modelo capitalista em vias de se enraizar no país, porém já injetando novas configurações de ocupação do espaço nacional, novo processo de produção social, bem como de relações de mercado que indubitavelmente marcaram a organização da família brasileira e nela o lugar social da criança. Notadamente estas transformações consolidariam o pragmatismo institucional para a infância nos anos que se seguiram.

No cotejo destas transformações, a formação de mão-de-obra futura passa a ser o mote da ação educativa nos asilos e seminários. Alguns por iniciativa das indústrias (RIZZINI, 1993), passam a ocupar-se da preparação da criança para a produção artesanal e fabril.

Ao situar os fundamentos do conflito travado entre a tendência filantrópica e a caritativa em torno da competência legítima de proteção da ordem social, Rizzini (1993) aponta uma análise importante à compreensão da disputa política e econômica empreendida, sobre a qual diferentes agentes se viram seduzidos a participar, empreendendo seus projetos – que vão se consolidar somente a partir de 1930 com o Estado intervencionista.

O compromisso filantrópico se revestia pela racionalidade científica, buscando a adequação preventiva, moral e produtiva dos desviantes – pobres, abandonados e delin-

rias de intoxicações como álcool e drogas – e, a outra, a eugenia, de Francis Galton, influenciou a intelectualidade brasileira quando da preocupação em purificar a raça (RIZZINI, 1993, p.22).

³⁴ Esta vinculação da mulher na ação preventiva moral da sociedade, pode ser tomada enquanto eixo de análise enriquecedor para a compreensão do perfil do profissional de Educação Infantil atualmente, visto que predominantemente são as mulheres que se ocupam desta área de atuação; além disso, marcada pela Lei 9.394/96, a formação específica para este profissional passou a ser cogitada pelo poder público, antes as condições próprias da mulher era que determinava suas condições para o trabalho, sobretudo em creches.

qüentes – à sociedade capitalista industrial que começa a se formar, disciplinarizando-os por um projeto de assistência que abrangia a mulher-mãe inclusive nos processos educativos de prevenção. Assim, diferentes formas de atendimento institucional foram sendo disseminadas consoantes aos casos específicos requerentes de tutela.

O cientificismo da filantropia e a fé da caridade vão entrar em conflito. A Igreja, atada a uma sociedade aristocrata e rural, tem dificuldades para aceitar a idéia de progresso pela ciência, dominantes nas sociedades industriais. A beneficência, que sempre exclusiva da Igreja, começa a ser disputada por grupos independentes da fé católica. O movimento filantrópico, antes da religião, tem um compromisso com a ciência (RIZZINI, 1993, p.54).

Se, de um lado, as ações da filantropia incorreram em lenta ruptura do uso da Roda e das práticas asilares, por outro incidiram no problema quanto aos filhos das trabalhadoras caracterizadas domésticas, que não tinham outra alternativa de destino para seus filhos além dos espaços de guarda.

A despeito destas alternativas, O jornal *A Mãe de Família*, no ano de 1879, publicou o primeiro artigo divulgador da creche no país; seu autor, um médico-higienista, apontava a preocupação pelo controle e disciplinarização desta situação. Tal publicação, sob o título *A Creche (asilos para a primeira infância)* escrito pelo médico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Kossuth Vinelle, a partir do enfoque analítico de alguns críticos da época, sofreu interpretações controversas quanto ao tema desvirtuando, principalmente o objetivo de criação de creche naquele momento (JUHLMANN JR, 2005).

Defendido e alavancado por médicos-higienistas, o debate pela institucionalização de crianças em creches, assim como em salas de asilos apresentou-se, conforme aponta Kuhlmann Jr (1998), como dispositivo complementar à escolarização primária, denotando preocupações com a instrução da infância, como forma de preservá-la da criminalidade. Ambos – creches e salas de asilos – ainda não existiam no Brasil; a primeira era destinada a crianças menores de 2 anos e a última, para crianças de 3 a 6 anos.

Para Oliveira (2002), a distinção entre asilos, escolas infantis e jardins de infância marcou o momento em que, concomitante a este projeto de reforma da instrução proposto por Rui Barbosa, assistiu-se ao fortalecimento de um movimento de proteção da infância, sobrepujado por uma visão distorcida do pauperismo social; visão esta “preconceituosa sobre a pobreza, defendendo um atendimento caracterizado como dádiva aos menos favorecidos” (ibidem, p.93).

Algumas iniciativas esparsas começaram a ser desenvolvidas. Ao Rio de Janeiro coube destaque pioneiro com a inauguração, no ano de 1875, do Jardim de Crianças do Colégio Menezes Vieira, por iniciativa particular, buscando se basear na pedagogia froebeliana e, em 1899, da creche para o atendimento dos filhos dos operários da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado. Quanto à iniciativa para instalação de Jardins de Infância, no mesmo ano da inauguração no Rio de Janeiro, a Assembléia Provincial da Bahia discutiu um projeto para a criação destas instituições. Em São Paulo, por iniciativa de um missionário americano, surge o Jardim de Infância Escola Americana³⁵. Ainda em São Paulo, em nível estadual, em 1896, criou-se o Jardim de Infância anexo à escola Normal e, por empreendimento municipal, os parques infantis nos bairros periféricos cujos moradores eram de origem operária. Belo Horizonte, também em nível municipal, inaugurava, em 1908, a primeira escola infantil. A iniciativa se disseminou pelo Rio de Janeiro onde, no ano de 1909, destaca-se o Jardim de Infância Campos Salles, seguido do Marechal Hermes em 1910 e de Bárbara Otoni em 1922 (KUHLMANN, Jr, 2000). Cabe ressaltar que pelas ações pontuais e, mormente cunhadas pela iniciativa privada, o perfil das crianças atendidas não contemplavam o universo demandatário da população brasileira pobre.

Paralela a estas formas extra-asilares, instituições asilares dirigidas aos desfavorecidos abandonados ou delinquentes, foram criadas ou reformuladas com vistas a impedir a “vagabundagem” (RIZZINI, 1993). Destacam-se o Seminário dos Meninos no ano de 1874, em São Paulo; a Sociedade Protetora da Instrução Popular, no mesmo ano; o Asilo de Menores Desvalidos, fundado no Rio de Janeiro em 1875; o Instituto de Menores Artífices, fundados em Minas Gerais em 1876; dentre outros, mantidos em grande parte pela caridade através de ordens religiosas e sociedades beneficentes.

A pobreza começa a ser vista por uma ótica na qual o controle deveria operar, mormente, através das crianças atingindo suas famílias e voltando-se para o trabalho, considerado como fonte de riqueza.

Sob a ótica de uma nova economia, a caridade começa ser acusada de promover a miséria, com uma assistência que não distingue entre os válidos e os inválidos (para o trabalho) e que não prepara a criança para inserir-se na sociedade produtiva (RIZZINI, 1993, p. 57).

Às crianças pobres, as alternativas iam se delineando sob a vigilância da medicina higienista que se exerceria junto à ação das famílias. Por meio dos serviços a elas

³⁵ Atualmente denominado Instituto Mackenzie

oferecidos, as crianças aprenderiam noções de puericultura e higiene infantil; daí a necessidade de “dispensários, creches, gotas de leite, consulta de lactentes, distribuição de enxovais, com a colaboração das Damas da Assistência” (RIZZINI, 19893, p.38). Já nos casos das crianças categorizadas como em *perigo moral*, cujos pais não tinham competência – considerados incapazes ou irresponsáveis – a tutela era inteiramente da medicina, ocupando-se da educação e da saúde. Ao passo que fossem considerados de “menor valia para a sociedade produtiva” (ibidem, p. 38), os menores abandonados ou delinquentes recebiam um aparato judiciário e legislativo agregado à assistência de forma bastante peculiar. Com destaque percebeu-se a Criação do primeiro Código de Menores, no ano de 1927. Preconceituosamente introjetando a noção de menor, o Código referia-se não somente à situação irregular; antes, como expressão social, passou a designar crianças oriundas de meios periféricos pobres.

Àquelas crianças enquadradas nas categorias de perigo moral e menor, foram resguardados a tutela em instituições específicas, reforçando a prática de asilamento, porém sob a denominação de preventórios e reformatórios.

Por outra via, com vistas a evitar os caminhos da marginalidade e o asilamento outras iniciativas foram cunhadas e tiveram em Arthur Moncorvo Filho, defensor da criança desamparada, um dos maiores precursores de iniciativa higienistas no Brasil. A exemplo, o médico criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro – IPAI, em 1901; este logo foi disseminado pelo país por meio da colaboração das Damas de Assistência. Em Juiz de Fora, no ano de 1934, fundou-se a Associação das Damas Protetoras da Infância³⁶, norteadas pelos princípios filantrópicos. Composta por mulheres de reconhecimento moral, dedicadas e sensíveis à dor do outro, sobretudo voluntárias, esta Associação aproximava-se da filantropia e do altruísmo religioso. Cabe ressaltar que o Instituto foi criado com o objetivo de ser modelo tanto para caridade quanto para o Estado, centralizando suas ações no mapeamento das condições de vida das crianças pobres, com vistas “a concentrar, nesse sentido os esforços de outras associações de caridade e religiosa”³⁷ (Estatuto do IPAI apud RIZZINI, 1993, p, 41).

Ainda por Moncorvo Filho, em 1919 foi fundado o Departamento da Criança no Brasil, com o objetivo de “fomentar a fundação de Associações e Ligas de Beneficência

³⁶ BÔNUS da ADPI vão dar recursos para leite de mil crianças pobres. *Diário Mercantil*. 22 de mai. de 1979, p.4.

³⁷ Rizzini (1993) aponta que o Estado seguiu este modelo no ano de 1923 quando criou o Juízo de Menores, na figura do Juiz, o menor era examinado em todos os âmbitos – físico e moral – bem como o estado econômico de seus pais ou responsáveis; porém atenua: eram examinados apenas os menores que iam a juízo – os desviado.

Pública em favor das mães e das crianças pobres” (Departamento da Criança no Brasil apud RIZZINI, 1993, p.60).

No conjunto dos discursos condicionantes para a criação de instituições específicas para o atendimento à infância, inscrevia-se com maior relevo, a criminalidade e a mortalidade. Apesar do impulso de expansão, o movimento de abertura de instituições não abrangia, a contento, às demandas; muitas crianças não eram contempladas, evidenciando a falta de interesse de iniciativas do poder público com a questão social da criança – sobretudo da pobre – e a falta de organização das iniciativas religiosas de caridade.

Tanto os médicos quanto os advogados e autoridades públicas passaram a ser vistos com total credibilidade no que se refere ao estudo das causas e das resoluções da mortalidade e da criminalidade infantil. Detentores de conhecimentos específicos disseminaram alternativas que, via de regra, pelo status de cientificidade, classificaram a criança entre categorias como pobre, “perigo moral” e menores; este último dividido entre abandonado e delinqüente.

Pelo exposto, conclui-se que as práticas edificadas para o atendimento à infância brasileira, até os primeiros anos do século XX, voltaram-se marcadamente para a beneficência, caridade e prevenção, tutelando, com medidas paliativas, o severo quadro de desigualdade peculiar à formação social brasileira.

Com o interesse de diferentes segmentos pelas problemáticas sociais que inscreviam as crianças e, por conseqüência, suas famílias – especialmente as carentes – acirrou-se a disputa em torno das demandas específicas sobre as quais o modelo de assistência foi demarcando categorias, competências e projetos balizadores da rede de proteção social que se formava – porém não voltada para a promoção como almejavam a caridade e a filantropia. O pauperismo social tornou-se objeto de estudo das diferentes áreas de conhecimento, que, fortalecidas e legitimadas socialmente, convergiram para as elites sociais e políticas, o domínio que antes era Igreja sob a pretensa de diminuir as desigualdades tanto econômicas quanto políticas, bem como intelectuais da população pobre (RIZZINI, 1993).

Esta disputa pode ser evidenciada no percurso de constituição do campo da assistência, principalmente no que tange à materialização de instituições e nas práticas empreendidas. Kuhlmann (1998) contribui para esta assertiva quando aponta que inicialmente as instituições de atendimento à infância eram fundamentadas por um atendimento paternalista; as instituições, desde as escolas primárias até consultas às gestantes e lactan-

tes, foram incorporando outras formas de atenção ocorrendo, após a década de 1870, a valorização da infância que passa a ser vista como uma questão social.

O desenvolvimento científico e tecnológico consolida as tendências de valorização da infância que vinham sendo desenvolvidas no período anterior (...). Essas instituições (...) assumem uma postura mais autoritária diante da população pobre trabalhadora: os homens de ciência seriam os detentores da verdade, capazes de efetuar a distribuição social sob controle, na perspectiva da melhoria da raça e do cultivo do nacionalismo (KUHLMANN JR. 1998, P. 28).

Da caridade à filantropia, a trajetória da assistência perscrutada por Rizzini (1993), evidencia formas distintas de conceber a infância no Brasil. Neste ínterim, de importância fundamental está a ponderação da autora quanto à diferenciação conceitual entre menor – definida pelos critérios de moralidade – e criança, na qual, pelos textos jurídicos e médicos, a assistência tende a demarcar atuação extra-asilar à criança pobre; ao contrário, ao menor, conforme os especialistas, a assistência deverá ser prestada em instituições asilares disciplinadoras e funcionais, objetivando o afastamento do convívio social.

Percebe-se a existência de uma linha invisível que separa a criança pobre do menor. A criança pobre deve ser protegida, amparada – ela só constitui uma ameaça pela possibilidade de tornar-se um “menor” (RIZZINI, 1993, p.44).

As instituições asilares e extra-asilares, segundo afirma Kuhlmann Jr. (1998), expandiram no Brasil, marcadamente estigmatizadas e com funções específicas para as demandas sociais, destinadas aos necessitados e incapazes, sobretudo, com vistas a apaziguar as relações sociais, a disciplinarizá-las e, mais ainda, corroboraram para um estereótipo da criança brasileira: a criança *patricia*, conforme Rizzini (1993, p.86) referindo-se aos motivos da Exposição da Criança por Moncorvo Filho.

Cabe ressaltar, este tipo de concepção e de prática para o apaziguamento social pensado sob os pressupostos da filantropia médico-higienista, ganhou destaque em grande parte das pesquisas historiográficas que versam sobre o atendimento infantil. Incorporando em risco de exclusividade e de sobreposição, esquecem de pontuar, conforme Kuhlmann Jr (1998) a influência de outras idéias, além da puericultura³⁸, como os estudos pedagógicos, bem como de psicologia infantil, por exemplo.

³⁸A puericultura integrava, como disciplina, o currículo das escolas normais naquele período.

3.2.2 – Convergência do Controle Social a partir da Assistência Pública

Imbricada à formação da sociedade capitalista e considerada unidade básica de reprodução social dos trabalhadores, a família angariou visibilidade na sociedade brasileira.

Sob o discurso de provedor dos direitos sociais básicos, o Estado ingressou no campo da previdência e da assistência, embalado pelas mudanças da sociedade urbano-industrial e implementou diferentes aparatos para a efetivação da política social, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde. Por esta via, concebia meios e instrumentos para que a população pudesse se enquadrar na vida produtiva promovendo a progresso individual e nacional. Foi o momento em que o desenvolvimento nacional, permeado pela matriz discursiva desenvolvimentista, enleou, sobretudo, as ações do próprio estado, com vistas à inserção do país no cenário econômico a partir da colocação de sujeitos em postos de trabalho.

A política social, pós-1930, em sua totalidade, destinava-se aos trabalhadores via regulação da previdência pelo Estado. Entretanto, aos que não se enquadravam na categoria cidadão-trabalhador – os excluídos do sistema previdenciário – o Estado instituiu, por meio da assistência social, sua forma de controle, deixando-se impregnar pelas ações de amparo até então desenvolvidas pela caridade e filantropia. Por esta vertente, o combate à pobreza se pautou no intento de enquadrar a população desviada ao processo produtivo.

A questão social, configurada como condicionante da vida cotidiana da população, trabalhadora ou não, esteve presente em ambas as instâncias – previdência e assistência social – urgindo a implementação de políticas sociais que vieram por meio da legislação reguladora e, por vezes, fez confundir a função de cada uma.

Ao entrar no campo de disputa pelo controle da ordem social, o Estado subsidiou condições que reforçavam, por meio da assistência pública, as principais tendências para o trato da pobreza, porém tomando o cuidado de não minar as diversas formas de atendimento prestado até então pela assistência privada; antes organizou alianças pelas quais o poder público e instituições particulares teriam vantagens, sob o pretexto da assistência social. O cerne aliancistas convergiu os preceitos racionais e metódicos da assistência filantrópica, normatizando o funcionamento já implementado pelo oferecimento da proteção social de parcela da população que não era contribuinte da previdência e dos benefícios de seguridade dela proveniente.

Voltando-se para a criança, algumas iniciativas emblemáticas destacaram-se: como o Departamento Nacional da Criança, Legião Brasileira de Assistência e Juízo de Menores. As iniciativas estatais incorporavam a política de subvenção às iniciativas já existentes, fortalecendo-as e incentivando outras mais que pudessem dar conta da missão de preparo do homem futuro e consolidar o Estado nacional (KRAMER, 1984).

As formas de atendimento, nomeadamente, se davam por meio da institucionalização extra-asilar que, dentre outros, incluíam visitas domiciliares, creches e escolascómo forma alternativa aos hospitais, asilos, maternidades e outros. Às primeiras, conforme Rizzini (1993), convergiram o objetivo de prevenir o abandono, os maus tratos e a delinqüência, e também de evitar o isolamento social de potenciais sujeitos produtivos.

Aspectos relativos à saúde, sobrevivência, direitos sociais, leis, assistência, educação, dentre outros, difundiram associações e instituições para o cuidado das crianças por meio de iniciativa do setor privado, sociedade civil e Estado (KRAMER, 1984); o último, mormente por meio da legislação manifestada na forma de pareceres e decretos.

Ao Estado – imbuído pela neutralidade liberal – na medida em que trazia para si o controle, centralizava o atendimento à infância por meio de normas que iam de encontro à prática real implementada pela assistência privada, gerando tenso descompasso; era a forma de se eximir das responsabilidades, sobretudo financeiras, sobre esta categoria geracional, porém sem deixá-la à parte das ações desenvolvimentistas, em que a população e as associações eram chamadas a colaborar. Conforme Kramer (1984),

Se desde o século XVII a assistência social privada, principalmente a católica, precedera a ação oficial no Brasil, a partir da década de 30 o Estado assumia esta atribuição e convocava indivíduos isolados e associações particulares a colaborar financeiramente com as instituições destinadas à proteção da infância (p. 61).

Este tipo de ação por parte do Estado consolidou, com nova roupagem, a atuação de agentes sociais que já desenvolviam ações para a proteção da infância. Contraditoriamente, por meio de parcerias entre as associações coordenadas por confissões religiosas, médicos, leigos e também educadores, deixou à mostra a deficiência em assumir a responsabilidade sobre o atendimento infantil, tal qual apregoava na forma da legislação.

Mediante a tensão entre legislação, meios para regulamentação e o cumprimento das políticas sociais é que a política nacional para a infância começou a ser sistematizada, principalmente com a criação de instância para centralização das ações e regulamentação

como o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência, o Serviço de Assistência aos Menores, além da Consolidação das Leis Trabalhistas.

a) O Departamento Nacional da Criança

O Departamento Nacional da Criança – DNCR – criado em 1940, pode ter sido, no pós-1930, o principal mecanismo que fez ressentir a conotação médica ao atendimento infantil, sobretudo conferido à creche. Sob orientação dos pressupostos higienista e dirigido pelo médico Olinto Oliveira, o DNCR tinha como objetivo, dentre outros, centralizar os serviços de atendimento prestados à mulher e às crianças.

As análises empreendidas por Vieira (1986) sobre a trajetória deste Departamento serviram de subsídios para Campos (1993) na alusão às ações do Departamento.

Durante seus 30 anos, o DNCR realizou campanhas educativas e inquéritos médico-sociais; participou de campanhas nacionais e internacionais sobre assistência materno-infantil; formou médicos puericultores, pessoal auxiliar e supervisores; produziu publicações sobre organização e funcionamento de creches; organizou cursos populares sobre puericultura para mães e responsáveis por instituições de cuidado à criança; planejou atendimento pré-escolar; incentivou a criação de Clubes de Mães, postos de puericultura e Associações de Proteção à Maternidade e à Infância. Organizou concursos de higiene infantil para premiar as mães que bem cuidassem dos seus filhos (p. 57).

A linha de atuação do Departamento Nacional da Criança no decorrer de sua trajetória, nomeadamente a partir da década de 1950, foi a família e para esta voltaram-se densamente os programas destinados, à educação sanitária. Ao buscar fortalecê-la, o Estado incorreu em uma via de mão dupla na qual os interesses elitistas e conservadores do poder fizeram-se presente: de um lado, as ações empreendidas impugnaram à família a culpa quanto ao que se referia às mazelas da infância; por outro, expropriando a reivindicação por serviços pelos quais o poder público deveria ser o responsável, controlou a expansão do atendimento.

Principal responsável pelos subsídios às iniciativas oriundas de diversos setores da sociedade, o Departamento não assumiu diretamente a responsabilidade sobre o atendimento institucional à criança, estabelecendo, por esta via, parcerias com as iniciativas já existentes e estimulando outras. Assim, o Estado passou a ser o principal responsável pela direção dos recursos financeiros às instituições, porém sem fiscalização ou controle.

Pelo exposto, evidencia-se que dentre as principais ações e linhas de atuação do DNCR, instituições específicas como creches e pré-escolas compuseram o rol de atuação

efetivada por meio da normatização. Quanto às primeiras, o principal pressuposto orientador foi a higiene e a puericultura, almejando maior proximidade das ações clínicas pediátricas, porém ao apontar a necessidade de atividades recreativas; para as pré-escolas – ou Jardins de Infância – mediante ações normativas a considerava como *extensão do lar e não uma ante-sala da escola primária* (Vieira apud CAMPOS, 1993, p. 57).

Conforme já delineado, na década de 1960, o Departamento Nacional da Criança passou por reformulações nas quais empreendeu construção de maternidades e postos de puericultura, bem como programas preventivos. De um lado, tem-se a atuação por três linhas convergentes as quais a curto e longo prazo, bem como emergenciais seria implementada a política assistencial do pré-escolar; por outro lado há um sério aparato legal imputando o funcionamento das creches.

Dentre as três linhas que congregavam programas diversos – saneamento básico, criação de escolas maternais, aperfeiçoamento de pessoal, fortalecimento de famílias, desenvolvimento de comunidades, posto de puericulturas, incentivo aos Clubes de Mães, suplementação alimentar – o destaque coube ao Programa Emergencial. Por meio dos Centros de Recreação, o programa buscava atender crianças pobres e filhas de mulheres trabalhadoras, em locais de estrutura simples, oferecendo-lhe alimentação e imunização contra doenças através de vacinação, sob a ação de voluntários e supervisão de técnicos, mesmo porque já tinham diagnosticado o déficit de escolas maternais e jardins de infância no Brasil, porém o mesmo não logrou êxito.

Em Vieira (1988), é possível perceber, como um elemento determinante para a arquitetura deste programa, influências de organismos internacionais, dentre os quais se destaca o UNICEF, o FAO³⁹, a Organização Mundial de Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde. Erigindo-se o desenvolvimento, as técnicas de planejamento social foram incorporadas pelo Estado, buscando resolver os problemas da assistência ainda precária nas áreas da educação, saúde e nutrição.

É necessário apontar que o Departamento se preocupou, em um primeiro momento, com a determinação das normas de funcionamento das creches mantidas pelos convênios firmados com as entidades caritativas e filantrópicas.

Posteriormente, a ação incisiva quanto às creches, pautada na puericultura social e como mal necessário – devido ao seu caráter desagregador da família, obliterador da afetividade materna, da pertinência às doenças, da precarização das estruturas – passou a

³⁹ Fundo das Nações Unidas para Alimentação

ser considerada como lugar prioritário para compensar as carências das crianças (VIEIRA, 1988).

Assim, por meio de diferentes mecanismos, sobretudo aqueles que reconheceriam nas experiências cotidianas das mulheres das periferias, formas alternativas de atendimento, como, por exemplo, a instalação de creches comunitárias, o Estado passou então de uma política de normatização para outra de conveniamento – marca indelével em alguns municípios até os dias de hoje⁴⁰; política que se ampliou quando da implantação, pela LBA, do Projeto Casulo no final da década de 1970.

Devido as alterações estruturais de órgãos do poder público federal, no decorrer da década de 1960, apesar das ações pontuadas, o DNCr teve certas atribuições minadas, levando-o a ser substituído, em 1970, pela Coordenação Materno-Infantil. Apesar de manter as atribuições do DNCr, conforme assevera Campos (et. al. 1993), a referida Coordenação, além de produzir o aparato legal acerca do funcionamento de creches, priorizou, através do artigo 2º do Decreto 69.514 de setembro de 1971, a proteção da criança em idade pré-escolar.

Na ação legisladora desta Coordenação determinou, através de decretos, instruções para instalação e funcionamento de creches em 1972; normas e padrões mínimos deste atendimento sobre o funcionamento de creches em todo o Território. Definiu, também, claramente a faixa etária, determinando que as creches deveriam atender às crianças de três meses a quatro ano (CAMPOS et al. 1993).

b) Legião Brasileira de Assistência

Ligada diretamente ao DNCr, a Legião Brasileira de Assistência – LBA – por meio da Portaria nº 6.013 de 1942 do Ministério de Estado da Justiça e Negócios Interiores, foi criada mediante inspiração de Darcy Vargas⁴¹ e angariou apoio federal das Associações Comerciais e da Confederação Nacional das Indústrias. Em plena crise do governo de Getúlio Vargas, a LBA tinha como objetivo inicial o cuidado dos pracinhas e suas famílias⁴².

A partir de 1945 e, posteriormente, com o término da guerra, a LBA incorporou uma estrutura técnica-administrativa vinculada à política assistencial e passou a sistematizar as iniciativas do atendimento à infância em todo o país, tornando-se uma das maio-

⁴⁰ Juiz de Fora é exemplo da prática de conveniamento entre creches denominadas Comunitárias ainda no rol dos Programas Sociais.

⁴¹ Esposa do presidente Getúlio Vargas.

⁴² Soldados que integraram a Força Expedicionária Brasileira – FEB.

res instâncias de serviços emergenciais e compensatórios. Nos apontamentos de Kramer (1984),

Sua política assistencial se voltou ao atendimento exclusivo da maternidade e da infância através da família, passando então a constituir órgão de consulta do Estado. Começaram a surgir os centros de proteção à criança e à mãe, alguns criados e operados pela própria LBA (creches, postos de puericultura, comissões municipais, hospitais infantis e maternidades) e outros com recursos das comunidades contando com o apoio técnico e financeiro da Legião. Esses centros eram as APMI, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, disseminadas por todo o país (id., p.71).

Atuando na proteção à maternidade e à infância a LBA teve fundamental relevância para a população pobre no Brasil, estabelecendo parcerias entre sociedade civil e Estado para o trato das mazelas sociais que assolavam estes segmentos geracionais (SPOSATI, FALCÃO, 1989). Através da Legião, lançaram-se os princípios sobre os quais o Estado legitimaria sua função quanto à assistência social no Brasil.

A atuação da Legião Brasileira de Assistência, neste período se processava via campanhas sistemáticas de apoio à família e à criança por intermédio de ações pontuais referentes à nutrição, saúde, aleitamento, inclusive para outros segmentos etários.

Além das dotações de recursos serem restritas às abrangentes ações a que se propunha, a LBA tinha seu perfil paulatinamente alterado, passando a ser também interventora do Estado. Alguns fatores podem explicar a mudança de perfil da Legião, como a transição entre Ministérios; as limitações de programas; e, sobretudo, conforme análise empreendida por Campos et al. (1993), a LBA, atuava sob a mesma faixa etária que outros órgãos da esfera federal, como, por exemplo, a FUNABEM. Mediante a política de conveniamento, tanto a LBA, quanto a FUNABEM, ofereciam, cada qual com seus requisitos e prioridades, a modalidade creche para crianças carentes, fossem estas consideradas sob tutela judicial ou não.

Uma das iniciativas que se destacou através da LBA foi o Programa de Complementação Alimentar – PCA que vinculado ao Programa Nacional de Alimentação e Nutrição⁴³ – PRONAN – teve como objetivo principal o fornecimento de gêneros alimentícios às gestantes, bem como às crianças, do nascimento aos três anos de idade.

Entretanto, o Projeto Casulo – PC – foi emblemático no foco de atuação à criança pobre. Conforme categorizou Rosemberg (2001), o PC foi um programa de educação

⁴³ O referido programa chegou a atender a 300.000 pessoas em 30 municípios do país (BRASIL, apud BARBOSA, 2006).

pré-escolar de massa criado em 1976, cujo êxito de implementação se deu por fatores diretamente ligados ao discurso da prevenção das carências sócio-culturais que assolavam crianças pobres. Através deste projeto, o governo federal marca sua entrada direta nas instâncias locais; além disso, preconizou a participação das comunidades por meio de iniciativas de baixos investimentos produzidas e gestadas por elas mesmas.

Conforme previsto no PC, à criança carente com idade entre zero a seis anos, denominada pré-escolar, seria prestada assistência visando o favorecimento de “seu crescimento e desenvolvimento normais”, e ainda, a prevenção quanto a marginalização social por meio de ações voltadas para a “nutrição, saúde recreação, socialização, segurança, educação, assistência jurídica” (Brasil apud OLIVEIRA, 2007, p. 44). Mas, além da criança inscrita, a família e a comunidade também seriam alvos das ações do PC, consoante às estratégias de Desenvolvimento de Comunidade e também da Segurança Nacional. Em via de mão dupla, estes segmentos seriam beneficiados, primando pela promoção social da família e também comunitária na medida em que serviriam de subsídio para o êxito dos objetivos: compensar as carências com baixos investimentos.

Em Juiz de Fora, o jornal local anunciava, em 1978, a empreitada nacional, comunicando os investimentos na ordem de mais de 40 milhões no Projeto Casulo. Apon-tava ainda os objetivos do projeto: “criar mais vagas em creches”; acrescentando que, em sua maioria, estas creches eram implantadas em prédios já existentes e tinha como objetivo permitir às mães carentes tempo livre para o auxílio na renda familiar, além de alimentação (LBA..., 1978, p. 2)⁴⁴.

Além de manter creches em sede própria – denominadas Creche Ipê⁴⁵ – incenti-va a organização comunitária para a implantação dos Casulos e também previa subvenção às instituições privadas e prefeituras, evidenciando uma forte tendência ao atendimento indireto (CAMPOS, 1993, p. 32).

Segundo Vieira (apud CAMPOS, 1993) a expansão do atendimento foi crescen-te a partir de 1981, talvez tal fato tenha sido decorrente dos vários mecanismos de finan-ciamento. Dentre estes, podem-se destacar a Campanha Nacional de Creches que incenti-vou doações e convênios, sobretudo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

⁴⁴ LBA promove convênios e programas em várias cidades da região. *Diário Mercantil*. 15 de abr. de 1978, p.2.

⁴⁵ A creche Ipê efetivamente foi a execução do modelo das Creches Casulos pela própria LBA uma vez que a função desenvolvida era nomeadamente a de repasse de verbas.

mico Social⁴⁶ – BNDES; adoção financeira de creches; e vinculação do FINSOCIAL aos casulos comunitários – aquelas implantadas e administradas pela comunidade.

Barbosa (2006) aponta ainda a Campanha *Vamos Fazer uma Creche?* promovida pela LBA, com vistas ao estímulo de empresários e comunidade para atender a meta de 1.000.000 crianças (p. 56).

Como já afirmado, era notório o chamamento da sociedade em participar da implementação do Projeto, sobretudo da própria família. O Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS – em 1981, afirmava “(...) a participação da família é desejada sob a forma de simples contribuição ao nível de suas possibilidades, incluindo até mesmo um dia de trabalho [na creche casulo], por parte do responsável” (apud BARBOSA, 2007, p.56). Esta e outras estratégias foram lidas por pesquisadores como Oliveira (2007), Barbosa (2006), Kuhlmann JR (1998), Campos (1993), Vieira (1988) e outros enquanto ações emergenciais de baixo custo, reveladoras do atendimento precário destinado às crianças pobres; isso porque, concernente ao espaço físico, ao planejamento pedagógico, a deficiência de pessoal docente, ao financiamento restrito, a pouca valoração da dimensão educativa, e outros⁴⁷ o projeto desencadeou o que KRAMER (1984) designou de atendimento de baixa qualidade.

Este foi o programa emblemático desenvolvido em todo o país; apesar das avaliações do próprio MPAS cujos resultados apontaram, em mesma linha, tais limitações dos Casulos, os anos que se seguiram serviram de buscas alternativas à racionalização dos mesmos.

c) Serviço de Assistência a Menores

Para os abandonados e delinquentes, em 1941, foi criado o Serviço de Assistência a Menores – SAM – coordenado pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, que passou a centralizar e coordenar as iniciativas pulverizadas pelo país (KRAMER, 1984), dando suporte ao proposto no Código de Menores, quase quinze anos depois, com vistas à prevenção da moral da criança e do adolescente cujo ambiente familiar apresen-

⁴⁶ O BNDES repassava verba, a fundo perdido, para a construção de creches, bem como para equipamentos e manutenção subsidiado pelo FINSOCIAL; posteriormente, passou a subsidiar o Programa Empresa voltado para o financiamento de creches especificamente para filhos de empregados; e a operação-programa subsidiando municípios na elaboração de projetos de estrutura e funcionamento da rede de creches para filhos de empregados e também para comunidade.

⁴⁷ Uma síntese que elenca os principais pontos avaliados em pesquisas diversas, além dos próprios relatórios de avaliação da LBA, referente ao Projeto Casulo, pode ser encontrada em: CAMPOS, Maria Malta, et al. Capítulo 2 – Diagnóstico: In: ____, *Creches e Pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez - Fundação Carlos Chagas. p. 29 – 102, 1993.

tava-se desestruturado para a educação necessária, afirmando a prática educativa cujo objetivo era formar categoricamente o patriota.

Consoante à ordem social e ao olhar que se mantinha sobre a infância em situação de risco, o SAM revestia-se por práticas punitivas nas quais, em profundas contradições com seus objetivos, antes de promover a proteção e assistência das crianças e adolescentes, configurava-se contra a readaptação a partir de métodos repressivos e maus-tratos (COSTA, 1991).

d) A Lei Trabalhista

A atenção à criança, embora revestida pelo direito da mulher-trabalhadora⁴⁸, teve seu principal alicerce, em termos de ordenamento legal, no Decreto n.º 16.300 vinculado à aprovação do Regulamento Nacional de Saúde Pública (Vieira apud CAMPOS, 1993). Tal decreto afirma a obrigação de salas de amamentação e creches em locais próximos aos recintos de trabalho, em caráter de obrigatoriedade. Porém de forma mais objetiva, em 1932, o Decreto n.º 21.417–A determinou as condições sob as quais o número de mulheres e a faixa etária das mesmas seriam condicionantes para a vigilância e assistência aos filhos, porém, apenas no decorrer dos primeiros meses de vida concernentes à amamentação.

De um lado, as restrições pareceram avanços, mas por outro, expressaram as contradições referentes aos domínios sob o segmento etário infantil os quais, nem mesmo a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – em 1943, conseguiram minar.

A CLT – Decreto de n.º. 5.452 de primeiro de maio de 1943 – com seis artigos acerca do direito à amamentação, previa que as instituições de Previdência Social deveriam constituir e manter creches nas vilas operárias com mais de 100 casas, bem como os centros residenciais (Art. 397). Além disso, estas instituições poderiam financiar os serviços de manutenção das creches que forem construídas ou pelos empregados ou pelas instituições particulares (Art. 398). Por outro lado, apontavam a necessidade de entidades públicas criarem escolas maternas e jardins de infância, bem como recompensarem às empresas que se destacassem no atendimento em pré-escolas. Dentro do rol de artigos, previa ainda a substituição, por convênios entre empresas e creches distritais, como forma alternativa de atender ao critério de obrigatoriedade de salas e creches; dentre outros (apud CAMPOS, 1993).

⁴⁸ Direitos considerados restritos, visto que somente se referem às mulheres entre 16 e 40 anos, sendo trabalhadoras de empresas com o quadro mínimo de 30 mulheres funcionárias; bem como amamentação até os seis meses de vida das crianças (FAGUNDES, 1997).

Ponderações importantes podem ser tecidas quanto ao que denota a inconsistência dada às iniciativas de atendimento à infância no Brasil nestas décadas. Há uma multiplicidade de órgãos de proteção, sobrepondo competências às diferentes instâncias da esfera federal: Ministério da Saúde, da Previdência e Assistência Social, da Educação e da Justiça. A fragmentação possivelmente tendia a se acentuar à medida em que cada setor, sob a pretensa de legitimidade de seu campo de atuação, reclama as deficiências causadas pelas condições de vida precárias em que a criança estivesse inserida. É uma espécie de fragmentação da criança vista, tão somente, pela ótica de suas condições isoladas da existência.

(...) a educação queixava-se da falta de alimentação e das difíceis condições de vida das crianças; a saúde queixava-se da necessidade de programas de ação social com as famílias e de educação das crianças; a assistência social valorizava a importância de uma intervenção educacional de saúde etc (FARIA, 1998, p. 28).

Deste período, destacaram-se políticas direcionadas à infância delimitadas pela premissa de que “o atendimento sistemático às crianças significava uma possível utilização e cooptação destas em benefício do Estado” (KRAMER, 1984, p.56). Isso fez emergir formas de atendimento distintas com um único objetivo: a educação para a submissão, dissimulada como favor ou dádiva (KUHLMANN JR. 1998).

De um lado, direcionado às camadas menos favorecidas da população, o atendimento infantil se consolidou por meio de instituições impregnadas pelo caráter médico, mediante ações paliativas. Por outro lado, o discurso educacional apregoava a democratização do ensino, inclusive para esta camada da população. Assim, a educação – campo bastante demarcado e conflituoso – passou a ser encarada como mecanismo de ascensão social, logo, para o Estado que se pretendia forte, era tida como direito de todos, principalmente das crianças.

Todas as iniciativas tornaram-se mais consistentes durante as décadas de 1960 e 1970, bem como fizeram ampliar, nestas e em outras instâncias, o debate sobre a infância e suas formas de atendimento, sistematizando a infância na agenda do poder público devido a vários fatores. Foram traçadas novas metas, reconfigurados e/ou criados novos órgãos para o atendimento, definidos novos critérios que permearam um outro olhar sobre a criança e suas formas institucionais de atendimento, sobretudo no campo da educação.

3.2.3 – A assistência pública compensatória

Mesmo tendo reconhecidas suas funções educacionais – de caráter assistencialista-tutelador⁴⁹ – creches, salas maternas e jardins – particularizados meramente pela faixa etária que atendiam – compuseram o rol de instituições extra-asilares de domínio preponderante das secretarias de amparo e proteção social. Entretanto, nas décadas de 1960 e 1970, a novidade residiu na disputa por um projeto economicamente viável sobre o qual o campo assistencial e o campo educacional se firmariam organizacionalmente cindidos para infância, fazendo existir uma polarização quanto à função de guarda e educação destas instituições.

Na década de 1960, o destaque coube ao espólio ideológico da Segurança Nacional, onde tanto a assistência pública quanto a assistência privada angariaram funções sociais correlatas ao desenvolvimento social marcado pelo autoritarismo militar. Apesar de denotar o continuísmo das décadas anteriores, a particularidade das ações apresentava-se, nesta fase, impregnada pelo pressuposto do desenvolvimento social coligado ao da Segurança Nacional. O carro-chefe foi a implementação de políticas assistenciais voltadas para Desenvolvimento de Comunidades⁵⁰ – DC – entendendo ter sido este, dentre outros princípios, o referencial que co-responsabilizava a população pela busca de alternativas à solução das mazelas sociais que a assolava, buscando evitar focos comunistas no Ocidente.

Para Rosemberg (2001) a Doutrina Brasileira de Segurança Nacional e Desenvolvimento tinha como objetivo “a integridade territorial; integração nacional; democracia; progresso social; paz social e soberania”. Sendo sintetizada durante os cinco governos militares – instaurados de 1964 a 1985 – “como segurança e desenvolvimento”. Tal Doutrina apregoava a atuação nos bolsões de pobreza por meio de políticas de assistência de forma a prevenir a desordem nacional, impelindo à própria comunidade, a ação coletiva tutelada – intencionalmente no custeio dos programas – com vistas ao progresso nacional (p. 111).

O período referido anteriormente demarca mecanismos que apontam para a intensa e breve entrada do Estado nas questões sociais – se comparada com os períodos anteriores – porém, por suas próprias contradições, os mesmos mecanismos – reformulados

⁴⁹ É Kuhlmann Jr (1998) que sugere esta noção em Políticas para a educação infantil: uma abordagem histórica. In: ____, *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre. Mediação, p. 197 – 209, 1998.

⁵⁰ Conforme Ammann (apud ROSEMBERG, 2001) a origem teórica e política do DC advém do contexto da Guerra Fria e ensejada pela concepção na qual os pobres eram susceptíveis à propaganda comunista.

ou minados pelo forte e complexo jogo de forças – igualmente determinaram uma rápida retirada do poder público, sobretudo no que se refere à infância.

A concentração do poder nos setores executivos do governo federal balizou os conflitos econômicos, políticos e sociais instaurados no país. Por meio de práticas autoritárias – cassações, prisões, torturas, censura, dentre outras – instaurou-se também destaque especial da intervenção estatal na educação, na saúde e na habitação, propugnando a busca pela estabilidade política e a solução do setor social. A primeira, a função de formação de mão-de-obra; a segunda, mediante o Fundo Nacional de Saneamento, almejou a prevenção de doenças, assistência médica, hospitalar e sanitária, regionalizado recursos e atendimento; quanto à habitação, apesar da estabilidade da construção civil, as iniciativas visavam à classe média.

Nos vinte e dois anos de ditadura militar uma nova política social se desenhou tanto como retrato da crise econômica quanto pela participação incisiva de algumas agências intergovernamentais cuja linha de atuação ancorava-se na crença de um efetivo progresso social relacionado, em especial, ao preparo e cuidado da criança e dos jovens. A exemplo, o UNICEF começou a investir em programas para beneficiar crianças, assim como a ONU e a UNESCO que declararam o ano de 1970 como Ano da Educação Mundial; tal atuação, conforme ressalta Abrantes (apud DREWINSKI, 2001), é resultado de bases teóricas modernas sob as quais a condicionante da pobreza poderia ser solucionada.

O espólio social deste período, sob o pretexto potencializador da miséria que conduzia ao desenvolvimento de ações pautadas no enfoque correcional-repressivo da infância, mediante a influência de teorias arrojadas, cedeu lugar aos pressupostos da carência social cujas ações deveriam se voltar para a compensação plena e estabilidade da ordem que mais do que nunca, era determinada pelos grandes embates acerca do necessário desenvolvimento social. Entravam em cena discussões permeadas pela matriz compensatória.

Com o objetivo de assegurar os direitos básicos sociais, o Estado assume a responsabilidade de proteção à infância, sobretudo pela possível influência da Declaração dos Direitos Universais da Criança⁵¹, bem como sob a forte influência da psicologia norte-americana que subsidiou a implantação da educação infantil de massa. A partir de uma política de educação compensatória, no final da década de 1970, o atendimento à infân-

⁵¹ Documento elaborado no ano de 1959 cujo conteúdo proporciona a refutação da concepção de adulto em miniatura imposta à criança e a ela confere direitos, considerando-a sujeito.

cia, especialmente focado na faixa etária entre quatro e seis anos, expandiu-se consideravelmente, sob o pressuposto de correção das distorções da escola primária.

Sob este novo enfoque, pesquisadores como Campos (1993) e Kuhlmann Jr. (1998) apontam em suas pesquisas o grande número de órgãos na esfera federal que passou a atuar em função da criança pobre – LBA, MOBREAL, FUNABEM E MEC, dentre outros – cada qual com suas demandas específicas, quadro administrativo e programas na pretensa de um barateamento dos custos, incentivando alternativas da própria comunidade, à maneira da política do Desenvolvimento de Comunidade.

Apesar das sobreposições que conduziram, na ótica dos pesquisadores, a um verdadeiro desperdício de recursos diversos com atuações esfaceladas de diferentes órgãos sob a mesma faixa etária, há de se considerar que, neste período, registraram-se inúmeros programas voltados para a infância por parte do poder público, fazendo com que o tema, pelos mais díspares enfoques, impregnasse a agenda de debates do Estado e também da sociedade em geral. Além disso, talvez seja pelo peso – financeiro, espacial e administrativo – da própria sobreposição e a busca de maior racionalização das ações que se extinguiu, criou e/ou reformulou órgãos nas esferas do poder público, definiu-se de forma mais clara objetivos, população etária e função social dos programas e instituições nas décadas seguintes, fazendo-se constituir alguns prenúncios da descentralização e da municipalização.

a) Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Sob o espólio ideológico da segurança nacional, o período do “milagre econômico” ensejou, imediatamente, após o Golpe de 1964, uma nova Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Conforme Campos (et al. 1993) a referida política nacional se deu mediante a luta de segmentos sociais como a Igreja, através da Ação Social Arquidiocesana da Arquidiocese do Rio de Janeiro e os setores do governo, concernente à dinâmica institucional desumanizante e repressiva do atendimento aos menores prestado pelo Serviço de Atendimento ao Menor – SAM – vinculado ao Ministério da Justiça.

A lei 4.513 autorizava a extinção do SAM e a criação da Fundação Nacional de Bem Estar do Menor – FUNABEM.

Nos anos que se seguiram assistiu-se à proliferação da ação do poder público através das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor, sucursais do complexo tutelar por meio de Centros de Triagem, por exemplo; uma tinha atribuição de formular políticas nacionais, outras, as de perfil estadual, a de execução.

Sob o enfoque das reformas e do pressuposto de que a área social deveria abranger as questões relativas ao menor, a FUNABEM passa, em 1974, a ser subordinada ao então criado Ministério da Previdência e Assistência Social, sem, contudo, modificar a política nacional para o menor. Três anos depois, em 1977, a Fundação passou a incluir o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS e, nos anos que se seguiram, nomeadamente no final da década de 1980 – como se verá mais a frente – passou por reordenação significativa, levando-a a definir a atuação quanto ao perfil da população a ser atendida.

No decurso das décadas de 1970 e 1980, além do atendimento na modalidade de internato, a FUNABEM, subvencionava os semi-internatos cuja faixa etária atendida inscrevia crianças menores de sete anos. Quanto a isto, Campos e seus colaboradores (1993) analisaram as formas de convênios firmados⁵² e concluíram que o

(...) privilegiamento de repasse de verbas a instituições privadas em detrimento do repasse a prefeituras; diversidades dos tipos de creches conveniadas, seja quanto à modalidade (institucional, domiciliar, comunitária), ao tamanho (variando de 10 a mais de 300 crianças) ou do tipo de instituição mantenedora (associação de bairro, prefeitura, OMEP). (Id. p. 41)

Este tipo de ação incorreu no que Campos (et al. 1993) destacou como sendo a sobreposição do atendimento de crianças de zero a seis anos por dois órgãos distintos, vinculados ao mesmo Ministério. Tal situação pode ter contribuído para desvirtuar o foco de ação às demandas específicas, mas pode, também, ter atuado complementarmente em regiões, programas e demandas as quais uma ou outra não teriam condições autônomas e efetivas de atendimento.

A imprensa ganha especial destaque neste período, com excessiva denúncia em torno do menor, fosse ele o abandonado ou o marginalizado, mas, de certo, o potencial delinqüente e infrator que ameaçava a ordem social instituída. Com isso movimentou também outros setores sociais como a Igreja que, em 1979, começou a desenvolver um trabalho de proteção voltado diretamente para a criança nas ruas e nas comunidades através da Pastoral do Menor. Outros segmentos também se envolviam ao realizarem campanhas, cobrarem maior intervenção do Estado e engajarem diretamente com a problemática. Em Juiz de Fora, por exemplo, registraram-se, no final da década de 1970 e nos pri-

⁵² Considera-se apenas os convênios de 1989, indicando, mediante o diagnóstico elaborado pela própria FUNABEM a nova política nacional que seria implantada; nesta os convênios decorrentes dos anos anteriores seriam mantidos no ano de 1989; estes serviram de bases para as análises das autoras.

meiros anos de 1980, tensa movimentação travada em clubes de serviços, obras sociais e poder público em torno da criação de centros de triagem e abrigo especificamente para os menores que perambulavam pelas ruas⁵³.

Intimamente ligado à trajetória da FUNABEM, está o aparato jurídico no qual a concepção de infância e dos atendimentos possíveis poderiam se estruturar. Coligado a outros discursos constituídos por diferentes agentes e instâncias sociais, a distinção do foco de atuação efetivado na política nacional do bem-estar do menor passa a ser enleada com a consolidação, em 1979, de outro Código de Menores. A lei 6.697 apontou para a proteção e a vigilância mediante a institucionalização compulsória, trazendo resquícios das práticas empreendidas historicamente no asilamento dos socialmente desviantes. A novidade residiu na transição de uma Doutrina, antes pensada pelos pressupostos da Situação Irregular, conforme assevera Costa (1999), para outra concebida pela ótica dos direitos da criança na qual pesa uma visão ainda incipiente de cidadania – melhor delimitada na década de 1980, sobretudo com a incisiva atuação dos movimentos sociais. A Doutrina que começou a ser constituída congregou pressupostos para a Proteção Integral do menor⁵⁴.

b) Ministério da Educação, Cultura e Desporto

Em consonância com as principais iniciativas em prol da universalização do ensino nacional, a década de 1970 reforçou as ações municipais, configurando-se como a década da educação nacional, intensivamente quanto ao combate do analfabetismo. No decorrer deste período, o novo aparato legal deixou-se imbuir pelo tecnicismo e centralismo burocratizante sobre o qual, inclusive, delimitou a estrutura da educação nacional, refletindo diretamente as diferentes formas de atendimento aos menores de sete anos que já vinham se consolidando, bem como a função de delimitação da faixa etária, dentre outros.

A Lei nº 5692, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, ao organizar e imputar às demais esferas do poder público as competências quanto à educação corroborou para a entrada do atendimento à criança menor de sete anos no rol do campo educacional. Em linhas gerais, a Lei ampliou a escolaridade obrigatória para oito anos, porém reiterou que a idade mínima para o ingresso na escola seria de sete anos. Determinou

⁵³ Ref Jornais

⁵⁴ Tal Doutrina, na ótica de alguns autores como Costa (1991) foi consolidada a partir de 1988 com a promulgação da Constituição Federal, bem como mediante o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

ainda, aos conselhos de ensino, atribuições concernentes às normas de ingresso, responsabilidade e competências para o atendimento de menores de sete anos, sobretudo ao Estado que poderia delegar atribuições às demais instâncias⁵⁵.

Tais preceitos foram apontados no Artigo 19, quando em seu parágrafo 1º apontou que “as normas de cada sistema disporão sobre [sic] a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade” (BRASIL, 1971)⁵⁶, ou seja, abriu precedente para uma dita flexibilização da idade. No que se referia especificamente às crianças com idade abaixo de sete anos, a Lei foi pouco clara; não determinou a atribuição efetiva tampouco distinguiu responsabilidades das demais esferas – estadual ou municipal – apenas afirmou: “os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes”. (ibidem)

Com a expansão do acesso à primeira série, os anos posteriores foram marcados por um conjunto de preocupações registradas acerca dos desafios da universalização da escolaridade compulsória. A atenção sobrepujou-se à crescente evasão e repetência de crianças de classes pobres no primeiro grau, sobretudo na primeira série. Com profundidade, tal preocupação vinculou-se aos pressupostos teóricos que procurariam dar explicações científicas às causas do fracasso escolar das camadas pobres, dissimulando a desigualdade social. A explicação ultrapassada, porém conveniente, e única que prevaleceu, ancorou-se na Teoria da Privação Cultural⁵⁷ em torno da qual a educação se sustentou, mediante programas que visavam suprir as carências eminentes das crianças pobres, também entendidas como impeditivas ao bom desempenho social.

Os olhares se voltaram para as crianças menores de sete anos e suas famílias, procurando atendê-las e prepará-las para a escolaridade, prevenindo e suprimindo, antes do ingresso à escolarização obrigatória, os principais déficits produzidos pelo meio familiar e social em que estavam imersos. Obviamente as crianças com idades mais próximas de

⁵⁵ A Lei 4024 de dezembro de 1961 forjou o princípio da municipalização e também da estrutura do ensino primário uma vez que, com a centralização de recursos – contrária à descentralização – os municípios pobres tiveram que criar alternativas para a implementação da rede municipal de escolas sem auxílio das demais esferas do governo (FARIAS, 1998, p.19).

⁵⁶ Lei nº 5.692/71 de 11.08.71. Fixa Diretrizes para o Ensino de 1º e 2º Graus, Belo Horizonte: Lancer, 2000.

⁵⁷ Segundo Farias (1998) as bases teóricas desta relacionava-se ao desenvolvimento infantil e a psicanálise, aos estudos lingüísticos e antropológicos, e diversos outros estudos nos quais buscaram estabelecer uma relação entre linguagem, pensamento e rendimento escolar (p. 29).

sete anos foram alvo de programas pontuais, como foi o caso do próprio Projeto Casulo⁵⁸.

No ano seguinte à promulgação da Lei da Educação, o poder público municipal de Juiz de Fora empreendeu a divulgação do Plano Municipal de Educação que se apresentava em consonância com o legislado nas esferas estaduais – como o Plano Mineiro de Desenvolvimento – e federais – como a Constituição de 1967; e a Lei de 1971. O Plano Municipal tinha prioritariamente o objetivo de atender às demandas do ensino primário, ou seja, “implementar a gradativa universalização do ensino de primeiro grau na faixa etária de 7 a 14 anos”⁵⁹. Segundo Lima (2007) o referido Plano não explicitava preocupação com a educação da infância; entretanto, no diagnóstico apresentado, apontou relevante atendimento à educação pré-primária pelo poder público local, tendo registrado número de unidades superior às demais instâncias. Segundo a pesquisadora, o documento indicava que *a rede municipal possui seis escolas, contra duas estaduais e três particulares* (p. 84); além disso, o documento mostrava-se coerente com o discurso nacional que prevalecia naquele período, sobretudo ressaltando as carências alimentares como sendo causadora do fracasso escolar. Assim descreve o documento,

(...)A criança subnutrida sofre dificuldade quase insuperável em aprender a ler, a escrever, a falar. A falta de proteínas na dieta do seu primeiro ano de vida, determina lesões cerebrais irremediáveis e, entre as crianças que não adquirem tais lesões, estão as que podem ser recuperadas na escola, de preferência na primeira infância. (...) A escola se vê na contingência de enfrentar o problema, quando avalia o aproveitamento dos alunos: uma criança subnutrida com seis anos, tem até menos 83 gramas no cérebro, desvantagem que prejudica o controle da organização motora, visual e auditiva, com imediatos reflexos no seu aprendizado (JUIZ DE FORA, 1972. p. 87)⁶⁰.

O modelo de educação compensatória⁶¹ desenvolvido nacionalmente determinou a função e mitificou as instituições pré-escolares, cindindo as especificidades organi-

⁵⁸ Fato tal que foi averiguado por Franco (apud Campos, 1993) ao avaliar a implementação do referido; o pesquisador aponta certa tendência ao atendimento de crianças de 4 a 6 anos, sendo que a concentração nesta faixa etária fez-se reveladora aos impulsos de matrículas, mitificando a função do então categorizado ensino pré-escolar.

⁵⁹ A universalização do ensino na referida faixa etária foi um dos sete objetivos apontados no Plano de Educação do município os quais denotavam, em tese, a preocupação incipiente quanto à qualidade desta etapa do ensino.

⁶⁰ JUIZ DE FORA. Secretaria Municipal de Educação. *Plano Decenal de Educação de Juiz de Fora-MG*. Juiz de Fora, 1972.

⁶¹ Apesar de ser teoria fortemente criticada nos Estados Unidos já na década de 1960, o modelo de educação compensatória impregnou-se no discurso educacional brasileiro na década de 1970 e teve como tese a pobreza do ambiente familiar e social não estimulador do aprendizado; assim, as crianças de classe

zacionais e pedagógicas relativas à categoria geracional a qual se destinavam. Foi uma forma indireta, quase que natural, de conformar e agregar todas as matrizes que até então influenciaram as diferentes formas de lidar com a infância. Os enfoques caritativos, filantrópicos e desenvolvimentista se apresentavam embrenhados no modelo compensatório de educação, tanto configurando-se como benesse aos anseios das comunidades carentes, quanto promovendo uma verdadeira profilaxia social da criança pobre e marginalizada. Em mesma via era fonte potencial para engrossar os índices educacionais, sobretudo reduzindo o fracasso escolar e promovendo a recolocação econômica do país⁶².

Tanto as creches quanto as pré-escolares poderiam ser classificadas como Instituições pré-escolares porque pela matriz da compensação tiveram a mesma função neste período: subsidiar condições, quais fossem, para a proteção da criança, preparo e homogeneização da mesma para a vida social e sucesso escolar, evitando a marginalidade e promovendo o bem-estar social⁶³. Tais perspectivas convergiram para uma função quase que providencial do atendimento em instituições pré-escolares, enfocando a solução de problemas sociais mais amplos como nutrição, saúde, dentre outros.

Devido ao projeto nacional de escolarização compulsória, aumento nos índices de alfabetização e redução de evasão e repetência, percebeu-se a delimitação da faixa etária de atuação na qual creche e pré-escola atenderiam separadamente concernente à função prioritária; à última o eminente atributo educativo, à primeira o desígnio da guarda.

A efeito, Vilarinhos (apud BARBOSA, 2006) aponta os determinantes do interesse pela educação pré-escolar, na década de 1970, como um conjunto de fatores nos

pobres seriam deficientes cultural e emocionalmente, claro se comparada com os padrões culturais desejáveis para o sucesso escolar e social, portanto deveriam ser assessoradas com vistas a padronização.

⁶² Esta afirmativa, portanto, não desconsidera a origem, as influências e, ou as diferentes funções que se constituíram historicamente até então, mesmo porque, desde as primeiras iniciativas desenvolvidas no país tanto o âmbito educacional esteve presente, assim como a compensação também se fazia existir, fosse pela premissa da salvação, da prevenção do afastamento social ou do desenvolvimento nacional. Trabalhos de cunho historiográfico como o empreendido por Irmã Rizzini (1993) e também por Moisés Kuhlmann Jr (1998) são relevantes para a percepção de que a vertente educativa esteve presente nas formas mais incipientes de atendimento à criança, independente da origem social. Kuhlmann Jr (1998) é quem mais incisivamente aponta a dimensão educacional presente nas mais eminentes formas de atendimento infantil, considerado o binômio cuidado-educação; ele é que também conclui que a distinção de ambas se deu meramente pelos preceitos da assistência-científica: expressão que enfatiza a questão da assistência voltada para a infância no início do século XX, na qual se legitimaram diferentes explicações científicas cuja determinação conduziu a formação de instituições e práticas de atendimento pelo vínculo assistencial. Além disso, não se constata a linearidade na qual uma perspectiva tenha anulado a outra, antes o que se percebe é um *continuum* cujo cerne aponta para o devir-criança. No sentido empreendido por Deleuze (apud KOHAN) no qual a construção da infância se faz fora da temporalidade histórica, instaurada na multiplicidade de lugares, *força que se extrai, da idade que se tem, do corpo que se é, os fluxos e as partículas que dão lugar a uma inovação criadora* (p. 64).

⁶³ Nesta via, Faria (1998) contribui ao conjugar creches, asilos e jardins de infância no rol das instituições pré-escolares.

quais organismos internacionais, poder público, educadores e população, passaram a debater sistematicamente a questão. Na matemática da questão, tratou-se de mais um ministério atuando com a mesma faixa etária que outros, impregnando, nos programas sob seu domínio, especificidades e saberes; o que, ao logro de certos enfoques teóricos, significou definitivamente a entrada da infância no campo da educação.

O atendimento relevante foi expresso pelo Programa Nacional de Educação Pré-Escolar. O referido programa desenvolveu-se por intermédio das Secretarias de Estado da Educação, bem como pelo MOBREAL⁶⁴ e foi responsável por considerável expansão do atendimento pré-escolar nos primeiros anos de 1980. A expansão se processou nos mesmos moldes do Projeto Casulo, apregoando modelos de baixo custo, alternativos aos jardins de infância – tido como excludentes e caros – promovendo a participação da família, bem como da comunidade.

Data deste período, em Juiz de Fora, o planejamento por diferentes órgãos, sobrepuzado pela Secretaria de Educação, de constituição da rede de escolas municipais de educação infantil, constituinte do Projeto Cidade Porte Médio do Banco Internacional de Reestruturação e Desenvolvimento – CPM-BIRD assinado pelo convênio de nº 3968/79. A consolidação deste projeto ocorreu no ano de 1982 com as primeiras inaugurações das unidades pré-escolares⁶⁵.

Durante todo o período de transição democrática até 1985 com a Nova República percebe-se a descontinuidade dos programas e a fragilidade da atuação entre os diversos órgãos, o que parece ter sido, na análise de Campos et al. (1993), a tônica para a fragmentação do pré-escolar. Neste sentido as pesquisadoras asseveram que

A descontinuidade e sobreposição de programa, a imprecisão e heterogeneidade quanto ao conceito de pré-escola [...] o não reconhecimento de sua especificidade enquanto etapa do processo educativo, e a execução direta dos programas de atendimento ao pré-escolar são alguns pontos críticos (...) (p. 54-55).

⁶⁴ O Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL – atuava nas três faixas de ensino: pré-escolar, alfabetização e integrado do 1º grau. Teve a estrutura apropriada pelo MEC para o desenvolvimento do Programa Nacional do Pré-Escolar, em 1981, colocando-o sob a responsabilidade dos convênios com as Secretarias Estaduais de Educação. Do decurso de sua trajetória com tal função, foi quase que majoritário no atendimento à demanda institucionalizada, basicamente na faixa etária de quatro a seis anos de idade. Entretanto, em 1985 foi extinto dando lugar à prioridade pela educação de adultos da Fundação Educar.

⁶⁵ Esta pode ser considerada uma das políticas de expansão gestada e implementada em nível local de maior relevância no município refletindo a preocupação nacional com as causas do fracasso do ensino de 1º grau, conforme análise na terceira parte desta pesquisa.

De alguma forma, com a demanda emergente na Nova República, a expansão se acentuou mediante novos programas e projetos a serem desenvolvidos, sobretudo, pelas prefeituras, vinculando às instituições pré-escolares outros programas relacionados à complementação alimentar; material didático; e incentivos aos profissionais.

Este período congregou um novo olhar sobre a função das políticas sociais e, por conseguinte, do trato à infância. A política social, impregnada pelo discurso compensatório, continuou a perceber a infância como um período etário a ser investido para a superação dos problemas sociais e a criança continuou sendo vista como o homem do futuro. No entanto, agregou-se a este, o fato de que a ambiência, especificamente da camada carente da população, foi considerada desprovida de condições para o sucesso individual e social, não permitindo a formação idealizada do homem produtivo para a nação em desenvolvimento.

Logo, as condições de carência poderiam ser propícias às ações reacionais comprometedoras da ordem social. Assim, para evitar a reação à situação de marginalidade, as políticas sociais empregaram-se no sentido paliativo, recoberta pelos pretextos de Desenvolvimento das Comunidades que imputariam a própria sociedade o associativismo na busca pela superação das mazelas, forjando, por meio do projeto de Segurança Nacional, a função do Estado.

A intervenção estatal, neste período, voltou-se à elaboração de programas específicos de forma a estimular, por meio de convênios e subvenção, a criação de instituições pré-escolares para abranger a crescente demanda que ele consistia em: de um lado, crianças necessitadas de guarda para que as mães pudessem inserir-se no mercado de trabalho; por outro, crianças próximas à faixa etária de escolarização compulsória, que deveriam ser compensadas cultural e emocionalmente com vistas ao êxito escolar⁶⁶.

As próprias características do Estado, neste período, imprimiram certo ar de benesse às ações por ele desenvolvidas no sentido de promover a descentralização, conferindo aos municípios e comunidades locais a execução dos projetos e a valorização de ações alternativas à solução dos problemas sociais; nesta via, oferecia aos mesmos, por meio do aparato técnico e burocratizante, o planejamento e controle dos programas visando à efetividade.

⁶⁶ Alternativa na qual, impregnada no imaginário social, tornava-se alternativa viável para o sucesso pessoal e ascensão social.

Especificamente quanto ao atendimento à infância, os múltiplos órgãos do poder público federal revelavam a pretensa audaciosa, porém, confusa, quanto à especificidade desta categoria geracional, bem como da competência sobre o atendimento e do modelo institucional proposto. Ao invés de uma consistente amalgama institucional provida pela instância federal em consonância com as demais esferas do poder público e órgãos da assistência privada, a disparidade de atuação, forjando uma visão fragmentada da criança, contribuiu para a fragmentação da criança, de suas necessidades e das formas de atendimento.

Tal pulverização, historicamente demarcada no país, se olhada amiúde, denota, ao mesmo tempo, a falta de uma concepção integral da criança, bem como de interlocução entre as esferas do governo da qual cada segmentação de proteção e promoção oferecida institucionalmente, opera sobre os pretextos dos saberes específicos, condicionando programas e funcionamento. Há de se considerar, no conjunto de programas, órgãos, entidades públicas ou privadas, iniciativas que contemplavam as especificidades da criança, porém de forma desigual e desintegrada.

Algumas ações foram relevantes à expansão do atendimento. De um lado, a consagração das pré-escolas ou jardins de infância associados ao sistema de ensino; de outro lado, o atendimento emergencial das crianças de dois a seis anos no qual, principalmente as igrejas foram indicadas para implementar Centros de Recreação – emergindo daí o Projeto Casulo. Diga-se de passagem, que o crescente interesse de elaboração de planos para o setor se deu devido à co-responsabilização deste com o privado e com as organizações internacionais como Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – e a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar⁶⁷ – OMEP (KRAMER, 1984, KUHLMANN JR, 1998 e VIEIRA, 2002).

Demandas cada vez maiores eram organizadas através de associações de moradores e/ou bairros e pastorais de menores reivindicando a implantação de instituições de atendimento à infância, principalmente nas periferias das grandes cidades, bem como por meio de uma participação mais intensa da mulher nestes espaços, encampando o direito à creches e sala de amamentação como determinado pela CLT. Mas foi a partir de 1984, com a Nova República, marcadamente no decurso da transição democrática, que os debates se fortaleceram. Neste período, os movimentos sociais imprimiram maior pressão ao

⁶⁷ Com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a OMEP, organização educativa internacional e não governamental, tem como meta a universalização da Educação Infantil.

Estado, exigindo-lhe atuação consistente quanto à regulamentação e à política redistributiva. Este quadro era favorável à proeminência das iniciativas locais, consoante aos elementos da pretensa autonomia municipal, bem como do associativismo em benefício da própria sociedade.

3.2.4 – Meandros da assistência pública comunitária

O quadro do atendimento à infância passou a uma delimitação mais clara neste período, consoante à especificação estrita de áreas de atuação, fixação etária e categorias distintivas, condicionadas à concepção de criança pelas diversas áreas do saber, bem como às atribuições dos órgãos e entidades. A realidade nacional enveredava-se a sérios entraves obstrutores a uma política mais consistente. Conforme o diagnóstico realizado pela Fundação Carlos Chagas, os problemas principais podem ser percebidos no quadro abaixo:

QUADRO 01 – DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA - 1983

1. Sobreposição não integrada de diferentes modalidades de atendimento;
2. Sobreposição dos órgãos responsáveis;
3. Atuação pública direta e a prática de convênios;
4. Problemas em relação à coleta de dados de cobertura dos vários tipos de atendimento;
5. Não inclusão da creche nas estatísticas educacionais;
6. Problemas em relação à avaliação de custos e benefícios dos programas;
7. Legislação omissa;
8. Tendência a atuação crescente do nível municipal;
9. Pressão crescente da demanda, emergência de movimentos de reivindicação.

Fonte: Adaptado das conclusões de diagnóstico da Fundação Carlos Chagas (Popovic apud CAMPOS, et. al. 1993, p. 14).

Nestes termos, o ensejo para repensar as reais demandas para a execução de programas que atuariam no sentido de promover o equilíbrio social e superar as mazelas da população pobre, permitiu a ocorrência, por exemplo, do II Congresso Brasileiro de Educação Pré-escolar. As discussões debruçaram-se sobre as necessidades individuais e sociais da criança e, sob a perspectiva do desenvolvimento do espírito crítico, vinculando ao pré-escolar uma identidade própria, distinta da creche.

As premissas deste diagnóstico nortearam a constituição de outra concepção de criança, encarada então como “sujeito da educação”; logo, a pré-escola passou a ser “reconhecida como necessidade” (FARIA, 1998, p. 32). Por outro lado, creches passaram a ser debatidas não só no que diz respeito à família e à mulher mas, inclusive, ao Estado e

às empresas, exaltando as discussões em torno da competência e característica etária, agregando novos atores sociais.

A ação do poder público, ainda centralizada na esfera federal, atuava conjuntamente com os órgãos da assistência e da educação privada, mediante o incentivo de iniciativas desta última, devido, até mesmo, aos poucos recursos repassados para execução dos programas. A política implementada reforçava, conforme já frisado, a prática de conveniamento das quais as instituições privadas complementavam o atendimento à demanda infantil.

Novos órgãos e programas foram criados pelo governo federal com vistas ao apoio às instituições pré-escolares, dentre eles a Secretaria Especial de Ação Comunitária; o Programa Municipal de Educação Pré-Escolar; Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-escolar; e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Adita-se ao Ministério da Justiça o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM – atuavam em favor tanto das creches quanto da pré-escola, constituindo a Comissão de Creches; assim como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que atuava por meio do Programa Empresa Pró-creche.

Os programas implementados na década anterior refinaram a inserção da esfera federal nos municípios, como foi o caso da LBA que racionalizou o projeto Casulo e, em 1986, lançou outro programa intitulado Primeiro a Criança, cujo atendimento era tido como preventivo e promocional às crianças e oferecido em espaços alternativos como Centros Sociais e/ou sede da Legião. Esta iniciativa deu continuidade ao Projeto Casulo e ao Programa de Alimentação em nível nacional (Brasil apud BARBOSA, 2006).

A FUNABEM, por sua vez, reordenou metas e estratégias mediante o *Diagnóstico Integrado para uma Nova Política de Bem-estar do Menor* cujas críticas incidiam sobre a reprodução da centralidade excessiva e da implantação do modelo correccional-repressivo e seus resultados notoriamente negativos. O mesmo documento ainda apresentou recomendações, dentre as quais delimitou a atuação e a categoria de atuação da Fundação: “crianças e adolescentes de 7 a 18 anos em situação de risco pessoal e social” (FUNABEM apud CAMPOS 1993, p. 39-40).

Entretanto, segundo a autora, mesmo com esta definição, os convênios foram mantidos até o ano de 1989, não abandonando as crianças de zero a seis anos, posto que a LBA não tinha condições de assumi-los integralmente. A pretensão mantinha as mesmas metas orçamentárias, almejando restringir o atendimento paulatinamente com vistas apenas aos judicialmente tutelados.

Especificamente quanto ao MEC, com a migração entre secretarias, a educação pré-escolar tão somente manteve-se com o status de coordenadoria. O Ministério atuou.

(...) coordenando e normatizando a educação pré-escolar através da definição de metas pareceres (...); coordenando a realização dos Censos Escolares anuais que incluem a pré-escola (...); mantendo diretamente uma rede de apoio à pré-escolas federais; desenvolvendo programas específicos de apoio à pré-escolar, através do repasse de verbas. (CAMPOS, 1993, p.45-6)

Dentre os Programas, conforme citado anteriormente, destacou o Programa Municipal de Educação Pré-Escolar que consistiu em convênios firmados entre Delegacias Estaduais do MEC e as prefeituras para o repasse de recursos financeiros as últimas ou às entidades. Os recursos deste programa poderiam ser revertidos em pagamento ou complementação de salário de professores, bem como capacitação de recursos humanos e compra de material didático. A abrangência territorial e as características dos convênios foram reveladoras quanto à pertinência deste no processo de expansão manutenção da rede de pré-escolas.

(...) atingia, em 1987, quase a totalidade dos municípios brasileiros: 4.142. Os convênios eram firmados predominantemente com prefeituras (92,1%), atingindo 623.912 crianças, empregando 23.924 professores (MEC apud CAMPOS, 1993, p.48)

Todavia, como qualquer projeto pontual e redentor deste período, os principais entraves à operacionalização do programa foram de ordem física-estrutural, administrativa, pedagógica, capacitação de recursos humanos e falta de recursos financeiros.

Ainda no MEC, outro programa que também foi estruturado por meio de repasse foi o de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar; porém este, especificamente, destinava-se aos Estados por meio de convênio com o MEC e Secretarias Estaduais de Educação. A aplicação se dava por via de manutenção, compra de equipamentos e construção. Segundo o IPEA (apud CAMPOS, 1993, p. 52) foram beneficiados 1.238.259 alunos no ano de 1987.

Por fim, oriundo do mesmo Ministério, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – vinculado à Fundação de Assistência ao Estudante, distribuía merenda aos alunos do pré-escolar público e filantrópico; além disso, a partir do Projeto Irmãozinho incluía os irmãos, menores de 7 anos, dos matriculados no 1º grau.

Campos (1993) enfatiza que mesmo com este conjunto de ações do MEC, a pré-escola não foi incorporada integral e legitimamente ao sistema educacional regular devido, mais uma vez à

Descontinuidade e sobreposição de programas, a imprecisão e heterogeneidade quanto ao conceito de pré-escolas (principalmente daquelas mantidas por entidades filantrópicas e comunitárias) – o que determina a ausência de parâmetros nacionais mínimos para o funcionamento de estabelecimento pré-escolar – o não reconhecimento de suas especificidades enquanto etapa do processo educativo, e a execução direta de programas de atendimento ao pré-escolar (ibidem, p. 54-5).

Pela via do Ministério da Justiça, a questão das instituições pré-escolares era debatida, desde 1985, pela Comissão de Creches vinculada ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Na carta de princípios *Criança Compromisso Social*, lançada no mesmo ano, assumiu-se o direito universal da criança de zero a seis anos, tida como criança cidadã, ante à creche. As atividades promovidas pela Comissão buscavam sensibilizar e informar tanto órgãos oficiais quanto a opinião pública, por meio da produção de manuais, assessorias, seminários, dentre outros.

A Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC – inicialmente vinculada ao Gabinete do Presidente quando de sua criação em 1985, e posteriormente transitando entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – SEPLAN – Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, passou à subordinação do Ministério do Interior.

O SEAC atuava no sentido de proteção nutricional e médica por meio do Programa Nacional do Leite e do Projeto Cresça Criança, bem como para o financiamento de atendimento em creches encampados pelos subprogramas Creche Comunitária e Roupas e Agasalhos. Estes últimos, vinculados à Coordenação Nacional dos Programas de Ações Comunitárias – PAC – repassava recursos, a fundos perdidos, à creches comunitária, por intermediação das prefeituras, bem como proporcionavam reformas, equipamentos, roupas, agasalhos, dentre outros. Interessante se faz notar, conforme descreve Campos (1993), que para a obtenção dos recursos os projetos deveriam constar da participação tanto da prefeitura quanto da comunidade, fosse por meio de doações, mão-de-obra ou mesmo verba.

Além dos Ministérios presentes tradicionalmente no atendimento público da criança, Campos (1993) aponta ainda que o BNDES, também da esfera federal, promoveu programas destinados às creches. De início, as ações consistiam no repasse de verbas a

fundos perdidos, para a construção de creches mantidas por entidades diversas. Somente em 1985, passou a beneficiar empresas que cumprissem o exposto na CLT. Posteriormente, criou o Programa Empresa Pró-creche que buscava financiar creches de empresas para atender aos filhos dos empregados e, através da operação-programa, promovia a intervenção integrada em alguns municípios com vista ao atendimento à infância.

Conforme o exposto, no período em questão, a infância passa a ser vista como questão pública vinculada diretamente aos preceitos do desenvolvimento social, vislumbrando uma vertente ainda incipiente pautada no direito público. Neste período, como apontado anteriormente, foi asseverada a produção do Estado quanto às múltiplas formas de atendimento à criança. Cabe ressaltar que a presença de programas e projetos centralizados pelo poder público deve ser pontuada, porém sem a pretensa de vê-lo como exclusivo produtor das condições de institucionalização da infância, visto que estão em correlação com os demais segmentos sociais. Pelo próprio projeto democratizante, as iniciativas populares passaram a ser exaltadas e os movimentos sociais passaram a integrar os arranjos políticos – deixando de ser antagônicos e passando a ser complementares à ação estatal.

Apesar do afastamento das interferências dos setores populares na formulação de políticas durante o regime militar, criou-se um campo fértil nas periferias urbanas para a constituição de canais alternativos de ação social. Reflexos dos projetos baseados no Desenvolvimento de Comunidades consolidaram-se, sobretudo, em nível local, mesmo porque a comunidade se configurava como esfera do poder público mais próximo ao campo reivindicatório dos movimentos sociais.

Assim, à medida em que minava a organização autoritária e centralizadora do governo militar e se percebia o pauperismo social, emergiam práticas associativistas⁶⁸, principalmente nos centros urbanos, que reordenavam as demandas sociais, dentre as práticas estão aquelas relacionadas à infância, evidenciando a debilidade dos programas propostos pelo poder público federal. Em consonância com os programas federais que condicionavam o financiamento de iniciativas locais à participação de outros agentes sociais, sobretudo da comunidade, o poder público local incentivava a organização de demandas pelos segmentos sociais organizados.

⁶⁸ No sentido proposto por Viscardi (1996) e Gohn (1985), compreendendo formas de agregar os interesses no âmbito da sociedade civil, com vistas à ganhos para determinado grupo representado, incluindo movimentos sociais, sindicatos, Igreja, clubes de serviços, dentre outros.

Com grande expressão, as ações dos movimentos sociais, cujo eixo de reivindicação permeava o debate por uma participação mais propositiva no campo político, fizeram-se presente. Diga-se de passagem que os arranjos locais tiveram êxito tanto por forjarem a busca da autonomia administrativa municipal quanto por propagarem os mesmos propósitos da irreversível democratização do governo. Nada mais conveniente ao poder público que instigar o associativismo, sob a pretensa da “novidade vinda de baixo”⁶⁹ – ou seja, vindo do povo. Agrega-se ainda a este quadro, a crise fiscal que obrigou a União repassar para os governos estaduais e municipais a gestão das políticas sociais e educacionais, indicando o possível fortalecimento da democracia no plano institucional e social, conforme análise de Jacob (apud CRUZ, 2003).

Sob intenso discurso da democracia participativa, a ascendência de debates em torno de temas relativos ao cotidiano das periferias fez com que movimentos sociais daquele período sistematizassem reivindicações específicas acerca da infância, dentre elas a marginalização dos menores, a educação da criança em idade pré-escolar, direito da mulher, creches, saúde, entre outros. A totalidade da infância continuou, no entanto, a ser pensada a partir das partes da criança. Não diferentemente da ação estatal, isto resultou na multiplicidade de movimentos sociais que empunharam diferentes bandeiras em torno do tema infância. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento de Alfabetização Brasileiro, Movimento de Lutas por Creches, entre outros, fundamentando-se, cada qual, em matrizes específicas veiculadas por meio de comissões, associações, centros, entidades, etc., fortaleceram os discursos em prol da infância e adensaram o cenário premente da Constituição de 1988.

Inseriram-se assim, na interface do debate político, durante a transição democrática, e fizeram o tema infância impregnar a agenda social, tanto da sociedade civil quanto da sociedade política, corroborando para o reconhecimento do direito social e da responsabilidade do poder público no decurso da Assembléia Constituinte, culminando na Carta Magna de 1988. Neste período, instauraram-se diferentes arranjos institucionais *plurais* congregando, em torno do atendimento à infância, “uma diversidade de atores sociais regionais e locais [que] articularam forças, tendo em vista os problemas específicos” (CRUZ, 2003, p.29).

Percebe-se assim, a existência de fatores imprescindíveis à compreensão da expansão da demanda por Educação Infantil a partir das décadas finais no século passado,

⁶⁹ Concernente ao que Arretche (1996, p.53) aponta ser a articulação dos atores do campo políticos, sindical, movimentalista e empresarial, dentre outros com vistas às políticas locais.

especificamente no Brasil. No conjunto, inscrevem-se a urbanização e a industrialização dos centros urbanos; a crise do governo militar em meados da década de 1970; influências de organizações inter-governamentais que impugnaram a adoção de políticas compensatórias; a presença marcante da mulher no mercado de trabalho; a mudança no perfil demográfico da população com quedas nos índices de mortalidade infantil e declínio da fecundidade; a diminuição do tamanho das famílias. Além disso, agregam-se a este quadro as práticas empreendidas para a sistematização das demandas por creches a partir da emergência dos movimentos sociais e do novo padrão de participação das mulheres em movimentos feministas.

O desafio de identificar elementos que conformaram o atendimento à infância brasileira levou a elaboração do quadro 02.

QUADRO 02 – Atendimento da Infância no Brasil, por agentes sociais, matrizes discursivas, base argumentativa, visão de criança, interesse e disputa

Agentes	Matrizes discursivas	Base argumentativa	Visão de criança pobre	Interesse	Disputa
Confissões religiosas, sobretudo a Católica	Caritativa	Salvação	Alma perdida	Controle da pobreza e dos desvios sociais	Competência pelo atendimento
Especialistas de diferentes áreas, sobretudo médicos e juristas	Filantrópica	Prevenção	Ameaça social	Modelos institucionais de atendimento	
Estado	Desenvolvimentista	Proteção social	Objeto científico	Recolocação produtiva do país	
Estado e Organismos Internacionais	Compensatória	Produtividade	Homem no futuro	Programas economicamente viáveis	
Movimentos sociais	Democrático-participativa	Direito público	Sujeito de direito	Espaços públicos gratuitos	

Fonte: Base de dados documental da pesquisa

A conformação dos elementos nos itens de destaque não desconsidera a movimentação e o dinamismo do fato social, ao contrário apenas situam aqueles que de alguma forma imprimiram o tom aos debates em determinado momento histórico. Este dinamismo conduz aos principais agentes que se confrontam, disputando a competência do atendimento da infância, por meio da legitimação de seus saberes, de seus valores, estes expressos em interesses distintos. É no embate deste jogo de forças político-social que se delimitou algumas matrizes discursivas sobre os quais foi possível perceber a generalização de demandas, de modelos institucionais, concepções de infância, bem como um aparato técnico-legislativo sobre o qual se ancorou projetos e programas pontuais que consagraram a entrada da criança na multidimensionalidade social.

4 – UM OLHAR SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme abordado no capítulo anterior, os movimentos sociais ingressaram no campo de forças do atendimento à infância de forma peculiar, provisionando-se do discurso democrático participativo que enleava a sociedade nos primeiros anos da década de 1980. Perscrutar um olhar sobre os movimentos sociais neste capítulo, cumpre o objetivo de entender a constituição, os interesses e os papéis que desempenham na sociedade, subsidiando, por conseguinte, o entendimento específico da sua presença no campo de forças do atendimento à criança de zero a seis anos.

Primeiramente cabe destacar que não há uma definição universalista dos movimentos sociais, entretanto, é necessário perceber o contexto de emergência, pois estes estão condicionados pelas transformações econômicas, políticas e culturais e até mesmo tecnológicas. Neste sentido, descrever a trajetória do conceito de movimento social, embora por demais exaustivo, acaba se fazendo necessário, visto que este se apresenta com significados distintos conforme a concepção na qual se desenvolveu. Doimo (1995) adentra nesta questão apontando, primeiro, o fato de um recorte teórico-metodológico conferir um caráter propositivo e transformador dos movimentos sociais sem considerar a conjuntura em que se desenvolvem; por outro, isso pode implicar na perda da dimensão real dos movimentos estudados. A autora ainda conclui que este tipo de simetria dificulta os avanços teóricos sobre o tema.

No paradigma Europeu, dentre as duas teorias que emergem, a marxista se debruçou sobre os processos históricos globais, nas contradições e nas lutas de diferentes classes, enfatizando a estrutura em relação à classe social. Nesta teoria são enfocadas categorias como experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradição urbana, movimentos sociais urbanos e meios coletivos de consumo, como formas de apreender os processos de lutas sociais de transformação da realidade social arraigado no processo histórico de luta das classes sociais subordinadas.

A teoria dos Novos Movimentos sociais, segunda corrente européia, partiu de explicações conjunturais no âmbito político ou dos micro-processos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais baseando-se na cultura. Além disso, recusou a teoria marxista ortodoxa devido ao seu caráter estrutural para a explicação da ação coletiva em nível macro social, eliminando a centralidade do sujeito predeterminado; ao contrário, toma-os como atores sociais. Nesta corrente, a

política passou a ter centralidade como dimensão da vida social e os atores sociais passaram a ser analisados prioritariamente pelas ações e pela identidade coletiva.

Esta última, a identidade, para alguns teóricos, segundo Gohn (1997), define a teoria de Novos Movimentos Sociais, caracterizando-a por uma abordagem mais construtivista, nos quais os estudos de movimentos sociais se fizeram diferentes daqueles estudados pela teoria marxista clássica.

O paradigma Latino-americano sofreu influência direta das teorias do paradigma Europeu. Na década de 1970, as influências eram da teoria marxista sobre movimentos sociais, já na década de 1980, os estudos sofreram influências dos Novos Movimentos Sociais, passando a focar categorias como hegemonia, contradições urbanas sociais, autonomia e identidade, novos sujeitos históricos, campo de forças popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, setor terciário privado e público.

As diferentes noções de movimentos sociais podem ser apontadas conforme os elementos interpretativos de cada paradigma ou conjunto de abordagens, assumindo assim, configurações de ações coletivas associadas às lutas por interesses, à organização social e à mudança na esfera social e cultural. A relevância está em assinalar a existência de uma vontade coletiva, de um sistema de forças sociais dentro do qual disputam a direção do campo cultural e corroboram para uma concepção de movimento social como força motriz (GOHN, 1997) atuando como emergentes da sociedade civil, com vistas à transformação das condições de desenvolvimento social. Nesta via movimentos sociais são

uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevalentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social (CAMACHO, 1987, p. 217).

No objetivo transformador expresso por Camacho (1987), encontra-se a base explicativa do adjetivo “antagonista” conferido a movimentos sociais por Melucci na obra *A invenção do Presente* (2001). Para este, movimentos sociais são antagonistas, visto que, além de serem uma ação coletiva, são portadores de um conflito atingindo os recursos de uma sociedade, colocando-se em questão os objetivos da produção social e a direção de seu desenvolvimento.

Em Alexandre (1998), encontra-se uma análise mais refinada do pressuposto antagonista assinalado por Melucci, na qual assevera que o modelo de ação coletiva se esgotou no contexto do capitalismo industrial, assim, aos movimentos sociais não basta apenas o caráter reivindicatório de uma dimensão redistributiva, e sim a necessidade de concentrarem-se nos códigos, no conhecimento e na linguagem. Nesta ótica o conflito toma configurações simbólicas e requer métodos interpretativos e não mais modelos explicativos.

Ainda em Melucci (2001), para teorizar movimentos sociais numa sociedade complexa é necessário considerar, além da perspectiva antagonista já apontada, outros quatro elementos. Primeiro, a construção da ação coletiva, onde o agir coletivo não se dá por forças naturais, nem produtos de crenças e de representação de atores, pois este é um objeto construído pela vontade consciente. Segundo, é necessário considerar os movimentos sociais como expressão de conflito, isso porque na medida em que a ação coletiva comporta solidariedade, implica também ruptura com limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. Assim, o campo analítico depende do sistema de relações no qual o movimento se insere, da pluralidade de significados analíticos que possui e do sistema de oportunidades e vínculos que se processam. O terceiro elemento enfatiza o potencial de conflito e de antagonismo como não supressores da construção de consensos e de diálogos. Por fim, a ação invisível expressa uma aproximação com a teoria da Mobilização de Recursos, mas não se confunde com a mesma.

Ampliando o leque de considerações que versam sobre as formas de abordagem dos movimentos sociais, compreende-se que para definir e estudar movimentos sociais na atualidade são necessários três fatores imprescindíveis:

(...) a mudança nas condições coletivas da sociedade civil; (...) as mudanças de paradigmas de análise dos pesquisadores; (...) mudança na estrutura econômica e nas políticas sociais (GOHN, 2000, p. 243).

A partir disso, movimentos sociais podem ser definidos como:

(...) ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a classes e camadas sociais, articuladas em certo cenário da conjuntura sócioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (...) (GOHN, 1997, p. 251).

Exatamente como foco de pesquisas das Ciências Sociais que renasciam na década de 1980, os movimentos sociais urbanos apresentaram-se como sendo aqueles que

se edificaram com base em problemas sociais específicos⁷⁰. Eram lidos como movimentos caracterizados pela busca por equipamentos coletivos de consumo como saúde, transporte, habitação, escolas e creches, entre outros, inscrevendo-os em uma problemática urbana.

Com forte enfoque neo-marxista⁷¹, as análises que congregam movimentos sociais vinculados ao espaço urbano, trabalham com a categoria *movimentos sociais populares urbanos* (GOHN, 1997), ou *movimentos populares*, conforme Doimo (1995). Impulsionados, por exemplo, pelas Sociedades de Amigos de Bairro e, sobremaneira, pelas Comunidades Eclesiais de Base, tais movimentos se caracterizaram pela articulação e organização de demandas por equipamentos coletivos e espaços de participação na gestão pública (GOHN, 1997, SHARER-WARREN, 1998).

Segundo Jacobi (1987), o foco de estudos acerca destes movimentos incidiu em análises da relação entre movimento social e o Estado, mormente na década de 1970, e privilegiavam um enfoque antagônico destas esferas ao invés de considerá-las partes integrantes e complementares do espaço social. Esta noção relacional integradora é complementada em Melucci (apud JACOBI, 1987) ao enfatizar que os movimentos populares urbanos manifestaram uma identidade a partir da construção coletiva da noção de direito. Decorre pois, que por esta perspectiva, pode-se ter a visibilidade pública das carências sociais e amplia-se os espaços de cidadania. Nesta mesma vertente, conforme Sader (apud GOHN, 1997 e 2005) entraram em cena novos atores sociais, pluralizando os grupos organizados que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições, entre outros.

Os movimentos sociais populares urbanos que atuaram na década de 1970 e 1980 não desapareceram após este período, apenas perderam visibilidade quanto à sua ação reivindicatória, por conseqüência da redução no espaço na mídia e na política, bem

⁷⁰ A partir da proposta teórico-metodológica construída por Gohn (1997) para a análise dos movimentos sociais Latino-Americano, são cinco as categorias de expressão dos movimentos sociais: a primeira categoria se refere aos movimentos que emergem a partir da origem social da instituição que o sustenta como igreja, partido, sindicato, e outros; a segunda categoria movimentos com base em características na natureza humana como sexo, raça, idade; a terceira refere-se àqueles construídos a partir de problemas sociais; a quarta categoria movimentos que se dão a partir da conjuntura do país como os movimentos nacionalistas e libertários atrelados à história do Brasil, por exemplo; e, por fim, a quinta categoria, dos movimentos construídos a partir de ideologias, embora utópicas impregnem o pensamento a ação social como o anarquismo, o marxismo.

⁷¹ Segundo Gohn (1997), neste enfoque a análise dos movimentos sociais refere-se ao processo histórico de lutas sociais das classes e camadas sociais subordinadas, tendo em vista a transformação da realidade social, econômica, política e cultural. Trata-se de um enfoque que, a partir da releitura do marxismo ortodoxo, releva os fatores políticos, com ênfase no ponto de vista de uma cultura política resultante das inovações democráticas. Os principais neo-marxistas são Manuel Castells, Jean Lojkine, Claus Offe, Laclau e historiadores discípulos de Hobsbawm E.P. Thompson e G. Rude.

como em função da nova conjuntura nacional (GOHN, 2005). A partir de fatores estruturais, principalmente por serem portadores de heterogeneidade temática, nos anos 90, criaram, ampliaram ou fortaleceram a construção de redes sociais, além disso, suas identidades também foram revisitadas, incorporando novas práticas, alterando seus discursos, bem como matrizes que os sustentavam; tornaram-se mais propositivos.

4.1 - Movimentos Sociais e Educação

Para Campos (1991) os estudos referentes a movimentos sociais específicos ou não que levantaram a bandeira da educação se fizeram enquanto vertente irresoluta no campo de produções acadêmicas no país no período entre 1970 e 1980. A partir de um ensaio acerca do “estado da arte” que objetivou mapear as produções acerca deste, a autora desvelou a marginalização do tema, concluindo que mesmo em número pequeno, os estudos então realizados foram ignorados tanto pela educação quanto pela sociologia. Tal ausência pôde ser explicada devido à divisão antagônica impregnada ao pensamento educacional no país que, de um lado, enfocava questões relativas ao sistema educacional, de outro, considerava como educação popular aquela processada fora do âmbito do Estado, neste caso tratando de programas de educação que emergiam da mobilização popular como os de alfabetização de adultos e participação política⁷² (ibidem).

Entretanto, vislumbrando os objetivos de luta pela educação a partir da mobilização social, alguns estudos começaram a ser realizados desde 1964 e foram destacados no referido ensaio. Dentre eles, tem-se o pioneiro, empreendido por Biesegel em 1964, onde o movimento por expansão da rede ginasial, ocorridos na década de 40, 50 e 60, foi enfocado como processo político a partir de lei e da criação de novas unidades como respostas dos governantes às demandas populacionais no interior de São Paulo.

Em 1984, Spósito voltou ao tema de Biesegel, porém com o recorte empírico da capital paulistana, onde foram situadas as demandas da classe trabalhadora. Em seu estudo, fica evidente não só a reivindicação pela continuidade da escolarização em nível ginasial, ainda não assegurada para todos na forma da lei, mas também as lutas por acesso à escola primária.

⁷² Uma interseção deste antagonismo pode ser apreendida em Gohn (1992), ao reiterar Movimento Social como forma renovada da educação popular. A propósito de forte elucidação, a autora toma o Movimento de Educação de Base e o Sistema Paulo Freire enquanto fundantes na e da ação pedagógica conscientizadora, reorientando, sobretudo, as ações sociais dos movimentos, a partir do interesse das camadas populares. Esta interseção aponta inclusive o início da ruptura da noção paradigmática de movimento social versus Estado, dando vez à medição entre os órgãos burocráticos do Estado e as demandas populares (JACOBI, 1987).

Desvelando tal processo a Belo Horizonte, a pesquisa de Campos, a partir da análise de noticiário da imprensa, em 1989, descreveu a articulação da demanda por escolas com as demais reivindicações urbanas, expressando as contradições capitalistas. Segundo o enfoque dado ao estudo, o autor apontou o atrelamento da escola às necessidades de infra-estrutura, primeiro para ela própria, como luz, rede de esgoto, água, transporte, entre outros e, por conseguinte, para a comunidade na qual está inserida. Nesta mesma via, o prédio escolar figurava como atrativo para novos moradores, ampliando a população e fazendo emergir novas demandas adicionais; além disso, por vezes era espaço também destinado à recreação, reuniões, abrigo de vítimas de enchentes e desabamentos, vacinação e eleição.

No doutorado, em 1989, Spósito retomou os elementos já caracterizados nos estudos supracitados, revisitando-os à luz de novas bases teóricas sob a análise de três eixos: a origem das ações coletivas, as perspectivas e limitações das mobilizações, e a interação entre movimento e Estado. O foco de ação das mobilizações, ou seja, a luta por acesso à escola, bem como as respostas do Estado às ações foram pouco alteradas nas décadas analisadas pela autora; todavia, predominantemente, as práticas dos movimentos apresentaram-se com forte configuração política. No que se refere aos movimentos sociais, percebeu-se tanto a busca pela autonomia do próprio movimento como a alfabetização política das mulheres que lutavam pela educação dos filhos, as interações com outros espaços além da fronteira dos bairros, rejeição às práticas clientelista e reivindicações diretas às instâncias centrais do sistema de educação, dentre outros. Ademais, coube destaque às limitações da forma de organização dos movimentos a partir da falta de estrutura formalizada e contínua; o menor poder de pressão em relação a outros segmentos como os de professores, de funcionários, e de cabos eleitorais, em meio a outros; e, sobretudo, a necessidade de ajuda de outros grupos técnicos de assessoria e articulação.

Processaram-se estudos acerca da participação do movimento na vida da escola, destacando-se Avancine, em 1990, e Passos, Carvalho e Silva, em 1988. O primeiro revela os conteúdos de segurança, comportamento e conflito de autoridades nas práticas de participação das mães no conselho, em detrimento do conteúdo de qualidade; todavia neste caso, a participação se inscreve no interior da escola subsidiado pelo apoio da Comissão de Educação do bairro e professor morador, buscando participação efetiva no funcionamento da escola. Já o segundo, enfoca, mesmo sem instrumentos legais, a prática de co-gestão da escola a partir da iniciativa da diretora; sem respaldo de instância autônoma na comunidade. Tal tentativa não teve continuidade.

A dissertação de Bonfim, fruto da investigação realizada em dois bairros populares de Terezina, no ano de 1991, reitera a heterogeneidade na formação do movimento por educação. Nesta via, em 1987 na cidade de Salvador, Serpa desvelou o papel dos movimentos negros e de mulheres na luta por educação; “a pesquisa mostra como as mulheres e o conceito de negritude são fatores relevantes para a identidade e a força dos movimentos” (CAMPOS, 1991, p. 61). De um lado as mulheres se dedicaram à questão das creches e pré-escolas, enquanto o movimento negro trabalhou a questão da alfabetização de adultos e conteúdos educacionais. O estudo apontou ainda que devido à falta de oferta de vagas, bem como com a disponibilidade de recursos via Legião Brasileira de Assistência, Ministério da Cultura e entidades internacionais, os movimentos sociais começam a organizar suas próprias escolas, porém com precariedade.

Tanto o movimento de reivindicação quanto as próprias formas de iniciativas frente às demandas não atendidas foram enfocados por Carlitos Kurdt Fuchs, em 1990, na cidade de São Leopoldo. A pesquisa delata, por um lado, a super-exploração desta forma de ajuda, mas, por outro, afirma que os mutirões, as campanhas para angariar fundos, dentre outros, contribuíram para desenvolver novas formas de interações entre os participantes, bem como reforçou elementos constitutivos da identidade coletiva.

Somente no final de 1980 e início de 1990, mediante a diversidade de alternativas de educação para crianças pequenas geradas na luta dos movimentos sociais e na consequente expansão do atendimento, o foco orientador das produções teóricas angariou uma discussão política.

Esta influência pode ser expressa pela importância dada à Educação Infantil, reiterada, sobretudo, na forma da legislação como a Constituição Federal em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996; igualmente, destacam-se o documento Política Nacional de Educação Infantil editado pelo Ministério da Educação e Cultura em 1993, as Diretrizes e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil em 1998 e o Plano Nacional de Educação em 2000 (SILVA, 2001), que são mais incisivas através da edificação de uma política de educação infantil municipal que se estendeu até os dias atuais como forma de resposta à natureza das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais (CAMPOS, 1991; VEIGA, 2001; 2005).

No conjunto de estudos que caracterizaram e analisaram a luta por Educação Infantil travada pelos movimentos sociais, encontram-se Gohn (1985), Campos e Rosem-

berg (apud CAMPOS, 1991) e Veiga (2005), especificamente quanto àqueles que encamparam a luta por Creches em São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente.

O estudo de Gohn (1985) apontou a creche como a maior demanda reivindicatória por educação em São Paulo. A partir do agravamento das condições de vida das famílias de baixa renda da periferia, a pesquisa descreveu a necessidade das mulheres ingresarem no mercado de trabalho, ficando sujeitas à subordinação e remuneração aquém de suas funções, sendo que, entre outros elementos, tal quadro contribuiu para o engajamento destas mulheres em movimentos reivindicatórios. Especificamente no caso da reivindicação por Educação Infantil, modalidade creche, a autora destaca a existência de dois grupos agregados à formação do movimento por creches: os grupos de base da Igreja, os movimentos Carestia e Anistia, bem como o movimento Feminista.

Ao descrever a história da creche em São Paulo, no ano 1990, Campos e Rosenberg aprofundaram o papel que tiveram os grupos feministas, ampliando o campo de investigação acerca da mobilização por creches. Para as autoras, três protagonistas interagiram na construção desta história: os grupos mobilizados de mulheres que apresentavam, dentre suas necessidades, a questão da creche; o movimento feminista, articulador da reivindicação à discussão política acerca da defesa dos direitos da mulher e da responsabilidade coletiva da criança; e os técnicos da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, fornecedores do projeto de rede de creche nas periferias (apud CAMPOS, 1991).

O estudo recente sobre esta temática é o de Veiga (2005)⁷³. Tal estudo recorreu à trajetória do Movimento de Luta Pró-Creches de Belo Horizonte – MLPC/BH – onde adentrou em questões eminentes à formação, organização e institucionalização, bem como as principais ações realizadas em favor da política de Educação Infantil, considerando o Estado como demandado.

A partir da trajetória do MLPC/BH, percebe-se que as demandas foram incorporadas a uma agenda política, isto porque o Estado tinha a necessidade de responder às reivindicações do movimento (VEIGA, 2005). Além disso, pelo fato de não haver interlocutores técnicos, mediadores dos canais de comunicação entre o movimento por creches e o Estado – como foi o caso de São Paulo – a pressão por creches públicas em BH não foi amenizada após atendimento das demandas. Tal continuidade se deve à natureza

⁷³ A publicação é fruto de dissertação de mestrado em educação defendida em 2001 na Universidade Federal de Minas Gerais sob o título *O Movimento de Luta Pró-Creches e a Política de Educação Infantil em Belo Horizonte*.

da reivindicação do MLPC/BH em que buscava-se angariar o apoio do Estado para que as creches fossem administradas pela própria comunidade (VEIGA, 2005).

Ao se considerando alguns fatores estruturais, bem como as particularidades da natureza e dinâmica desenvolvida ao longo dos anos, o MLPC/BH se manteve após a crise dos movimentos sociais urbanos. Neste sentido, a autora afirma que entre as contribuições que se processaram no campo educacional infantil, está a mudança do conceito de creche, o alargamento do papel desta instituição e, por conseguinte, novos olhares do papel educativo que desempenham (VEIGA, 2005). Por outro lado, a convergência complexa de interesses antagônicos em direção à luta por creches reforçou a prática de conveniamento, característica ainda presente no Brasil para o segmento educacional infantil.

Entre os estudos destacados é importante ressaltar um elemento fundante da organização e objetivo dos movimentos sociais que demandavam creche: trata-se da organização e liderança destes, sob a égide das mulheres. Inicialmente, como subsídios para reforçar as demandas, foram evocados os dispositivos legais que conferiam às mulheres trabalhadoras o direito⁷⁴ de amamentarem seus filhos em salas próprias no local de trabalho. Em se tratando de um direito de assistência à criança, no caso de ausência da mãe, várias outras formas de reivindicação por creches emergiram a partir da organização de trabalhadoras não só das instâncias públicas, mas também privadas, definindo demandas, elaborando projetos, estimando custos e, na forma de comissões, conseguiram instalação de creches nas empresas (ROSEMBERG, 1989).

Na década de 1980, as negociações trabalhistas se afinaram aumentando o número de creches mantidas pelas empresas privadas e por órgãos públicos, conforme estudo de Oliveira et al (1992)⁷⁵. Em mesma via, Raupp (2004), a partir da investigação acerca do papel das creches, enquanto unidades específicas, dentro de Universidades Federais, aponta que os servidores, tanto homens quanto mulheres, a partir do Decreto de nº. 93.408 de outubro de 1986, passaram a ter direito a creches no local de trabalho.

Saffioti (1987) foi categórica ao afirmar que a gênese da luta por creches em São Paulo localizou-se na organização de novas formas de movimentos liderados por mulheres, entre eles o I Congresso da Mulher Paulista; espaço oportuno às raízes do Movimento de Luta por Creches – MLC – daquele estado. Esta afirmativa encontrou ecos

⁷⁴ Direitos considerados restritos, visto que somente se referem às mulheres entre 16 e 40 anos, sendo trabalhadoras de empresas com o quadro mínimo de 30 mulheres funcionárias; bem como amamentação até os seis meses de vida das crianças (FAGUNDES, 1997).

⁷⁵ Segundo o estudo realizado por Oliveira et al (1992), o atendimento oferecido nas creches, nesta conjuntura, era para além da substituição da família, pois visava também o desenvolvimento social e emocional.

em Rosemberg, Campos e Pahim Pinto que asseveraram: “(...) reivindicar creche era, naquele momento, uma palavra de ordem consensual. Todavia, (...) a participação de grupos feministas no MLC foi, na verdade, episódica, tendo cessado logo” (apud SAFFIOTI 1987, p. 129); apesar disso a questão da creche continuou presente nos encontros feministas.

Em Minas Gerais, Miranda, Figueiras e Cóser (1987) afirmaram a eminência do alargamento do espaço feminino nas esferas da sociedade a partir da perspectiva em que as mulheres deixam de ser meras coadjuvantes e passam a atuar como atores centrais de lutas em busca de uma cidadania mais plena. Dentre os dois grupos⁷⁶ ligados ao movimento de mulheres classificados pelas autoras, destacam-se os autônomos, considerados grupos que alcançaram mais facilmente seus objetivos e se organizaram de forma mais independente; dentre eles está o Movimento de Luta Pró-Creches de Belo Horizonte.

As demandas apresentadas pelos movimentos sociais em torno da questão de creches expressam a construção da cidadania coletiva dos novos sujeitos sociais históricos, através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 1992). Quanto ao processo de identidade gerado a partir da noção coletiva de direito, percebe-se a relação intrínseca entre a ampliação do espaço de cidadania e o reconhecimento público das carências. Assim, o movimento social, por conseqüência, possui tanto uma dimensão educativa em que os produtos são sustentadores de novos processos, quanto uma dimensão pedagógica considerando os instrumentos empregados no processo para a própria formação cidadã (GOHN, 1992).

Os trabalhos supracitados trazem discussões que permitem concluir que as décadas de 1970 e 1980 foram propiciadoras de uma cultura política responsável por inscrever as demandas expressas nos movimentos sociais urbanos no campo dos direitos, e não mais no campo das reclamações e reivindicações (Oliveira apud JACOBI, 1987, p. 19). Para além, permitem ainda vislumbrar a emergência, mobilização, organização e ação de novos atores que se fizeram presentes e representados nos debates sociais.

Os movimentos sociais, tanto incorporaram as demandas, sobretudo aquelas relativas às creches, quanto se configuram como interlocutores na construção de políticas educacionais. Ressalta-se, todavia, a outra face da moeda reveladora das práticas de co-

⁷⁶ Para as autoras foram dois os grupos que se ligaram ao movimento de mulheres: o primeiro, os *autônomos*, inscrevem-se os Movimentos de Luta por Creches, Associação das Empregadas Domésticas, Grupo Nós e nossos Filhos, Grupo Sempre Viva, dentre outros, num total de nove; e os *grupos vinculados a outras entidades*, como sindicatos, organização de moradores de bairro e partidos políticos (MIRANDA, G. V; FILGUEIRAS, C. A; CÔSER, S. M. L. 1987).

opção junto ao poder público, bem como de parcerias que reiteraram o sistema de convênio, também efetivadas pelos órgãos estaduais e federais de assistência social, no qual a transferência de responsabilidades fez emergir iniciativas populares de atendimento à criança pequena.

Consoante a Campos (1999), ao recuperar a história de lutas pelos direitos à educação das crianças, aponta-se para o reconhecimento das contribuições que os movimentos tiveram nas propostas de políticas de Educação Infantil. Além deste reconhecimento, vislumbra-se a integração de uma concepção de educação que reconheça o direito das famílias a espaços alternativos de educação para seus filhos, bem como o direito das crianças em suas necessidades de desenvolvimento.

PARTE III

EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DE UM CAMPO EM CONSTITUIÇÃO

Sem desconsiderar as fontes documentais oficiais e técnicas que foram favoráveis ao cruzamento e complemento das informações, o percurso investigativo acerca da constituição do campo da Educação Infantil no município de Juiz de Fora se deu, quase que exclusivamente, a partir da seleção, organização e análise da base documental jornalística. De um lado, o uso de jornais apresentou-se como fonte principal e com maior substancialidade de informações, por outro, consoante à Candiá e Ferreira (2007), na construção da memória social e política do país, a imprensa se apresentou com relevantes contribuições no sentido de mobilizar a opinião pública informando e formando novos valores e idéias. Por isso, talvez, seja crescente o número de pesquisas que utilizam as fontes jornalísticas como fonte para o estudo, sobretudo para o estudo da história da educação, entendendo tais fontes como espaço organizador da cultura, portanto, produto histórico-cultural.

Por esta via, ao privilegiar os periódicos locais Diário Mercantil, Tribuna de Minas e Tribuna da Tarde, além do boletim Unibairros, captou-se suportes empíricos singulares nos quais apreendeu-se a constituição do campo do atendimento à infância de Juiz de Fora, destacando os agentes sociais que competiam no mesmo.

Os achados da investigação estão dispostos nesta seção que tem o objetivo de responder à questão de estudo, a partir das análises dos marcadores empíricos específicos do município de Juiz de Fora. Optou-se por realizar tal apresentação, em três capítulos que se referem aos desdobramentos do objetivo geral da pesquisa. O primeiro capítulo, sob o título *Processos Históricos e Políticos*, localiza o emaranhado complexo das linhas históricas, buscando matizar os fios do tecido cotidiano constituído de diferentes agentes sociais da eterna *Princesinha de Minas*.

A partir da compreensão destes processos históricos e políticos, procedeu-se a identificação dos agentes sociais que constituíram o campo do atendimento à infância juizforana, cuja apresentação encontra-se no segundo capítulo intitulado *O Atendimento à Infância Juizforana: mudanças entre a assistência e a educação*. Tal procedimento realizado à luz dos processos históricos e políticos reitera a compreensão de Gonh (2003, p. 153) quanto aos *motores básicos dos acontecimentos*, ou seja, propiciou compreender a regularidades e rupturas das relações sociais construídas sob a ótica das ações dos homens.

No referido capítulo, a variação das formas de atendimento, assentada em instituições e práticas específicas, eram cambiadas pela legitimidade do discurso e pela demanda emergente vinda do adulto e não necessariamente da criança, por isso, julgou-se importante a disposição dos agentes, identificando-os em grupamentos afins – como entidades assistenciais, poder público em suas diferentes esferas, movimentos sociais, órgãos internacionais e entidades privadas – e suas ações em prol da infância.

Multidimensionalidade da Educação Infantil Juizforana é o título conferido ao capítulo seguinte e nele está a busca da análise sobre a constituição da Educação Infantil no referido município, considerando a multiplicidade temática atrelada ao atendimento à infância, a disposição do campo de forças, à segmentação do mesmo a partir dos diferentes agentes sociais, ao objeto de disputa e à polarização entre a assistência e a educação. Destacou-se nesta seção, os movimentos sociais buscando instigar a busca pelo aprofundamento das contribuições deste agente social no atendimento institucional da infância, considerando a variedade de movimentos encontrados no mapeamento e seus papéis nos processos interativos mais amplos.

5 - PROCESSO HISTÓRICO E POLÍTICOS

O município de Juiz de Fora, emancipado em 1850, tem sua localização na Zona da Mata Mineira, pertencendo à microrregião também denominada Juiz de Fora, caracterizada basicamente por ser pólo educacional, industrial e cultural. A população aproximada de 500 mil habitantes é assistida por uma rede estável de serviços voltados para o saneamento, recursos energéticos, saúde, segurança, transporte, comunicação e educação. No que se refere à educação, o índice de alfabetização da população em idade ativa, em 2006, teve marcas superiores a 95%, com o aporte de uma rede com cerca de 290 estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio, além de 39 cursos de graduação e 50 de pós-graduação oferecidos por 8 estabelecimentos de Ensino Superior, dentre eles a Universidade Federal de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 2006)⁷⁷. Este foi o campo de estudo, haja vista que representa uma dada realidade empírica que pode desvelar as questões teóricas fundamentadas na historicidade do objeto de estudo.

Abordar, mesmo que resumidamente, o processo histórico que sustentava a sociedade brasileira nas décadas de 1970 e 1980 permitiu vislumbra o enredo das movimentações em torno do campo social juizforano, compreendendo o conjunto de elementos que competiram para a transitoriedade nas relações construídas. Voltou-se o olhar para uma reconstrução histórica crítica dos fenômenos sócio-políticos, entendendo que estes foram arrolados sob a ótica das ações dos homens que o fizeram, configurando *motores básicos dos acontecimentos* (GOHN, 2003a, p. 153).

Desta forma, o esboço do campo social provocou mais que a delimitação que o instituiu; antes, por se tratar da realidade concreta, consistiu em desvelar, do emaranhado complexo de linhas históricas, os fios do tecido cotidiano constituído de diferentes agentes sociais. Para a empreitada pretendida, tratou-se menos da periodização histórica, demarcada pela linearidade dos acontecimentos, do que da tentativa de localizar e reconstituir um campo de forças específico, mobilizador de diferentes agentes que se deixaram à mostra e dos seus projetos sócio-políticos ligados a uma nova perspectiva de ver e de fa-

⁷⁷ Fonte: JUIZ DE FORA, Prefeitura Municipal. JF Informação – índices sócio-econômicos. Disponível em <<http://www.jfinformacao.pjf.mg.gov.br/>> Acessado em 15 de maio de 2006.

zer política⁷⁸; perspectiva esta moderada no processo Constituinte e captada, em tese, pelo texto da Carta Magna.

Juiz de Fora, sob a ideologia nacional-desenvolvimentista, apresentava condições geográfica e econômica promissoras ao desenvolvimento regional, o que colocou o município em condição de destaque no cenário político da federação. Sua proximidade com a capital brasileira – Rio de Janeiro – fez instaurar, entre os empresários e grandes fazendeiros, uma aura modernizante, dinamizando projetos de vanguarda⁷⁹; por outro lado, o fascínio pela novidade, a repulsa à região mineradora e a relação animosa ante o governo estadual fez emergir uma elite caracterizada, conforme apregoou o ex-secretário municipal de Educação de Juiz de Fora, José Eustáquio Romão, por uma tradição local detentora de um poder simbólico obliterador dos conflitos e legitimador do poder (apud CRESPO, 2002).

Antes considerada maior centro industrial mineiro devido à produção cafeeira equiparada às paulistas e fluminenses, o município se alavancou pela tendência progressista nacional, especialmente pelo dinamismo do seu núcleo urbano e pelo favorecimento à formação da classe trabalhadora organizada, estimulada pela forte orientação econômica à prestação de serviços.

Porém, durante a década de 1940, o município não conseguiu se manter na linha do crescimento nacional, colocando-se em dependência a dois grandes centros, a saber: Rio de Janeiro e São Paulo. Somava ao quadro de instabilidade, o foco incisivo dado pelo governo estadual à Belo Horizonte, objetivando-a como centro administrativo. Ao perder o status de Manchester Mineira⁸⁰, a situação se agravou, restringindo a produção por falta de investimento em alguns setores e acentuando os índices de desemprego e baixo desenvolvimento econômico.

Conforme explicitados no projeto Cidade Porte Médio apresentado ao Banco Internacional de Reestruturação e Desenvolvimento⁸¹, Juiz de Fora, por todos estes fatores, foi incapaz de “conquistar novos mercados”, mas incorreu especialmente no declínio dos

⁷⁸ Forma esta permeada pelo pressuposto de participação popular nos processos de decisão. Participação Popular: a mobilização tem, hoje, um lugar decisivo para a definição do avanço da democracia. *Tribuna de Minas*. 26 de jun. 1985. p. 1, (especial).

⁷⁹ Ana Maria Crespo, ao dissertar sobre a experiência de descentralização do ensino em Juiz de Fora, chama atenção para o orgulho da elite local expressa, inclusive, no hino que enaltece a cidade e suas indústrias, referenciando-a como a “Princesa de Minas que caminha na vanguarda, no progresso” (CRESPO, 2002, p. 74).

⁸⁰ Além deste título alusivo à cidade industrial Inglesa, Juiz de Fora também ficou emblematicamente conhecida como a Atenas de Minas, status justificado pelo desenvolvimento cultural.

⁸¹ Projeto elaborado na administração pedessista em 1978.

“mercados tradicionais”. Neste mesmo documento, apontou-se a rodovia Rio-Bahia como foco de um sistema viário paralelo e desarticulador que minimizou “a capacidade de competição com outros centros produtores e consumidores⁸²” (JUIZ DE FORA, 1978).

Assim como o profundo processo de transformação da política e da economia em nível nacional, percebeu-se o aumento do processo de proletarização sobre a qual incrementou a economia informal em Juiz de Fora.

À época, depois de baixado Ato Institucional n.º 2 – AI 2 – cuja determinação voltava-se para a exclusão dos partidos políticos existentes, autorizou, via Ato complementar à Lei Orgânica, a criação de duas agremiações partidárias, emergindo, assim, a Aliança Renovadora Nacional, com a legenda ARENA – governista – e o Movimento Democrático Brasileiro sob a sigla MDB – oposição que a ditadura permitia.

Esta transição, segundo abordagem de Teixeira (2004), fez com que imperasse o caráter assistencial e recreativo às Sociedade Pró-Melhoramentos de bairros, em Juiz de Fora, por exemplo. Além disso, houve a alteração do quadro tradicionalista das SPMs devido ao engajamento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Na linha de frente da ala progressista da Igreja católica, 20 grupos foram formados e alocados em diferentes bairros da cidade (OLIVEIRA, 1994) sob forte pretexto da fé religiosa, pregando a libertação do homem a partir de seu próprio esforço. As relações autoritárias e centralizadoras acenaram um fecundo terreno para a mobilização de diferentes agentes encampando distintas bandeiras, principalmente contra o regime militar.

Pelo conjunto maior de determinações autoritárias, muitas lideranças populares foram repreendidas, como consta nas publicações do Jornal Unibairros, cujo conteúdo visava denúncias, reivindicações e publicização de demais temas políticos de forma alternativa à uma atuação mais incisiva.

O reflexo, em Juiz de Fora, do que Gohn (2004) chamou de período de refluxo dos movimentos sociais em 1960 coadunou não só em repressões às lideranças comunitárias por este modelo de governo; antes, neste período os movimentos comunitários assumiram entornos mais propositivos que reivindicatórios (GOHN, 1997, 2003a, 2003, 2004).

⁸² O desenvolvimento deste sistema viário colocou Juiz de Fora em concorrência com outros pólos produtores, agregado à tradição burguesa da cidade que não se abriu a modernização industrial fazendo crescer o setor de prestação de serviço faria com que, em decorrência, a zona de tradicional influência do município provocaria desequilíbrio funcional (JUIZ DE FORA, 1978). cf: JUIZ DE FORA, Processo do convênio n.º 3.968/78.

Posteriormente, com os diferentes segmentos se organizando e agregando vozes às mais diversas reivindicações, os movimentos tradicionais acabaram influenciados pelos elementos dos chamados novos movimentos sociais, sobretudo, caracterizando certa solidez em Juiz de Fora concernentes às questões urbanas. Primeiro, criou-se a Federação de Bairros de Juiz de Fora, esta, por divergências políticas se dissipou dando origem à União Juizforana de SPMs e a Federação de Bairros de Juiz de Fora. O principal destaque foi o Movimento Unibairros, espaço de discussão e debate, troca de experiências, manifestações da cultura e da informação entre os moradores da periferia e, principal, representante em encontros e eventos estaduais e nacionais.

O sociólogo Flávio Rainho, em entrevista ao jornal local, apontava ser recente o fortalecimento da associação de moradores no Brasil. Para ele, tal fenômeno se dava “acompanhando o crescimento urbano (...) como forma de reação comunitária a ausência de atuação do poder público nos bairros” (BAIRROS... 1985, p.6)⁸³.

Não obstante, com o projeto de desenvolvimento exaurido por suas próprias contradições internas, agregaram-se ainda a internacionalização da indústria, a dependência externa do país, diminuição do valor real dos salários, proliferação do subemprego e a substancial crise econômica internacional provocada pelo aumento do preço do petróleo. Abriu-se, assim, a fase de Lutas pela Redemocratização, período que inscrevia o final da década de 1970 e primeiro biênio do oitocentista. Fermentado pelas CEBs; ideologias de grupos progressistas; reestruturação das bases sindicalistas; e insatisfação do empresariado; outros movimentos proliferaram nos centros urbanos.

Este foi um dos períodos mais ricos no que se referiu à mobilização social no país, coadunado pelos ideais de resistência e enfrentamento ao Regime Militar, fase na qual a esperança nas forças do povo articulado e organizado pelas mobilizações poderia operar as transformações necessárias ao país. Assistiu-se ao momento em que

(...) os moradores de periferia, (...) saem da penumbra e das páginas policiais para se tornarem os depositários das esperanças de serem novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social (GOHN, 2003a, p.114).

Nesse sentido, o jornal local veiculava densas análises acerca da participação popular, entendendo ser a entrada de um *novo agente político*⁸⁴. Apontava a atuação das

⁸³ BAIRROS caminham para movimento de base. *Tribuna de Minas*. 21 de jul. 1985. p.6, (especial).

⁸⁴ PARTICIPAÇÃO Popular: a mobilização tem, hoje, um lugar decisivo para a definição do avanço da democracia. *Tribuna de Minas*. 26 de jun. 1985. p. 1, (especial)

SPMs, assim como, o próprio jornal Unibairros fazia o chamamento das comunidades a se unirem em torno de suas necessidades.

Sob as lentes neo-marxistas, as análises congregam movimentos sociais vinculados ao espaço urbano a partir da categoria *movimentos sociais populares urbanos* (GOHN, 1997), ou somente *populares* conforme Doimo (1995) e Kauchakje (2002). Impulsionados, por exemplo, pelas Sociedades de Amigos de Bairro – SABs, Sociedades Pró-Melhoramento – SPMs e pelas Comunidades Eclesiais de Base, tais movimentos se caracterizam não só pela articulação e organização de demandas por equipamentos coletivos, mas inclusive trilhando novos espaços de participação para a gestão pública (GOHN, 1997, SHARER-WARREN, 1998).

A pesquisa realizada em 2003 através da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FADEPE – e da equipe de pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora foi publicada pela Assessoria de Articulação Institucional da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e buscou conhecer a história dos movimentos sociais do município considerando as vozes, as histórias de vida das próprias lideranças, sobretudo aquelas partícipes das SPMs. A partir do pressuposto da memória coletiva, *Puxando pela Memória*, título dado ao referente encarte produzido sob coordenação da professora Beatriz Bastos Teixeira que abordou a trajetória, as parcerias e as demandas efetivas que tinham aquelas associações, bem como as principais conquistas e desafios enfrentados, inclusive apontando o campo de disputa na qual se encontravam as SPMs ao longo de sua trajetória societária.

Vale ressaltar, dentre os diversos exemplos que se poderia resgatar do mapeamento relativo à infância a trajetória da Creche Arco-Íris, que após intensa mobilização e construção pedagógica do gerenciamento de uma creche comunitária, esbarrou na política partidária na qual envolvia seus membros e a administração municipal peemedebista. Não só esta, mas todos os movimentos apresentados naquela seção, resguardados o caráter eminentemente sintetizador de suas trajetórias, tiveram experiências de participação comunitária em prol de suas demandas; fizeram angariar visibilidade pública das carências sociais e ampliar os espaços de cidadania, sobretudo com uma forma diferenciada das relações e práticas do fazer política.

Neste mesmo período, conforme Sader (1988), entraram em cena novos atores sociais pluralizando os grupos organizados, ultrapassando os movimentos sociais, mas fortalecendo associações, instituições e Organizações não-governamentais, entre outros, cambiando a constituição de novos campos sociais como o da educação, o da saúde, o do

lazer ou reestruturando os já existentes sob nova perspectiva, como o campo da política, etc.

Este novo redimensionamento – delimitado pelo período denominado Época de Negociações e a Era dos Direitos – embora tenha limites fixados por um período temporal curto, 1982 e 1995, regeu intensa movimentação social. Em Juiz de Fora, constituiu-se diferentes movimentos relacionados às questões de gênero, de raça, ambientais, participação na Constituinte, em prol da escola pública, etc. – conforme as próprias vinculações apresentadas no Jornal Unibairros. Especificamente em prol da infância, apresentavam-se em debates A Associação da Mulher Juizforana⁸⁵, Conselho Nacional da Criança – lançado por iniciativa da Sociedade de Pediatria que contava com dois representantes juizforanos⁸⁶ s – o Conselho do Menino e Menina de Rua⁸⁷, dentre outros.

Ao quadro de retorno das bases democráticas e de crise econômica, agregaram-se os altos números de desemprego e índices de inflação, bem como as divergências político-partidaristas. Tais divergências marcaram a administração peemedebista, sobretudo pela bancada esquerdista, minoria da câmara que taxava o prefeito de improvisador e demagogo⁸⁸. Este, mantinha animosidade com o governo estadual o que, para muitos, não era uma atitude correta devido à dependência do município aos programas daquela esfera governamental.

Dentre as várias opiniões coletadas na reportagem intitulada *Comunidade questiona isolamento político* um dos depoentes, empresário e ex-prefeito da cidade afirmava:

(...) Juiz de Fora tem hoje a melhor representação política do Estado, que está se perdendo por falta de união entre o PMDB, partido majoritário no município (...) acontece que o que temos visto, com um pequeno volume de obras do Estado na cidade exatamente por falta de representatividade (...) (COMUNIDADE... 1985, p.6)⁸⁹.

Ainda assim, era um período em que o poder público local buscava mecanismos que permitissem a estruturação de certa autonomia das ações executivas, mesmo porque estava em contato direto com as demandas emergentes. Neste ínterim, viu-se a reestrutu-

⁸⁵ MULHERES ganham espaço nacional e vão à luta. *Diário Mercantil*. 12 de ser 1985, p. 6, geral; NAIR Guedes quer ser instrumento de Minas. *Diário Mercantil*. 14 de set. 1985, p.6, geral.

⁸⁶ PEDIATRIA lança plano de defesa da criança. *Tribuna de Minas*. 11 de jan. 1986. p.8, geral.

⁸⁷ DIA das Crianças. *Tribuna da Tarde*. 9 de out. 1988, p.4.

⁸⁸ PMDB bloqueia o progresso. *Tribuna de Minas*. 18 de fev. 1984, p.3, política. DEMAGOGIA avalizada. *Tribuna de Minas*. 10 de out. 1984, p.7, cidade. “NUNCA se fez tantas obras” é criticado. *Tribuna de Minas*. 26 de jun. de 1985. p.3. política.

⁸⁹ COMUNIDADE questiona “isolamento político”. *Tribuna de Minas*, 1985. p.6, geral.

ração organizacional da prefeitura com a criação da Associação Comunitária⁹⁰ e o reordenamento dos órgãos já existentes; houve também a regulamentação do Conselho Municipal de Educação⁹¹, municipalização da merenda⁹², a FEBEM⁹³, dentre outros.

De forma bastante clara, a Carta de Juiz de Fora⁹⁴, sintetizava estes anseios ao reiterar

(...) Nessa conjuntura de reconstrução das instituições nacionais, cabe-nos, o desafio de transformar o município em núcleo da Nação e da democracia. Para isso, é necessário resgatar a autonomia dos municípios, reconstruindo as condições políticas, econômicas e administrativas fundamentais para o enfretamento da sua própria realidade. (...) Para isso estaremos traçando, também, um espaço privilegiado para a discussão, a participação e o pleno exercício da cidadania (...) (NA CARTA..., 1985, p.2)⁹⁵.

A luta pelas Diretas-Já, ocorrida em 1984, e a implantação do calendário político que retomou as eleições presidenciais, proporcionaram novos parâmetros para a construção da cidadania no país a partir da emergência de direitos sociais inscritos na Constituição. O conjunto de processos emanados pelas mobilizações sociais revelava a face de sujeitos até então ocultos ou com as “vozes sufocadas nas últimas décadas” (GOHN, 2003a, p. 126).

Entretanto, os olhares românticos quanto ao potencial da participação social foram invertidos no final da década de 1980 devido à política do Estado Neoliberal. A população assistiu às privatizações e enxugamento das ações do Estado, sobretudo nas áreas sociais, ficando desiludida. Em se tratando de um exacerbado declínio da economia, foi, por outra via, uma fase responsiva quanto à política e à cultura, tecendo, assim, o pano de fundo para o início da década de 1990, na qual irromperam diferentes estratégias associativistas, porém, com vistas à sociedade política, sobretudo às políticas públicas.

Decerto, ao empreender o resgate das configurações políticas, econômicas e sociais na interface local e a consonância com os marcos nacionais estruturantes, focalizou-se formas de governo distintas que, mediante as experiências autoritárias e de auto-organização social, permitiram emergir diferentes agentes sociais coletivos, ampliando a

⁹⁰ AMAC reúne as entidades da Prefeitura. *Tribuna de Minas*. 6 de jan. 1985. p.4, cidade.

⁹¹ CONSELHO de Educação é regulamentado. *Tribuna de Minas*. 14 de fev. 1985, p.7, cidade.

⁹² MERENDA Escolar será municipalizada em Juiz de Fora. *Tribuna de Minas*. 03 de mai. 1986. p.8, cidade; FAE já chega a 355 municípios de Minas Gerais. *Tribuna da Tarde*. 1 de jun. de 1988. p.5, cidade.

⁹³ FEBEM desativa sistema de internato na cidade. *Tribuna de Minas*. 1 de ago. 1986, p.8, cidade.

⁹⁴ A carta foi editada por 125 prefeitos que compunham a Associação dos Municípios da Região do Paraíba – AMPAR – em 1º de dezembro de 1984.

⁹⁵ NA “CARTA de JF” as reivindicações da Zona da Mata. *Tribuna de Minas*. 11 de jan. 1985. p.2, opinião.

noção de luta, de política, de espaço público, de participação. Os novos agentes sociais construíram alicerces de mudança social, via de regra, apontando a transitoriedade do espaço social. Dinâmicos por natureza interacional, têm em seus objetos de disputa a reestruturação dos campos sociais diversos.

Cabe ressaltar que considerar o referido decênio para este estudo implicou ingenuamente um mero recorte temporal, sem muitas justificativas, não fossem os marcos históricos que envolveram o dado período e as características aparentemente contraditórias dos regimes políticos que nele se registraram. A grosso modo, sob os moldes da história convencional, trataram-se de décadas inscritas na crise da Ditadura (1978 – 1984) e nos primeiros anos de governo da Nova República (1985-1988)⁹⁶.

A década de 1970, por meio das práticas e concepções de um regime político autocrático, reuniu peculiaridades que a rotulou emblematicamente como década do “milagre econômico”, isso devido ao crescimento econômico acelerado marcado pela exclusão social e intensa concentração de renda. Quanto à década de 1980, para alguns analistas, foi a “década perdida”, pois resultou num período de altos índices inflacionários, estagnando o desenvolvimento e, sobretudo, por um tortuoso e lento processo de abertura política.

Todavia, é necessário considerar os meandros da organização popular, cultivadores das raízes da democratização, onde foram lançadas, antes mesmo do Golpe Militar, as primeiras formas de organização com a utopia da participação política por meio de sindicatos, associações e movimentos. Mas, no final da década de 1970 e anos iniciais da década de 1980, a proliferação dos movimentos sociais populares colocava em xeque um sistema político pouco eficiente e, em mesma medida, representativo,

Estas duas décadas balizaram mais que os tensos fatos históricos delimitados pela política instituída em que se construíram os mecanismos legais e institucionais sobre os quais repousariam o projeto de autonomia político-administrativa dos municípios, configuraram-se, enquanto liame simbólico da experiência cotidiana, as novas sociabilidades, o enfrentamento, do que Sader (1988) indicou ser promessas a serem revisitadas para a efetiva democracia, fazendo entrar em cena “novos personagens”.

⁹⁶ Para este estudo, registra-se o período no qual a intensidade dos atos públicos convocava a instituição de uma Assembléia Constituinte (1978), fazendo despontar a reorganização popular em torno de temáticas específicas balizadas pela conscientização do direito a ter direito; e o encerramento do primeiro governo da Nova República (1988) no qual, sobre a insígnia da democracia, instaurou a Assembléia Nacional Constituinte e escreveu o texto da Constituição que passava a orientar a organização e o funcionamento sócio-político e institucional da nação.

Especificamente em Juiz de Fora, estes processos sociais foram enredados por duas administrações municipais com princípios de gestão distintos, impregnados por orientações político-partidárias pragmáticas que, por conseguinte, imprimiram as condições de relação com os movimentos sociais populares. Tratou-se da administração pedessista – PDS – entre 1977 e 1982, com forte enfoque urbanístico e poucos mecanismos participativos; e a administração peemedebista – PMDB entre 1983 – 1988, consolidando canais colegiados alternativos e enfatizando a co-participação comunitária na gestão dos espaços públicos.

a) Desenvolvimento urbano e o princípio participativo

Inscrevendo-se neste período de fortes lutas pela Redemocratização, porém ainda sob a égide de um regime desenvolvimentista arraigado pelos mega-projetos urbanísticos e pela burocratização centralizadora do poder na esfera federal desenvolvimentista, a administração de Francisco Antônio de Mello Reis se iniciou, ainda sob a legenda da Aliança Renovada Nacional – ARENA, quebrando o ciclo de gestão do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, vitorioso por dez anos na cidade.

Apesar de fundamentado sob princípios administrativos próprios ante aos engendrados pelo MDB, Mello Reis – como conhecido na cena política – continuou a implementar o projeto de modernização do executivo municipal⁹⁷, criando órgãos públicos voltados para o setor de urbanização, conforme orientações nacionais. Além disso, investiu tanto no setor cultural quanto nos empreendimentos industriais com vistas a recolocar a cidade no rol do desenvolvimento, a partir de uma clara política de desenvolvimento urbano que objetivava

disciplinar e dinamizar a aglomeração [populacional] naquilo que diz respeito ao desenvolvimento ordenado da cidade, evitando dessa maneira que a adequação da aglomeração em termos infraestruturais, sociais enfim, de qualidade de vida, venha a reboque do desenvolvimento industrial (JUIZ DE FORA, 1978, p. 26).

Uma das preocupações eminentes desta gestão, pelos empreendimentos realizados, foi o crescimento urbano desordenado que assolava o município. Isso o levou, dentre outras ações, a implantar três projetos: o Programa de Desenvolvimento da Comunidade

⁹⁷ A proposta modernizadora se instalou nos primeiros anos da gestão de Itamar Augusto Cautiero Franco (1973-1976) que foi substituído por Saulo Pinto Moreira (1975-1976); tal proposta envolveu as frentes de educação, reforma urbana e reforma administrativa (VISCARDI, 1990).

– PRODECOM; Comunidades Urbanas de Recuperação Aceleradas – CURA; e o Projeto Cidade Porte Médio.

O Programa de Desenvolvimento de Comunidade – PRODECOM, desenvolvido entre 1979 e 1982, em parceria com a Secretaria de Planejamento do governo estadual, tinha por objetivo promover o desenvolvimento social com a participação comunitária. Pôde-se cunhar preliminarmente o sentido de participação, neste caso, pelo que particularizava a implantação deste projeto que era entendido com uma contrapartida da comunidade. Ao Estado caberia o repasse de 50% (cinquenta por cento) dos recursos e à comunidade a outra metade percentual.

Devido ao alto índice de pobreza e expropriação da população⁹⁸, a forma de incentivo à participação foi por meio de mutirões nos quais os próprios moradores investiam a força de trabalho em prol de ações coletivas para que suprissem suas necessidades prementes, como rede de esgoto, centros comunitários, etc.

Este foi o embrião da participação comunitária que começava a se instaurar em Juiz de Fora, incentivada pela iniciativa do poder público. Ao referido mecanismo de participação popular, o que se assistiu, nos anos anteriores, sob duras penas, foi a consolidação no modelo de administração moderna, sob a insígnia democrático-participativa.

Outro programa intitulado Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – CURA, criado em 1980, contou com o financiamento do Banco Nacional de Habitação; seu principal objetivo era oferecer infra-estrutura básica para a população da periferia.

Em 1979, a Prefeitura de Juiz de Fora, visando reorientar o ciclo migratório por meio de melhorias dos equipamentos coletivos de consumo assinou, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o projeto Cidades de Porte Médio⁹⁹. Os recursos foram aplicados em diversas áreas sociais, com destaque para a construção de Centros Comunitários cujo atendimento à população carente voltava-se para a abordagem médico-odontológica e de assistência social por meio de inúmeros programas que já vinham sendo desenvolvidos pela administração municipal, bem como a construção de Escolas Municipais de Educação Infantil com vistas a superar, via mecanismos de compen-

⁹⁸ Conforme Viscardi (1990) o PRODECOM se dirigia à população com renda inferior a três salários, índice que inscrevia 69,4% das famílias juizforanas.

⁹⁹ Composto por 11 sub-projetos que contemplavam desde o abastecimento de água até a logística de feiras de alimento.

sação de carências, o fracasso alarmado pelos índices de repetência na primeira série do ensino primário¹⁰⁰.

O Projeto Cidade Porte Médio, teve grande repercussão na imprensa local, sobretudo devido à extensão tanto em termos estruturais quanto em termos de abrangência geográfica; foram analisados minuciosamente os bairros da periferia urbana que seriam beneficiados com equipamentos e obras de infra-estrutura (JUIZ DE FORA, 1981)¹⁰¹.

Os programas supracitados, além de revelarem a excessiva preocupação da administração pedessista com a questão urbana, privilegiando alguns setores da sociedade juizforana, serviram também para elucidar, segundo Viscardi (1990), a forma pela qual se instaurou a interlocução e a relação entre poder público e movimentos sociais. Na análise realizada, a autora qualificou a existência de uma interlocução parcial mediante uma relação autoritária, sob a qual,

Em benefício do projeto de fortalecimento de grupos empresariais da construção civil e do incentivo à retomada da “vocação industrial” da cidade, muitas comunidades foram expulsas de seus locais de moradia, inclusive com a utilização do aparato policial, sendo deslocadas para locais sem nenhuma infra-estrutura urbana (VISCARDI, 1990, p. 37).

Sob as lentes desta pesquisadora, percebe-se que esta foi uma das características que levou a administração pedessista a ser considerada segregadora. Este adjetivo acentuou-se ao aliar-se ao processo de abertura democrática nos anos de 1980 – momento no qual concorreu a eclosão de vários movimentos sociais populares em Juiz de Fora, estimulados, sobretudo, pelo movimento Unibairros. Este foi o ensejo no qual se constituíram muitas associações de moradores ou outras revisitaram sua formação e papel junto à suas comunidades.

Em sendo uma administração que se desenvolveu sob a égide de um sistema político militarista, obviamente teve que se servir de ações burocratizantes e centralizadoras sob a essencial prerrogativa de coibir a ação organizada da sociedade civil que poderia colocar em risco o projeto de Seguranç  Nacional; destarte, até os mecanismos de participação potenciais deveriam ser controlados ao custo do clientelismo e da segregação.

As próprias centrais de bairros – Federação e União Juizforana – foram partícipes deste tipo de relação da administração do PDS, conforme comunicava o jornal Uni-

¹⁰⁰ Para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n . 9.394/96, esta designa o refere-se ao Ensino Fundamental que passou a comportar não são as quatro primeiras séries como aquele, porém as oito ou nove séries da formação básica.

¹⁰¹ cf: JUIZ DE FORA, Processo do convênio n . 3.968/78.

bairros. Pelas condições de relação e pelo autoritarismo que faziam questão de apontar, a Federação era concebida como veículo eleitoreiro para o então prefeito da cidade. Por outro lado, o próprio Movimento Unibairros apoiava as ações da União Juizforana e impedia sistemáticas críticas tanto à Federação dos Bairros quanto ao prefeito.

Os últimos anos da administração pedessita refletiram as mudanças políticas e o fim do regime militar o que sugeriu, ao menos em tese, considerando o processo de abertura democrático que se desenvolvia, maior participação efetiva da sociedade civil junto ao poder público.

b) Gestão colegiada como incentivo à participação popular

A nova forma de fazer política foi tomada à cabo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – na administração de Juiz de Fora, desde 1966, data de fundação do mesmo na cidade¹⁰². Em 1976 o ciclo administrativo peemedebista foi interrompido com a entrada do partido ARENA na administração municipal; este permaneceu até o ano de 1982, quando já era denominado PDS.

Com 80% dos votos do universo eleitoral juizforano, Raimundo Tarcísio Delgado, antes deputado pelo PMDB, foi eleito sob a mesma legenda – índices de votação que se repetiu em diversos municípios do Brasil, potencialmente devido ao retorno do pluripartidarismo¹⁰³, bem como da proposta administrativa descentralizadora do próprio partido.

Além da massiva votação para a administração municipal, a aparente hegemonia peemedebista se afirmou também na Câmara, elegendo 13 dos 19 vereadores que a compunham (DELGADO, 1988).

As marcas da administração anterior, conforme analisou o prefeito peemedebista (DELGADO, 1988), foram taxativamente segregadoras, afastando a população tanto do acesso à administração de seus interesses, quanto do próprio acesso aos serviços básicos. Esse foi o mote que, conforme o programa do PMDB em Juiz de Fora, ensejou o slogan “Todos Juntos”, apropriando-se, inclusive, do debate nacional instaurado por diversos movimentos sociais de base popular, bem como do próprio fracasso no qual fadaram o governo autoritário e suas práticas políticas.

¹⁰² Desde 4 de dezembro de 1965, o Movimento Democrático Brasileiro constituiu-se enquanto oposição a Arena. Oficialmente, com fundação em 24 de março de 1966, o PMDB refletiu o resultado de imposição do AI-2, cujo Ato extinguiu os partidos-políticos e, quase imediata efetivação do bipartidarismo.

¹⁰³ Criou condições para o aparecimento de novos partidos mediante a determinação do então Presidente João Figueiredo, último presidente da Ditadura Militar.

O processo dito participativo parece ter se constituído menos pela iniciativa da sociedade civil organizada que pelo corporativismo de militantes partidários, sugerindo ter sido, o mesmo, uma proposta participativa tutelada. De um lado, estimulava a ação coletiva em nome da solidariedade e da união pela coletividade; por outro, atrelava a estes os grupos técnicos com o poder de deliberar sobre as demandas apresentadas, dispondo diretrizes e parâmetros para o atendimento às mesmas.

Apesar do princípio da participação ter se materializado através dos órgãos colegiados inaugurados e expandidos na gestão do PMDB, estes órgãos eram orientadores de novas demandas, fazendo emergir outras reivindicações que, por sua vez eram mediadas diretamente por meio de instâncias colegiadas¹⁰⁴, constituídas em torno de interesses emergentes.

O que se assistiu, naquele momento foi, segundo Viscardi (1990), a formação de diversas associações de defesa de interesses voltados para temáticas sociais específicas, como Direito da Mulher; Defesa do Menino e Menina dentre outros. Este tipo de relação favoreceu, na avaliação da autora, ao neocorporativismo, marcado pelo reconhecimento institucional e o monopólio de suas representações nas instâncias colegiadas específicas.

Entretanto, não se pode negar, a despeito das limitações supracitadas, que a gestão peemedebista desvelou, em Juiz de Fora, intensa movimentação social, provocando disputas em torno das demandas sociais já iniciadas em administrações anteriores.

A proposta participativa local foi gestada desde o momento em que se lançou o PMDB ao pleito municipal, definindo os agentes que se envolveriam no processo. A abrangência destes foi descrita como sendo

(...) um canal de contato com a comunidade, as suas entidades representativas, estimulando inclusive, a formação e organização dessas entidades – as Sociedades Pró-Melhoramentos dos bairros, clubes, Sociedade São Vicente de Paula, Igreja, os Centros Comunitários – através de seus debates (DIÁRIO MERCANTIL, 1982, p. 6).

Ao assumir a gestão, em fevereiro de 1983, a bancada da Câmara e o Prefeito peemedebista empreenderam o que ele mesmo denominou de “jornada pedagógica”, vinculada à eficiência da administração sob o fundamento da prática participativa e repre-

¹⁰⁴ Conforme Delgado (1988) foram onze as Comissões e Conselhos que funcionaram em caráter permanente em sua gestão. Os conselhos eram seis: Educação; Desportos; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Defesa do Meio Ambiente; Saúde e Desenvolvimento Econômico. Já as Comissões e Coordenadorias eram: Transporte Coletivo; Táxis; Trânsito; Regularização de parcelamento e Uso do Solo. Além disso, o GAC, balcão de atendimento ligado ao gabinete da Prefeitura, visitas e reuniões permanentes com as comunidades periférica, regime de mutirões e Grupos Solidariedade.

sentativa de seu governo. O pedagógico, na avaliação do então prefeito, implicava em mudanças organizacionais e administrativas que buscavam reforçar a democracia e ampliar o universo representativo formalizado; vincular e facilitar a interlocução direta com as associações de bairros; e estimular as experiências co-gestionárias. Nesta mesma via, o pedagógico pareceu sugerir à população o conhecimento crítico da situação social, cultural, geográfica e política na qual estava inserida e o potencial poder de transformação por meio da participação coletiva organizada.

A jornada de mudanças reais foi implantada pelo poder público e a jornada de mudanças sugeridas parece ter logrado sucesso, ao menos com base no relatório de administração realizado pelo ex-prefeito Tarcísio Delgado. Em tal documento apontam ter abertos espaços e mecanismos de participação ligados diretamente ao poder público – emblematicamente o Conselho Municipal Comunitário; priorizou-se o fluxo de comunicação entre este, as comunidades, as associações, bem como com os assessores do poder público. Afirma ainda, ter efetivado experiências co-gestionadas nos Grupos Solidariedades e nos mutirões¹⁰⁵ que sobressaíram à expectativa e o próprio envolvimento da população na resolução das mazelas que a acometia.

Entretanto, a pesquisa empreendida por Viscardi (1990), cuja análise priorizou a administração supracitada sob o foco da barganha política, desvelou o jogo de forças que existia nestes espaços classificados como participativos, tal o Conselho Municipal Comunitário.

Os achados da autora apontam, primeiramente, para um esvaziamento destes espaços participativos, desconsiderando, sobretudo, a integração ou permanência daqueles segmentos indicados no momento da campanha, à exemplo, a Igreja. Os Vicentinos não se inscreveram e as Comunidades Eclesiais de Base foram excluídas não tendo, portanto, envolvimento com o processo participativo, não fosse por via indireta como Unibairros, a Ação Operária Católica e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

As próprias centrais de bairros esvaziaram suas funções quando o próprio prefeito e seus assessores inauguraram o corpo-a-corpo com as comunidades periféricas, dialogando e negociando com os moradores e não com as centrais.

¹⁰⁵ O sistema de mutirão foi implantado em Juiz de Fora com vistas a atender à população mais carente, prioritariamente em áreas servidas pela infra-estrutura básica de serviços públicos; seu principal objetivo foi primar pela organização da comunidade a partir do questionamento das condições de vida, permitindo a reflexão, organização e participação em questões que estão diretamente ao seu cotidiano (ANDRADE, 17 jul 1983, p. 6). Ver: ANDRADE, Carlos Alberto de. Mutirão: consciência social ou festa no morro? *Diário Mercantil*, 17 jul 1983, p. 6.

No momento em que os processos reivindicatórios ganharam mais peso, quer a nível municipal, estadual ou nacional, duas entidades que congregam as Sociedades Pró-Melhoramento de Bairros, União Juizforana das Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros e Distritos de Juiz de Fora e Federação das Sociedades e Pró-Melhoramentos dos Bairros de Juiz de Fora e Centros Comunitários perderam força, substância (sic) e uma visão mais crítica face a administração pública. (LIDERES..., 1986, p.7)¹⁰⁶.

No conjunto de órgãos e espaços colegiados, Viscardi (1990) concluiu que a barganha política inaugurou certa modernização na forma de fazer política, porém impregnou-as por práticas de cooptação de demandas majoritariamente corporativas. Especificamente na análise do Conselho Municipal Comunitário – CMC, a autora apontou que o mesmo não logrou o objetivo de ser espaço amplo e diversificado de participação política uma vez que se instalou certa hegemonia representativa que inviabilizava o livre jogo de forças. As possíveis causas desta hegemonia abarcaram desde a recusa dos segmentos de oposição em compor o quadro de conselheiros, apontando ser órgão paralelo à Câmara Municipal de Vereadores¹⁰⁷; bem como a postura conservadora das Associações de Moradores¹⁰⁸, inviabilizando a discussão política.

A composição segundo o jornal *Tribuna de Minas*, de 26 de maio de 1985, congregava o próprio prefeito, o vice, o secretário de governo, um representante da SPM, além da UFJF, do Diretório Central dos Estudantes, CDDH e clubes de serviços¹⁰⁹. Não se verificou outros agentes sociais como a Associação da Mulher Juizforana, da educação básica, dentre outros, que tivessem forte atuação social naquele período.

Por conseguinte, conforme analisaram opositores petistas, este tipo de mediação direta pode ter concorrido para a desorganização política da comunidade, suplantando a processos clientelistas (UNIBAIRROS, 1985).

Cabe ressaltar que o Conselho Comunitário Municipal, considerado por Teixeira (2004) de caráter experimental para aquele período, tinha configurações consultivas, assessorando aos Poderes Executivo e Legislativo municipais. Tal função consultiva, de um lado, na ótica de seus organizadores, objetivava evitar o esvaziamento das funções do Legislativo; mas por outro, para os representantes da sociedade civil, era a possibilidade de se fazer presente nas deliberações dos recursos e na administração dos serviços públi-

¹⁰⁶ LIDERES de bairros perdem forças e poder. *Tribuna de Minas*. 2 de jul. 1986, p.7, geral.

¹⁰⁷ COM O CONSELHO Municipal o prestígio da Câmara. *Tribuna de Minas*. 26 de jun. 1985, p.3. Política.

¹⁰⁸ TARCÍSIO defende ação do Conselho Comunitário. *Tribuna de Minas*. 6 de out. 1985, p.7, cidade.

¹⁰⁹ ESPÍRITO de arrumação e uma resposta à crise. *Tribuna de Minas*. 26 de mai. 1985, p.6, geral.

cos, mas como se viu nos apontamentos de Viscardi (1990), esta perspectiva ficou fragilizada.

Estas constantes discussões travadas entre vereadores, por vezes taxados de oportunistas¹¹⁰, e prefeito peemedebista, denotaram momentos nos quais se evidenciou o conflito tênue sobre o papel do poder público e a necessária intervenção popular nos processos decisórios.

Se por um lado, a dinâmica de negociação política instalada no âmbito do Conselho Comunitário oferecia a possibilidade de esvaziamento dos movimentos sociais, por outro, podia até mesmo substituí-lo. De certo, conforme indicou Teixeira (2004)

isso poderia acontecer tanto pela intenção dos governantes (...) como pela pouca vivência de participação nesse tipo de estrutura pelos movimentos populares, que poderiam se limitar à simples reivindicação de suas demandas, sem organização e mobilização de seus membros (i-bid.p.31).

Não obstante, os movimentos comunitários, nas formas mais tradicionais, começaram a ter dificuldades em se manter devido a dois imperativos: o primeiro se referia ao atendimento das carências de suas comunidades, levantadas e apresentadas por diferentes instâncias em conjunto com o poder público; o segundo, pela prática contrária à participativa, voltada para os interesses corporativos.

É pertinente apontar que estas duas formas de administração municipal tão distintas, com plataformas partidárias, prioridades, canais de interlocução e focos de atuação diferenciados, estiveram imersas em um espaço de relações conflitantes nos quais interesses diversos se fizeram presente, concorrendo de diferentes formas; justo pelo que, apesar de uma limitação temporal, colocaram-se como principais interlocutores quanto promoção de políticas sociais, em um exercício de barganha política, conforme caracterizou Viscardi (1990).

Esta barganha, se colocada às lentes da noção de campo, vincula aos processos sociais a constante dinamização do campo social. No caso em estudo, localizar estas formas de gestão e identificar os principais canais de interlocução – formas de relação – entre os agentes que concorrem no campo, permite identificar com mais profundidade a composição do campo da educação infantil no município juizforano.

¹¹⁰ CRÍTICA séria pode forçar a participação comunitária, *Tribuna de Minas*. 08 de set. 1985, p.3, política.

6 – O ATENDIMENTO À INFÂNCIA JUIZFORANA: CAMBIAÇÕES ENTRE A ASSISTÊNCIA E A EDUCAÇÃO

Ao mapear o atendimento à infância em Juiz de Fora, no decurso de 1978 a 1988, partiu-se da variedade temática – desnutrição, vacinação, abrigo, pré-escolas, creches, entre outros – que as notícias jornalísticas apresentavam. Sem destoar, os documentos oficiais e técnicos também reiteravam esta variedade temática, veiculando os mesmos temas e correlacionando-os às necessidades das crianças. O revelador aparece pois, na assunção das necessidades peculiares a esta faixa etária – cuidado e educação – buscando atender ou, ao menos em tese, publicizar as potenciais formas institucionalizadas de atendimento, considerando as múltiplas facetas daquela categoria social geracional; ao mesmo tempo, porém, deixam à mostra diferentes interesses veiculados por vários agentes sociais o que denota um dinamismo próprio do campo de forças.

A problematização de temas recorrentes compunha uma variação ampla que denotava a complexidade do trato à infância, mormente referindo-se às suas necessidades. Questões relativas aos aspectos nutricionais prementes ao desenvolvimento intelectual do aluno; as campanhas de vacinação e saúde preventiva; a criação de abrigos para o menor marginalizado e abandonado; a criação de creches em empresas; a implementação de projetos específicos para o lazer e para a educação nas comunidades periféricas; os programas de governo em suas três esferas; estudos sobre pré-escolar, dentre outros, denunciavam as mazelas sociais nas quais as crianças carentes e suas famílias estavam imersas.

Nessa amalgama de agentes e necessidades infantis, tanto a interseção entre as temáticas quanto entre os próprios agentes dificultaram uma distinção mais simplificada, do atendimento à infância juizforana, isto pode ter ocorrido devido às limitações próprias do percurso metodológico, mas também denota a própria complexidade e dinamismo do campo e o caráter exploratório do mesmo. Entretanto, foi a partir dos elementos argumentativos que adensavam os discursos em prol da infância, correlacionando-a à variedade temática que foi possível proceder grupamentos a partir dos agentes que os emanavam.

Portanto, considerando tanto as regularidades quanto às ações dos agentes identificados, compuseram os grupamentos: agentes do poder público, compreendendo órgãos, conselhos, departamentos originados diretamente de alguma esfera do governamen-

tal; entidades de assistência caracterizadas como de cunho caritativo-filantrópico que prestavam assistência gratuita à infância; movimentos sociais de base popular no qual foram priorizados os que veicularam e encamparam o debate relativo à infância e seu atendimento institucional; organismos internacionais que estiveram diretamente ligados a alguma iniciativa em Juiz de Fora; bem como as instituições particulares consideradas de iniciativa privada que prestavam serviços com fins lucrativos.

Pode-se dizer que a descrição que se segue prestou a dar as primeiras coordenadas para o mapa da Educação Infantil no município de Juiz de Fora. Cabe ressaltar, entretanto, que as informações contidas nas fontes, sobretudo dos jornais, por vezes se mostram dúbias ou incompletas, o que denota para melhor afinamento das informações e aprofundamento dos casos, a busca por outras fontes documentais e o cruzamento de informações por outros métodos.

6.1 - Entidades Assistenciais

As entidades assistenciais ligadas, sobremaneira, às confissões religiosas fizeram-se presentes em Juiz de Fora, consolidando a assistência aos carentes. Foram identificadas vinculações objetivas à Igreja Católica, à Doutrina Espírita, à Igreja Metodista e a outro conjunto de entidades que, pelas informações da base de dados documental, não foi possível identificar neste tipo de grupamento.

6.1.1 – Entidades Assistenciais vinculadas à Igreja Católica

A Igreja Católica atuava diretamente por diferentes frentes, porém considerando o período e as fontes de informações privilegiadas nesta pesquisa, apreenderam-se três veiculadas com maior ênfase: a primeira referente à prestação de serviços diretos ligados à saúde, nutrição, alimentação e oferta de cursos básicos às famílias carentes de Juiz de Fora através de entidades específicas como o CAS; a segunda, por meio da ação orientacional e defensiva das condições humanas encampadas pelo CDDH, ligado diretamente as pastorais; a última ligada ao oferecimento de internato, semi-internato aos órfãos, abandonados e carentes por via das entidades de assistência ou obras sociais.

Apesar de não contemplar estas formas de atendimento, cabe destaque, neste primeiro momento, a ação do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – que, no ano de 1982, lançou a Campanha da Fraternidade cujo tema pautado na educação e fraternidade teve como lema *A verdade vós libertará*.

A educação angariou, a partir do discurso da CNBB veiculado na campanha da Fraternidade, um sentido mais amplo que não era estendido só à família, mas, enquanto processos, percebida nas relações de lazer, nos sindicatos, meios de comunicação, sendo entendida também nos processos de relação e produção do trabalho e organização política da sociedade. Porém, quanto à família, foco central de atuação e perpetuação dos preceitos cristãos, o processo educativo por ela desempenhado vinha acompanhado de um forte argumento pautado no fracasso, visto que a mesma, aos olhos da Igreja estava se esfacelando devido às contradições sociais. Sob esta perspectiva a CNBB afirma,

As condições como trabalho e transporte, os salários baixos, os riscos de desemprego, geram uma dispersão da família, mantendo os pais afastados dos filhos e dificultando o processo de educação familiar. A convivência resulta precária e, mais ainda, o acompanhamento da educação dos filhos. Por isso, nosso modelo de sociedade agrava o problema do menor abandonado, da mendicância, da prostituição e da violência, especialmente juvenil (IGREJA...1982, p. 1)¹¹¹.

Há ainda de se apontar como importante o trabalho pedagógico da ala progressista da Igreja no recrutamento e animação de jovens e de mulheres na formação de grupos específicos voltados para a organização comunitária, na busca pela resolução de problemas de forma coletiva e autônoma naquele período, sobretudo pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base¹¹² – CEBEs. Esta última foi exaltada pela administração peemedebista em 1983 quando, o então prefeito afirmou ser de grande valia para o bem-estar da população a participação da Igreja, mormente pela experiência acumulada das CEBEs¹¹³ (D. JUVENAL... 1983, p.4)¹¹⁴.

a) Centro de Ação Social da Catedral

Mediante a atuação sócio-promocional, a Cúria Metropolitana oferecia, desde 1963¹¹⁵, assistência clínica, médica e odontológica em ambulatório próprio; motivava a formação de Clubes de Mães, oferecendo às integrantes cursos promocionais ministrados por voluntários da própria comunidade; além disso era integrante do projeto Lares Substitutos.

¹¹¹ IGREJA acusa a falência da educação. *Diário Mercantil*. 07 de fev. de 1982, p.1.

¹¹² VISCARDI (1990); GOHN (2003a); O QUE esperam os católicos da nova pastoral. *Diário Mercantil*. 21 mai. de 1978, p.8.

¹¹³ Segundo Viscardi (1980) no final da década de 1980 foram registradas cerca de 20 CEBs espalhadas nos bairros periféricos, coordenadas por 100 evangelizadores.

¹¹⁴ D. JUVENAL reitera apoio ao Prefeito. *Diário Mercantil*. 02 de mar. de 1983, p.4.

¹¹⁵ CENTRO de Ação Social da Catedral faz 20 anos. *Diário Mercantil*. 15 de abr. de 1983, p.3.

Com o intuito de ampliar esta ação, em julho de 1978, o monsenhor Miguel Falabella de Castro apontou, em entrevista ao jornal *Diário Mercantil*, a importância desta assistência. Para Falabella, a ampliação do atendimento às famílias carentes aumentaria em cem por cento após a construção do Centro de Ações Sociais. A obra, que desde sua construção existe em prédio anexo à Catedral, naquele momento necessitava de mais verbas para a conclusão, uma vez que as doações recebidas junto às paróquias, dizimistas e empresariado local, não eram o bastante para a conclusão da mesma. Nesse sentido, o apelo às doações para a referida obra foi realizado pelo monsenhor à população de Juiz de Fora, mesmo porque não contava com verbas fixas do poder público, tampouco com a ajuda de sócio-contribuintes.

b) Associação das Damas Protetoras da Infância

A Associação das Damas Protetoras da Infância começou a atuar em Juiz de Fora no ano de 1934, inscrevendo em sua trajetória ações em prol da criança oriunda de famílias carentes. Enquanto entidade jurídica, reconhecida como utilidade pública municipal, estadual e federal, a ADPI mantinha a forte convicção que “Protegê-la [referindo-se à infância carente] significa cumprir um dever perante Deus e à Nação” (ADPI... 1978, p7)¹¹⁶.

O jornal *Diário Mercantil* de 17 de março de 1988, reconstitui parte da história da Associação e apontou que desde a criação, a mesma angariou o reconhecimento do Departamento Nacional da Criança, sendo considerada Escola de Puericultura (ADPI... 1988, p. 5)¹¹⁷. Tal fato pôde ser conferido nas atividades voltadas à maternidade e infância, sobretudo ao ser considerada pioneira, na cidade, no combate à mortalidade infantil, conforme acentuou a presidente da entidade: “onde atua, o índice [de mortalidade] cai, a exemplo de que ocorreu em Juiz de Fora, onde mantém cadastradas mil crianças”, cujo atendimento direto se dava por meio de assistência médica e alimentação e, indiretamente, através de orientação às gestantes e nutrizes (Loc. cit).

Várias ações da ADPI compuseram o notório atendimento à infância pobre de Juiz de Fora. Em nome da caridade e do amor ao próximo abrangia questões relativas à moralidade infantil por meio do oferecimento do Curso de Puericultura às normalistas¹¹⁸; fazendo-se de laboratório para os alunos da mesma disciplina no curso de Medicina da

¹¹⁶ ADPI e a criança. *Diário Mercantil*. 11 jan. de 1978, p.2.

¹¹⁷ ADPI completa 54 anos em abril.. *Tribuna da Tarde*. 17 de mar. de 1988, p.5.

¹¹⁸ (ENCERRAMENTO...1979, p. 11)

Universidade Federal de Juiz de Fora¹¹⁹; centralizando o cadastramento das famílias que se beneficiariam do programa de distribuição de leite gratuito do governo federal quando o mesmo foi implantado no município em maio de 1987¹²⁰; dentre outros.

Mesmo atuando sob um número considerável de crianças em oito lactários distribuídos pela cidade, em carta pública apresentada na coluna social do jornal local, as Damas Protetoras da Infância comunicavam a delicada situação em que a entidade se encontrava e a necessidade de arregimentar mais sócio-contribuintes – o que faziam mediante intensas campanhas direcionadas prioritariamente aos empresários¹²¹ – com vistas a manter o funcionamento do programa de assistência alimentar e do plano de saúde¹²².

Os apelos se estenderam incidindo, inclusive, em uma pujante campanha no ano de 1979, integrando as ações municipais para o *Ano Internacional da Criança*, sob o título *Erga as mãos e levante uma criança*. Nesta ocasião, a ADPI solicitou, em público, contribuições tanto do governo, quanto dos diversos segmentos da sociedade (DM 23/05/79). Mesmo com as doações majoritárias dos sócios, contava também com doação de firmas – como o leite distribuído nos lactários às crianças desnutridas do nascimento até os seis anos de idade, doado pela EPAMIG – promovia eventos e bazares, recebia, por parte do poder público local, apoio da Secretaria de Bem-Estar Social. Ainda assim estas formas de subvenções se apresentaram insuficientes não só para aumentar o atendimento, sobretudo para manter aquele oferecido.

Além da ADPI, outras obras sociais vinculadas ao apostolado católico registravam o atendimento caritativo à criança menor de seis anos, conforme verificado nas fontes investigadas¹²³, a saber: Obras Sociais do Bom Pastor; o Instituto João Emílio, restrito ao atendimento de meninos; Instituto das Irmãs Pascoalinas, que atendia somente às meninas; Instituto Profissional Dom Orione, na modalidade de semi-internato para meninos; o Lar Luiza de Marilac filiada à Sociedade São Vicente de Paula; Infantil Virgem Pode-

¹¹⁹ (O BRASIL... 1982, p.8)

¹²⁰ ADPI amplia programa. *Tribuna da Tarde Diário* 17 de jun. de 1987, p.4.

¹²¹ Por exemplo, a Campanha benfeitores – empresas, indústrias e estabelecimentos comerciais – que receberiam um cartão conforme o bônus doado. Cf. BÔNUS da ADPI vão dar recursos para leite de mil crianças pobres. *Diário Mercantil*. 22 de mai. 1978, p.4

¹²² ADPI e a criança. *Diário Mercantil*, 06 de jan. 1978, p. 7; DIVIDIR a aflição. *Diário Mercantil*, 11 de jan. 1978, p.2; BÔNUS da ADPI vão dar recursos para leite de mil crianças pobres. *Diário Mercantil*, 22 de mai. 1979, p. 4; FALTA de verba pode parar assistência infantil. *Diário Mercantil*, 27 de mai. 1979, p. 5.

¹²³ A listagem de obras sociais e,ou entidades de assistência à infância apresentou-se extensa, porém, sendo as informações jornalísticas limitadas, poucas puderam ser caracterizadas como vinculadas às diferentes confissões religiosas, como é o caso da Católica.

rosa; Infantil Nossa Senhora Mães dos Pobres; Externato Catarina Labouré; e Obras Sociais Santa Rita de Cássia.

c) Sociedade São Vicente de Paula

A Sociedade São Vicente de Paula – SSVP, mantinha, em sua sede, o atendimento às crianças de zero a três anos sob a égide do Lar Infantil, cujo atendimento, no ano de 1978, registrava cerca de 60 crianças; oferecia também escola – ensino infantil – composto por mais de 70 menores na faixa etária de três a seis anos, inscritas. Funcionando desde 1934, segundo documentado no jornal *Diário Mercantil* de março de 1978, as atividades da SSVP “promove os filhos junto às mães de modo geral (...) a maioria freqüenta gratuitamente, inclusive filhos de mulheres que trabalham fora e não pertencem à sociedade” (MIRANDA, 1978)¹²⁴. Fato bastante peculiar às ações das confissões religiosas que, conforme apontou Kramer (1984), ao passo que atendiam às crianças e ofereciam oficinas e orientações às mães, inculcavam nestas últimas a responsabilidade sobre seus filhos.

Intensas campanhas para manter as doações e os serviços prestados eram realizadas, sobretudo no que se referia à Escola Infantil que funcionava em convênio com a Prefeitura de Juiz de Fora.

d) Lar Luiza de Marilac

Se, de um lado, a escola infantil funcionava em convênio com a Prefeitura de Juiz de Fora; por outro, o Lar Infantil era mantido com contribuições diversas, inclusive de políticos da cidade (MIRANDA, 1978), assim como o Lar Luiza de Marilac. Tendo sua história documentada, no ano de 1982, no jornal local¹²⁵, o Lar teve em sua trajetória inicial um grupo de senhoras preocupadas com o abandono e promiscuidade de crianças cujas mães eram prostitutas e começaram a recolhê-las no dormitório da SSVP.

Por não contarem, na própria sede da Sociedade, com disposições físicas adequadas para as 22 crianças recolhidas, transferiu o atendimento para a Casa Sopa dos Pobres e, posteriormente, o Conselho Central Arquidiocesano da SSVP, abrigou as crianças, nascendo assim o Lar Luiza de Marilac. No ano de 1982 foram registradas cerca de 800 crianças na faixa etária de dois a doze anos matriculadas na entidade – idade na qual eram remanejadas para outras instituições ou retornam aos lares (Loc Cit).

¹²⁴ MIRANDA, Margarida. Há 44 anos os pobres são assistidos pela entidade. 23 de mar. 1978, p. 1.(cad. domingo).

¹²⁵ LAR Infantil luta para sobreviver sem recursos. *Diário Mercantil*, 17 de jan. 1982. p. 8, cad. de domingo

Dentre os principais problemas enfrentados, cabe destaque ao fato de que ao completar seis anos, as crianças encaminhadas para o processo de alfabetização em instituições como Instituto Jesus ou Sociedade Pestalozzi. Antes deste atendimento tido como pedagógico, nenhum outro era desenvolvido conforme afirma a reportagem em janeiro de 1982:

Não há praticamente nenhuma atividade recreativa ou educacional que preencham os dias dos menores. Apenas duas babas encarregam de alimentar, brincar e transmitir a eles algumas noções de higiene (ibidem).

Questões como falta de espaço físico adequado e pessoal não especializado foram apontados como empecilho para a ampliação da assistência ao menor. Para além das questões organizacionais, forte apelo foi direcionado ao empresariado local para a manutenção dos serviços prestado pela instituição; nesse sentido a ajuda vinha da Indústria Militar Bélica – IMBEL; a Academia de Comércio que assegurava as refeições e também da Prefeitura de Juiz de Fora que cedia um médico para o atendimento às crianças. Posteriormente, no ano de 1982, tal situação foi amenizada pela existência de convênios firmados com o MOBREAL. Este convênio possibilitava atendimento direcionado às crianças menores de três anos era garantido. A Legião Brasileira de Assistência também atuava no sentido de oferecer subvenções para a reforma da estrutura física do prédio. Já a Prefeitura de Juiz de Fora contribuía para a aquisição de mobiliário.

e) Obras Sociais Bom Pastor

No que se refere às Obras Sociais Bom Pastor, desde a promoção de eventos para a construção da creche à inauguração da referida, tiveram espaço nos diários de notícias. O intento da creche iniciou-se em 1980 quando, em setembro, a comunidade foi convocada a participar do almoço beneficente¹²⁶. Assim, desde 1980 e no decurso dos anos seguintes, a comunidade foi a principal contribuinte por meio da participação nas promoções, festivais, almoços, carnês de sócio, contribuições diversas com depósito em conta, doação de materiais e utensílios. Outra fonte de recursos necessários à construção foi a arrecadação de doações nas indústrias e comércios; bem como a própria doação do terreno feita pela administração municipal anterior – ex-prefeito Saulo Moreira.

Mesmo sem a construção ser finalizada, o atendimento às crianças entre dois e seis anos era realizado como forma de oferecer tranquilidades às mães carentes que ne-

¹²⁶ CRECHE. *Diário Mercantil*, 1980, p.6, coluna dia-a-dia.

cessitavam trabalhar fora. Às 45 crianças inscritas eram oferecidos lazer, alimentação e educação; e às mães, cursos diversos como de culinária, corte e costura, bem como organização do Clube de Mães, dentre outros (Loc. cit).

A partir do convênio com a Legião Brasileira de Assistência, foi então inaugurada, em dezembro de 1982, a creche-casulo, que não tinha como objetivo a escola, mas sim “o atendimento da criança em sua socialização e desenvolvimento motor. Nesse sentido, reitera: a preocupação da diretora é criar um ambiente o mais parecido possível com o familiar da criança, para que não exista choque de educação” (CRECHE... 1983, p. 5).

f) Obras Sociais Santa Rita de Cássia

As Obras Sociais Santa Rita de Cássia, atuante no bairro Bonfim, no dia 26 de julho, aprovou por unanimidade, a criação da Creche Lar Borboleta, vinculada diretamente à referida obra (OBRAS SOCIAIS SANTA RITA DE CÁSSIA, 1983)¹²⁷.

Conforme o Regimento Interno da Creche, aprovado em julho de 1983, a entidade teve como objetivo “a promoção de mãe e filhos, através de uma assistência ampla à criança de família carente na faixa etária de 3 meses a 6 anos”. Para efetivar o cadastro havia a necessidade de comprovar residência no entorno do bairro Progresso; emitir certificação de atividade remunerada fora do lar; disposição para melhorar as condições de vida; disponibilidade e compromisso para as reuniões mensais; pontualidade quanto aos horários de entrada e saída da criança da creche; e frequência mínima. Além disso, era vetado à mãe que prestasse serviço na creche, mesmo que comprovadamente carente, a matrícula de filho, sob pena de influenciar as atividades.

A instituição deveria se manter, conforme o mesmo documento, por contribuições de sócios, subvenções e contribuições mensais simbólicas das mães. Assim como outras entidades sociais, também apontava a necessidade de colaboração da comunidade e demais segmentos sociais para a composição do quadro de pessoal de forma voluntária, atendendo à formação técnica específica como nutricionista, psicólogo, assistente social e médicos.

6.1.2 – Entidades vinculadas à Doutrina Espírita

Ligadas explicitamente à doutrina espírita estavam as entidades: Instituto Maria, Instituto Jesus, Casa Lar do Caminho, Lar Fabiano de Cristo e Centro de Promoção do Menor.

¹²⁷ OBRAS SOCIAIS SANTA RITA DE CÁSSIA. *Estatuto*. 1983.

a) Instituto Maria

O Instituto Maria, com trajetória melhor documentada nos jornais, iniciou suas atividades no ano de 1944, quando um carroceiro – Orville Derby Dutra – “levantou o instituto a fim de ser, em princípio, um internato de mulheres. A presença de uma creche, entretanto, era prioritária e a transformação foi iniciada aos poucos” (ROCHA, 1984, p.2)¹²⁸. O Instituto atendia, em 1984, em horário integral às crianças filhas de mulheres carentes, cuja matrícula se dava mediante a contribuição mensal considerada simbólica. A entidade contava ainda com convênio direto com a FEBEM, com a LBA e com a Prefeitura, bem como doações constantes que se apresentavam necessárias à sobrevivência das atividades (Loc. cit).

Como nas demais entidades de assistência na cidade, os pedidos de ajuda à comunidade para manutenção das obras acabou angariando um tom de denúncia acerca da falta de apoio do poder público, bem como da própria comunidade. Em 1985, o tesoureiro do instituto afirmou existir, à época, defasagem dos recursos oriundos da FEBEM e LBA, sendo estes responsáveis, inclusive, pelo fechamento do setor de internato da instituição e corte de funcionários¹²⁹.

Interessante notar que na entrevista do referido tesoureiro ao jornal local (Loc. cit.), há referências de uma maior racionalização dos gastos por meio da utilização do serviço voluntariado fornecido por religiosos, maçons, clubes de serviços, dentre outros, necessariamente desconsiderando a formação mínima necessária à atuação com crianças pequenas, antes reiterando a benesse e a improvisação no trato com a infância. Tal afirmação vai ao encontro do objetivo prioritário do Instituto pronunciado pelo tesoureiro no jornal; segundo o mesmo, a creche é o ponto nevrálgico do trabalho realizado, cujo papel “é altamente profilático em termos de sociedade, porque evita que estas crianças se marginalizem” (ibidem).

A profilaxia estendia-se às demais atividades desenvolvidas pelo Instituto como, por exemplo, ao que se referia à busca de alternativa às carências familiares “através de reuniões, palestras, cursos, acompanhamento individual ou em grupo, visitas domiciliares, distribuição de alimentos e roupas, além de encaminhar as mães a empregos” (INSTITUTO... 1986, p.2)¹³⁰.

¹²⁸ ROCHA, G. S. Instituto Maria: uma obra social reconhecida, embora carente de recursos e apoio da comunidade. *Diário Mercantil*. 24 de maio. 1984, p.1 (cad de domingo)

¹²⁹ OBRIGADOS a economizar. *Diário Mercantil*, 1985, p.6, geral.

¹³⁰ MENDONÇA, Mazé. Instituto Maria ainda em crise, o objetivo é sensibilizar a comunidade para suprir as dificuldades. *Tribuna de Minas*, 08 de jan. 1986, p.2 (cad. domingo)

b) Instituto Jesus

O Instituto Jesus, instituição que atendia prioritariamente às crianças carentes em regime de internato, a partir da demanda das comunidades do entorno, optou por oferecer o semi-internato, e neste encontrava problemas relativos à continuação das atividades educativas das crianças quando estas voltavam para suas famílias¹³¹. Há de se apontar, ainda, o convênio mantido com o Lar Luiza de Marilac, conforme descrito anteriormente, recebendo crianças na faixa de seis anos para prepará-las para a alfabetização.

Apesar de não constar muitas informações sobre a trajetória histórica do Instituto Jesus, problemas relativos à manutenção das atividades por ele desenvolvidas não foram omitidos no conjunto de apelo ao poder público e à sociedade em geral no sentido de manter ou ampliar os atendimentos. Justamente por não possuir convênios fixos com órgãos do governo, a entidade passava por dificuldades para atender às 83 crianças assistidas e por isso solicitava recursos à comunidade e empresariado local¹³².

No ano de 1979, o relatório do Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social – CEAPS, núcleo do município de Juiz de Fora, contemplava o Instituto Jesus com a destinação de verbas da Secretaria de Estado de Trabalho, Ação Social e Desporto – SETAS, com vistas à construção da quadra poliesportiva, sendo esta obra considerada uma demonstração do interesse pela educação integral dos assistidos. Para a justificativa da aprovação do repasse, a coordenadora assim descrevia:

O esforço empenhado (...) num trabalho preventivo, eficaz, saudável, enfim, aspécto (sic) essencial, negligenciado por muita gente, que tem, sobre os ombros, a finalidade de educar. Esta a magnanimidade do projeto, que virá beneficiar 42 menores em regime de internato (JUIZ DE FORA, 1979, n. p.)¹³³.

Conforme o relatório, foi repassado pelo CEAPS apenas 12,17% do custo total da obra (Loc. cit), sendo que o valor restante, conforme orientações do próprio Consórcio, bem como da prática operante entre as entidades de assistência, advinha das doações e outras estratégias que cunhavam, no seio da comunidade, recursos para as instituições por meio da solidariedade, como foi o caso do Instituto Jesus.

¹³¹ AS CRECHES e orfanatos tentam substituir o amor que a crianças não tem em casa. *Diário Mercantil*. 15 de out. 1981, p.7.

¹³² INSTITUTO Jesus recebe verba da PJF. *Diário Mercantil*. 11 de ago. 1983, p.5

¹³³ JUIZ DE FORA, Consórcio das Entidades de Assistência e Promoção Social de Juiz de Fora. *Relatório de Trabalho*. 1979.

Em agosto de 1983, o diretor do Instituto fez alusão às obras da quadra poliesportiva, afirmando que obra teve início apenas no ano de 1982, estando parada na dependência de recursos para a conclusão. A referida reforma foi possível mediante convênio firmado com a Prefeitura de Juiz de Fora, administração peemedebista, quando o então prefeito Tarcísio Delgado, conforme praxis da gestão, visitou a entidade no referido ano (Loc. cit.).

c) Casa Lar do Caminho

O Lar do Caminho, enquanto uma comunidade espírita, optou por criar a Casa Lar do Caminho, cujo objetivo era o atendimento aos menores desamparados¹³⁴. Conforme o jornal local de novembro de 1982, o setor de assistência social do Lar do Caminho expandiu-se no ano de 1974 quando Isabel Salomão, dama da sociedade juizforana e fundadora da comunidade espírita Casa do Caminho, deixou de atender ao grande número de pessoas em sua casa, inaugurando a sede própria que visava, além de orientação espiritual, atender a algumas necessidades materiais das pessoas que a procuravam.

Foi com este intuito que construiu a Casa Lar do Caminho no bairro Paineiras; entidade de assistência social que abrigava 33 menores abandonados, exclusivamente meninos, entendendo serem estes mais nocivos à sociedade, caso não recebessem nenhuma atenção¹³⁵. No lar, cerca de 33 crianças, entre quatro e doze anos, recebiam alimentação, instrução escolar, orientação religiosa, roupas e brinquedos. O Lar do Caminho não aderiu à prática de adoção; conforme o estatuto da entidade, as crianças ali assistidas apenas saíam quando eram admitidas no exército¹³⁶.

As atividades eram mantidas por convênio com a PJJ, especificamente voltado para a pré-escola; doações da Central de Abastecimento e Saneamento – CEASA; atendimento médico voluntário pela COTREL e doações da comunidade (ASSISTÊNCIA ... 1982, p.17)¹³⁷.

Em 1984, dois anos após entrar em funcionamento, o Lar aumentou para 40 o número de crianças inscritas e apontava necessidade de doações para melhorar as condições da ação social, uma vez que a coordenadora, afirmava ao jornal, não contar com

¹³⁴ NOVA obra. *Diário Mercantil*. 03 de ago. 1979, p.4, coluna dia-a-dia.

¹³⁵ ASSISTÊNCIA social: Casa e Lar do Caminho. *Diário Mercantil*. 26 de nov. 1982, p.16 (suplemento Mais Mais)

¹³⁶ LAR do Caminho pede apoio para completar ação social. *Diário Mercantil*. 22 de jan. 1984, p.8, cidade.

¹³⁷ ASSISTÊNCIA Social Casa Lar do Caminho. *Diário Mercantil*. 23 de nov. 1982, p.11. (cad. especial).

subvenção das diferentes esferas do governo, mas somente com doações e o voluntariado (LAR... 1984, p.8)¹³⁸.

d) Lar Fabiano de Cristo

O Lar Fabiano de Cristo, localizado no bairro Costa Carvalho, atendia às crianças carentes, bem como àquelas cuja família apresentava impossibilidade de manter em casa¹³⁹. O Lar foi criado por um grupo de oficiais militares do Rio de Janeiro e possuía, à época, 87 unidades espalhadas pelo Brasil. A manutenção das atividades, via de regra, também se dava por meio de convênios e doações; sobretudo, vinha dos repasses dos lucros da Companhia de Seguros Privada¹⁴⁰.

Em 1979, o Lar Fabiano de Cristo atendia à 300 famílias, tanto em regime de internato quanto de semi-internato, porém o fazia até o momento em que a criança completava três anos de idade, considerando ser tempo suficiente para poder retornar ao lar já reestruturado ou estabilizado (Loc. cit.).

e) Centro de Promoção do Menor

Considerado entidade privada, o Centro de Promoção do Menor – CEPROM oferecia o regime de internato e semi-internato e era mantido por meio de contribuições da comunidade, contava também com direção composta por voluntários cujo objetivo de atuação, sobretudo na faixa etária infantil, era justificado pela busca da reintegração do menor abandonado à própria família ou em lares substitutos¹⁴¹.

As crianças que ali estavam inscritas, recebiam um atendimento de transitoriedade, sendo encaminhadas à FEBEM, adoção ou guarda de responsabilidade. Devido a este caráter de triagem e encaminhamento do Centro, seus diretores buscavam legitimar as atividades junto à FUNABEM, com intuito de angariar apoio e melhorar as condições dos assistidos¹⁴².

No decurso de atuação registrou cerca de 500 crianças e adolescentes atendidos, na faixa etária de zero a dezoito anos¹⁴³. A estes, escolaridade obrigatória era apontada como necessária por meio da frequência na rede oficial de ensino; sendo oferecido tam-

¹³⁸ Op Cit ¹³⁴

¹³⁹ AS CRECHES e orfanatos tentam substituir o amor que as crianças não tem em casa. *Diário Mercantil*. 15 de out. 1981, p.7.

¹⁴⁰ NESTE Lar, a família é mais importante. *Diário Mercantil*. 29 de jul. 1979, p.6

¹⁴¹ CEPROM explica assistência na faixa infantil. *Diário Mercantil*. 17 de out. 1978, p 16.

¹⁴² CEPROM quer recursos para reformar prédio e ampliar assistência. *Diário Mercantil*. 16 de nov. 1980, p. 4)

¹⁴³ Op. Cit. ¹³⁹

bém a prática de esportes, oficinas profissionalizantes, alimentação, vestuário, assistência escolar, dentre outros.

Para o diretor do CEPROM, a questão de ordem financeira era importante, porém o que se necessitava era uma maior participação, sobretudo da comunidade nas atividades e manutenção do Centro. Este discurso veiculado em 1979, tornou-se inconsistente frente à necessidade de ampliação da demanda, principalmente na década seguinte, quando ficou evidente o apelo financeiro. Naquele momento, mesmo sendo considerada entidade de utilidade pública municipal e estadual, o Centro não contava com verba oficial do Estado e por isso realizava constantes campanhas e pedidos públicos à comunidade, empresariado e inclusive ao próprio poder público. Este último atuava de forma indireta, por meio de vinculação de recursos humanos da própria prefeitura ao Centro e também por doações diversas. Assim, o Centro Regional de Saúde, por exemplo, enviava-lhes alimento e remédio, já a Prefeitura oferecia assistência médica e odontológica¹⁴⁴. (16/11/80). Quanto aos empresários, as doações por eles oferecidas referiam-se à material de construção com vistas às reformas do prédio¹⁴⁵.

Em 1983, conforme práxis de visitas da administração municipal peemedebista, o CEPROM recebeu a visita do prefeito – também inscrito como membro do Conselho Superior da entidade – ocasião na qual pretendiam assinar um convênio entre o Centro e Secretaria de Educação e a Secretaria de Bem Estar Social, quanto aos recursos humanos, especificamente pela necessidade de supervisoras, professoras, assistente social e pediatra. Solicitaram ainda a renovação do contrato de locação de um terreno pertencente ao CEPROM, cuja ocupação era feita por uma escola municipal. Iniciativas que denotaram o imperativo crescimento da demanda e da ampliação das atividades daquela instituição¹⁴⁶. Comemorando 25 anos, em agosto de 1983, o CEPROM apontou as obras de reforma como de fundamental importância, comunicando a ampliação do atendimento às 60 crianças encaminhadas pelo Juizado de Menores. Estas passariam a ser atendidas pela Creche Vovó Joaquina, um casulo da Legião Brasileira de Assistência, e também pela Escola Infantil Irmã Léa Nascimento; ambas na própria sede da entidade. As crianças inscritas também participariam dos serviços SOS emergência, voltado para aspectos relacionados à saúde; Clube Agrícola, no qual produziriam, em horta própria, alimentos para

¹⁴⁴ Op. Cit. ¹⁴⁰

¹⁴⁵ CEPROM: campanha dá resultado. *Diário Mercantil*. 01 de jul. 1982, p.5

¹⁴⁶ CEPROM solicita efetivação de convênio e obras. *Diário Mercantil*. 23 de mar. 1983, p.7.

complementar as refeições diárias; Escola de Artes e Culinária; além de assistência religiosa, fundamentalmente espírita.

Os recursos para a manutenção, além de partirem, como já apontado, de doações de empresários e comunidade, vinham também por doações diretas do Lions, Rotary, Programa Nacional de Alimentação Escolar; confissões religiosas; Prefeitura municipal; e Governo do Estado¹⁴⁷. Mas isto não impediu que no ano subsequente as dívidas fossem se acumulando e a direção necessitasse recorrer à PJF para auxílio¹⁴⁸. No ano de 1985, foi a vez do Movimento Pró-creche conceder apoio ao CEPROM, tendo em vistas as constantes solicitações e a premissa de que a questão do menor é de responsabilidade da sociedade¹⁴⁹.

6.1.3 – Entidades assistenciais vinculadas à Igreja Metodista

A Igreja Metodista esteve presente, conforme documentação dos jornais locais, de uma forma mais branda, porém com fundamental importância no atendimento à infância carente de Juiz de Fora.

A Sociedade Metodista de Senhoras buscou participar do Ano Internacional da Criança mobilizando 116 associações numa campanha de arrecadação de recursos para o beneficiamento de bolsas escolares¹⁵⁰. A Igreja foi veículo de divulgação dos objetivos do mutirão da criança e serviu de posto fixo de arrecadação das doações oriundas desta campanha, no ano de 1983¹⁵¹. Em 1985 havia menções sobre a existência da Escola Guri-lândia no Instituto Granbery¹⁵², instituição educacional da rede particular de ensino vinculada à igreja metodista.

6.1.4 – Entidades sem vinculação identificada às confissões religiosas

As entidades abaixo caracterizadas foram identificadas a partir da análise da base de dados documental, porém pela própria limitação metodológica, não há informações suficientes para afirmar algum tipo de vinculação às confissões religiosas.

a) SOS Kinderdorf International

¹⁴⁷ CEPROM faz programa de 25 anos de fundação. *Diário Mercantil*. 10 de ago. 1981, p.5); CEPROM: na terça, 25 anos. *Diário Mercantil*. 21 de ago. 1981, p. 7.

¹⁴⁸ CEPROM leva problema para a Prefeitura. *Tribuna de Minas*. 30 de mar. 1984, p.7.

¹⁴⁹ INSTITUIÇÕES querem nova política social. *Tribuna de Minas*, 08 de fev. 1985, p.6

¹⁵⁰ CRIANÇA. *Diário Mercantil*. 17 de mar. 1979, p.5, coluna dia-a-dia.

¹⁵¹ PRÓ-CRECHE se reúne e avalia mutirão. *Diário Mercantil*. 24 de nov. 1983, p. 5.

¹⁵² Denise Gonçalves. Educação Infantil: atividade central do pré-escolar, os trabalhos artísticos são o reflexo da criança e seu interior. *Tribuna de Minas*, 12 de out. 1985, p.1, cad de domingo.

Em maio de 1986, uma reportagem exaltava as contribuições de Hermann Gmeiner, afirmando ter sido ele o “criador de uma das mais importantes obras sociais no mundo, Aldeias Infantil SOS” (ALDEIAS ... 1986, p.1)¹⁵³. Firmada no princípio *lar, mãe, os irmãos, a aldeia*, a primeira Aldeia foi criada no ano de 1949, em Imst, no Tirol, no período pós-guerra. Ao longo da trajetória, as mais de 200 aldeias constituídas nos diversos continentes passaram a abrigar não mais órfãos da guerra, mas sim crianças carentes, bem como os programas alimentares e médicos para a comunidade.

As discussões referentes à pertinência ou não da Aldeia SOS em Juiz de Fora se iniciou no final do ano de 1978 quando um grupo de pessoas ligadas à assistência, sobretudo incentivadas pelo Rotary Club Juiz de Fora, começou a realizar estudos para avaliar tal possibilidade com vistas à solução do problema do menor abandonado no município¹⁵⁴. Anos após ter começado os estudos, em novembro de 1981, autoridades lançaram a pedra fundamental de construção da instituição; obra que se estendeu por mais de dois anos¹⁵⁵.

Na ocasião da inauguração da Aldeia, em 14 de abril de 1984, Gmeiner recebeu o título de cidadão honorário em uma cerimônia que contou com autoridades políticas, educacionais, religiosas e diversos segmentos sociais do município¹⁵⁶.

A Aldeia em Juiz de Fora foi a primeira instalada no estado de Minas Gerais, iniciando suas atividades com seis meninas e nove meninos distribuídos em casas, sob a responsabilidade de três mães sociais¹⁵⁷. Estas eram recrutadas em conformidade com a lei trabalhista, mediante critérios de ausência de vínculo familiar, dedicação total, disponibilidade para morar na Aldeia, além de vocação materna e amor às crianças¹⁵⁸. Após a primeira triagem das candidatas, as selecionadas passavam por um período de estágio e eram preparadas durante dois meses no Centro de Treinamento de Mães aprendendo noções de puericultura, higiene, iniciação sexual para crianças, alimentação, economia doméstica, dentre outros.

¹⁵³ ALDEIAS SOS: a filantropia mundial perde Hermann Gmeiner, um revolucionário no antigo conceito de orfanato. *Tribuna da Tarde*. 06 de mai. 1986, p.1, especial.

¹⁵⁴ GRUPO de trabalho estuda Aldeias SOS para a cidade. *Diário Mercantil*. 02 de nov. 1978, p.4; ABANDONO. *Diário Mercantil*. 3 de nov, 1978, p.4, coluna dia-a-dia.

¹⁵⁵ ALDEIA quer creche pronta em julho de 1982. *Diário Mercantil*. 07 de nov. 1981; ALDEIA SOS tem início de obra. *Diário Mercantil*. 20 de jun. 1982, p.4.

¹⁵⁶ AUTORIDADES inauguram Aldeias SOS na cidade. *Tribuna de Minas*. 14 de abr. 1984, p.8, cidade.

¹⁵⁷ ALDEIAS SOS: um ideal de amor torna-se realidade em Juiz de Fora. *Tribuna de Minas*, 14 de abr, 1984, p.2, cad. 2.

¹⁵⁸ ALDEIAS SOS precisa de mães voluntárias. *Diário Mercantil*. 17 de ago. 1983, p.5 ALDEIA SOS. *Tribuna de Minas*. 21 de jan. 1986. p.1, cad.2.

Os recursos para a manutenção das atividades eram oriundos da sede SOS Kinderdorf International, localizada em Viena. Entretanto a Aldeia contava com convênio firmado com a FEBEM, FUNABEM, Fundação de Assistência ao Estudante e COBAL. Entretanto, como afirmavam seus gestores, “a maior parcela (...) é obtida pela contribuição da comunidade, sócios e padrinhos, brasileiros e estrangeiros” (ibidem).

Em março de 1986, mediante convênio firmado com a Prefeitura de Juiz de Fora, tendo como interveniente o movimento Pró-Creche, a Aldeia SOS iniciou a construção da creche que atenderia cerca de 100 crianças do bairro Grama. Tal convênio foi uma iniciativa considerada, à época, inédita para a Aldeia, uma vez que apenas se trabalhava sob a perspectiva da assistência aos órfãos (ibidem, p.8).

Ao encontro da linha de atuação do Programa de Creches, cujo planejamento era realizado com a comunidade, a creche do Grama foi aprovada pela Aldeia justamente por viabilizar liberdade de gestão, aspecto peculiar às Creches Comunitárias, conforme exposto pela coordenadora do Pro-Creche¹⁵⁹.

b) Legião Brasileira da Boa Vontade

A Legião Brasileira da Boa Vontade – LBV, em 1988, ampliou o atendimento de creches em todo o Brasil e em Juiz de Fora, igualmente proporcionou o aumento do número de vagas para crianças carentes. Atendendo a 20 crianças, com a instalação da nova sede no bairro São Mateus, pôde vislumbrar a meta de atendimento de 60 crianças na faixa etária de um ano e meio até seis anos de idade.

Mantida exclusivamente pela própria sede mundial da LBV, localizada em São Paulo, o núcleo de Juiz de Fora tinha fins educacionais, culturais, filantrópicos e ecumênicos; funcionava por meio de um quadro de voluntários que assistia às crianças com uma rotina bem estabelecida, conforme descreveu a coordenadora do Departamento de Relações Fraternais ao jornal local; a rotina incluía banho, café da manhã, alimentações diárias regulares, assistência médica e dentária, recreação, noções de higiene e pré-escolar. No final do ano de 1982 criou a Creche Maternal Alziro Zarur, no bairro Cidade Universitária, objetivando atender às crianças de dois anos e meio aos seis, em horário integral; já constava de 50 matriculados e careciam, à época, de donativos. O apelo era feito aos diferentes segmentos da sociedade, “(...) pedem aos interessados para que enviem donativos de qualquer espécie (...) junto às empresas de Juiz de Fora, [pleiteavam] a colaboração na montagem de um parquinho das crianças” (LBV... 1983, p.6).

¹⁵⁹ Em entrevista ao jornal Diário Mercantil em 18 de março de 1986.

c) Lar Maternal Dr. Gil Horta

Quanto ao Lar Gil Horta, em 1981, registrou apenas uma reportagem solicitando ajuda para a conclusão da entidade que teria como objetivo oferecer uma forma alternativa de abrigo às crianças abandonadas que fugisse do padrão de orfanato e internato tradicionais¹⁶⁰.

d) Fundação Aurílio Braga Esteves

Apresentando apenas um registro nos jornais, a Fundação Aurílio Braga Esteves aparece caracterizada, como as demais entidades de assistência, solicitando apoio para as atividades desenvolvidas em prol da infância pobre juizforana. Na ocasião, em outubro de 1983¹⁶¹, a reportagem comunicava uma atuação de 20 anos da Fundação no bairro Borboleta, bem como o encontro da vice-presidente da instituição com o prefeito recém eleito, Tarcísio Delgado.

No encontro foi-lhe solicitado a doação de um terreno ao lado da sede da Fundação, cujo objetivo seria a construção de uma creche para atender às crianças daquela região. A busca pela construção da creche foi descrita sob o incisivo argumento de que as creches em Juiz de Fora “(...) não aceitam crianças pobres de origem desconhecidas (...)” (Loc. cit). O encontro culminou na indicação de negociações diretas com a coordenadora de creches do Grupo de Apoio Comunitário do qual foi bem aceito pela representante da referida Fundação.

f) Sociedade Eunice Weaver de Juiz de Fora - Educandário Carlos Chagas

Apenas uma reportagem comunicou a posse da diretoria do Educandário, composta por membros da igreja e da sociedade juizforana em 1978¹⁶². As atividades que seriam desenvolvidas em prol das 122 crianças assistidas na forma do regime de internato, filhas de pais hansenianos foram listadas pela diretoria que pronunciou apelo aos presentes para que os recursos fossem ampliados com vistas ao atendimento. Não obstante, o Educandário manteve-se consorciado, em 1979, ao CEAPS quando conseguiu a aprovação do repasse de verbas para a manutenção e compra de materiais (JUIZ DE FORA, 1979)¹⁶³.

¹⁶⁰ UMA nova Creche. *Diário Mercantil*. 19 de abr. 1981, p. 10, coluna social.

¹⁶¹ FUNDAÇÃO pede área para creche. *Diário Mercantil*. 20 de out. 1983, p. 5.

¹⁶² A LUTA continua. *Diário Mercantil*. 06 de mai. 1978, p.7.

¹⁶³ JUIZ DE FORA, Consórcio das Entidades de Assistência e Promoção Social de Juiz de Fora. *Relatório de Trabalho*. 1979.

6.2 - Poder Público

O poder público foi também considerado agente social na medida em que representou, condicionou e agiu sobre as áreas sociais, através de suas instituições – secretarias, conselhos, departamentos, etc. Por isso, e pela intensa interlocução com os demais agentes de um determinado campo, as ações empreendidas pelo poder público, em benefício da infância juizforana, permitiram sua inclusão como agente neste campo.

A diversidade das ações pelo poder público, tanto nas esferas federal quanto na esfera estadual e municipal, está descrita a seguir, procurando sistematizar aquelas que de forma direta ou indireta atingiram às demandas relacionadas ao atendimento da infância juizforana. Optou-se por apresentar tal sistematização a partir das iniciativas da União, seguindo aquelas empreendidas pelo Estado para chegar ao poder local, mesmo porque percebeu-se que grande parte dos programas arrolados pelas esferas federal e estadual foram desenvolvidos em nível municipal. Tal opção se deu não apenas por conformar uma hierarquia historicamente burocratizante, antes porque foi da iniciativa federal que emergiram políticas amplas, delegando responsabilidades às demais instâncias e a elas imputando o trato à infância, paulatinamente.

6.2.1 - Poder Público Federal

Especificamente quanto ao poder público federal, no capítulo 3 ficou evidente os diferentes órgãos e programas voltados ao atendimento à infância no país. Especificamente em Juiz de Fora, aqueles se fizeram presentes, na maioria das vezes, por meio da política de conveniamento como o Programa de Leite¹⁶⁴, Alimentação Escolar do Instituto Nacional de Alimentação Escolar¹⁶⁵ através da Campanha de Alimentação Escolar¹⁶⁶ e o Programa Especial de Pediatria¹⁶⁷ do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social¹⁶⁸.

¹⁶⁴ GESTANTES tem benefícios. *Tribuna da Tarde*. 23 de abr. 1987, p.4.

¹⁶⁵ MOBREAL avalia trabalho no Dia da Alfabetização. *Diário Mercantil*. 12 de nov. 1982, p.6.

¹⁶⁶ A referida Campanha mensalmente atendia cerca de 61.000 crianças na faixa etária de quatro a quatorze anos, matriculadas em pré-escolas e escolas de primeiro grau em 71 escolas municipais, 51 estaduais e 9 particulares, distribuídas em 28 municípios da Micro-região de Juiz de Fora; sendo que o programa era subvencionado pelo governo federal, estadual e municipal, bem como com recursos da própria comunidade. cf: JUIZ DE FORA, Processo do convênio nº 3.968/78.p.98.

¹⁶⁷ Tinha por objetivo atender às famílias comprovadamente carentes, através do atendimento às crianças de zero a dois anos cf: JUIZ DE FORA, Processo do convênio nº 3.968/78. P.98.

¹⁶⁸ PROGRAMA revela a situação de família de baixa renda. *Diário Mercantil*. 03 de set. 1978, p.6.

A incidência de informação, veiculada nos jornais locais conferiam ênfase ao MOBRAL, à LBA e a outras iniciativas, vinculadas, por exemplo, à UFJF, que direta ou indiretamente edificavam ações em prol da infância juizforana. Não obstante, quanto aos dois primeiros, nenhuma surpresa; foram programas amplos que tinham por meta atingir milhões de crianças em todo país, com complexos projetos de baixo custo para a expansão do atendimento.

Era manifesta também a bandeira do direito da mulher trabalhadora a instituições de guarda de seus filhos pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, cuja atuação local era presente. Além da sucursal da FUNABEM que oferecia o internato aos menores marginalizados do município.

a) O Movimento Brasileiro de Alfabetização

O núcleo do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Juiz de Fora – MOBRAL-JF, desenvolvia ações para crianças de três a seis anos. Contabilizava, em 1981, 4 unidades de Desenvolvimento Infantil, funcionando com 80 crianças, sendo que havia previsão de ampliação no ano seguinte para 20 unidades¹⁶⁹.

Em 1982, contava com oito responsáveis sendo uma supervisora e auxiliares técnicas, além de um grande número de voluntários espalhados pelas diversas unidades¹⁷⁰ que atendiam a três níveis de educação: pré-escolar, alfabetização e educação integrada do 1ª grau.

O principal objetivo à época era de proporcionar, mediante o atendimento à infância e a busca de ampliação deste, a redução dos índices de reprovação na escolarização compulsória (Loc. cit.), representando com isso, segundo a coordenadora do núcleo (...) uma compensação para as crianças carentes, pois estas seriam beneficiadas com atendimento adequado e assistência médica, dentária, pedagógica e de lazer (MOBRAL... 1981, p.7)¹⁷¹.

Para isso, ocorreu

(...) intensa participação de mães de alunos na elaboração de merendas e substituição de monitoras. Não falta o apoio da comunidade e há permanentes convênios com empresas e entidades beneficentes, além da Secretaria de Educação (MOBRAL... 1982, p.5)¹⁷².

¹⁶⁹ GÓES, Juçara. Educação Pré-Escolar torna-se necessidade. *Diário Mercantil*. 11 de out. 1981, p.7.

¹⁷⁰ MOBRAL vai comemorar os 12 anos. *Diário Mercantil*. 04 de jul. 1982, p.5.

¹⁷¹ MOBRAL anuncia mais assistência a 70 mil menores carentes. *Diário Mercantil*. 22 de fev. 1981, p.7.

¹⁷² Op. Cit. ¹⁶⁸

Além destas parcerias apontadas pela coordenadora do projeto, percebeu-se também o vínculo com Sociedades Pró-Melhoramentos de bairros. Esta, junto à Secretaria de Educação, foram instâncias nas quais o MOBRAL firmava suas ações em prol da criança; de um lado porque eram organizadores das demandas; por outro, por atender aos preceitos de desenvolvimento comunitário peculiar àquele momento social e político do país. No conjunto de ações, fornecia merenda escolar por meio do Instituto Nacional de Alimentação Escolar – INAE; fornecia filtro para água, talheres, pratos e utensílios diversos; promovia orientação para o controle da natalidade, dentre outros¹⁷³.

No Lar Luiza de Marilac, por exemplo, o Movimento atuava no início da década de 1980, através de subvenção ao maternal oferecido pela entidade¹⁷⁴. Com a SPM do bairro Santa Cândida ofereceu, na sede da própria Sociedade, o atendimento a 70 crianças em idade entre 3 a 6 anos¹⁷⁵.

A Seção de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Educação era a responsável, dentre outros, pela execução dos projetos relativos ao MOBRAL (JUIZ DE FORA, 1978)¹⁷⁶. Desta forma, ofereceu em 1982, o Treinamento Municipal de Educadores Pré-escolar, cujos técnicos que ministraram o mesmo eram ligados ao MOBRAL. Esta ação registrava, sob a ótica da secretaria de educação, uma atuação consoante às determinações do MEC quanto à priorização do pré-escolar, visto que naquele período o poder público local estava inaugurando 6 escolas da rede municipal; sentido este empreendido pelo MOBRAL que

(...) está voltado para o atendimento das crianças carentes e a nova metodologia implantada é de aproveitar os espaços ociosos da comunidade, como salões, paróquias e outras dependências, para com material existente no próprio meio e mais barato iniciar a alfabetização do maior número possível de crianças (REDE... 1982, p.4)¹⁷⁷.

A partir da existência de inúmeras outras iniciativas sobre as demandas do pré-escolar após 1982, esvaziou-se a prioridade do MEC para este segmento, sendo o MOBRAL extinto no ano de 1985, quando foi criada a Fundação Educar.

b) Legião Brasileira de Assistência

¹⁷³ MOBRAL avalia trabalho no Dia da Alfabetização. *Diário Mercantil*. 12 de nov. 1982, p.6.

¹⁷⁴ LAR INFANTIL luta para sobreviver sem recursos. *Diário Mercantil*. 17 de jan. 1982, p.8.

¹⁷⁵ SANTA Cândida rebate críticas de moradores. *Diário Mercantil*. 11 de jul. 1982, p.5.

¹⁷⁶ Portaria 004/78.

¹⁷⁷ REDE municipal tem mais seis escolas. *Diário Mercantil*. 28 de fev. 1982, p.4.

No ano de lançamento do Projeto Casulo da Legião Brasileira de Assistência – LBA, as ações que incitaram à implantação do projeto foram pauta do noticiário local. O Programa Nacional do Voluntariado que deveria ser coordenado pelas esposas dos governadores¹⁷⁸; o projeto enviado ao ministério para reaver o percentual do Fundo de Garantia que havia sido extinto¹⁷⁹; o projeto Puxado de escola ou Fundo de escola que buscava envolver as secretarias municipais e estaduais de educação para a implantação de casulos em seus municípios¹⁸⁰; o apelo aos empresários na atuação em programas sociais de forma a receberem as conveniências das deduções do Imposto de Renda¹⁸¹; dentre outros.

Dentre os incentivos, tradicionalmente a LBA manteve convênios com as obras sociais como o Instituto Maria¹⁸² e CEPROM¹⁸³, além de ter ampliado as parcerias através de convênios com poder público local e outras entidades. A própria Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, por exemplo, deliberou por fundar, em 1980, uma creche para filhos de empregadas domésticas por meio de convênio com a LBA, voltando-se para o atendimento de crianças até quatro anos de idade¹⁸⁴.

Conforme o jornal *Diário Mercantil*, desde 1976 a Prefeitura de Juiz de Fora estabeleceu convênio com a LBA,

(...) visando, à época, o atendimento integral aos menores carentes, moradores de bairro periféricos, na faixa etária de 2 a 6 anos. O convênio prevê a prestação de assistência alimentar, de saúde, pedagógica e familiar (LBA... 1978, p.08)¹⁸⁵.

Foi uma das metas da secretaria de educação da administração municipal pedesista a criação de classes pré-escolar. Uma das ações para a execução desta foi a criação e implantação do Programa de Atendimento e Promoção ao Pré-Escolar – PAPPE, no qual, através do convênio com a LBA, procuraria atender às crianças de dois a seis anos¹⁸⁶. O Programa emprestava o próprio nome às unidades implantadas; estas, em número de 5

¹⁷⁸ LBA assina vários convênios na área de excepcionais. *Diário Mercantil*. 1979, p.14.

¹⁷⁹ LBA quer verba das empresas para aplicar na área de creches. *Diário Mercantil*. 25 de jan. 1980, p.4

¹⁸⁰ PROGRAMA escolar da LBA envolve 4 mil prefeituras. *Diário Mercantil*. 15 de jan. 1980, p.14

¹⁸¹ LBA quer atuação de empresariado em programas sociais. *Diário Mercantil*. 15 de out. 1980, p.9.

¹⁸² INSTITUTO Maria: uma obra social, reconhecida, embora carente de recursos e apoio da comunidade. *Tribuna de Minas*, 24 de mar. 1984, p. 2. cad. especial.

¹⁸³ CEPROM: na terça, 25 anos. *Diário Mercantil*. 21 de ago. 1983, p.7.

¹⁸⁴ ÓRGÃO de assistência ao pré-escolar funda uma creche na cidade. *Diário Mercantil*. 15 de mar. 1980, p. 5.

¹⁸⁵ LBA promove convênio e programas em várias cidades da região. *Diário Mercantil*. 15 de abr. 1978, p.8).

¹⁸⁶ CALENDÁRIO Rural: mais uma inovação. *Diário Mercantil*. 31 de jan. 1978, p.6.

em 1978, recebiam subvenção da LBA para a compra de recursos logísticos e da Prefeitura para os recursos estruturais e humanos.

No saldo das atividades de atuação da LBA, em 1982, totalizavam 24 Casulos com atendimento de crianças entre zero e seis anos, cujo oferecimento de equipamentos, orientação técnica, assistência complementar aos pré-escolares se dava, sobretudo, por meio dos voluntários e convênios. A LBA oferecia também às famílias carentes, o registro de nascimento, bem como cursos e auxílio à gestante¹⁸⁷.

Além disso, na trajetória local, promoveu cursos de treinamento para coordenadoras, professoras e babás que atuavam em creches casulos do entorno de Juiz de Fora¹⁸⁸; chancelou iniciativas em prol do menor abandonado¹⁸⁹; realizou colônia de férias para crianças em bairros periféricos¹⁹⁰.

Impossível não assinalar o convênio firmado com a administração municipal peemedebista, para subvenção, por parte da LBA, quanto à implantação do Programa Especial de Creches em Juiz de Fora no qual estavam sendo constituídas a rede de Creches Comunitárias do Município, no decurso de 1984 e 1985 (JUIZ DE FORA, 1983, s.n.p)¹⁹¹. O Casulo correspondia, na ocasião, à unidade creche, na qual se atenderia a crianças de zero a sete anos, sob a justificativa de necessidade da família trabalhadora, bem como pela deficiência de vagas nas creches no município (Loc. cit.).

c) Universidade Federal de Juiz de Fora

A Universidade Federal de Juiz de Fora teve consideráveis ações em prol do atendimento da infância local. Decerto, com programas pontuais logrou maiores êxitos, até mesmo devido às demanda de seu entorno e o conjunto de áreas e especialistas que atuavam de forma multidisciplinar, sobretudo, por meio das atividades executadas por estagiários. Porém, com programas mais complexos como o Projeto Rondon, o Projeto de Ação Integrada e o Programa de Ação Comunitária Integrada, atuou no sentido de fortalecer as comunidades periféricas, angariando recursos, estimulando a organização coletiva e atendendo às carências básicas.

¹⁸⁷ LBA avalia desempenho na cidade. *Diário Mercantil*. 06 de ago. 1982, p.5.

¹⁸⁸ LBA conclui treinamento de mais de 65 coordenadoras. *Diário Mercantil*. 29 de ago. 1982, p.6.

¹⁸⁹ SEMINÁRIO reúne educadores em Juiz de Fora. *Tribuna da Tarde*. 01 de out. 1988, p.5, cidade.

¹⁹⁰ LBA tem colônia de férias para crianças da cidade. *Diário Mercantil*. 23 de dez. 1982, p.4; LBA tem colônia de férias em 13 áreas. *Diário Mercantil*. 15 de jan. 1983, p.6.

¹⁹¹ Cópia do Convênio da PJJ com a LBA.

Projeto Rondon

Conforme o jornal *Diário Mercantil*, desde a implantação do Projeto Rondon, em 1967, há estudantes atuando em diferentes áreas de atendimento na cidade¹⁹². Na consulta a documentos oficiais, constatou-se que, em 1978 havia um convênio em andamento; firmado com a Prefeitura de Juiz de Fora, a Fundação Projeto Rondon, conforme objeto da Resolução nº 339/77, de 19 de outubro de 1977, passou a atuar por meio de atividades *de orientação e assistência físico-psico-social aos menores abandonados no município de Juiz de Fora*¹⁹³.

A minuta do convênio apontava tal trabalho, denominado *operação especial*, e contava com a participação de 14 universitários “de diversas áreas de ensino” durante o período de 6 meses “(...) com vistas a reintegrá-lo [o menor] na sociedade, permitindo-lhe participar dela como elemento ativo” (JUIZ DE FORA, 1977)¹⁹⁴.

Com o término do referido convênio no mês de fevereiro de 1978, a renovação não foi aceita considerando, dentre vários fatores arrolados, os gastos decorrentes de sua execução. Conforme se verificou, em 17 de março de 1978, mediante Folha de Informação nº 59¹⁹⁵ enviado à Secretaria de Bem-Estar Social, os motivos considerados para reprová-la foram: a falta de espaço físico para a execução das atividades; reestruturação administrativa da Prefeitura de Juiz de Fora, sobretudo da própria Secretaria de Bem-Estar Social cujo planejamento apontava-lhe a prioridade da área social no município; bem como a preferência por convênios menos onerosos à Prefeitura, sendo que trabalho de igual teor ao da Fundação Projeto Rondon era executada por via da mesma política de conveniamento, neste caso, exemplificou-se a atuação da Casa do Caminho que mantinha sob abrigo 12 menores.

Em 1983, na ocasião em que o prefeito peemedebista Tarcísio Delgado visitou o campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, o mesmo conclamou aos estudantes a prestarem serviços ao município. Tal chamamento congregou, igualmente, os objetivos da coordenação local do Projeto Rondon. A oportunidade de atuação de 400 universitários em atividades que contemplassem as áreas de carência das diversas secretarias da Prefeitura – Secretaria de Educação, Secretaria de Bem-Estar Social, Secretaria de Con-

¹⁹² PROJETO RONDON vai atender à periferia. *Diário Mercantil*. 23 de mar. 1983, p.7.

¹⁹³ JUIZ DE FORA, *Resolução 339/70*. Autoriza o termo de convênio entre a PJF e o Ministério Interior, PJF/MINTER, em 20 de out. 1977.

¹⁹⁴ JUIZ DE FORA, *Minuta do termo de convênio* entre a PJF e o Ministério Interior para a execução de atividades do Projeto Rondon. PJF/MINTER, 1977.

¹⁹⁵ Informativo em papel oficial, timbrado da Prefeitura e, constando inclusive assinatura, porém sem informação do órgão remetente.

trole Urbanístico e Instituto de Pesquisa e Planejamento – seria considerada estágio e teriam certificação para tal¹⁹⁶. Além disso, estas situações favoreceram o processo de reestruturação da Fundação Rondon que objetivava, naquele período, regionalizar as atividades¹⁹⁷.

Especificamente quanto à área da educação, a atuação dos universitários junto à Secretaria de Educação pretendia ações voltadas diretamente às escolas da rede municipal de ensino, oferecendo treinamento de professores e cantineiras, bem como prestação de assistência médica aos alunos¹⁹⁸.

As ações do Rondon foram agregadas em um único programa no ano de 1984, quando, em conformidade com diversos segmentos sociais voltados à assistência e educação – Fundação de Apoio ao Estudante, Programa Estadual de Alimentação Escolar, 10ª Delegacia Regional de Ensino, Movimento Brasileiro de Alfabetização e Legião Brasileira de Assistência – implantou o Projeto de Ação Integrada – PAI. Este, “com o objetivo de desenvolver um trabalho junto às comunidades periféricas, reforçando sua organização interna, principalmente suas estruturas associativistas, representativas (...)” procuraria maximizar tantos os recursos financeiros quanto os humanos das diversas instituições, sobretudo, valendo-se da formação acadêmica de universitários para prestar assistência nas áreas carentes¹⁹⁹.

Uma das ações do PAI que coube destaque no jornal local foi o apoio ao Programa de Férias²⁰⁰ realizado em 1985 pela 10ª Delegacia Regional de Ensino. Neste, as instituições integradas ao PAI deram apoio ao oferecimento de atividades de lazer e alimentação para cerca de 3.500 crianças, na faixa etária de 4 a 14 anos; dentre a relação de escolas havia apenas uma Escola Municipal de Educação Infantil que atendia a 120 crianças²⁰¹.

¹⁹⁶ Op cit. ¹⁹⁰

¹⁹⁷ PROJETO Rondon quer atender as escolas. *Diário Mercantil*. 27 de abr. 1983, p.4.

¹⁹⁸ OP. Cit. ¹⁹⁶

¹⁹⁹ PROJETO cria assistência às áreas pobres. *Tribuna de Minas*. 10 de out. 1984, p. 7, cidade.

²⁰⁰ O referido programa de férias era desenvolvido no ano anterior, sob a denominação de mutirão de férias e, na ocasião, tanto a Secretaria de Educação do município, o Núcleo do Programa Estadual de Alimentação Escolar e a própria 10ª Delegacia Regional de Ensino, atendiam à crianças nos 40 pólos espalhados pela periferia urbana e rural da cidade. AULAS na 2ª põem fim ao mutirão de férias. *Tribuna de Minas*. 18 de jan. 1984, p.7; ALUNOS de bairro procuram merenda durante as férias. *Diário Mercantil*. 11 de jul. 1982, p.4.

²⁰¹ CRIANÇAS voltam à escola amanhã. *Tribuna de Minas*. 06 de jan. 1985, p. 7, cidade.

Programa de Ação Comunitária Integrada

A Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, sob a responsabilidade do Grupo de Integração Docente Assistencial – GIDA, encampou ações voltadas para a comunidade no setor social e em 1982 formalizou o Programa de Ação Comunitária Integrada – PACI que já vinha sendo desenvolvido dois anos antes²⁰². Tal Programa objetivava

contribuir para a melhoria de vida das populações abrangidas pelo projeto; tornar o ensino universitário mais real, voltado para as necessidades da comunidade; desenvolver modelos mais eficientes e eficazes de prestação de serviço e ainda criar uma forma inovadora de articulação entre a comunidade, as instituições prestadoras de serviços e a universidade, com benefício para todos os envolvidos (APRENDER..., 1982)²⁰³.

Para tanto, o GIDA juntou-se ao Consórcio Multinstitucional – CMI. Antes, formado por instituições ligadas à área da saúde – Secretaria do Bem-Estar Social, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, Centro Regional de Saúde, Centro de Saúde de Juiz de Fora, e outras instituições sócias²⁰⁴ que se voltavam para a questão social da população carente – o CMI passou a comungar com a Universidade as demandas sociais, sendo que através do PACI buscavam atingir as necessidades eminentes dos bairros onde já existiam os Centros Comunitários, cumprindo o papel social no desenvolvimento da sociedade.

Alguns subprogramas do PACI atuavam diretamente sob aquela categoria geracional, como o subprograma de saúde que

visava dar assistência pré-natal e desenvolver um programa de puericultura para crianças de 0 a 2 anos, atender crianças na fase pré-escolar (...). Outro subprograma é da área de nutrição e alimentação, principalmente para lactantes, pré-escolares (...), atuando junto com a LBA, Merenda Escolar da 10ª Delegacia Regional de Ensino, EMATER e Programa de Atendimento e Promoção ao Pré-Escolar (...). O subprograma de Educação, Recreação, Educação Física e Lazer (ibidem).

²⁰² APRENDER fazendo, um método inédito em favor dos carentes. *Diário Mercantil*. 22 de ago. 1982, p.8; ATUAÇÃO do PACI é discutida em semana de estudos. *Diário Mercantil*. 03 de mai. 1983, p.5.

²⁰³ Op. Cit. ²⁰⁰

²⁰⁴ Dentre elas estava a Secretaria de Educação de Juiz de Fora, a Legião Brasileira de Assistência, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, a Campanha Nacional de Escolas Comunitárias, a 10ª Delegacia Regional de Ensino, o Consórcio de Entidades de Assistência Social de JF, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de JF, o Serviço Social da Indústria de JF e a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraibuna (APRENDER... 1982, p.8).

Outros, embora de forma indireta, atingiriam as condições da infância carente juizforana ao voltarem-se para o fortalecimento da *unidade familiar* e melhorias de infraestrutura urbana, por exemplo, (ibidem.).

Sendo considerado por seus idealizadores – o GIDA – como programa inédito no Brasil, angariou, após concorrência com outros 200 projetos, apoio financeiro para sua execução e financiamento de bolsas de estudo da Fundação Kellogg, e contava ainda com as ramificações de serviços daquelas instituições do poder público ou da própria comunidade para o êxito do Programa. Em 1983, com a nova administração municipal, o programa angariou ainda o apoio do IPPLAN-PJF para estudo da viabilidade de serviços para-médicos nos Centros Comunitários.

Desde a implantação oficial, os anos que se seguiram foram palco de críticas quanto às subvenções de órgãos internacionais entendidos como expropriação do direito da comunidade da ação política dos órgãos governamentais, bem como de manter ações paternalistas voltadas sobremaneira ao interesse da própria UFJF e não da comunidade. Para além, exaltados elogios e avaliações positivas ao PACI foram tecidas quando aqui estiveram pós-graduandos dos Estados Unidos da América – estudantes bolsistas da Fundação Kellogg – em visitas aos Centros Comunitários²⁰⁵. Foi partir desta visita que o interesse da gestão peemedebista voltou-se ao PACI, inclusive, devido à filosofia de trabalho comunitário²⁰⁶; possibilitou também, ampliar os recursos, cujo investimento equipou Centros Comunitários e entidades de atendimento ao menor²⁰⁷.

Projeto Gaivota

Buscando uma atuação diferenciada quanto ao atendimento ao pré-escolar, duas professora da Faculdade de Educação da UFJF desenvolveram o Projeto Gaivota num núcleo comunitário do entorno da Universidade, contando, sobretudo com ajuda de estudantes voluntários.

O atendimento pedagógico oferecido a 103 crianças, na faixa etária de dois a seis anos, procurava adequar-se à realidade da criança; isso com base em estudos no qual aprofundaram as perspectivas de diferentes autores da área do desenvolvimento cognitivo, bem como da infância e, procuravam oferecer diversas atividades físicas e artísticas

²⁰⁵ BOLSISTAS visitam os Centros Comunitários. *Diário Mercantil*. 15 de jul. 1983, p. 4.

²⁰⁶ PREFEITO vê apoio ao PACI. *Diário Mercantil*. 29 de abr. 1983, p.4; VIANA, Rosângela. O PACI em Juiz de Fora: a parceria como foco de uma experiência que pretende integrar povo e entidade com um programa de assistência global. *Tribuna de Minas*. 08 de abr. 1984, p.2 cad de domingo; TARCÍSIO: união deu certo. *Tribuna de Minas*. 20 de dez. 1984, p.6, geral;

²⁰⁷ MENOR carente tem mais assistência. *Tribuna de Minas*. 06 de mar. 1985, p.6, geral.

como música, colagem, desenho e outras características do pré-escolar voltadas para o desenvolvimento do vocabulário e linguagem oral²⁰⁸.

A metodologia estudada e desenvolvida no projeto se consolidou e, além do Centro Comunitário do bairro São Pedro, também se estendeu à Creche Bom Pastor e passou a ser tema de palestras, seminário e cursos na cidade que buscavam sistematizar as experiências e os fundamentos quanto ao processo de aprendizagem da criança²⁰⁹. Cabe considerar ainda que os atuantes no Projeto Gaivota foram considerado, pelo Juizado de Menores, profissionais qualificados, isto, na ocasião em que fizeram o levantamento das instituições que atendiam ao menor em Juiz de Fora²¹⁰.

d) Conselho Nacional de Defesa da Mulher

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM – criado em 29 de agosto de 1985, teve posse das conselheiras, dentre elas uma juizforana, e a definição do regimento em setembro do mesmo ano; e coadunou os diferentes vieses de debate dos direitos da mulher em três frentes de trabalho: creche, violência e constituinte. Especificamente no que se referia às creches, a vinculação era propositiva e deveria ser abordada como sendo direito de todos e não especificamente restrita aos direitos da mulher (NAIR... 1985, p.6)²¹¹.

Apesar de ser vinculado ao Ministério da Justiça, possuía dotação orçamentária para garantir a autonomia financeira e administrativa. Esta dita autonomia, segundo a Presidente da Associação de Mulheres Juizforanas, contribuía para o fato de ser um Conselho representativo, sobretudo, considerando que sua composição se dava por diferentes segmentos sociais (Loc. cit.).

Após seis meses de atuação, a avaliação do saldo das atividades do CNDM apontou que a frente de trabalho voltada para as creches não logrou êxito, apenas redigiram um documento que seria lançado em Brasília como forma de promover, junto à Assembléia, nova campanha em prol de uma política nacional de creches. No documento que constava de três itens de reivindicação, pediam a reformulação do direito à creche

²⁰⁸ EDUCAÇÃO pré-escolar torna-se necessidade. *Diário Mercantil*, 11 de ou. 1981, p.7; PRÉ-ESCOLAR tem projeto em São Pedro. *Diário Mercantil*. 28 de mai. 1982, p.5.

²⁰⁹ UFJF anuncia curso de Educação Escolar só para professores. *Diário Mercantil*. 11 de jun. 1980, p.4.; PAIVA, Raquel. Educação: depois do Projeto Gaivota, a continuidade a um trabalho de respeito à criança e à liberdade. *Tribuna de Minas*. 31 de out. 1984, p.1, cad. de domingo;

²¹⁰ VIANNA, R. FULGÊNCIO, R. Assistência social: entidades sem amparo pedem socorro em JF. *Diário Mercantil*. 11 de jul. 1982, p.1 (cad. de domingo).

²¹¹ MULHERES ganham espaço nacional e vão à luta. *Diário Mercantil*. 12 de ser 1985, p. 6, geral; NAIR Guedes quer ser instrumento de Minas. *Diário Mercantil*. 14 de set. 1985, p.6, geral.

constante na CLT, propondo a extensão aos homens trabalhadores; criação de um Fundo Nacional de Creches; garantia do direito à creche para os filhos de trabalhadores em zonas residenciais, sob incumbência do Estado²¹².

Tais inspirações eram decorrentes, conforme documentado no jornal, da Constituição Portuguesa que tinha em vista “promover a criação de uma rede nacional de assistência materno-infantil, de uma rede nacional de creches e de infra-estrutura de apoio à família” (Art. 69 apud MULHER... 1986, p.1)²¹³.

Como forma de reiterar tal objetivo durante a Constituinte mancomunou com outros movimentos sociais, formando *lobbies* que pressionaram a defesa dos direitos sociais, dentre eles, obviamente já apontado no documento do CNDM, a oferta gratuita de creches e pré-escolas às crianças da faixa de zero a seis anos de idade²¹⁴.

e) Assembléia Constituinte e a Constituição Federal de 1988

Com a Nova República, percebeu-se uma ampla mobilização em torno da constituinte²¹⁵. A urgência em estabelecer a democratização levou para os mais diferentes espaços da cena juizforana debates quanto aos direitos sociais dos diferentes segmentos, propostas de emendas populares e densas discussões sobre o significado da Carta Magna.

Em 1986, o Brasil poderá viver um verdadeiro mutirão democrático com a finalidade de obter um resultado que venha em benefício das classes sociais mais sacrificadas (...) a saída política da crise brasileira, a esperança de se conseguir elaborar uma constituição que, nos seus princípios gerais corresponda aos anseios populares (CONSTITUINTE..., 1986, p.3)²¹⁶.

Esta foi a percepção de um vereador que, assim como os demais segmentos sociais, apostava no processo participativo popular na Constituinte. No bojo de movimentação em nível nacional se instalou, em Juiz de Fora, nos primeiros meses de 1984, um de-

²¹² MULHER – Seis meses depois, o equilíbrio entre a luta política e social marca os avanços do CNDM. *Diário Mercantil*. 16 de fev. 1986, p.1, cad. de domingo.

²¹³ Op. Cit ²¹⁰

²¹⁴ CONSTITUINTE tem ação de lobbies. *Tribuna da Tarde*. 10 de ago. 1988, p.3, política.

²¹⁵ 85, ANO da Constituinte. *Tribuna de Minas*. 04 de jan. 1985. p.3, política.

²¹⁶ CONSTITUINTE tem que ser popular. *Tribuna de Minas*. 5 de jan. 1986, p.3, política.

bate permanente na Câmara de Vereadores²¹⁷, bem como um Comitê Pró-Participação Popular²¹⁸.

Ambos atuaram no sentido não só de veicular as informações discutidas em outras instâncias públicas, sobretudo, buscavam conscientizar os juizforanos da importância do processo participativo que o país estava passando, o Movimento Pró-Constituinte alçou vôos mais altos no sentido de elaborar cartilhas²¹⁹, promover encontro nos bairros periféricos e suscitar propostas. Segundo membros do Movimento,

Essa é a primeira oportunidade para que o povo participe da elaboração da nova Carta Magna, discutindo os problemas centrais do país (...) Ao mesmo tempo, pretende encaminhar junto à população da cidade a discussão, os debates e colher idéias, propostas e reivindicações da nossa gente que posteriormente, serão encaminhadas aos deputados constituintes (CONSTITUINTE... 1985, p.3)²²⁰.

Assim, a participação popular requerida e vista pelos diversos agentes sociais, teve grande repercussão na cidade não deixando de evidenciar, inclusive, as perspectivas de novos princípios para a educação.

Daí a grande importância que se abram às discussões e aos movimentos de luta por projeto de educação que deve partir das bases para chegar através de seus representantes à Assembléia Nacional. Temas como ensino público e livre, descentralização do ensino vêm sendo tratadas há tempo. No entanto, ainda cabe discutir com todo Estado, visando garantir o direito (...) de todos os brasileiros, a todos os graus de ensino. A idéia básica deve ser garantir ensino público e gratuito a todos os níveis e recursos rigorosamente vinculados para sua efetivação (...) (SARMENTO, 1985, p.5)²²¹.

Enquanto os segmentos da educação se manifestavam representativamente, através, por exemplo, da União Nacional dos Dirigentes Municipais²²², outras questões relativas à infância continuavam adormecidas na sociedade.

Em matéria intitulada *Criança ainda esquecida na Constituinte*, apenas a Sociedade Brasileira de Pediatria, através de um representante de Juiz de Fora, havia apresen-

²¹⁷ Em 25 de março a Câmara integrou o ciclo nacional de debates sobre a Assembléia Constituinte e, manterá, até a convocação oficial daquela, as reuniões sistemáticas com a participação de entidades representativas e políticos locais. CIDADE entra no ciclo pró-Constituinte. *Tribuna de Minas*. 28 de fev. 1985. p. 3, política.

²¹⁸ Este Comitê, se cognominou Movimento Popular Constituinte e foi composto por 23 entidades representativas. MOVIMENTO Popular Constituinte. *Tribuna de Minas*. 29 de mar. 1985, p.3. política.

²¹⁹ Conforme documentado nos boletins Pró-Constituinte nº 16 e 19.

²²⁰ CONSTITUINTE tem documento lançado na cidade. *Tribuna de Minas*. 31 de ago. 1985. p.3. política.

²²¹ SARMENTO, Diva Chaves. CONSTITUINTE e Educação. *Tribuna de Minas*. 08 de set. 1985, p.5, opinião.

²²² ROMÃO discute Constituinte e merenda. *Tribuna da Tarde*. 26 de ago. 1987, p.3, cidade.

tado uma emenda ao Projeto de Constituição. Nela, a busca pela garantia de avanços constitucionais nos quais a criança e o adolescente tenham prioridade máxima na destinação de recursos.

A proposta (...) prevê o respeito à Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (...), que o Estado garantirá assistência gratuita às crianças de zero a seis anos e ensino gratuito a partir dos sete anos (...) (CRIANÇA... 1987,p.4)²²³.

O cume deste processo que, apesar de tumultuado, inclusive na cidade, sob a premissa de oposição dos deputados aos anseios do povo²²⁴, inscreveu a participação popular na redação da Constituição. Especificamente quanto à criança um amplo conjunto de direitos foi alinhavado no artigo 227 (BRASIL, 1988).

6.2.2 - Poder Público Estadual

A esfera estadual, por sua vez, não diferentemente da União, e talvez até condicionada por ela, pulverizou diferentes formas de atendimento à criança carente em Minas. Juiz de Fora, na ocasião, mantinha em funcionamento, nas décadas de 1970 e 1980, o núcleo regional do Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social, a FEBEM, a 10ª Delegacia Regional de Ensino; além de órgãos diversos, como o de saúde, através do Centro Regional de Saúde, dentre outros.

Apesar de não constar destaque no conjunto de informações dos jornais, vários órgãos e entidades atuaram em favor da infância a partir de parcerias diretas e apoio às ações desenvolvidas no município; foi o caso do Conselho Estadual da Mulher e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

a) Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social

O Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social – CEAPS, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desporto – SETAS, mediante as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento Social, oferecia suporte para a captação de recursos necessários para o oferecimento de ações sociais, além da operacionalização e execução de um planejamento social para os municípios mineiros. Através do

²²³ CONSTITUINTE esqueceu crianças. *Tribuna da Tarde*. 08 de jul. 1987, p.4, geral.

²²⁴ CONSTITUINTE: MELLO entra com uma representação na Polícia Federal contra o Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte e acusa ação do PT. *Tribuna da Tarde*. 19 de fev. 1988, p.2, política.

Departamento de Ação Social, foi fundando o referido Consórcio, em Juiz de Fora, mediante o termo de convênio arrolado no processo administrativo nº 1033/78²²⁵.

A partir do relatório de atividades desenvolvido no ano de 1979, as técnicas do CEAPS justificaram a implantação do Consórcio como sendo imperativo “à necessidade de apoiar a iniciativa particular” (Loc. cit.). Neste caso, em oposição às iniciativas públicas, ou seja, vindas do poder público, consideravam aquelas referentes às obras sociais diversas, entidades de assistência que atendiam às famílias carentes juizforanas.

Fundado em 21/02/1978, o CEAPS teve, conforme explicitado no projeto, o reconhecimento da PJF quanto à responsabilidade pela programação da assistência social no município. Além disso, era de competência do Centro a identificação de problemas sociais locais e regionais a fim de apresentar projetos para a solução; canalizar recursos tanto públicos quanto particulares para a execução de projetos; orientação técnico-financeira às entidades consorciadas; bem como “estudar, planejar e executar atividades de assistência social, junto às entidades que o constituem”; dentre as áreas de atuação destacaram-se aquelas voltadas à infância, circunscrevendo “assistência social à família, especificamente mães solteiras, gestantes, nutrizes e menores”; bem como aquelas relativas ao aparato às entidades que lidavam diretamente com aquele segmento etário mediante “coordenação, orientação e apoio financeiro a Entidades de ação social” (Loc. Cit)

Das 23 obras visitadas pelos CEAPS para a assistência à família, sete tiveram projetos implementados pelos técnicos do Consórcio e, posteriormente, foram remetidos à SETAS para a aprovação no ano de 1979; dentre aquelas, algumas voltavam-se diretamente ao atendimento à infância, conforme o quadro 03.

Quadro 03 – Lista de entidades com projetos aprovados pelo CEAPS – 1979				
Entidades	Projeto	Argumento	Regime	Observação
Instituto Jesus	Quadra poliesportiva	Educativo	internato	
Instituto Maria	Manutenção (sem distinção)	Preservação moral, intelectual e física dos abandonados.	-	Declaradamente pretenciosa à prevenção da marginalidade
Lar Infantil Luiza de Marilac	Manutenção humana	Envolvimento de grupos da comunidade em suas promoções.	-	Mantida pela Sociedade São Vicente de Paula – “caridade beneficente”
Sociedade Eunice Weaver de Juiz de Fora - Educandário Carlos Chagas	Manutenção material	Promoção por meio do atendimento mínimo às necessidades dos internos.	Internato	

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

²²⁵ JUIZ DE FORA, ofício nº 84 de 04 de junho de 1981. Secretaria de Bem-Estar Social.

Dentro das áreas de atuação, alguns projetos foram traçados pelo CEAPS para Juiz de Fora, no ano de 1979, dentre eles, os seguintes estiveram voltados diretamente à questão da infância:

Quadro 04 – Lista de Projetos desenvolvidos pelo CEAPS referentes ao atendimento à infância, por entidades parceiras – 1979		
Projetos	Atividades	Entidades
Integração Escola x Família x Comunidade	Criar e dinamizar Associações de pais e mestres; clubes de mães, de saúde; atividades dirigidas para socialização de crianças; treinamento de professores; área de lazer, dentre outros.	SETAS; CEAPS; 10 ^a DRE; CNEG; MFCX; EMATER; CRS no Palácio de Saúde; e CNAE
Prevenção e Promoção da Saúde Escolar (zona urbana e rural)	Atuar junto aos clubes de mães para prevenção; promover educação nutricional.	SETAS; CEAPS; CNAE; CRS (Posto Saúde); Associação dos Cegos em JF; PJF; MINPAS; 10 ^a DRE; e EMATER
Programa Municipal Materno Infantil	Promover o estado nutricional de gestantes, nutrizes e crianças em idade pré-escolar; assistência e orientação das gestantes e às famílias com menores na faixa de 0 a 6 anos; assistência e orientação às mães (com filhos matriculados nos lactários)	SETAS; CEAPS; ADPI; Mov. de obras sociais e paróquias e CRS

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

A microrregião de atuação do CEAPS-JF congregava 32 cidades do entorno de JF, prioritariamente atuando com projetos que enfocavam a atenção às mães solteiras, menores carentes, lactantes, recém-nascidos, dentre outros²²⁶. A atuação agregava outras categorias geracionais como idosos, porém era acentuado o atendimento ao menor.

Os recursos para a implementação de projetos eram captados prioritariamente por meio de repasses do Governo do Estado através do Fundo de Ação Social da SETAS²²⁷. Porém, no decorrer dos anos de atuação, teve o montante paulatinamente aumentado consoante a ampliação de projetos e de área geográfica de atuação; o que não significou o aumento de recursos referentes aos projetos de obras sociais, pois estes ficaram secundarizados, tendo maiores investimentos a área da migração – outra vertente de atuação do CEAPS.

Os Cr\$ 6.724.320,00 disponíveis para o ano de 1980 tiveram a distribuição definida em torno de 23% para obras sociais, enquanto 48% foram destinados aos programas

²²⁶ cf. Quadro Quantitativo e Qualitativo, por período 1978, 1979 e 1980 constante em: JUIZ DE FORA, ofício nº 84 de 04 de junho de 1981. Secretaria de Bem-Estar Social.

²²⁷ CEAPS vai repassar as verbas. *Diário Mercantil*. 04 de mar. 1982, p.4.

voltados aos migrantes sem desconsiderar, é claro, as demais áreas de atuação²²⁸. Os recursos oriundos da prefeitura eram destinados apenas às despesas de aluguel da sede do CEAPS.

No I Seminário de Bem-Estar de Juiz de Fora²²⁹ os debates ancoraram-se na área social e da saúde. Deste encontro, a síntese elaborada por representantes dos 310 participantes, afirmava que educação e saúde eram questões inteiramente articuladas, porém necessitavam, para maior eficácia, terem tratamento como áreas distintas. No evento, as prioridades concentraram-se

no setor da educação, [requisitando] ensino gratuito em todos os níveis para a população carente, alimentação escolar, melhores equipamentos dos prédios escolares e adequação dos currículos à realidade sócio-econômica dos educandos; (...) [na área da Promoção Humana e Participação Comunitária, dentre outros] planejamento de maior integração entre os bairros e trabalho de conscientização para que a população tenha condições de se capacitar e se organizar no sentido de maior participação nos processos de decisão (CEAPS... 1982)²³⁰.

O Seminário aprovou ainda a continuidade da atuação do CEAPS na cidade de acordo com a nova administração municipal. Esta atuação se estendeu no ano de 1984, a partir, sobretudo, da reunião entre os membros das oito entidades filiadas ao Centro para revisão do estatuto, visando ampliar as atividades, conforme realidade do governo estadual. As entidades eram: União dos Bairros, CDDH, Conselho Comunitário de Torreões, Dom Orione, Quilombo dos Palmares, Ação Social Nossa Senhora de Fátima e representantes de entidades sindicais. Com a revisão do estatuto, uma das principais metas para atuação era a necessidade de dar maior espaço aos movimentos de base, bem como conseguir participação junto aos recursos da SETAS e outros órgãos do governo estadual, municipal e também por meio da iniciativa privada.

Ainda no mesmo ano o CEAPS, juntamente com Núcleo de Informação Doméstica – NID, promoveu o 2º Encontro do Clube de Mães cuja participação registrou cerca 100 mãe, assim como de outras entidades de mulheres.

b) Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

Uma sucursal da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor funcionava em Juiz de Fora atendendo restritamente no regime de internato à adolescentes na faixa etária

²²⁸ JUIZ DE FORA, ofício nº 84 de 04 de junho de 1981. Secretaria de Bem-Estar Social.

²²⁹ SEMINÁRIO sobre o bem-estar social vê problemas comunitários. *Diário Mercantil*. 15 de jul. 1981.

²³⁰ CEAPS: áreas de saúde e social são prioridades. *Diário Mercantil*. 16 de jan. 1982. p.4.

de 14 a 18 anos²³¹. Os menores de 14 eram encaminhados para o CEPROM ou obras sociais do município. Mesmo desconsiderando as atuações diretas desta Fundação Estadual, é importante frisar que a mesma mantinha convênios com outras instituições para o encaminhamento de menores, conforme já apontado. Além disso, autorizava e fiscalizava o funcionamento de entidades de assistência aos menores, servindo, inclusive de órgão interveniente para convênios com a Fundação Nacional, consoante à política do bem-estar do menor; fato que não passava despercebido na imprensa local, como o repasse ocorrido em 1985, sob o título *Febem distribui verba em JF e dez cidades*, cujas entidades contempladas foram o CEPROM, Creche Arco-Íris, a Associação Municipal de Apoio Comunitário, a Aldeia SOS, a Casa Maternal Maria Helena e o Instituto Professor Dom Orion²³².

Consoante aos debates nacionais acerca da reestruturação da política nacional para ao menor, bem como do Plano Diretor de Transição Política Institucional da FEBEM de Minas Gerais, uma das principais mudanças foi a proposta de desativação dos internatos²³³. Tal proposta apresentou-se conformada ao novo olhar sobre a categorização do segmento etário atendido, compreendido nos anos anteriores pelas Pastorais, CDDH e outras entidades; estas apontavam a necessidade de se ressignificar a conotação jurídica do termo menor, considerando os inscritos apenas como crianças e adolescentes, além disso, pontuavam uma abordagem integral por meio de uma política social mais abrangente.

Os reflexos destas mudanças foram anunciados em janeiro de 1983, quando afirmado a desativação dos 14 internatos do estado, dentre eles o de Juiz de Fora. Na ocasião ainda afirmavam que as atividades seriam cindidas entre outras instituições na cidade, ocasião na qual coube ao CEPROM a triagem dos menores, à Prefeitura o transporte até as escolas regulares e a orientação profissional à FEBEM mediante oficinas instaladas em sua sede.

Especificamente em Juiz de Fora, além de ter recebido repasse para melhorias físicas e compra de materiais em 1982, mediante convênio do Governo do Estado com a Caixa Econômica Federal²³⁴, a FEBEM-JF, vinculava, sempre que possível, através da diretoria, o pressuposto de melhoria das condições do atendimento do menor mediante a

²³¹ COMO salvar o menor. *Diário Mercantil*. 12 de dez. 1978, p. 14 (cad. especial).

²³² Neste caso, cabe ressaltar que a própria AMAC redistribuía os recursos entre as entidades cadastradas em seus programas, ampliando, portanto, o leque de vinculação da FEBEM. Ver: FEBEM distribui verba em Juiz de Fora e dez cidades. *Tribuna de Minas*. 09 de mai. 1985, p.9.

²³³ FEBEM vai desativar os internatos. *Tribuna d Minas*. 27 de ago. 1985, p. 7

²³⁴ CAIXA faz convênio para apoiar Febem. *Diário Mercantil*. 20 de jan, 1982, p.9.

“indispensável participação comunitária”, visto que “cruzada de salvação do menor” é um compromisso da sociedade inteira²³⁵.

c) Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

A efetiva atuação da Secretaria de Estado da Educação – SEE-MG, pôde ser apreendida através da organização da educação na área de sua competência, implementação de programas desenvolvidos por meio de convênios, dentre outros. Como Delegacia Regional em Juiz de Fora, a 10ª DRE do Estado mantinha uma ampla atuação na maioria das cidades da Zona da Mata mineira. Esta mantinha sob sua égide o credenciamento e a supervisão regional do Plano Mineiro de Educação, cuja pré-escola encontrava-se nas ações, com vistas inclusive à diminuição dos índices de repetência e reprovação nas primeiras séries²³⁶.

Além da ampliação de escolas da rede pública no município nos anos de 1978 a 1980, mediante pressão do poder público local as demais esferas do poder público, sobretudo a Estadual fizeram com que convênios e parcerias fossem firmados; congregando a Prefeitura, o governo estadual e outros segmentos da sociedade, como o clube de serviço Lions e comunidade em geral²³⁷.

Nesse sentido, além de gerenciar as 54 escolas da rede estadual que ofereciam, em 1978, classes de pré-escolar, 1º e 2º graus e classe especial, num total de 33.482 alunos²³⁸. A Secretaria de Estado da Educação subvencionou a ampliação da rede de escolas públicas no município. A 10ª DRE, foi incumbida, no referido ano, de protocolar os pedidos de escolas interessadas na criação de classes pré-escolares, atendendo às normas de espaço físico e mobiliário²³⁹; ofereceu cursos para professores e supervisores que atuavam com o pré-escolar²⁴⁰; desenvolveu programas específicos para as crianças em defasagem escolar como o Programa de Alfabetização que abrangia a Iniciação Escolar, em caráter emergencial para atender às crianças em idade escolar que não freqüentaram clas-

²³⁵ CRUZADA do MENOR, *Diário Mercantil*. 10 de jul. 1983, p.2.

²³⁶ ENSINO pré-escolar atinge mais 50% dos grupos de JF. *Diário Mercantil*. 07 de jul. de 19789, p.5.

²³⁷ ENSINO Primário. *Diário Mercantil*. 16 de fev. 1978, p.2; DUTRA lembra a importância da construção de escolas. *Diário Mercantil*. 10 de dez. 1978, p.5; MELLO inaugura escola e promete mais 4 unidades. *Diário Mercantil*. 16 de fev. 1980, p.3;

²³⁸ ENSINO pré-escolar atinge mais de 50% dos grupos em JF. *Diário Mercantil*. 07 de jul. 1978, p.5.

²³⁹ ENSINO recebe protocolo para o pré-escolar. *Diário Mercantil*. 22 de dez. 1978, p.4.

²⁴⁰ ESCOLAS anunciam férias e continuam projetos. *Diário Mercantil*. 15 de nov. 1978, p.5; TREINAMENTO de professores amplia prazo de inscrição. *Diário Mercantil*. 17 de nov. 1982, p.5; PAIVA, Rosângela. Educação: depois do Projeto Gaivota, continuidade a um trabalho de respeito à criança. *Tribuna de Minas*. 31 de out. 1984, p.1 cad. especial; DRE abre curso para professores. *Tribuna de Minas*. 06 de jan. 1985, p.7, cidade.

ses pré-escolares; e o Ciclo Básico de Alfabetização desenvolvido continuamente no decorrer de 2 anos letivos²⁴¹; oferecia, através do Programa de Férias, conjuntamente às instituições integradas ao PAI, alimentação e recreação às crianças matriculadas na rede pública²⁴².

Sendo portadora do discurso oficial da Secretaria, a Delegada Regional de Ensino, em entrevista ao *Diário Mercantil*, apontou a ampliação do atendimento ao pré-escolar no segundo semestre de 1978, intentando o oferecimento de classes para este segmento etário em 50% das escolas oficiais. No seu entendimento a educação pré-escolar era vinculada à “fase básica do ensino por motivar e acelerar a maturação do aluno para enfrentar o processo ensino-aprendizagem e por colaborar na socialização da criança até 7 anos” (ENSINO... 1978, p.5)²⁴³.

Em 1982, o quadro educacional público do pré-escolar sob sua égide²⁴⁴, a mantinha enquanto majoritária no atendimento, isto, porque do universo atendido, cerca de 2.600 crianças, 80% encontrava-se em escolas estaduais. Apenas perdia para a rede privada que abrangia cerca de 4.000 crianças em mais de 60 instituições de ensino; o município, por sua vez, ainda mantinha uma atuação tímida, totalizando aproximadamente pouco mais de 500 crianças.

Enleada pelo processo de democratização nacional, em 1983, a SEE promoveu o I Congresso Mineiro de Educação, almejando proporcionar, em sua fase preparatória, o envolvimento da comunidade, inclusive a mais carente, residente nos subúrbios. Estas foram chamadas a opinar no processo de uma nova escola, junto às unidades de seus bairros. Posteriormente, os itens levantados seriam tratados em nível municipal e encaminhados às Delegacias sendo por fim, encaminhados à SEE²⁴⁵.

Segundo a Universidade Federal de Juiz de Fora, o Congresso poderia proporcionar o “restabelecimento da escola pública, para que esta desempenhe seu papel de democratizadora da cultura e do saber acumulado pelo conjunto da sociedade” (Loc. cit.). Em mesma via, a 10ª DRE apontava os objetivos

²⁴¹ ALFBETIZAÇÃO e pré-escolar. *Tribuna de Minas*. 29 de jan. 1985, p.6, geral.

²⁴² LBA tem colônia de férias para crianças da cidade. *Diário Mercantil*. 23 de dez. 1982, p.4; LBA tem colônia de férias em 13 áreas. *Diário Mercantil*. 15 de jan. 1983, p.6; AULAS na 2ª põem fim ao mutirão de férias. *Tribuna de Minas*. 18 de jan. 1984, p.7; ALUNOS de bairro procuram merenda durante as férias. *Diário Mercantil*. 11 de jul. 1982, p.4.

²⁴³ ENSINO pré-escolar atinge mais de 50% dos grupos em JF. *Diário Mercantil*. 07 de jul. 1978, p.5.

²⁴⁴ VOLTA às aulas movimentada 76 mil estudantes. *Diário Mercantil*. 29 de jan. 1982, p.5.

²⁴⁵ UNIVERSIDADE participa de seminário. *Diário Mercantil*. 10 de jul. 1983, p.4.

(...) realizar diagnóstico da escola e dos processos educacionais, através dos elementos envolvidos e de análise obtida em livre manifestação dos participantes; sistematizar alternativas positivas, sejam pedagógicas, de inovação curricular, de dinâmica de trabalho no âmbito de professores, direção, inspeção e buscar propostas alternativas para os problemas e que espelhem a preocupação de melhoria de nível de ensino (Loc. cit.).

A repercussão da realização do Congresso entre os segmentos educacionais e comunidade da cidade foi explicitamente tratado pelo jornal local e pelo jornal Unibairros. Ambos faziam o chamamento da comunidade para participar do evento, entendendo ser importante a mobilização social em prol da educação. Para o Secretario de Educação da gestão peemedebista “pela primeira vez está se propondo uma política educacional a partir da base, ou seja das escolas” (COMUNIDADE... 1983, p.5).²⁴⁶

Alguns dos resultados deste Congresso seriam inscritos nas Diretrizes do Plano Mineiro de Educação no ano seguinte, como por exemplo, responsabilizando a 10ª DRE quando à ampliação do atendimento escolar, criando 50 classes pré-escolares, distribuição de merenda mediante convênio com EMATER e Secretaria Municipal de Educação, cumprindo a execução do Programa Estadual Alimentação Escolar²⁴⁷.

Outra intervenção em benefício da criança pequena foi a Assembléia Regional promovida pela 10ª DRE em sua área de abrangência. Na ocasião, foi apontado o aumento da demanda por pré-escolas públicas decorrente do alto preço das mensalidades nas escolas particulares; momento no qual se vislumbrou a possibilidade de inserir o oferecimento de mais vagas para esta faixa etária no Plano de Expansão para 1988²⁴⁸.

As linhas de ação da 10ª DRE não se restringiam apenas às demandas objetivas de educação, mesmo porque, abaixo da faixa etária de sete anos, estavam crianças para as quais, o discurso que imperava propugnava um tratamento multidisciplinar de assistência. Por esta via, em 1979, a Delegacia Regional foi contemplada nos diversos projetos do CEAPS²⁴⁹. Mesmo com as múltiplas facetas de atuação, o oferecimento enfático e icônico da educação infantil esteve sob o denominado Jardim de Infância Mariano Procópio, pioneiro no atendimento público gratuito da criança em idade pré-escolar, em Juiz de Fora.

²⁴⁶ COMUNIDADE ainda não mobilizada para o Congresso. *Diário Mercantil*. 1983, p.5

²⁴⁷ ENSINO forma com participação. *Tribuna de Minas*. 01 de set. 1984, p.16, cad. especial.

²⁴⁸ DRE pode aumentar vagas em 88. *Tribuna da Tarde*. 17 de nov. 1987, p.3 cidade.

²⁴⁹ JUIZ DE FORA, Consórcio das Entidades de Assistência e Promoção Social de Juiz de Fora. *Relatório de Trabalho*. 1979.

Jardim de Infância Mariano Procópio

A trajetória do Jardim Marianinho foi tão turbulenta quanto a construção de sua sede na década de 1920. Conforme o historiador Paulino de Oliveira (apud VIANA, 1978), a Jardim Mariano Procópio foi criado por decreto de Arthur Bernardes, quando governador de Minas Gerais, estabeleceu em Juiz de Fora, no Hotel Renascer, a sede do governo. Naquela ocasião, o terreno doado pela prefeitura ao Estado, no largo do Riachuelo, não teve outra finalidade a não ser a determinação dada em 21 de outubro de 1921 para a construção da instituição²⁵⁰.

Pelo fato de estar em campanha para a presidência da república, não foi possível a construção da escola por Arthur Bernardes, tampouco ao seu sucessor Raul Soares devido ao falecimento do mesmo logo após a posse. A construção foi protelada até o ano de 1925 quando, o então governador, Fernando de Melo Viana definiu a construção e também a inaugurou. A inauguração foi relatada de próprio punho pela diretora designada, na forma de um texto descritivo, enaltecendo os festejos para a cidade no qual mobilizou diferentes segmentos sociais²⁵¹.

Apesar da boa estrutura, as constantes solicitações de reforma do telhado e do acabamento fizeram com que o governador Magalhães Pinto sugerisse a demolição do prédio²⁵². Em 1963, o governo optou por não fazer a reforma e sim, demolir e reconstruir um nova sede, cuja edificação seria “a melhor, a maior e mais moderna escola da América do Sul”, conforme explicou a diretora em exercício no ano de 1982, ao jornal local²⁵³. Entretanto, tal intento não logrou êxito devido à transição do governo estadual e a reintegração de posse do terreno à prefeitura que nele construiu um monumento em homenagem às Forças Armadas.

Após a primeira mudança de prédio, o Marianinho passou por outros seis endereços, chegando até mesmo a atender concomitantemente em prédios diferentes; foram improvisações em galpões e cantinas para o atendimento às demandas específicas de pré-escolar da cidade.

Entretanto, após mais de 15 anos sem sede própria, o novo prédio foi construído, conforme indicado pelo jornal, devido “a um movimento realizado por membros da Caixa Escolar, pais de alunos e professores aposentados” no qual o Estado e a prefeitura re-

²⁵⁰ JARDIM de Infância faz 57 anos. *Diário Mercantil*. 06 de mai. 1982, p. 1.

²⁵¹ VIANA, Rosângela. Infantil Mariano faz 57 anos sem ter sede ainda. *Diário Mercantil*, 06 de mai. 1982, p. 7.

²⁵² idibem

²⁵³ DEPOIS de 17 anos Colégio consegue sede própria. *Diário Mercantil*. 21 de nov. 1982, p. 7.

solveram liberar recursos, por meio de conveniamento, inclusive contando com a desativação do Grupo Monsenhor Gustavo Freire²⁵⁴.

Os impasses para a execução, bem como a limitação da verba, deram a tônica para o fortalecimento da comunidade escolar que, junto aos demais segmentos sociais, eram constantemente chamados a participar da complementação necessária ao encaminhamento das obras²⁵⁵.

Mesmo após os acertos para a construção do prédio, com projeto e condução pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento da Prefeitura de Juiz de Fora, a obra da nova sede foi embargada por conter irregularidades técnicas, de acordo com o que foi publicado à época. Entretanto, a Secretaria de Estado da Educação liberou verba complementar para a finalização da obra, graças ao movimento de mães, conforme comunicava o jornal local.

Depois de uma mobilização das mães no sentido de que a escola tivesse suas obras concluídas, a verba foi liberada e a Prefeitura assumirá a responsabilidade pela sua concretização, e se espera que seja dentro do prazo de 60 dias²⁵⁶.

Em entrevista ao jornal *Diário Mercantil* de 07 de fevereiro de 1982, o então prefeito de Juiz de Fora, na ocasião em que firmava o convênio com a Secretaria de Estado da Educação para a construção da sede definitiva do Marianinho, afirmou tratar-se de “uma das mais antigas unidades pré-escolares do Estado de Minas Gerais, sendo a única instituição [pública gratuita] de Juiz de Fora” (MELLO... 1982, p. 6).

No decurso destas limitações, no ano de 1982, registravam-se cerca de 700 crianças matriculadas com faixa etária de 4 a 6 anos, sob regência de 42 professoras, sendo que destas destacavam-se especialistas em artes, biblioteca e educação física²⁵⁷. Com a crescente demanda na década de 1980, para o atendimento à criança em idade pré-escolar, a escola já registrava uma lista de espera de mais de 700 crianças²⁵⁸; fato que potencializava a urgência das obras da sede própria da escola. Dado que em 1984, especificamente no dia 08 de dezembro, quase 20 anos depois de perder sua primeira sede, as autoridades locais e estaduais inauguraram o novo prédio, onde até a presente data ainda funciona a referida escola, mantendo sua referência de tradição na cidade.

²⁵⁴ INFANTIL Mariano faz 57 anos sem ter sede ainda. *Diário Mercantil*. 06 de mai. 1982, p.6.

²⁵⁵ JARDIM de Infância: a espera da nova sede. *Diário Mercantil*. 16 de fev. 1982, p.5; POLÍTICOS lutam por escola. *Diário Mercantil*. 06 de jan. 1982. p.6; FALTA de verbas paralisa obras da escola. *Diário Mercantil*. 01 de mar. 1983, p.5.

²⁵⁶ DELEGACIA repassa 8 milhões para escola infantil. *Diário Mercantil*. 15 de nov. 1983, p.4.

²⁵⁷ Op. Cit. ²⁵²

²⁵⁸ Op Cit ²⁵³

d) Conselho Estadual da Mulher

O Conselho Estadual da Mulher, através do Grupo Solidariedade Pró-Creche, reuniu dirigentes de creches comunitárias que participavam da Campanha de Suplementação Alimentar, tendo como objetivo a apresentação de alternativas alimentares para as crianças assistidas nas unidades comunitárias. A Campanha de Suplementação Alimentar visava alimentar às crianças com diversos gêneros provenientes de doações de bares, restaurantes, hotéis, sacolões e similares da cidade.

e) Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

A creche foi um tema inserido no ano de 1988 após a criação do Programa de Creche coordenado pelo governo do Estado, por meio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, que objetiva criar Centros Comunitários Infantis – CCI – em todo o Estado²⁵⁹. Juiz de Fora também foi contemplada na ocasião da assinatura do Convênio que apontava para o objetivo de atender a 500 crianças de zero a seis anos, além das famílias e comunidade. Funcionando na modalidade de internato, externato e intermitente, os Centros ofereceriam atividades psicopedagógicas e de lazer, além de assistência médica e educacional.

Por determinação do Estado,

Os CCI poderão ser implantados a partir das bases fixas já existentes ou através de reestruturação e aparelhamento de creches já existentes, ou supletivamente, com implantação de novas unidades, em áreas urbanas e rurais (CIDADE... 1988, p.4).

Assim, acredita-se que especificamente no caso de Juiz de Fora, com a consolidação do Programa de Creches do Grupo Solidariedade Pró-Creche, a alternativa provável de efetivação deste programa deve ter se voltado para a melhoria da rede de Creches Comunitária existentes.

6.2.3 - Poder Público Municipal

O poder público local, conforme apontado nas seções supracitadas, manteve uma série de convênios com a União e o Estado, bem como entidades caritativas, filantrópicas e comunitárias. Foi responsável pela criação e implementação de políticas específicas para o atendimento infantil, com destaque para Programa de Promoção e Atendimento do Pré-Escolar e o Pró Creche. Tais programas não invalidaram aqueles de cunho

²⁵⁹ CIDADE participa de programa social. *Tribuna da Tarde*. 1 de abr. de 1988, p.4, cidade.

mais assistencial, inaugurados pela prática filantrópica e conveniamento, voltados para a alimentação, a saúde e o abrigo de crianças carentes; ao contrário, reafirmaram e adensaram estas iniciativas de forma a oferecer, ao menos em tese, um atendimento integral à infância pobre juizforana em instituições específicas.

Interessante notar que a opção pelos referidos programas se deu no decurso de duas administrações municipais, com gestões distintas que caracterizaram e impregnaram de forma diferente o atendimento à primeira infância, conforme as orientações político-partidárias e econômicas, a saber: a administração pedessista – PDS – no poder entre os anos de 1976 e 1982; e a administração peemedebista – PMDB – no decurso de 1983 e 1988.

A distinção entre ambas não se caracterizou apenas por se tratarem de correntes partidárias essencialmente diferentes; antes, tratou-se de uma nova organização dos espaços e das vozes do fazer política no país na qual a lógica da linearidade histórico-temporal inscreveu tensamente a transição de sistemas políticos sob os quais, em Juiz de Fora, foram representados pela administração do PDS e pela administração do PMDB. Na matemática do tempo, foram os anos de debilidade do militarismo e a consolidação dos princípios da Nova República.

Por se tratar de administrações com orientações distintas, bem como pelo desenvolvimento de dois projetos de extrema relevância para a política da infância no município, a descrição que se segue buscou identificar as iniciativas diretas e indiretas em benefício da infância que ocorreram na trajetória das administrações.

6.2.3.1 – Administração Pedessista - PDS

Na administração pública de Antonio Mello Reis, sob a sigla PDS, iniciativas que inscreviam desde a prática de conveniamento com entidades assistenciais para o desenvolvimento de programas, os quais estas últimas já vinham desenvolvendo, até a criação de uma rede específica de escolas municipais para o atendimento à infância carente; iniciativas tais que mobilizaram diferentes órgãos do poder público local, conforme se segue.

a) Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social

A Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social – SEBES, cumpria as disposições de implantação e implementação de programas das demais esferas do poder voltados, sobretudo, para a área da saúde e prestação de assistência básica às famílias pobres. Não

obstante, funcionava como uma agência que centralizava diversos programas da Secretaria do Estado, do INAMPS e da UFJF, por exemplo, gerenciando e integrando as ações em prol das necessidades eminentes da população²⁶⁰.

Em 1975, a administração municipal, através da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social desenvolveu o Projeto Especial de Promoção do Pré-Escolar – PEPPE, com o objetivo de atender cerca de cinco mil crianças carentes e suas famílias, assinou convênio com a Legião Brasileira de Assistência – LBA, reiterando a política assistencial do Estado e as diretrizes do Ministério da Educação e do Desporto – MEC (LEMOS, 2004).

O projeto, desde a elaboração à implementação, era gerenciado por psicólogos e assistentes sociais da Secretaria do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais e da Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social de Juiz de Fora. Concretamente eram cinco núcleos de pré-escolar com atendimento educacional, assistência médica, odontológica, psicológica e de recreação²⁶¹ que, segundo Lemos (2004), mobilizou profissionais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Ensino Superior, Arquidiocese, Obras Sociais, lideranças de bairros e as próprias comunidades, cuja contrapartida de seu atendimento era a busca pelo local onde funcionaria o núcleo do PAPPE²⁶².

Estes núcleos encontravam-se na região periférica, inscrevendo os bairros Linhares, Dom Bosco, São Benedito, Jóquei Clube e Furtado de Menezes (Loc. cit.); e no período de férias, ofereciam merenda escolar aos inscritos e seus familiares²⁶³.

Quando a administração pedessita, ancorando seu discurso no quadro de modernização e reinserção econômica, bem como pautando sobre este a gestão pública municipal, percebeu-se diante da necessidade de um planejamento urbano, com vistas ao controle do crescimento desordenado e à melhoria das condições de vida das comunidades periféricas, pois estas eram, de acordo com o secretário municipal de obras, vistas como “células de desenvolvimento”²⁶⁴, empreendeu-se o desenvolvimento de projetos de grande porte que visariam incrementar a construção de Centros Comunitários, escolas, unidades de saúde, dentre outros.

Nesse intento, as unidades do PEPPE foram consideradas de acordo com o programa de governo e, portanto, propícias à continuidade, mesmo porque tratava-se de um

²⁶⁰ SEBES: em busca de novos caminhos para a promoção do Bem Estar Social. *Diário Mercantil*. 16 de abr. 1982, p.6.

²⁶¹ EDUCAÇÃO desconhece verba. *Diário Mercantil*. 23 de ago. 1978, p.4.

²⁶² LBA promove convênio e programas em várias regiões da cidade. *Diário Mercantil*. 15 de abr. de 1978, p.7.

²⁶³ NAS FÉRIAS, merenda escolar. *Diário Mercantil*. 06 de jan. 1978, p.4.

²⁶⁴ A VOZ dos bairros. *Diário Mercantil*. 15 de fev. 1978, p.2.

programa com subvenção garantida pela LBA que dispunha de novas metas anualmente, mediante avaliação dos resultados. Assim, a partir da reorientação das metas e implantação dos núcleos em outros bairros, expandindo a rede de atendimento pré-escolar, o PAPPE alterou a denominação, passando a ser chamado de Programa de Atendimento e Promoção do Pré-Escolar – PAPPE, sendo transferido em 1978, para a Sessão de Educação Permanente da Secretaria de Educação, ficando sob sua responsabilidade²⁶⁵.

Mesmo com a transferência para a área educacional, a Secretaria de Bem Estar Social continuou desenvolvendo seus programas nos núcleos do PAPPE, como por exemplo, através do Programa de Saúde Preventiva, que integrou-se ao PAPPE visando melhorar a capacidade de aprendizagem da criança, entendendo, na ocasião, que também atuaria sob melhores condições de vida da mesma²⁶⁶. Não obstante, este tipo de iniciativa ia ao encontro da promoção do homem com programas²⁶⁷ mais amplos pulverizados nos centros comunitários e postos de saúde, os quais recebiam intensas campanhas de vacinação, orientação às gestantes, atendimentos médico e odontológico, pontuando um exclusivo atendimento a este segmento etário via Programa de Saúde Preventiva ao Pré-Escolar²⁶⁸.

Em 1982, partindo de uma concepção de saúde de forma mais abrangente, na qual se compunha enquanto “(...) um processo conjunto de quesitos educacionais, alimentar, higiênicos e ambientais (...)” (SEBES... 1982, p.4)²⁶⁹, as ações voltaram-se para o desenvolvimento do Programa Escolas de Saúde – PROESA.

b) Secretaria Municipal de Educação

Dentre as várias iniciativas da Secretaria Municipal de Educação estavam o oferecimento de cursos para treinamento de professores em parceria com MOBRAL, 10ª DRE e também UFJF. O desenvolvimento do Programa de Férias com distribuição de merenda, bem como do projeto Rua de Lazer – antes de responsabilidade da Fundação Alfredo Lage – FUNALFA – buscava proporcionar recreação e lazer às crianças da rede pública como forma alternativa à falta de espaços públicos para tais atividades²⁷⁰.

²⁶⁵ JUIZ DE FORA, 1978, portaria 004/78 da SME-PJF JUIZ DE FORA, Portaria nº 004/78. Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora.

²⁶⁶ SAÚDE inicia tratamento do pré-escolar. *Diário Mercantil*. 20 de ago. 1978, p.4.

²⁶⁷ SECRETÁRIA quer promover o homem. *Diário Mercantil*. 31 de jan. 1978, p.4.

²⁶⁸ PROGRAMA de Saúde terminou. *Diário Mercantil*. 3 de set. 1978, p.6.

²⁶⁹ SEBES: em busca de novos caminhos para a promoção do Bem Estar Social. *Diário Mercantil*. 16 de abr. 1982, p.6.

²⁷⁰ EDUCAÇÃO anuncia obras de mais 4 escolas. *Diário Mercantil*. 24 de jun. 1982, p.4.

Programa de Atendimento e Promoção do Pré-Escolar

Com a migração do PAPPE, em 1978, para a Secretaria Municipal de Educação, a ordem foi investir nos espaços ociosos das escolas municipais para abrir turmas de pré-escolar, sobretudo, para crianças de quatro a seis anos, consoante as orientações do MEC e do governo estadual. A propósito desta transferência, a partir do que expôs a pesquisa de Lemos (2004), havia um discurso favorável ao pré-escolar na Secretaria Municipal de Educação; somou-se ainda, ao discurso, as condições necessárias para esta transição de encargo, pois o município, desde 1973, já instituíra condições para assumir a responsabilidade sobre o ensino básico – primário – mediante a criação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura²⁷¹ e elaboração do Plano Municipal de Educação²⁷².

Ao trilhar este caminho para o atendimento infantil das crianças maiores de 4 anos, havia claramente interesses políticos e econômicos em jogo, condizentes com a política nacional claramente alicerçada sob a perspectiva da privação cultural, moldando programas compensatórios de educação de baixos custos. A camisa foi vestida pelos representantes dos órgãos oficiais e o discurso era o mesmo: a inclusão de classes pré-escolares nas escolas da rede, fosse pelo projeto *fundo de escola* ou *puxado de escola*, conforme apontado no jornal local.

Segundo a secretária de Educação, em entrevista ao jornal local, o programa ofereceria incremento da merenda escolar, foco de serviços nas especificidades da 1ª série com vistas à redução dos índices de reprovação, para isso, houve a necessidade de criação do “pré-escolar onde a criança carente pode ser atingida pela pedagogia preventiva” a partir de um trabalho voltado para bons hábitos, desenvolvimento motor e prevenção de carências²⁷³.

Este imaginário se instalou tardiamente no Brasil, conforme Sônia Kramer (1984) apontou, e dentre as principais implicações conferiu ao pré-escolar a função de revolver os problemas do ensino primário, mascarando as reais causas do fracasso das políticas nacionais de educação para as crianças em idade escolar obrigatória.

Em Juiz de Fora, a secretária de educação apontou as causas da reprovação: a falta de atendimento pré-escolar, a proveniência familiar e a desnutrição. Assim, “visan-

²⁷¹ Pela Lei Municipal de n.º 3077, definiu-se como órgão de assessoramento composto por Centros de Treinamento de Professores Rurais, Conselho Municipal de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Esporte, Departamento de Ensino e Recreação e Departamento de Cultura e Promoções (CRESPO, 2002).

²⁷² Fundamentado, segundo Crespo (2002) nos dispositivos das leis em vigor, buscou, dentre outros, implementar a gradativa universalização do ensino de primeiro grau na faixa etária de 7 a 14 anos.

²⁷³ CALENDÁRIO escolar: mais uma inovação. *Diário Mercantil*. 31 de jan. 1978, p.6.

do diminuir o problema da reprovação a Secretaria diz que está tentando atingir as causas com o Programa de Atendimento e Promoção do Pré-escolar em convênio com a LBA”, e sabendo de suas limitações, afirmava não ser negativo a rede privada explorar o atendimento Pré-escolar na cidade, pois o poder público não poderia arcar sozinho com o setor, sendo necessário até mesmo incentivos para tais iniciativas (DIÁRIO MERCANTIL, 20/04/1978, p. 4). Mesmo com a vinculação de diferentes áreas de atendimento nos PAPPEs, o atendimento era aquém da demanda e isso fazia a própria prefeitura saber de limitações almejando inclusive a ampliação do Programa²⁷⁴.

Cabe ressaltar que a ampliação da rede de atendimento à infância via PAPPEs já estava sendo arquitetada pela SME e os técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento da Prefeitura de Juiz de Fora, com base na composição de um sub-programa voltado para o pré-escolar, vinculado ao Programa Cidade Porte Médio – COM, que seria, a partir da interveniência de vários órgãos estaduais e federais, submetido à apreciação do Banco Interamericano de Reestruturação e Desenvolvimento - BIRD²⁷⁵.

Programa do Pré-Escolar - PROPPE

Arrolados com mais profundidade nos volumes 5º e 9º do processo de convênio entre a PJF e o BIRD, o projeto do pré-escolar apontava um número insuficiente de unidade para o atendimento na cidade, sendo que os índices do sub-projeto apontavam que apenas 10% das 40.000 crianças na faixa etária entre dois e seis anos freqüentavam escolas maternas e pré-escolas (Loc cit.).

Para ampliação do atendimento, o projeto visava desenvolver o Programa do Pré-Escolar do qual faziam parte o próprio PAPPE e outro, cuja denominação era Programa do Ensino Pré-escolar – PROENPRE.

De forma geral, as justificativas inscreviam a concentração de esforços em torno do pré-escolar devido ao Ano Internacional da Criança; a necessidade de “formar hábitos de higiene individual e social, bem como de proporcionar as crianças em idade de 2 a 6 anos e famílias sócio-economicamente carentes, assistência integral necessária ao desenvolvimento físico, mental social”; prevenir a reprovação na escolaridade obrigatória; a-

²⁷⁴ PROGRAMA Pré-escolar tem ênfase na cidade. *Diário Mercantil*. 25 de jun. 1978, p.6.

²⁷⁵ Foram várias as informações dispostas nas fontes documentais; além dos jornais, teve-se acesso ao projeto na íntegra. O mesmo, documentado em 10 volumes, apresentava todo o processo de elaboração, estudos preliminares, convênios, termos aditivos, dentre outros, dos quais denotavam a grande investida da administração pedessista na urbanização da cidade, sobretudo, munindo a periferia de equipamentos coletivos, como Centros de Saúde e Pré-escolas. Cf. JUIZ DE FORA, Processo do convênio nº 3.968/78.

lém da marginalidade e delinqüência infantil; prevenir “o comprometimento mental por carência alimentares”; dentre outros (JUIZ DE FORA, 1979, p.2)²⁷⁶

Assim, por meio dos dois subprogramas, PROENPRE e PAPPE, sobretudo, a partir do convênio entre o governo do estado e a PJF, em 1982, para o Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-Escolar²⁷⁷, construíram-se as Escolas Municipais de Educação Pré-Escolar – EMEIs. Foram inauguradas, nos últimos anos da gestão pedessista – PDS, doze unidades; programa tal que ampliou o número de crianças atendidas diretamente pelo poder público e pelos diferentes órgãos: a Secretaria Municipal de Educação, que manteve um executor diretamente ligado ao Programa; a Secretaria de Bem-Estar Social, que elaboraria programas específicos para alimentação, nutrição e saúde; a esfera federal, interveniente direta, por sua vez atuaria por meio do Conselho Nacional de Planejamento Urbano; Ministério da Educação e Cultura; Legião Brasileira de Assistência; e, por fim, o próprio Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora que coordenou a execução do Projeto.

Segundo Lemos (2004) a prioridade para a implantação do PROPRE nas comunidades seria devido aos bairros que possuíssem

(...) concentração de população de baixa renda; centralização geográfica a outras áreas periféricas, para possibilitar maior efeito multiplicador do trabalho e facilitar o acesso da clientela aos serviços; infra-estrutura de recursos sociais já existentes, capaz de dar sustentação ao projeto e possibilitar o início de sua execução em curto prazo; (...) presença de escolas públicas, ambulatórios médicos municipais e obras sociais filiadas ao Conselho Municipal do Trabalho e Bem-Estar Social; existência de lideranças organizadas, através de associações comunitárias (id. p.77-76).

Assim, os bairros escolhidos foram: Santa Efigênia, Ipiranga, Nossa Senhora Aparecida, Santo Antônio, Progresso, Cerâmica, Vila Santa Rita, Marumbi; São Tarcísio, Granjas Bethânia, Vila Olavo Costa e Vila São Vicente de Paula²⁷⁸. Todas foram noticiadas pelo jornal local com grandes chamadas que traziam no título, alusões diretas às inaugurações e aos investimentos do poder público local na educação. A primeira foi entregue à cidade no mês de comemoração à sua emancipação, especificamente na comunidade do bairro Marumbi. No conjunto das catorze escolas inauguradas até julho de 1982,

²⁷⁶ Cf. JUIZ DE FORA, Processo do convênio nº 3.968/78 (Sub projeto Educação Infantil).

²⁷⁷ Homologado em 17 de março de 1982, pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, sob convênio de nº 1358/82.

²⁷⁸ No PROPRE consta o intento de treze unidades, sendo que, a 13.^a seria nos Lotes Urbanizados Bairro de Lourdes, porém este, pelo que consta nos jornais foi viabilizado pela política de conveniamento com o Instituto Jesus.

nove eram Escolas Municipais de Educação Infantil²⁷⁹; aumento significativo expresso no percentual de vagas oferecidas – 179% – em relação ao número de matrícula do ano de 1977 - apenas 312 crianças²⁸⁰.

6.2.3.2 - Administração Peemedebista - PMDB

Na gestão do PMDB, o conjunto de políticas empreendidas pela gestão pedessista foi, em grande parte, mantido. As iniciativas em prol do menor abandonado e marginalizado se estenderam e ganharam visibilidade por ações mais pontuais da SEBES. Entretanto, quanto aos fundamentos do programa relativo ao pré-escolar, a SME teceu duras críticas, apontando não o desmerecimento destas iniciativas, mas a forma como foram empreendidas e as bases teóricas que a sustentavam. Como se pode apreender, não houve, a título das análises documentais, ampliação do número de EMEIs ou programas outros vinculados à estas instituições; aliás, estas nem foram tema das reportagens no decorso de 1983 e 1988.

A atenção se voltava para questões relativas à prática de mutirões, participação comunitária, dando vez a um debate pouco promovido na gestão anterior: o atendimento em creches.

Não que se queira desconsiderar as ações em prol da infância desenvolvidas por outros órgãos do poder público municipal; percebeu-se, como nas situações descritas anteriormente, a dimensão transtomatória, ou seja, a presença de vários setores para o atendimento da infância. Porém, os demais órgãos não tiveram tanta visibilidade na mídia conforme a SEBES e a SME.

a) Secretaria de Bem-Estar Social

A atuação da SEBES, marcadamente em prol do menor, durante a gestão do PMDB se deu por várias vias. Oferecendo subsídios logísticos à FUNABEM; oferecendo-lhe, por exemplo, transporte para retirada dos menores que perambulavam nas ruas; desenvolvia projetos em prol do menor carente como o da coleta de papel na CEASA²⁸¹; distribuição de agasalhos²⁸²; promoveu a criação do Conselho Municipal do Menor²⁸³; desenvolvia os Projetos Mendicância e Projeto Ciranda para evitar a mendicância nas ru-

²⁷⁹ SECRETARIA avalia sua atuação na Educação. *Diário Mercantil*. 19 de jul. de 1982. p.7.

²⁸⁰ EDUCAÇÃO um setor no qual Mello Reis dá prioridade. E o resultado é o melhor. *Diário Mercantil*. 02 de ago. 1982. cad. especial.

²⁸¹ SEBES faz projeto para menor carene

²⁸² SEBES tira meninos do frio da rua. *Diário Mercantil*. 10 de jul. 1986. p.8.

²⁸³ SEBES quer políticos ajudando os menores. *Diário Mercantil*. 25 de jul. 1984. p.7.

as centrais da cidade²⁸⁴; e, ainda, a criação do Centro de Atenção ao Desnutrido para atender às gestantes e nutrizes.

Juizado de Menores

Quanto ao Juizado de Menores, algumas questões ficaram delimitadas no que se refere às ações que inscreviam a necessidade de ampliar a fiscalização em bares e boates da cidade: a busca pelo aumento do quadro de fiscais voluntários para o acompanhamento nas ruas; o encaminhamento de menores ao CEPROM e obras sociais; e, sobremaneira, a realização de mapeamentos de instituições, divulgando condição de funcionamento, estrutura e dificuldades na atenção ao menor juizforano.

Atendo-se ao Código de Menores, especificamente no artigo 13, que apregoa “toda medida aplicável ao menor visará, fundamentalmente, à sua integração sócio-familiar”, o Juizado de Menores de Juiz de Fora desenhou o quadro das entidades sociais que prestavam atendimento ao menor no município, no ano de 1984. Segundo as informações veiculadas no jornal, com base no depoimento do juiz de menores, não existiam mapeamentos deste tipo na cidade e a realização deste serviu para comparar as principais dificuldades daquelas instituições como deficiência de recursos humanos; deficiência de recursos materiais; poucas subvenções pelo poder público; convênios com outras entidades que provocam comprometimento sem contrapartidas financeiras desejáveis, dentre outros. Com base em todos estes problemas apontou-se para um viés alternativo cujo foco incidisse sobre iniciativas de readaptação extra-institucional²⁸⁵.

Conforme o diagnóstico, constatou-se 14 entidades que atuam em prol dos menores. Destas, apenas uma possuía o registro da FEBEM, órgão responsável pela autorização e fiscalização; as demais, por isso, não conseguiam repasse financeiro, orientação técnica e tinham pouca possibilidade de proposição de convênios. O funcionamento ocorria por meio do sistema de internato e semi-internato, sendo que quatro ofereciam o atendimento a menores externos. Frente à capacidade total de 1270 crianças, apenas 881 eram atendidas: 304 na forma de internos e 507 como semi-internatos; ou seja, 37% menos que a capacidade total de assistência, devido à falta de recursos e estrutura.

No que se refere à admissão dos menores, 98% das instituições realizavam entrevista com os responsáveis e 57% também solicitavam exame médico. A faixa etária de atendimento é de 0 a 18 anos, variando conforme as orientações de cada instituição. Es-

²⁸⁴ SEBES insiste em priorizar criança. *Diário Mercantil*. 29 jan. 1985, p. 6.

²⁸⁵ CEPROM: campanha dá resultado. *Diário Mercantil*. 01 de jul. 1982, p.5.

pecificamente quanto aos recursos humanos, 64% possuíam funcionários com formação para a área de lazer e recreação; as demais utilizavam funcionários de outras áreas para este tipo de atividade.

Especialmente no que tangia aos recursos, por atenderem a menores carentes, a maioria das entidades utilizavam recursos próprios, porém também contavam com verbas destinadas por outros órgãos para cobrir suas principais dificuldades, sendo que dentre elas, 5 prestavam serviços gratuitos e 4 cobravam conforme condições dos assistidos²⁸⁶. A atuação dos profissionais, por vezes, era desqualificada no que se referia às necessidades da faixa etária; a remuneração destes era realizada, em alguns casos, pela própria creche, em outros casos pelas entidades conveniadas como era o caso da prefeitura que cedia 48% do total de pessoal técnico; o Projeto Gaivota com 29% do pessoal; e o MOBREAL com 22%; ademais registravam também a presença de voluntários.

No mesmo ano em que realizou o estudo, o Juizado estudou a situação das creches em JF. O estudo permitiu comparação das metas e condições de atendimento relativo aos dados apurados nos anos anteriores e apontaram um relativo aumento do número de instituições e, por conseguinte, do atendimento às crianças. Em 1984 eram 14 entidades, sendo 11 filantrópicas e 3 particulares; ao que se refere às creches filantrópicas o número de entidades quase dobrou no referido ano se comparado ao ano de 1983, momento no qual foram registradas apenas 6. Dados ainda mais remotos apontam que entre 1938 e 1969 foram criadas apenas 5 creches na cidade, e do período entre 1978 a 1983, ou seja, durante a administração municipal pedessista, apenas 6.

Importante ressaltar que este estudo apontou algumas conclusões pertinentes às creches no município, em consonância com os debates que ocorriam no país, como correlação do oferecimento de creches ao trabalho da mulher fora de casa, falta de vagas, precariedade do atendimento, vinculação às confissões religiosas, dentre outros. No conjunto das informações, onze instituições ofereciam atendimento na modalidade creche em Juiz de Fora, conforme o quadro 05.

²⁸⁶ VIANNA, R. FULGÊNCIO, R. Assistência social: entidades sem amparo pedem socorro em JF. *Diário Mercantil*. 11 de jul. 1982, p.1 (cad. de domingo).

Quadro 05 - Serviços de Creches em Juiz de Fora, por localização - 1983	
SERVIÇO DE CRECHE	LOCAL
1. Associação Brasileira Beneficente de Assistência	Mariano Procópio
2. Casa Maternal da Grama	Gramma
3. Casa Maternal Maria Helena	Centro
4. Centro de Triagem e Promoção do Menor	Vila Ideal
5. Creche Assistência Maternal Alziro Zarur	Cidade Universitária
6. Creche Borboleta – Obras Sociais Santa Rita de Cássia	Progresso
7. Creche das Obras Sociais Bom Pastor	Cidade Jardim
8. Instituto Maria	São Mateus
9. Lar Fabiano de Cristo	Costa Carvalho
10. Lar Infantil Luiza de Marilac	Poço Rico
11. Lar Maternal Gil Horta	Nova Califórnia

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa. CRECHES têm análise do Juizado de Menores. *Tribuna de Minas*, 04 de jan. 1984, p.8, cidade.

O estudo supracitado conduziu à discussão de diretrizes para uma política de assistência ao menor em agosto de 1984, cuja participação de 23 das 26 entidades existentes de assistência a este segmento etário demonstrou a relevância da questão para a cidade. Fruto deste encontro foi o Manifesto em Defesa da Criança e do Jovem; além disso, apontaram, à época, a necessidade de a Prefeitura de Juiz de Fora e o Juizado de Menores elaborarem um plano de emergência para atender ao menor; a otimização da rede de assistência, mediante o estudo de alternativas de atendimento aos meninos e meninas de rua infratores; regionalização da FEBEM; criação do Conselho Municipal de Bem-Estar de Menor; criação e apoio às creches filantrópicas; etc.²⁸⁷

b) Secretaria de Educação

Pelos dados da Secretaria do Estado da Educação, através da Delegacia de Ensino (apud JUIZ DE FORA, [1988], p.36), no ano de 1983, a educação pré-escolar era mantida por dois programas: o primeiro, era o Programa de Creches vinculado a um grupo específico – o Grupo Solidariedade Pró-Creche – ligado diretamente ao gabinete do prefeito; e segundo programa voltado para a manutenção das unidades escolares específicas de educação infantil representado pelas EMEIs, bem como pelas classes de pré-escolas nas instituições de primeiro grau, filantrópicas e conveniadas.

O segundo programa, lotado diretamente à SME, manteve a política de pré-escolar inaugurada na administração anterior, porém sem procurar expandir relevante-mente o atendimento com a criação de novas EMEIs. O que se fez foi, por meio do convênio entre DRE e SME, continuar o Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-escolar que foi destinado, naquele momento, à criação de classes pré-escolares nas esco-

²⁸⁷ ENTIDADES lançam manifesto para alertar sobre o menor abandonado. *Tribuna de Minas*. 07 de ago. 1984. p.7.

las da zona rural. Sendo considerada para o Secretário de Educação como uma experiência inédita no país, o Programa atingiria Aldeia, Barreira do Triunfo, Penido, Torreões, Dias Tavares; Graminha e Monte Verde; todos os bairros da área rural, congregando no total cerca de 150 alunos²⁸⁸.

Outro programa que mereceu destaque e que atendia às premissas do discurso educacional pré-escolar da gestão anterior no que se referia à defasagem alimentar das crianças pobres em idade pré-escolar, referiu-se à municipalização da merenda em 1986. Juiz de Fora, por decisão da Fundação de Assistência ao Estudante, passou a desenvolver o projeto modelo de descentralização da merenda²⁸⁹. O município passaria a receber o repasse direto da verba, aplicando no próprio, estimulando a produção local e fazendo parcerias com centros tecnológicos como a UFJF, por exemplo (Loc. cit.).

A propósito de uma tímida atuação no ensino pré-escolar, algumas divergências e turbulência foram causadas devido à postura assumida pelo Secretário de Educação quanto ao mito do pré-escolar para o desenvolvimento da criança. O secretário se baseava na pesquisa realizada pela própria SME que, durante quatro anos, acompanhou crianças em fase pré-escolar e também durante as primeiras séries do 1º grau; a surpresa foi o fato de que as crianças que não freqüentaram o pré-escolar demonstraram desempenho igual, ou melhor, se comparado àquelas que o cursaram²⁹⁰.

Apesar da manchete da reportagem apontar que a pesquisa condenava o pré-escolar, o Secretário afirmava não ter a intenção de invalidar as ações destas instituições, com os resultados da pesquisa. Na verdade, para ele a pesquisa serviria para instigar o debate sobre a forma de se educar crianças menores de sete anos. Além disso, considerou a falta de formação adequada das professoras para atuarem com esta faixa etária; a desvalorização do profissional mediante uma faixa salarial inferior determinada pelo MEC; e outros fatores que denotaram a necessidade, naquele momento, de se repensar as bases na quais as pré-escolas expandiram-se.

Sem desconsiderar os inúmeros programas e suas particularidades multidisciplinares, o que teve grande relevância nas manchetes jornalísticas foi a constituição de uma rede de creches comunitárias ajustando-se às demandas da população, mediante a atuação de diferentes agentes sociais de forma coletiva e organizada, incentivada pela própria prefeitura. Todavia, a consolidação do Pró-Creche, não esteve sob responsabilidade da

²⁸⁸ PRÉ-ESCOLA no campo ganha verba do Estado. *Tribuna de Minas*. 13 de jul. 1985, p.6, geral.

²⁸⁹ MERENDA Escolar será municipalizada em JF. *Tribuna da Tarde*. 3 de mai. 1986, p.8, cidade.

²⁹⁰ PESQUISA condena pré-escolar. *Tribuna da Tarde*. 15 de mar. 1988, p.3, cidade.

SME, tampouco do órgão tradicional de assistência, mas sim do Grupo de Apoio Comunitário criado especialmente na referida administração – PMDB – sendo que, posteriormente, passou para a responsabilidade da Associação Municipal de Apoio Comunitário.

c) Grupos Solidariedade Pró-Creche

A constituição, pelo poder público, de uma rede de Creches Comunitárias, assim como os programas anteriores, não se deu de forma independente. A exemplo do Programa de Pré-Escolar que instalou a rede de EMEIs, outras iniciativas coadunaram na participação de diferentes segmentos sociais que, coadunados no Grupo Solidariedade Pró-Creche fez-se de responsável pelo planejamento e execução do Programa de Creches no município. Este por sua vez, em uma primeira instância, esteve diretamente ligado ao Grupo de Apoio Comunitário, porém, em 1985, com a criação da Associação Municipal de Apoio Comunitário, passou a constituir a estrutura organizacional daquela.

A experiência gestada a partir dos mutirões de serviços²⁹¹ fez gerar o Grupo Solidariedade Pró-Creche²⁹². Para o mentor desta experiência, o ex-prefeito peemedebista,

Na medida em que se democratiza não apenas o acesso à demanda e ao processo de tomada de decisão **mas a própria gestão administrativa**, fazendo dela participarem os interessados, as dificuldades regridem. Pois, neste caso, os próprios demandantes terão condições de avaliar os obstáculos que se antepõem a seus pleitos, assim como terão condições de propor soluções para removê-los [grifos do autor] (DELGADO, 1988, p. 66).

A novidade residiu no processo administrativo atrelado ao princípio participativo, em que a comunidade era responsável direta pela gestão dos programas a serem desenvolvidos, bem como por levantar recursos ao desenvolvimento dos mesmos, rompendo, na perspectiva de Delgado (1988), com o assistencialismo clássico que a paternalizava.

Nesta perspectiva, o Grupo Solidariedade Pró-Creche buscou mobilizar as comunidades periféricas e o empresariado local com vistas a adequar a população infantil

²⁹¹ O sistema de mutirão foi implantado em Juiz de Fora com vistas atender à população mais carente, prioritariamente em áreas servidas pela infra-estrutura básica de serviços públicos; seu principal objetivo foi primar pela organização da comunidade a partir do questionamento das condições de vida, permitindo a reflexão, organização e participação em questões que estão diretamente ao seu cotidiano (ANDRADE, 17 jul 1983, p. 6). Ver: ANDRADE, Carlos Alberto de. Mutirão: consciência social ou festa no morro? *Diário Mercantil*, 17 jul 1983, p. 6.

²⁹² Inicialmente foram formados três grupos específicos voltados para creches, escolas, alimentação e habitação popular; depois foram implantados os Grupos referentes ao Idoso, Energia e Criança maior de 14 anos. Cada qual ficava sob coordenação de um casal e assistidos por um assessor técnico que, designado pela prefeitura, o secretariava operacionalizando o funcionamento (DELGADO, 1988).

aos programas de alimentação, educação e atendimento psicológico oferecidos inicialmente na rede escolar municipal.

Com o avanço das atividades do Grupo e a receptividade das populações periféricas da cidade, a extensão das atividades passou a constituição de creches, sendo que no primeiro ano de atuação apostou numa meta de 10 creches alocadas em espaços disponíveis e mantidas com recursos adquiridos pela própria comunidade e também pela prefeitura²⁹³.

A projeção desta experiência registrava a instalação de 25 creches comunitárias destinadas às famílias carentes com atendimento pedagógico, nutricional, psicossocial, médico e odontológico com baixo custo operacional, isso por contar com assistência de voluntários, bem como a participação direta da comunidade. A instalação destas creches no município estimou atendimento a 3.123 crianças entre zero e seis anos e também a 1.625 mães (DELGADO, 1988, p. 58). O conjunto dos Grupos Solidarietà estava diretamente ligado ao Grupo de Apoio Comunitário, levando para este, e concomitante ao prefeito, as deliberações comunitárias.

d) Grupo de Apoio Comunitário

Assim que assumiu a prefeitura de Juiz de Fora, o gestor do PMDB contratou assessores especificamente para atender às reivindicações populares em suas próprias comunidades, com vistas a um contato mais próximo e diretivo entre estes e o poder público. Com a ampliação das demandas, motivadas até mesmo por este contato mais próximo e pelo encaminhamento direto ao gabinete do Prefeito (VISCARDI, 1990), criou-se, em 1984, uma espécie de *balcão da Prefeitura* (DELGADO, 1988, p. 53) subordinado à Secretaria de Governo, como forma de mediar diretamente o poder público e a comunidade; este balcão foi institucionalmente formalizado como Grupo de Apoio Comunitário – GAC.

Devido à excessiva demanda – individual e coletiva – as atividades do GAC tiveram grande crescimento devido à disposição de recursos, bem como aos problemas urbanos crescentes. Assim, demandas tanto individual quanto coletiva, fizeram com que o GAC ampliasse suas atividades e, em 1985, deu origem à Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC.

²⁹³ GAC faz reunião hoje e discute plano de creche, *Diário Mercantil*, 25 out. 1983, p. 5; NÚCLEO abre campanha para instalar creche, *Diário Mercantil*, 30 out. 1983, p. 5.

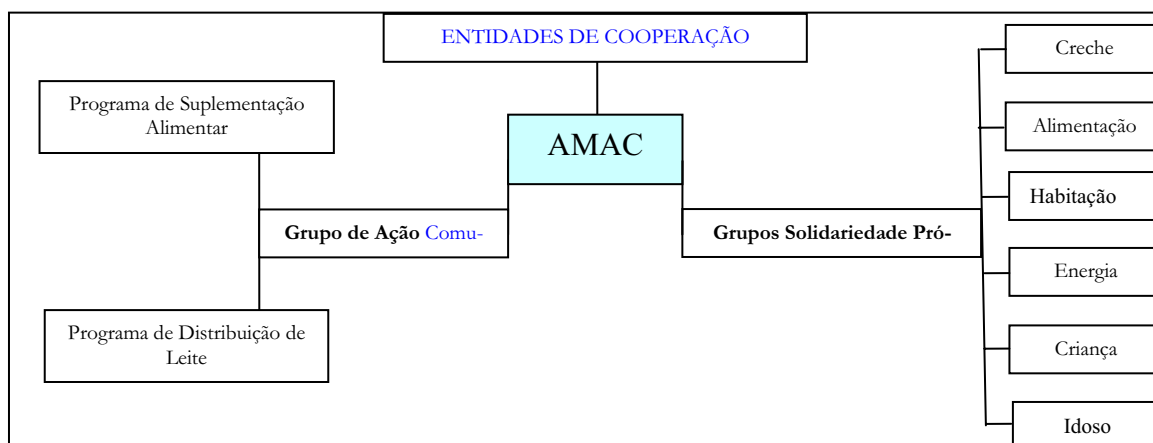
e) Associação Municipal de Apoio Comunitário

Pelo que se pode apreender com base nos jornais, a AMAC funcionava sob os mesmos fundamentos que o Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social fundado na administração PDS: buscava centralizar e integrar programas em prol das comunidades carentes periféricas, estimulando a participação comunitária e racionalizando a captação e aplicação dos recursos através de execução de projeto de assistência que passavam sobre seu crivo.

Havia diferenças entre o Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social e a AMAC. O CEAPS era uma entidade ligada diretamente à Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social e atuava, sobremaneira, com as entidades consorciadas, mormente as filantrópicas. Já a AMAC buscava na participação comunitária, a linha de atuação ligada diretamente à Prefeitura. Grosso modo, a Associação centralizou a ação comunitária que se implantava de forma pulverizada nas diferentes regiões da cidade, objetivando captar e racionalizar os diferentes recursos públicos e privados antes aplicados em inúmeras ações realizadas por diferentes órgãos e entidades.

Criada em 1985 com a aprovação da Câmara Municipal, a AMAC, associação civil com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituía-se por sócios e era dotada de vinculação orçamentária do poder público municipal, além de sistema de convênios com outras instâncias do poder público federal e estadual. Conforme o estatuto, sendo uma instituição de caráter privado, podia deliberar ações administrativas, sem precisar se ater aos entraves burocráticos que prejudicariam as ações consideradas emergenciais às comunidades carentes. A ela atrelou-se o GAC e seus diferentes programas – de Suplementação Alimentar e de Distribuição de Leite e os diversos Grupos Solidariedades, conforme a estrutura organizacional representada na figura 01.

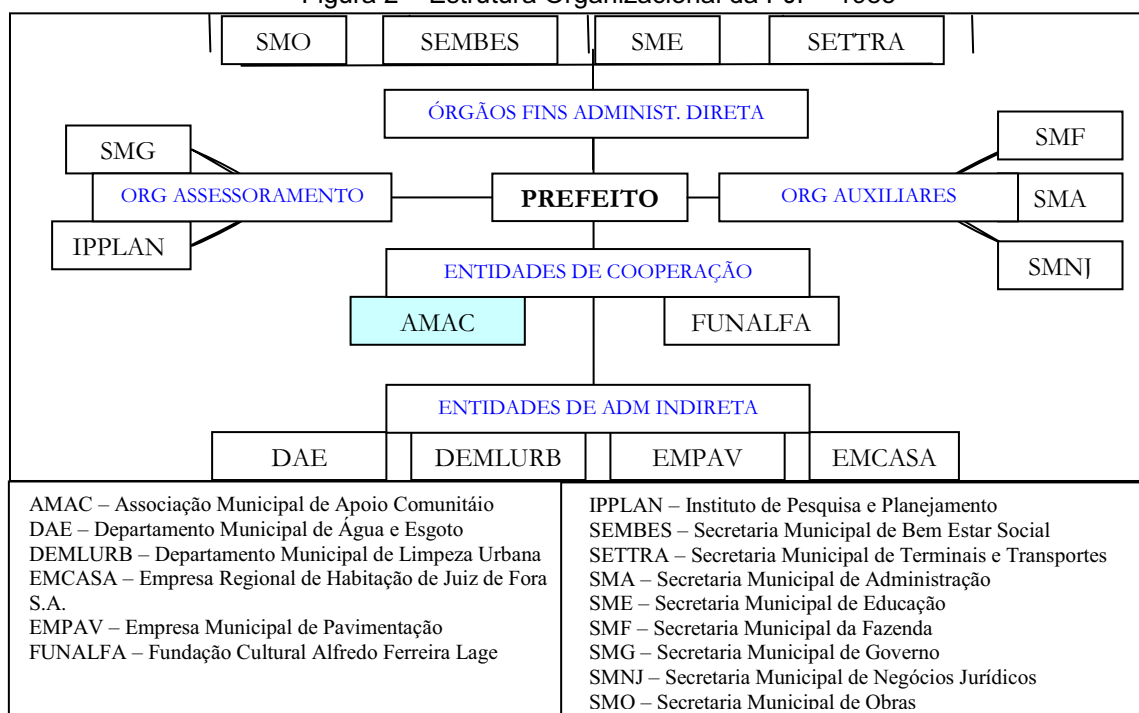
Figura 01 – Organograma Administrativo da AMAC - 1985



Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

A institucionalização da AMAC agregou à estrutura organizacional da Prefeitura de Juiz de Fora – figura 02, o processo de modernização administrativa na qual a reestruturação e alocação dos órgãos buscava diminuir a morosidades no trato às demandas da população. Isso conduziu o poder público ao acesso direto às reivindicações, bem como à organização das demandas emergentes, a passo que centralizava os programas e investimentos da área social²⁹⁴. Para além, a introdução da AMAC como entidade de cooperação, ligada diretamente à Prefeitura (figura 02). A AMAC permitiu suplantar uma rede de experiências co-gestionárias que congregou diferentes segmentos sociais juizforanos, mediante a participação da população nos mutirões e nos próprios Grupos Solidariedades.

Figura 2 – Estrutura Organizacional da PJF - 1985



Fonte: Base de dados documental desta pesquisa Ver: DELGADO, Tarcísio. O Caminho Novo: exemplo de administração democrática e eficiente. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1988.

Além da AMAC, a Secretaria de Bem Estar Social também desenvolvia ações em prol da infância. A concomitância de ações na área social por instâncias diferentes ligadas à PJF operou polêmica, pois ocorria justaposição de funções; fato, inclusive, denunciado nos jornais locais a partir dos argumentos da bancada oposicionista da Câmara.

²⁹⁴ TM 06 1 1985 p.7

Como é possível vislumbrar, para além dos conflitos instaurados quanto ao papel e funcionamento da AMAC, uma densa rede de assistência social estava se formando e se implementando quando de sua criação, o que favoreceria não somente a centralização de recursos e ações, mas também de grupos ligados à filantropia, caridade, dentre outros. No conjunto dos programas alocados em sua estrutura estava o Programa de Creches, ou apenas, Pró-Creches.

f) Programa de Creches

Emblemático conforme apontava o ex-prefeito do PMDB devido ao êxito organizacional e efetivo atendimento aos objetivos propostos, o Programa de Creches desenvolvido pelo Grupo Solidariedade Pró-Creche – GSPC, foi pioneiro no país, segundo apontamento do Planejamento Estratégico da AMAC/PJF publicado em 2002. O GSPC iniciou suas atividades com um número reduzido de profissionais qualificados e com instalações provisórias, porém com a repercussão encontrada na sociedade, o Programa alcançou alto patamar organizacional aprimorando seu quadro profissional²⁹⁵, oferecendo assistência psicossocial, pedagógica, médica, odontológica, nutricional, além de conseguir manter baixos custos operacionais (DELGADO, 1988).

Costa (2006), ao mapear o arquivo do Programa de Creches da AMAC, descreve que o alto número de crianças carentes, sem alimentação adequada e sem assistência psicossocial e médica, foram o mote para que, em 10 de outubro de 1983, ocorresse a primeira reunião que congregou diferentes segmentos da sociedade em prol da criança pobre.

Oficialmente, ao integrar o Programa Especial de Integração de Creches e Pré-Escolar, através da portaria nº. 922 da Prefeitura, “o Movimento de Creche”, como era também era denominado o Grupo, “passou a organizar, junto às forças representativas das comunidades periféricas, creches comunitárias” (COSTA, 2006, p.32). A inspiração deste modelo de creche veio da Prefeitura de Joinville, na qual, perante a composição de uma equipe multidisciplinar que assessorasse as comunidades, as mesmas poderiam ser co-responsáveis por todo o processo e manutenção das unidades²⁹⁶.

As ações do Grupo Solidariedade Pró-Creche foram extensas e abrangeram de forma mais intensa os primeiros anos da administração peemedebista. Foram mutirões

²⁹⁵ Os profissionais eram cedidos pela SEBES mediante convênio, porém em 1º de maio de 1987, o quadro de profissionais foi transferido para AMAC sem as devidas dotações orçamentárias. (JUIZ DE FORA, s.n.t).

²⁹⁶ MOVIMENTO de Solidariedade quer inaugurar três creches. *Tribuna de Minas*. 10 d mar. 1984. p.8.

para arrecadação de utensílio, roupas, material escolar, móveis; enfim, tudo que pudesse ser utilizado nas creches que seriam implantadas²⁹⁷. Além dos Mutirões da Criança, realizava-se todos os anos a Festa das Nações²⁹⁸, bazares, campanha de contribuintes, dentre outros. Estas promoções eram realizadas com apoio de voluntários e, sobretudo, pelas comissões pró-creches dos bairros (COSTA, 2006).

Apesar da manutenção das creches ter se efetivado a partir das campanhas, havia também outras formas de subvenção junto à AMAC para a continuidade e manutenção do Pró-Creche, por exemplo, os repasses de recursos conseguidos através do Fundo de Assistência Social, da Legião Brasileira de Assistência, FEBEM, Secretaria Especial de Ação Comunitária²⁹⁹ e Serviço Voluntário de Assistência Social³⁰⁰. Por outro lado, as contas de luz, água, aluguel e materiais diversos das creches já instaladas ficavam a cargo da comunidade³⁰¹. Já a PJJ, além da assessoria técnica realizava a contratação, treinamento e pagamento de pessoal.

Operacionalmente seria necessário que as comunidades com demanda tivessem as mesmas organizadas por suas lideranças e que a região fosse comprovadamente carente (COSTA, 2006). As inscrições das famílias que desejassem colocar seus filhos na creche só eram feitas mediante o enquadramento nos critérios de comprovação de vínculo empregatício da mãe, fosse este formal ou informal, bem como pela possibilidade de pagamento de taxa mensal (ibid).

Em síntese, conforme disposto por Costa (2006) os princípios básicos que nortearam o Programa de Creches foram: valorizar a participação comunitária; aproveitamento da rede física existente no bairro; seleção e formação de pessoal³⁰². Decorreu a implantação de 14 Creches Comunitárias em bairros periféricos, no decurso da administração peemedebista, conforme o quadro 06.

²⁹⁷ jornais

²⁹⁸ CEAPS muda estatuto para ampliar atuação. *Tribuna de Minas*. 03 de abr. 1984, p.7.

²⁹⁹ CONVÊNIO garante novas verbas para creches. *Tribuna de Minas*, 29 de jun. 1987, p. 03.

³⁰⁰ PRÓ-CRECHE renova convênio. *Tribuna de Minas*. 08 de abr. 1986, p.8.

³⁰¹ GRUPO pró-creche faz mais duas inaugurações. *Tribuna de Minas*. 01 de fev. 1984, p.8.

³⁰² Os critérios de seleção eram técnicos, porém priorizavam pessoas da própria comunidade, as quais passariam, após seleção, ao treinamento básico com noções de psicopedagogia, nutrição e saúde (COSTA, 2006).

QUADRO 06 – Lista Creches Comunitárias, por localização e ano de criação

CRECHES COMUNITÁRIAS	LOCALIZAÇÃO	Ano de Criação
C. C Barbosa Lage	Barbosa Lage	1984
C. C. Ipiranga	Ipiranga	1984
C. C. Maria Nazareth Nogueira	Monte Castelo	1984
C. C. Linhares	Linhares	1985
C. C. Armando Morais Sarmiento	Cerâmica	1986
C. C. Antônio Vieira Tavares	Benfica	1986
C. C. Luiz Ernesto Bernardino Alves	São Mateus	1986
C. C. Prefeito Olavo Costa	N. Sr ^a . de Lourdes	1986
C.C. Leila de Melo Fávero	São Pedro	1988
C. C. Cônego Francisco Maximiano de Oliveira	Centro	1988
C. C. José Goretti	Vitorino Braga	1988
C. C. José Herculano da Cruz	Santa Cruz	1988
C. C. Monteiro Lobato	Manoel Honório	1988
C.C. N. Sr ^a . de Fátima	Jardim Esperança	1988

Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF. *Relatório de Pesquisa do Projeto Interação*. Juiz de Fora, MG: UFJF, p. 17, 2002.

As ações do Pró-Creche não ficaram restritas às crianças menores de 6 anos, incluíram aquelas inscritas que completaram sete anos, as quais era oferecido reforço escolar, brincadeiras educativas e pedagógicas³⁰³, como forma de complementar a formação escolar que receberiam de outra instituição. Ofereciam, também, cursos profissionais para mães com vistas a oportunizar-lhes o aprendizado de atividades dentro do mercado formal³⁰⁴, dentre outros.

6.3 - Movimentos Sociais

Os movimentos sociais marcaram presença não só pela assunção da variedade temática que encavam em suas reivindicações, mas também pelas diferentes frentes representativas a que a infância estava direta ou indiretamente ligada, como por exemplo, a defesa dos direitos humanos, o direito da mulher, a melhoria das condições de vida das comunidades periféricas, dentre outros, a seguir abordados.

6.3.1 – Movimento Unibairros

O Movimento Unibairros, conforme o estatuto registrado no ano de 1984, definiu-se como Associação Civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos (art. 1º), cuja natureza de suas ações situava-se mormente na “prestação de serviços à comunidade”.

³⁰³ CRIANÇAS ganham nova programação. *Tribuna da Tarde*. 06 de jan, 1988. p. 4.

³⁰⁴ PRÓ-CRECHE tem curso de cabeleireira. *Tribuna de Minas*. 17 de jul, 1988, p.4.

de” (art. 3º). Um ano após este registro, através da lei 6.550, promulgada em junho de 1984, foi considerado de utilidade pública³⁰⁵.

Originalmente, o Unibairros foi um movimento de base formado por representações de diversos bairros da periferia de Juiz de Fora, sobretudo jovens vinculados à Igreja Católica, influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base. As ações assistencialistas e mobilizatórias, tanto nas comunidades que pertenciam como em outras do entorno, eram realizadas através de teatro, música, arte e poesia; sempre dedicados a melhorar as condições de vida de suas comunidades.

A partir de um encontro realizado em 19 de outubro de 1980, visando a socialização das experiências comuns entre os grupos, deliberaram pela publicação do primeiro número do Jornal Unibairros que teve como objetivo primeiro concretizar, via divulgação impressa, os objetivos daquele incipiente movimento, que eram: a conscientização e socialização dos problemas sociais recorrentes na periferia juizforana, bem como as experiências alternativas para a resolução destes, através da união e luta coletiva dos moradores (UNIBAIRROS, 1980, editorial)³⁰⁶. Diga-se de passagem, esta foi a bandeira que se manteve ao longo dos anos de atuação do Movimento e das publicações do Unibairros.

Quando a gente, pessoas e grupos da periferia de J.F., resolvemos fazer um jornal, o objetivo que tínhamos era divulgar a situação precária que encontra nossos bairros e o que nós temos feito para solucionar estes problemas. (...). A proposta do “Unibairros” é unir todos numa mesma luta, pois vemos que a causa destes problemas é a mesma é o desinteresse das autoridades para com a periferia, onde moram os trabalhadores e operários (UNIBAIRROS, 1981, nº12)³⁰⁷.

Primeiramente, baseando-se nas informações contidas no jornal, desde sua primeira edição, é possível apreender o âmbito agregador de mobilização e participação que permeou toda a ação do referido movimento, afirmando sempre a necessidade de união entre os moradores e de visibilidade desta, a partir de ações coletivas concretas, para a resolução dos problemas que os acometiam.

A partir da mobilização voltada para os jovens das comunidades periféricas, o Unibairros incentivou a formação e a expressão de outros segmentos nos bairros, ora porque os grupos jovens agregavam-se aos outros movimentos já existentes em suas comunidades, realizando parcerias; ora configurando-se força combatente e contrária àqueles pouco atuantes e representativos, gerando conflitos e provocando a reestruturação dos

³⁰⁵ UNIBAIRROS, *Estatuto do Unibairros*, Juiz de Fora, 1980.

³⁰⁶ UNIBAIRROS, *Jornal Unibairros*, nº 1, ano I, 1980.

³⁰⁷ UNIBAIRROS, *Jornal Unibairros* nº 12, ano II, 1981

mesmos. Assim, o Unibairros, via dois mecanismos, construiu parte de sua trajetória: a primeira via publicações, através do jornal, cartilhas e folhetos; a segunda, voltada para ações corpo-a-corpo com os moradores.

As publicações, que por vezes se colocavam de encontro às promessas eleitoreiras cobrando ações efetivas e denunciando o descaso do poder público quanto às demandas dos bairros, apontavam também a própria atuação do movimento Unibairros na resolução de seus problemas, exaltando, inclusive, aquelas atuações organizadas por meio da ação coletiva e participativa. Por outra via, através da presença nos bairros, por meio de visitas de seus representantes ou por uma atuação mais preponderante por meio de palestras, teatro, encontros culturais ou mesmo ouvindo as vozes da periferia, seus reclames, expectativas e anseios, procuravam incitar as comunidades a pensarem sobre suas condições de vida; além disso, estavam presentes nos demais movimentos sociais e grupos de interesse atuantes no município e fora dele, por meio de representantes.

Em vários momentos de avaliação das ações, o próprio Unibairros percebeu a legitimidade que foram ganhando junto às lideranças locais e às comunidades juizforana. Conforme seus editores, ao final do primeiro ano

Apesar de tudo a que fomos impedidos, o trabalho não para. Vamos à luta. O jornal conseguiu sua penetração onde se faz necessário, a periferia da cidade; caminhando junto aos moradores, promovendo shows, cinema, teatro, enfim, criando dentro de suas limitações, oportunidades de participação dentro da comunidade, contribuindo assim para a transformação da sociedade (UNIBAIRROS, n.º 09, 1981, p. 8)³⁰⁸.

Aparentemente o que se tem nas publicações é um agregado de noticiários das periferias juizforanas e, igualmente, a própria história do movimento Unibairros que veio se consolidando desde 1980; entretanto, para além das diversas temáticas abordadas nas colunas, apresenta-se inclusive o olhar do Movimento Social Urbano em constituição em Juiz de Fora – ou Movimento Popular, como denominavam – para si, para suas demandas e proposições desenvolvidas por meio do intercâmbio de experiências, necessidades e iniciativas de socialização, visibilidade e registro das reflexões³⁰⁹.

³⁰⁸ UNIBAIRROS, Jornal Unibairros, n. 9, ano I, 1981, p.8.

³⁰⁹ É justamente, via o olhar reflexivo, cabidamente tecido nos editoriais, mas também presente nas diversas colunas, que talvez seja possível fazer um exercício de captar as concepções, os valores, os princípios, as articulações, os conflitos, as limitações e os avanços do Movimento Social Urbano Juizforano. Talvez seja possível ainda, apreender a forma como vislumbravam a participação, a organização política, as relações de poder, os demais movimentos sociais; e, quiçá, perceber, conforme empreendeu Eder Sader (1988), algumas matrizes discursivas – como a feministas, a religiosa, a capitalista, dentre outras – constituintes e reconstituídas no e pelo Movimento Unibairros, o fazendo ser protagonista da História

Efetivamente, pode-se considerar que as ações realizadas direta ou indiretamente pelo Unibairros foram propagadas das mais diversas formas, cabendo ao Jornal grande peso de sistematização das ações, agregando desde o incentivo à mobilização de lideranças nas comunidades voltadas para as próprias problemáticas comunitárias àquelas referentes a questões de raça, gênero, liberdade, dentre outros, destacando-se mutirões; incentivos à criação, reativação ou reestruturação de SPMs; ações comunitárias através de eventos esportivos, teatrais, recreativos e de saúde; organização de Centros Comunitários; Grupos de Reflexões e Clube de Mães; Lançamento de Cartilhas sobre mobilização comunitária e Livros de Poesias; atos públicos; constituição de Comitês; e outros.

Em sendo espaço de exposição dos problemas sociais que assolavam as comunidades periféricas, o Jornal também serviu, obviamente, como canal de denúncia e por isso, não menos incisivos, estabeleceu conflitos com a Prefeitura de forma direta e também a seus mais diversos órgãos; incluiu no rol de conflitos também a polícia, a Federação de Bairros, alguns sindicatos taxados como não combativos e pelegos, Partidos Políticos e Empresários locais – como já abordado anteriormente – e, por conseguinte, com os considerados aliados destes segmentos.

De forma geral, o impresso Unibairros, com matriz foto-copiada em papel tamanho ofício, numa média de oito páginas por edição, configurou-se não só como fonte de informação para a população, mas também como espaço de intercâmbio, avaliações e denúncias que propiciaram ampliar o debate de pequenos grupos, levando-os a um debate público mais complexo. O movimento Unibairros, efetivamente proporcionou e incentivou a construção de novos espaços de sociabilidade nas periferias juizforanas, agregando diferentes segmentos sob a flâmula da coletividade e da participação.

Especificamente quanto às demandas presentes no jornal Unibairros, cabe ressaltar, primeiramente, que a primeira edição foi lançada dois anos antes do término da administração municipal do PDS (1976 – 1982) e manteve sua publicação durante toda gestão do PMDB (1983-1988). Portanto, por questões óbvias, estão descartadas análises meramente quantitativas destas demandas. Apresenta-se a perspectiva gráfica com o intuito de organizar e facilitar a visualização das pautas reivindicatórias, suas regularidades entre o mesmo conjunto de demandas, nas duas administrações municipais, buscando entender as mazelas do campo social que se pretende esboçar e, sobretudo localizar o debate acerca do atendimento à infância.

do país. Cabe, portanto, à outras pesquisas, com enfoques que se debrucem em trajetórias societárias e,ou outras perspectivas de investigação, desvelarem esta história.

Aqui seria importante, mesmo que em linhas gerais, apontar as noções de reivindicações e demandas; para tanto, Veiga (2005), em sua análise sobre o Movimento de Luta Pró-Creche de Belo Horizonte, apresenta substancial contribuição quando ressalta a importância de uma reivindicação ganhar relevância social e política, transformando-se em demanda e, portanto, sendo legitimada no espaço social. Para a pesquisadora, a demanda, intentada a partir de necessidades individuais, é a forma concretizada de determinada necessidade. Esta forma concretizada da necessidade, quando legitimada por meio de um coletivo organizado que a vê como ponto comum de luta, enfoca o véu da política, o que a torna questão socialmente problematizada – seja por ser em si uma ação de direito do cidadão, seja por se tratar de um objeto de direito daquele. Isso implica considerar que a necessidade, premente individual, pode ser organizada coletivamente, ganhando visibilidade e legitimidade, transformando-se em reivindicação.

Com base nessa breve distinção, o que se percebeu é a existência de uma lista extensa de diferentes necessidades pulverizadas nos bairros e demandadas por diferentes agentes sociais coletivos ou não. Estas foram tomando corpo de reivindicação quando expostas e publicizada pelo Unibairros, ganhando legitimidade tanto nos diversos espaços físicos reais como em atos públicos, reuniões com representantes e com poder público, ruas de lazer, mutirões, dentre outros; assim como no espaço virtual, através das publicações no jornal, folheto, informativos, cartazes, nas músicas e nos teatros da periferia. Todavia, não se acredita que este Jornal captou o universo de demandas do município de Juiz de Fora, naquele período, uma vez que existiam limitações variadas, indo desde aquelas de ordem geográfica às filiações e seletividade na sistematização das demandas possíveis e na própria divulgação do jornal³¹⁰.

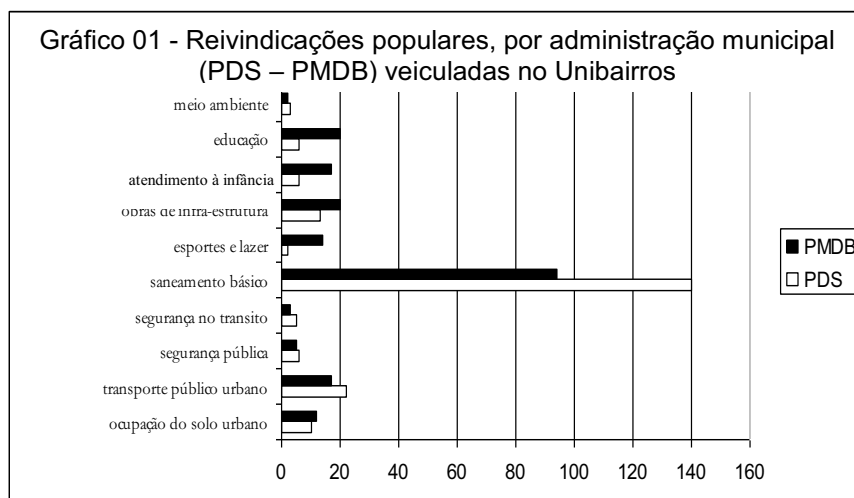
As necessidades e apelos foram agrupadas por demandas e depois reagrupadas por pautas reivindicatórias, conforme o apelo empreendido pelo Jornal. Isso significa, por exemplo, que na categoria de reivindicação “atendimento à infância” ficaram agregadas às demandas por área de lazer, mediante as justificativas descritas no conteúdo do jornal, atrelando-a às necessidades de espaços de recreação para crianças; por outro lado, esta também foi a demanda específica contabilizada na reivindicação “esportes e lazer”.

O apanhado das principais demandas apresentadas no Jornal Unibairros, revela vários conjuntos de reivindicações incorporadas tanto à pauta do jornal, bem como à a-

³¹⁰ Tal questão poderia ser melhor equacionada num estudo comparativo de outras fontes documentais que também tenha registros das demandas, como os próprios jornais diários de circulação local, as atas do Conselho Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora dentre outros.

genda e discursos dos diferentes agentes sociais coletivos, inclusive do próprio Unibairros. Tais reivindicações formam uma lista mais ou menos constante em termos de frequência no decorrer das duas administrações, não fosse a incorporação de novas demandas em detrimento de outras que deixam de aparecer na gestão peemedebista (1983-1988) tendo como referência exclusivamente as informações do Unibairros.

As reivindicações totalizaram-se em número de dez, categorizadas a partir do conteúdo inscrito nas quarenta e uma edições do jornal Unibairros analisadas, sendo que dezesseis deles referiam-se temporal e discursivamente à gestão do PDS, e as outras vinte e três referentes ao PMDB, conforme o gráfico 01.



Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

Os números apresentaram frequências de reivindicações aproximadas entre as duas administrações ponderando algumas temáticas, porém há discrepâncias em outros casos, consideradamente aqueles referentes à “educação”, “atendimento à infância” e “esporte e lazer”, com números superiores na administração do PMDB; e saneamento básico, mormente na administração do PDS, fato que vai ao encontro com as características e metas de cada administração.

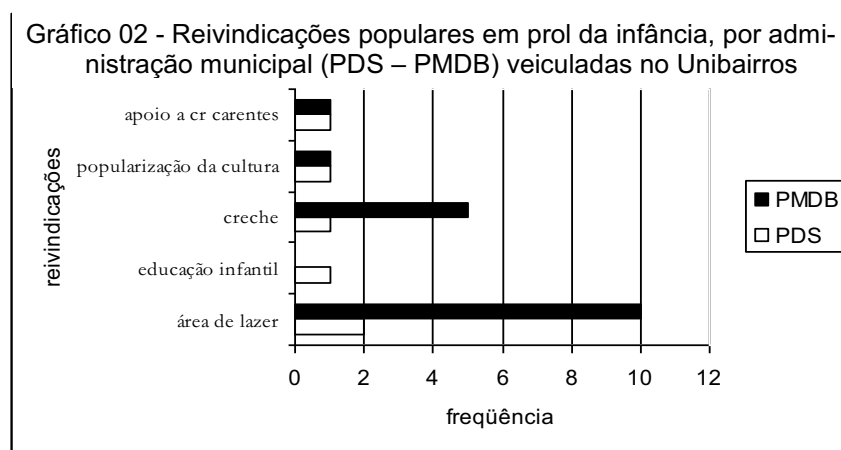
Numa análise mais detida quanto ao saneamento básico, em que se inscrevem as demandas por urbanização de ruas, iluminação pública, rede de esgoto, canalização de córrego, coleta de lixo, dentre outras, tem-se que esta reivindicação aponta considerável relevância quando, na administração do PDS, mesmo com um número menor de publicações do Unibairros, apresenta frequência igual a 140 registros, em detrimento daquela contabilizada no decorrer da gestão da administração peemedebista, totalizando 94 registros. Diga-se de passagem, além do menor número de demandas para esta administração em relação à anterior, há comunicações expressivas, principalmente nos dois primeiros

anos, sobre as “conquistas” – como denominavam os editores, lideranças e moradores – das comunidades quanto ao saneamento, empreendidas na administração do PMDB.

Quanto a isto, aqui cabem algumas considerações relevantes para o entendimento deste quadro de discrepância. A primeira faz alusões às obras megalomaniacas empreendidas pela administração do PDS, deixando os bairros periféricos aquém de sua atuação, expandindo assim, reclamações e protestos e as próprias demandas. A segunda aponta a existência de um dado circunstancial ocorrido na administração do PMDB: o sistema de mutirões – emblemático, na avaliação do prefeito desta administração – no qual“(...) a comunidade assume papel ativo na solução de seus problemas (...)” (DELGADO, 1988, p. 53) hierarquizando suas demandas e fornecendo, além das deliberações junto aos técnicos do poder público, a mão-de-obra nas frentes de trabalho para calçamento de ruas, rede de esgoto, canalização de água, etc. Considera-se, então, a possibilidade das demandas registradas no Unibairros, especialmente nos anos iniciais da referida gestão, estarem vinculadas à realização dos mutirões, sendo este, portanto, o motivador do desvelo de necessidades incipientes das periferias juizforanas. No decorrer de toda gestão foram contabilizados 931 frentes (AMAC/PJF apud Delgado, 1988, p.54).

Atendo-se às reivindicações em prol da infância, o jornal Unibairros apresentou demandas para este segmento, conforme demonstra o gráfico 02. Temas como teatro e recreação despontam, mesmo que timidamente, ampliando os espaços públicos para a infância e, ao mesmo tempo, problematizadora da questão do apoio à criança carente, fazendo alusões à segregação com a criação de centros de atenção ao menor abandonado.

O registro da ampliação dos espaços públicos para infância tem relevo nas publicações daquele jornal quando se focaliza a demanda por creches. Conforme o Unibairros, foram cinco registros durante a administração do PMDB, enquanto na anterior constatou-se apenas um.



Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

A significativa demanda por creches no período de 1983 a 1988 não pode ser dissociada dos debates embrionários desenvolvidos por intelectuais, sindicalistas, empresários, juristas, médicos, filantropos e educadores nos anos de 1981 e 1982, conforme mapeado nos jornal *Diário Mercantil*. Naquele momento, sem a definição objetiva acerca do papel do poder público quanto ao atendimento das demandas pelo atendimento à infância, várias iniciativas foram registradas, como já descrito, sobretudo, pelos seguimentos caritativos e privados.

6.3.2 - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

Com ações desde 1979, o CDDH-JF, ligado à Arquidiocese local, obteve registro oficial em outubro de 1981, e no decurso de sua trajetória prestava assistência jurídica às pessoas necessitadas, bem como orientação e consulta sobre direitos humanos e atuação pública, sobretudo com denúncias diversas.

A composição da diretoria cujo quadro era composto pelo Arcebispo, enquanto presidente do Centro, inscrevia, dentre outros, Guilherme Salgado Rocha e Gabriel dos Santos Rocha³¹¹; ambos membros militantes do movimento Unibairros, sendo que o primeiro também foi jornalista do diário de circulação local *Tribuna de Minas*, onde produzia matérias com fortes denúncias contra a falta de assistência do poder público à comunidade carente da periferia³¹².

Os jornais locais registram algumas ações do CDDH-JF em prol da criança juiz-forana. Funcionalmente estruturado por departamentos, dispunha de grupos de trabalho lotados no departamento dos Meninos de Rua³¹³ e departamento da Criança³¹⁴, cujas tarefas compreendiam desde palestras em escolas, até mesmo denúncias acerca da falta de oferta de serviços para este segmento social.

Apoiando as ações do Grupo Solidariedade Pró-Creche, por exemplo, formou uma comissão para catalogar o material doado durante a intensa campanha Mutirão da Criança cujo objetivo foi arrecadar doações diversas para a manutenção das creches comunitárias em fase de implantação³¹⁵.

³¹¹ Também conhecido pelo codinome Biel, antes articulador do jornal Unibairros e jovem militante do movimento de mesmo nome, mantém o movimento até os dias atuais; na formação da última Câmara foi deputado estadual, além de ter sido vereador pelo Partido dos Trabalhadores durante duas gestões seguidas.

³¹² DIRETORIA do CDDH eleita por aclamação. *Diário Mercantil*. 14 de jan. 1982, p.1.

³¹³ CRÍTICAS ao CDDH – mais trabalho. *Tribuna de Minas*. 05 de mai. 1985, p.4.

³¹⁴ MENOR abandonado é tema hoje no Magister. *Tribuna da Tarde*. 07 de abr. 1987, p.3.

³¹⁵ CDDH denuncia despejo de creche em Grama. *Diário Mercantil*. 20 de nov. 1983. p.7.

O CDDH insistia nas denúncias quanto ao descaso com a infância. Em determinada situação procedeu à denúncia de despejo de crianças do prédio que abrigava uma creche na periferia juizforana, fato considerado irônico, ocorrido justamente no mesmo dia em que a Prefeitura de Juiz de Fora abria a campanha para a criação de creches comunitárias na cidade. Agregava ainda, em certas ocasiões, o papel de mediador dos conflitos, como foi o caso do evento anterior, cuja ação do secretário do CDDH definiu junto ao proprietário do imóvel em que situava a creche, as condições de saída das 30 crianças atendidas³¹⁶.

A questão do menor também era defendida pelo CDDH, quando, por exemplo, na ocasião da criação do Centro de Triagem em Juiz de Fora, momento no qual os argumentos apresentados pelo Centro de Defesa foram provocantes; diziam que a triagem e os encaminhamentos não resolveriam o problema do menor, antes, resolveria o problema da sociedade³¹⁷.

Em 1987, aproveitando o ensejo da Campanha da Fraternidade, o Departamento da Criança, junto à Renovação Cristã do Brasil, promoveu um painel sobre o Menor Abandonado, com oferecimento de palestras e seminários, como forma de adensar as atividades para este segmento conforme já vinham desenvolvendo, como as palestras em escolas públicas, por exemplo³¹⁸.

6.3.3 - Centro da Mulher Mineira

O Centro da Mulher Mineira – CEMM – promoveu em outubro de 1980 uma mesa redonda com pessoas ligadas às creches das cidades de Belo Horizonte e Juiz de Fora, com vistas a debater o problema atual destas instituições³¹⁹. Este foi o princípio da incorporação de um debate no qual, no decurso dos anos seguintes, encampou o discurso do Centro, sobretudo quanto aos direitos trabalhistas das mulheres. Afirmava a presidente do CEMM ao jornal local, ao retornar do I Congresso da Mulher Mineira ocorrido em Belo Horizonte, em 1981, “além de lutarmos pela criação de creches queremos uma efetiva fiscalização do cumprimento da lei existente sobre isso” (CENTRO... 1981, p.5).

³¹⁶ Op. Cit. ³¹³

³¹⁷ É PRECISO mais sensibilidade com o menor. *Tribuna de Minas*. 23 de mar. 1985, p.6, geral; MENINOS de rua: Imagem permanece com nova fórmula. *Tribuna de Minas*. 23 de jul. 1985, p. 6, especial.

³¹⁸ Op. Cit. ³¹²

³¹⁹ MULHERES querem creches coluna. *Diário Mercantil*. 17 de out. 1980, coluna dia-a-dia.

A manchete intitulada *Centro da Mulher quer mudar a lei de creches*³²⁰, na qual a reportagem veiculava o questionamento da limitação da lei federal de 1943 ao que se referia à obrigação das empresas em oferecer creches para mulheres de seu quadro de pessoal. Segundo o Conselho, a Lei, além de não ser respeitada, imputa à empresa infratora baixo valor da multa; fato que, aos olhos dos membros do Conselho, facilita o comodismo da empresa ou a criação de creches fantasmas.

Como prova do descumprimento à Lei apontaram para o fato de que em Juiz de Fora não existia nenhuma creche, tampouco algum convênio firmado entre as indústrias e firmas. Nesse sentido, o CEMM reiterou a necessidade de expandir o atendimento às crianças até completarem a idade escolar, entendendo ser uma forma de substituição da atenção sistemática materna. Para tanto, empreendeu o chamamento da sociedade à luta para a efetivação deste direito, encarado pelo Conselho como tema de responsabilidade coletiva (Loc. cit.).

6.3.4 - Associação da Mulher Juizforana

Associação da Mulher Juizforana, dirigido por uma vereadora da bancada peemedebista, possuía um comitê que atuava juntamente com o CDDH na defesa dos direitos da mulher e também chancelava ações junto ao Centro da Mulher Mineira e demais segmentos voltados para a temática, incluído os debates sobre creches³²¹.

6.3.5 - Associação de Faxineiras e Lavadeiras

Embora não ocorressem registros jornalísticos que apontassem a existência, bem como ações efetivas da Associação de Faxineiras e Lavadeiras, vale a pena ressaltar que no momento em que se reuniram, em maio de 1986, diaristas juizforanas discutiram alguns pontos nefrálgicos que assolavam as famílias pobres brasileiras. Na ocasião discutiram a proposta de criação da Associação para garantir os direitos das diaristas, dentre eles apontavam ser necessária a luta por creches para deixarem seus filhos que, por vezes, ficavam sob os cuidados dos irmãos mais velhos ou vizinhos³²².

³²⁰ CENTRO da Mulher Mineira quer mudar a lei de creches. *Diário Mercantil*. 26 de nov. 1982.

³²¹ MULHERES ganham espaço nacional e vão à luta. *Diário Mercantil*. 12 de set. 1985, p. 6, geral; NAIR Guedes quer ser instrumento de Minas. *Diário Mercantil*. 14 de set. 1985, p.6, geral.

³²² PROFISSÃO – Mais conscientes, faxineiras e lavadeiras vão à luta por seus direitos como mulher e trabalhadoras. *Tribuna da Tarde*, 06 de mai. 1986, p.1, suplemento especial: direito da mulher trabalhadora.

6.3.6 – Sociedade Pró-Melhoramentos

Os movimentos populares tradicionais da cidade, sobretudo as Associações de Bairros e Sociedades Pró-Melhoramento foram, a partir do final da década de 1970, influenciados pelos elementos dos chamados novos movimentos sociais, sobretudo caracterizando a criação de um movimento mais sólido em Juiz de Fora concernente às questões urbanas. Para organizar e coordenar a proliferação destes, foi criada a Federação de Bairros de Juiz de Fora; esta, por divergências políticas, se dissipou dando origem à União Juizforana de SPMs e a Federação de Bairros de Juiz de Fora. O principal destaque foi e continua sendo a União Juizforana, que passou a dividir as filiações de forma indireta com o Unibairros. Ambas se propuseram, na década de 1980, a ser espaços de discussão e debate, troca de experiências e manifestações da cultura e da informação entre os moradores da periferia e, sendo o último, principal representante em encontros e eventos estaduais e nacionais.

Dentre as diferentes conquistas apontadas nos jornais, reiteradas pela publicação de Teixeira (2004), foi possível vislumbrar a busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades. Neste ínterim está evidente a reivindicação pelo atendimento à infância, especialmente mediante a solicitação de implantação de escolas e creches.

Da referida pesquisa pode-se destacar, nos depoimentos das lideranças de diferentes bairros entrevistados, afirmações que apontam, dentre as conquistas, as creches.

(...) conta da organização da SPM do Bairro Santa Cecília em 1983 e do registro da entidade em 1987. Sua atuação teria começado em 1979 em função das dificuldades vividas no bairro, em movimento das suas moradoras por creches. Vinte anos depois disso fundou uma creche cooperativa (...). Suely Gervásio (...) venceu, segundo afirma, as dificuldades de ser mulher e negra, e seguiu o exemplo de seu pai que havia participado da SPM do Retiro. Foi vice-presidente da entidade em 1976 (...), relaciona a participação comunitária a um certo tipo de devoção, sacrifício exigido, mas a conquista da creche, da urbanização de parte do bairro e a ampliação da Escola Estadual Batista de Oliveira foram momentos marcantes (...). Conta desde esse período uma série de conquistas da entidade [referindo-se à SPM do bairro Linhares, a partir de 1983]: saneamento; os primeiros mutirões de Juiz de Fora, em Linhares e Granjas Betânia; as oito escolas públicas, sendo uma estadual, todas situada no bairro; e duas creches, uma pública e outra comunitária. (...) O movimento da SPM de Benfica realizava uma reunião por mês em seus primeiros tempos, e distribuía leite e mantimento. A Policlínica de Benfica, creche³²³, casa mortuária e a canalização do córrego são citadas como conquistas do movimento de moradores que teriam sido obti-

³²³ Conforme o jornal local, os moradores já tinham conseguido o terreno doado pela Prefeitura peemedebista, estavam na ocasião, angariando recursos diversos para a construção. BENFICA: bairro-cidade fala das conquistas de sua gente. *Tribuna da Tarde*. 07 de jul. de 1986, p.3, cidade.

das pela reivindicação (TEIXEIRA, 2004, p. 23-26, ênfase do pesquisador).

Por esta via, no mapeamento dos jornais locais foi possível depreender outras ações voltadas para as demandas do atendimento infantil, sendo que a maioria se restringia ao lazer e às creches, conforme se pôde verificar quanto à apuração das reivindicações feitas no jornal Unibairros³²⁴.

Todavia, cabe ressaltar, devido à preocupação com os altos índices de mortalidade infantil, diferentes reivindicações relacionadas às questões de saneamento, como canalização de rede de esgoto, água potável, dentre outros, apareciam vinculadas à saúde e à condição de vida da infância pobre da periferia juizforana, sobretudo com forte apelo imagético no qual crianças apareciam, por exemplo, maltrapilhas, sob valas de esgoto.

Quanto às reivindicações das SPMs, várias foram as reportagens que apontavam o empenho das lideranças no pleito de construção de creches, fosse de forma autônoma, como foi o caso da Creche Arco-Íris no bairro Santa Luzia, fosse pela contemplação da região pelo Programa de Creches da Prefeitura de Juiz de Fora. Nesse sentido, a seguir foram descritas, com base na análise dos jornais locais, apenas aquelas SPMs que de alguma forma fizeram menções ao pleito por creches ou pré-escolas.

Em abril de 1982, a delegação de moradores do bairro Santo Antônio, acompanhado pelo presidente da SPM, esteve junto ao prefeito para a assinatura do contrato como firma vencedora da licitação para a construção do pré-escolar naquela comunidade. Os recursos da referida construção, assim como as demais unidades implantadas na cidade eram oriundos do Projeto Cidade Porte Médio, com recursos a fundos perdidos do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento CPM-BIRD. Na ocasião, a delegação também pleiteou obras de saneamento e energia das ruas principais do bairro³²⁵.

Dentre as reivindicações do bairro Fábrica, estava, no mesmo ano, a quitação da dívida adquirida quando da ampliação da Capela Nossa Senhora da Cabeça; no prédio almejavam instalar uma escola infantil e estruturar o serviço de assistência social para comunidade³²⁶.

A SPM do bairro Santa Cândida, por sua vez, rebatia críticas realizadas pela própria comunidade quanto à falta de empenho no encaminhamento das necessidades da

³²⁴ Cf. gráfico 02.

³²⁵ BAIRRO Santo Antonio ganha seu pré-escolar. *Diário Mercantil*. 11 de abr. 1982, p.4.

³²⁶ SOCIEDADE de bairro quer “pequenas obras”. *Diário Mercantil*. 15 de jun. 1982, p.5.

comunidade. O presidente apontava ser o maior problema daquele período a própria união dos moradores em prol das reivindicações; ainda assim apontava que muito havia sido conquistado, dando ênfase à “escolinha do MOBREAL” que assistia a 70 crianças em idade entre 3 a 6 anos em dois turnos de funcionamento; nas férias oferecia merenda escolar³²⁷. A referida escolinha mobilizou, em 1984, tanto a SPM quanto a própria comunidade que lutava contra a desativação da pré-escola. A mesma funcionava há cerca de 3 anos no bairro e atendia, no ano em questão, a 50 crianças, e foi desativada devido à animosidade da gestão da SPM³²⁸, segundo informações do coordenador do MOBREAL na cidade, em entrevista ao jornal.

No bairro Santa Terezinha, a SPM apontava, em 1984, as conquistas de importantes reivindicações da comunidade, dentre elas o posto de saúde e a creche. No que se refere a última, a presidente considerou que sua instalação no bairro se deu pelo empenho da comunidade nos Mutirões da Criança realizados pelo Grupo Solidariedade Pró-Creche do município e ressalta, “pelo trabalho na campanha do Pró-Creche, conquistamos o direito de nosso bairro também ser beneficiado” (SANTA... 1984)³²⁹.

A Sociedade Pró-Melhoramento do bairro Grajaú e comunidade do entorno, em reunião com a Prefeitura de Juiz de Fora em 1985, optou pela implantação da creche comunitária, na qual, no mesmo prédio determinou-se também o funcionamento do pré-escolar do bairro. Tanto as inscrições para os funcionários que lá atuariam quanto o cadastro das crianças na faixa etária de três meses a seis anos puderam, na ocasião, ser realizadas no Centro Comunitário³³⁰.

Os diretores da Sociedade Pró-Melhoramentos do bairro Santa Luzia solicitaram à prefeitura, em 1988, a ampliação da escola, com vistas ao atendimento da população carente do bairro, colocando a disposição classes de pré-escolar, bem como a extensão de série – quatro últimas séries do 1º grau. Tal solicitação foi encarada, à época, como o cumprimento das deliberações de duas reuniões ocorridas com a participação da comunidade do entorno e cidades vizinhas, bem como SPMs com vistas a implementação do Plano Regional de Expansão de Obras Educacionais que estava a cargo da 10ª Delegacia Regional de Ensino³³¹.

³²⁷ SANTA Cândida rebate críticas de moradores. *Diário Mercantil*. 11 de jul. 1982, p.5.

³²⁸ ESCOLA pára e mobiliza S. Cândida. *Tribuna de Minas*. 02 de fev. 1984, p.7 geral.

³²⁹ SANTA Terezinha luta pelo posto de saúde. *Tribuna de Minas*. 18 de jan, 1984, p. 8.

³³⁰ ALTO Grajaú já prepara a implantação. *Tribuna de Minas*. 06 de mar. 1985, p.6, geral.

³³¹ SANTA Luzia pede mais sacas de aula. *Tribuna da Tarde*. 04 de ago. 1988, p.06. cidade.

Embora não lograsse êxito, todo o embate do Grupo de Apoio Unibairros acerca das deliberações populares para a ocupação de área por obra de equipamento coletivo, cuja comunidade necessitasse, pôde, sobre a premissa das condições reais de democracia e participação, ser entendida também como contribuição, sobretudo, defesa do atendimento à infância.

O Grupo de Apoio Unibairros – GAU, movimento que congregava jovens do Vitorino Braga, com abrangências aos bairros do entorno como Grajaú, Santa Cândida e Santos Anjos realizaram consultas populares específicas, juntamente com outros movimentos e grupos; processo no qual mobilizou cerca de seis bairros e que teve sua deliberação duplamente desrespeitada pelo poder público municipal.

Segundo informações, a prefeitura designou um terreno para a construção de área de lazer naquela região, entretanto, a consulta realizada por meio de eleição, objetivava captar a real necessidade da população local, visto que já existia uma área de lazer no bairro e outra obra da mesma natureza traduziria “mal uso do dinheiro público e também interesse político, uma vez que é totalmente sem utilidade para o bairro” (Tribuna de Minas, 25/08/1985 apud GAU, n.º 8, 1987).

Após a apuração – que não contou com a presença de representantes do poder público, tampouco do presidente da União dos Bairros e Federação do Município de Juiz de Fora, central de bairros do município que foram convidados para tal finalidade – foi eleita, por maioria dos votos, a construção de um posto policial (32,3%). A creche apareceu em segundo lugar das necessidades da comunidade com 17,5% dos votos, e escola profissionalizante (15,4%), seguidos das opções de campo de futebol (10%), pré-escola (8,4%); Centro Comunitário (7,8%), rua de acesso (3,5%) e Igreja (3,5%).

A opção por estas três primeiras obras levou em conta a extensão do terreno a ser construído, a localização do mesmo que fazia divisa com outros três bairros e, a própria deliberação das comunidades. Assim, iniciaram uma mobilização maior, junto as SPMs dos bairros vizinhos e participantes na eleição, bem como grupos jovens para uma maior pressão junto às comunidades engrossando o slogan “Nosso bairro sabe o que é melhor para ele. Nós escolhemos a nossa obra” (GAU, n.º 7, 1985).

A busca por apoio se instalou também através da imprensa, que na semana seguinte comunicava, através de matéria intitulada *Vitorino Braga pede apoio para obra do bairro*, o pedido de envio de cartas e telegramas de solidariedade para a Prefeitura, sendo incisivo em considerar que “fortalecer a luta é fortalecer a idéia de que as classes populares, quando organizadas sabem o que é melhor para ela e que também não abrem mão de

sua autonomia na luta por melhores dias” (Tribuna de Minas, 06 de out. 1985, apud GAU, n.º 8, 1987). A resposta foi imediata e, conforme os registros, solidarizados por diferentes segmentos desde Associações à Sindicatos, Comissões e Conselhos. Em outra matéria, dias depois, o referido jornal divulgava que o relatório do processo eleitoral realizado pelas comunidades foi encaminhado ao prefeito e ao secretário de obras.

Em resposta a todo o manifesto, no final do mês de outubro a Prefeitura iniciou a construção do campo de futebol, considerando todo o processo realizado pelo Grupo de Apoio Unibairros e demais segmentos sociais sem credibilidade, conforme o Superintendente da Associação Municipal de Apoio Comunitário AMAC/PJF. Na avaliação do Superintendente, tratou-se de “um grupo de pessoas querendo fazer política partidária contra a atual administração de brincadeira junto àquelas comunidades” (Tribuna de Minas, 24 de out. 1985 apud GAU, n.º 8, 1987).

Especificamente quanto ao ocorrido, a gestão auto-caracterizada como participativa e democrática, enredada pelo slogan “Todos Juntos” foi duramente questionada pelo GAU, cujo argumento foi a desconsideração não só do processo eleitoral ocorrido, mas do próprio desrespeito às reais necessidades da população. Ficou evidente o jogo de forças e as disputas que se instauram entre poder público e movimentos populares em torno das deliberações, isso indicava a falta de espaços públicos de participação em seu sentido pleno, tanto de público quanto de participação.

De forma geral, dentre estas várias iniciativas, as demandas por creches e pré-escolas, quando organizadas pelas SPM eram acompanhadas por outras reivindicações de ordem infra-estrutural como iluminação, esgoto e canalização de água. Além disso, devido à temporalidade de algumas reportagens, especificamente aquelas que apontavam uma correlação direta da reivindicação da SPM à Prefeitura, é importante considerar a existência, à época, de programas do poder público local em fase de implantação no município. Isto pode ter contribuído para que creches e pré-escolas entrassem na pauta das SPMs não só por serem demanda da comunidade, mas também por constar de equipamento coletivo que traria consideráveis melhorias ao bairro e que, por motivos diversos, constavam no planejamento de obras da gestão municipal.

Isso não significa desconsiderar, todavia, as experiências com órgãos de outras esferas governamentais como àquela empreendida pela SPM do bairro Santa Cândida que cunhou alternativas para o atendimento de suas demandas, junto ao programa federal. Há de se considerar ainda, que mesmo sem ser majoritária na organização e encaminhamento de demandas as SPMs adensaram lutas referente à infância, apoiando as iniciativas co-

munitárias, como foi o caso do bairro Santa Luzia com a construção da Creche Arco-Íris, do Nossa Senhora das Graças com a Dentinho de Leite e a escola Tia Glorinha no Jôquei Clube.

a) Creche Arco-Íris

O caso emblemático foi a movimentação em torno da necessidade de creches, apontada pelo jornal *Diário Mercantil* em 1983³³² e *Tribuna de Minas* em 1984³³³, como o ponto de partida para a criação do Movimento Creche Arco-Íris no bairro Santa Luzia, cujo nome foi dado para a própria creche. Conforme as fontes, um grupo de jovens ligado à Pastoral do bairro e outros segmentos presentes na comunidade, sensibilizados com a carência das crianças, criou uma creche para atender às crianças de zero a seis anos. Para tanto, eram constantes os pedidos de contribuição da comunidade para a efetivação do atendimento.

No início da década de 80, um grupo de militantes católicos ligados à igreja local e com o apoio do vigário, optaram (sic) por ampliar sua ação assistencialista na comunidade através da criação de uma creche (...). Esse projeto unificou as diversas instituições de Santa Luzia como o grupo de consciência negra, a Associação de Moradores, o núcleo do PT e a Sociedade São Vicente de Paula (VISCARDI, 1990, p.142).

A Creche Arco-Íris nasceu da convergência de vários movimento de base, alguns ligados à Igreja Católica, outros aos partidos políticos e foi considerada instituição verdadeiramente comunitária, sendo gerida e gestada pela população de seu entorno, distinguindo-se essencialmente do projeto Programa de Creches da administração peemedebista criado em 1983. Conforme a presidente da Creche Arco-Íris, “a nossa visão era de uma creche da comunidade com participação da prefeitura, e no projeto oficial era de uma creche da Prefeitura com participação da comunidade” (SEBASTIÃO, 1985, p.1).

Esta divergência pragmática gerou conflitos entre a Administração peemedebista e a Creche, sendo que, por entender existir uma filiação partidária da segunda com o PT, a prefeitura negou apoio. Destarte, abrindo mão da liberdade de gerir a creche, os membros alavancaram outras alternativas para angariar apoio do poder público local, porém não logrou êxito aumentando a animosidade entre ambos, mediante criação de creche em bairro adjacente³³⁴.

³³² CRIANÇAS carentes ganham creches em Santa Luzia, *Diário Mercantil*. 28 de jun. 1983, p.5.

³³³ SANTA Luzia ativa a creche e quer ajuda. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 28 de fev. de 1984, p.6; CRECHE tem promoção para nova creche. *Diário Mercantil*. 24 de abr. de 1985, p. 6.

³³⁴ CRIANÇA carente ganha creche em Santa Luzia. *Tribuna da Tarde*. 14 de ago. 1988, p.5, cidade.

Por fim, a prefeitura instalou uma creche em bairro vizinho, esvaziando as demandas de Santa Luzia. Não obstante, os idealizadores da Arco-Íris resolveram mantê-la em funcionamento (VISCARDI, 1990, p.143).

Sem o apoio de órgãos oficiais ou de subvenção, a Creche passou por um processo de reconstrução e ampliação do qual angariou fundamentalmente a participação de diferentes segmentos da comunidade por meio de mutirões, contribuição mensal de mães cujos filhos estavam inscritos na creche, eventos, bazares, contribuição de sócios, dentre outros. Apesar de ter registrado, no ano de 1988, a participação da prefeitura através da prática de conveniamento com vistas à compra de alimentos para lanche das crianças, bem como da própria Legião Brasileira de Assistência, do Lions Clube Redentor, sócio-franceses, contava ainda com a participação de voluntários, sempre requerida apelativamente, inclusive de mães que prestavam serviços para a manutenção da creche (CRECHE... 1988, p. 4). Nesse sentido, Viscardi (1990) afirma, “(...) a creche foi se firmando e se fortalecendo enquanto mais uma entidade organizativa da comunidade” (ibid. p.142).

Enquanto entidade daquela comunidade, a Creche Arco-Íris atuou em diferentes debates em prol da criança carente, por exemplo, quando do debate sobre a Constituinte em 1987, cujo papel prioritário do conjunto de instituições e movimentos sociais que compunham o Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte cerceava mecanismos de maior participação da população. Integrando desde 1985 o Comitê, a Creche Arco-Íris assinava junto aos demais, o boletim lançado sob o título *Conversando Sobre Constituinte*. Tal boletim era distribuído gratuitamente nas comunidades sobre os mais diversos temas que versavam desde a eleição dos candidatos à Assembléia, bem como dúvidas da população (MOVIMENTO... 14 de jan. de 1987, p.05).

As questões relativas direta e indiretamente à infância foram apresentadas nos boletins de nº 17 e 19. O primeiro apresentava as Propostas Populares de Emendas o Projeto de Constituição, cujo conteúdo apregoava, na seção *Direitos do Trabalhador*, condições dignas de trabalho e remuneração salarial mínima capazes de oferecerem lazer, educação, saúde dentre outras condições de sobrevivência para a família do trabalhador (Art. 01, inciso I); salário-família concernente ao valor de 10% do salário mínimo por filho menor de 14 anos (Art. 01 – inciso II); licença remunerada antes e depois do parto para gestantes (Art. 01 – inciso XII); proibição de trabalho a menores de 14 anos (Art. 01 – inciso XIX); garantia de manutenção de creche e pré-escolas por parte do empresariado

no caso dos filhos e dependentes de seus empregados e, no caso dos trabalhadores rurais autônomos, este seria de competência do Estado (Art. 01, inciso XXVII).

Já no segundo boletim, após recolhimento de assinaturas em todo o Brasil e a apresentação das emendas populares aos deputados constituintes, em Brasília, alguns dados foram dispostos fazendo referências comparativas ao número de assinaturas no país, no estado e na cidade. Dentre as diversas temáticas, cabe destaque àquelas ligadas diretamente aos *direitos da criança e do adolescente*, cujo total de assinaturas em nível nacional chegou aos 45.971, mas que em Juiz de Fora registrou apenas 12. No que se refere aos *direitos da mulher*, nacionalmente foram 42.444 assinaturas, sem registros na cidade. No que se refere ao ensino público gratuito, no total de 270.000 assinaturas, 3.876 partiram de Juiz de Fora. Especificamente quanto aos Direitos dos trabalhadores, sumariamente acima descritos, 908.338 assinaturas foram registradas no país, sendo 4.489 juizforanas³³⁵.

b) Escola Infantil Dentinho de Leite

Por meio de outras fontes de recursos que não àquelas vinculadas aos programas específicos para a infância desenvolvidos pelo poder público, a SPM do bairro Nossa Senhora das Graças desenvolveu um projeto para a construção da creche na comunidade e foi contemplada com repasse do Programa de Desenvolvimento de Comunidades – PRODECOM; tal recurso foi repassado pela Associação dos Municípios do Vale do Paraíba – AMPAR³³⁶ nos primeiros meses de 1982.

O projeto fazia parte de um sonho antigo da comunidade, mas foi considerado “fruto da caridade e esforço de duas mulheres” (BAIRRO... 1982, p.4). Uma delas, Maria Aparecida Cunha, atuando há nove anos com a educação infantil no bairro, chegou atender cerca de 100 crianças no salão da SPM com quem mantinha contrato de aluguel; porém, com as altas despesas, inclusive do aluguel, transferiu a sede da escola para a própria casa, reduzindo consideravelmente o número de crianças atendidas.

A partir de 1981, quando Maria Aparecida de Oliveira assumiu a presidência da SPM, determinou ser meta da gestão, a *construção do infantil*, escola para crianças menores de seis anos para a comunidade (Loc. cit.). Mediante a mobilização da SPM, a obra

³³⁵ Não se teve acesso, devido às limitações inerentes desta pesquisa, ao conteúdo das emendas populares referentes a cada seção disposta no boletim nº 19; instigante seria pois, o estudo destas para entrecruzar as diferentes perspectivas e noções acerca das condições da infância veiculadas nos debates coletivos do processo Constituinte, caracterizando o discurso popular sobre as formas de atendimento à infância, questão tal que demandaria outro viés de pesquisa acerca da participação social e atendimento infantil no Brasil.

³³⁶ PRODECOM tem verba para bairro. *Diário Mercantil*. 07 de fev. 1982, p.4.

foi iniciada contando com a doação da Prefeitura pedessista, especificamente de parte do material de construção, com a verba da AMPAR repassada pelo PRODECOM, bem como com empréstimos de familiares.

Apesar de ter inaugurado a Dentinho de Leite com 70 crianças na faixa etária de três a seis anos, atendidas em dois turnos, a SPM almejava ampliar a escola com a construção de pátio e play-ground; além disso, almejava fornecer merenda para as crianças. Disso decorreu o pedido de apoio não só às autoridades, mas inclusive ao comércio de material de construção e à comunidade.

c) Escola Tia Glorinha³³⁷

A preocupação com as mães trabalhadoras do bairro Jóquei Clube que precisavam se deslocar para o centro da cidade em busca de trabalho fez com que D. Maria da Glória Vilela se oferecesse para ficar com as crianças. Isso fez com que “aos poucos [criasse] a tradição de guardar as crianças em sua casa, em número limitado é claro” (LEMOS, 2004, p.80). Com o conhecimento do Programa de Atendimento e Promoção do Pré-escolar, a comunidade sugeriu à Tia Glorinha que o número de crianças sob sua guarda fosse aumentado, inclusive para solicitar apoio à prefeitura quanto à participação no PAPPE.

No referido Programa, as crianças daquela comunidade poderiam contar com assistência alimentar e médica, sendo que a comunidade participava por meio de recursos simbólicos para, por exemplo, pagar a merendeira. Para tanto, a comunidade encampou a idéia e elaboraram um abaixo-assinado organizado pela própria Tia Glorinha.

Logo, o PAPPE se instalou na comunidade do Jóquei Clube, constituindo a IV unidade do Programa Especial de Promoção ao Pré-Escolar – PEPPE. Com a consolidação da unidade o atendimento não era realizado mais na casa da Tia Glorinha, mas sim no Salão Paroquial da Igreja Sagrada Família.

Ligado à Secretaria do Bem-Estar Social, funcionava em classe na qual as aulas eram ministradas por professores da Secretaria de Educação, além disso, contava também com uma servente paga pela prefeitura. Em uma dada ocasião, o afastamento da servente serviu de mote para que Tia Glorinha pleiteasse apenas a contratação de funcionários que fossem da própria comunidade.

³³⁷ Não constou, nas fontes investigadas, referências sobre a Escola Tia Glorinha, todavia, acreditando numa maior proximidade do quadro de atendimento do período pesquisado, debruçou-se sobre a pesquisa de Lemos (2004) na qual ela faz breve síntese desta escola a partir de entrevistas com mulheres da comunidade que atuaram na referida escola, buscando enquadrá-la no atendimento à infância juizforana.

No decurso de sua trajetória a escola foi reconhecida pela Prefeitura na década de 1990; e, num processo de fusão com outras duas escolas municipais do bairro, passou a denominação de Escola Municipal de Educação Infantil Tia Glorinha.

Para a autora, “de uma preocupação particular de ajuda, individualmente pensada diante de uma necessidade social, a proposta da Tia Glorinha evoluiu para um movimento comunitário de base, retratando o que acontecia de fato” (LEMOS, 2004, p.81). Disso decorre, sobretudo, o apoio das SPMs e nos locais onde não existiam as unidades de Centro Comunitários e, ou Centros Sociais Urbanos e até mesmos os PAPPEs serviam para concentrar a mobilização incipientemente organizada

6.4 - Organismos internacionais

As agências inter-governamentais como ONU e UNICEF enlearam o discurso e a prática para com a infância em todo o país apontando-a, por vezes, como homem do futuro que necessitava de atenção especial em sua fase de desenvolvimento; ou seja, nos primeiros anos de vida.

Se, de um lado, a partir de relatórios e orientações para as políticas de atendimento, ditavam condições para as esferas do governo, as metas e formas de empreenderem diversos programas a serem nacionalmente desenvolvidos, por vezes até condicionando-os a dotações orçamentárias; por outro, incitou o poder público, em suas diferentes esferas, quanto à responsabilidade na construção da política de atendimento.

Não diferentemente, tais orientações impregnaram os discursos veiculados pelos órgãos públicos em Juiz de Fora, bem como pelos segmentos sociais. Ao assumirem como absolutos o fato de que as instituições pré-escolares eram necessárias à prevenção da marginalidade e do fracasso escolar da criança, legitimaram os preceitos dos órgãos externos. Além disso, esteve esta vinculada, mormente, ao desenvolvimento social, como foi o caso dos fortes argumentos utilizados para a aprovação do conjunto de projetos do Programa Cidade Porte Médio financiado, a fundos perdidos, pelo Banco Internacional de Reestruturação Econômica.

O alargamento dos discursos e iniciativas internacionais em prol da infância, principalmente aos países em desenvolvimento trouxeram iniciativas que promoveram integração de ações específicas como foi o caso da ONU com a definição do Ano Internacional da Criança e da Fundação Kellog com subvenção ao PACI; bem como na implantação de instituições como a OMEPE e a Aldeia SOS.

6.4.1 - Ano Internacional da Criança

O prenúncio da Organização das Nações Unidas – ONU, sobre o Ano Internacional da Criança ocorreu ainda no ano de 1978, em dezembro de 1978 o jornal local apontava o intento da SME, da FEBEM e também do SENAI em Juiz de Fora. Cada qual com seus projetos tendendo à ampliação e melhoria do atendimento, sobretudo afirmando ser o problema central o amparo à família pobre, apontavam ações cujo princípio ia ao encontro do I Ano da Criança Brasileira. De forma geral, o conteúdo da matéria intitulada *Como Salvar o Menor? Esta é a questão*, apontava para uma quadro bastante estável do atendimento ao menor em Juiz de Fora. De um lado, a continuidade dos projetos quanto à assistência físico, social, intelectual e profissional, por outro as questões médicas cobertas pelo INAMPS³³⁸.

Mediante tal perspectiva para o ano de 1979, ainda em 1978 foi instituída com antecedência, pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da Portaria de nº 008, uma Comissão de Coordenação do Ano Internacional da Criança (JUIZ DE FORA, 1978)³³⁹.

O ano de 1979 iniciou e logo na primeira semana a evidência de um ano que poderia ser promissor ao menor, porém sem planejamento dos segmentos competentes pouco estava em vista de ser fazer. Segundo reportagem do jornal local, tanto o Programa Especial de Pediatria quanto a Legião Brasileira de Assistência não programaram ações para o menor em atenção ao seu ano, denotando falta de integração entre as áreas. Apenas se esperava que os densos debates ocorridos nos anos anteriores culminassem na implantação do Centro de Triagem e Atendimento do Menor na cidade, através do convênio com a FEBEM.

No decorrer do primeiro bimestre, entidades como a Associação Brasileira de Enfermagem, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Arquidiocese de Juiz de Fora, dentre outros, buscaram realizar o planejamento de atividades, porém apontavam não terem recebido informações sobre a operacionalização das atividades. A questão que denotava grande falta de integração entre os órgãos se agrava mais, sob o enlace do anúncio do Ano I da Criança de Juiz de Fora.

Evidenciado a preocupação com a questão da saúde da criança, a agência local do Instituto de Assistência Médica e Previdência Social divulgou o roteiro de ações forta-

³³⁸ COMO salvar o menor. *Diário Mercantil*. 12 de dez. 1978, p. 14 (cad. especial).

³³⁹ JUIZ DE FORA, *Portaria nº 008 de 1978, institui a Comissão para o ano internacional da Criança*. Secretaria Municipal de Educação. SEE-PJF.

lecendo o Programa de Vacinação e o foco na Medicina Preventiva; dentre outros, apontava também a ampliação do número de consultas em hospitais, convênios com consultórios pediátricos particulares, reimplantação da puericultura no Pronto Atendimento Médico, fluoretagem, palestras em escolas, além de folhetos e cartilhas sobre a higiene.

A Sociedade Metodista de Senhoras também iniciou um plano de mobilização, 116 associações para a campanha em prol da criança juizforana, arrecadando recursos para o beneficiamento de bolsas escolares³⁴⁰.

O Centro Brasileiro de Educação Pré-Escolar – CEBEPE, por sua vez, desde 1977 buscava conscientizar autoridades, universidades e conselheiros estaduais de educação pública sobre a necessidade do atendimento prioritário na faixa etária do pré-escolar, também enredou as iniciativas daquele ano apontando a necessidade de “levar à Universidade a idéia de criação de especialização, extensão ou habilitação para a formação de técnicos ou especialistas em atendimento ao menor” (PROFESSOR... 1979, p.5). Tal intento gerou controvérsias sob a ótica do presidente do CEPROM, uma vez que considera que este tipo de investimento não atingiria às milhares de crianças carentes do país.

No ensejo das críticas às poucas iniciativas, o editorial do jornal, um dos poucos assinados pelo redator responsável, intitulado *Infância sem opções*, considera que até o momento pouco se fez para a infância não só em Juiz de Fora, mas em todo o país. Segundo ele, os programas possuem natureza paternalista, não reconhecendo as necessidades reais das crianças. O conteúdo da crítica aponta um viés relevante quanto ao aspecto do lazer, sendo que a justificativa se pautava na escassez de espaços para a socialização e diversão infantil, fosse nas áreas específicas – principalmente nas regiões centrais – fosse em creches.

A questão parece ter obtido efeito se considerado as propostas de projetos referentes ao lazer, como a criação da Cidade da Criança com a construção de um parque de diversões no Poço Dantas³⁴¹; Projeto Tear – é tempo de Arte, que oferecia atividades culturais e de lazer durante as férias escolares³⁴².

³⁴⁰ CRIANÇA. *Diário Mercantil*. 17 de mar. 1979, p.5, coluna dia-a-dia.

³⁴¹ FUNALFA estuda mais diversão para criança. *Diário Mercantil*. 05 de jun. 1979, p.14. (cad. especial).

³⁴² PARA ela, o parque não está em julgamento. *Diário Mercantil*. 22 de juç. 1979, p.8.

6.4.2 - Organização Mundial de Educação Pré-Escolar

O jornal *Diário Mercantil* fazendo o chamamento para questão assim anunciava: *Menores têm nova entidade*. Referia-se,

a um grupo de educadores (...) preparando para a instalação de um Comitê do OMEP em Juiz de Fora com o objetivo de oferecer orientação educacional e assistencial a crianças de zero a sete anos (MENORES têm nova entidade. *Diário Mercantil*, 25 de mai. 1979, p.5).

Os debates instaurados em Juiz de Fora sob a premissa de que “orientando a criança de hoje é prevenir o marginal de amanhã”³⁴³, delongaram-se até agosto quando, no dia 09 daquele mês, na Escola Infantil Saci-Pererê, instalou-se a sede regional, tendo como principal objetivo “unir forças para um trabalho eficiente que atenda as necessidades prementes das crianças”³⁴⁴ menores de sete anos.

As principais ações incidiram desde o imediato mapeamento das obras assistenciais; estímulo para a efetivação de convênios entre as obras sociais mais carentes e órgãos públicos com vistas a assegurar vestuário, alimentação, remédio, recreação e educação³⁴⁵; orientação no plano pedagógico e no profissional; cursos de formação de recreadoras e profissionais em pré-escolar³⁴⁶; bem como arregimentando voluntários para atuar com crianças carentes.

Quanto a este último, eram duas as principais formas de arregimentação: uma, através da figura dos sócio-beneméritos, buscava recursos financeiros junto às empresas, indústrias e comércios incentivando, por meio dos subsídios fiscais, a obtenção de desconto no Imposto de Renda; tal apelo voltava-se diretamente à manutenção da entidade, considerada de utilidade pública, bem como para o pretexto de construção de uma creche para mulheres assalariadas³⁴⁷. A outra forma convocava a sociedade juizforana a auxiliar, voluntariamente, nas atividades voltadas para crianças carentes, sobretudo na recreação em creches; aquelas mulheres que tivessem disponibilidades seriam “encaixadas nas obras já existentes na cidade. Quem tem jeito para brincar com crianças, por exemplo e disponha [sic] de duas horas semanais, vai poder atuar em algumas creches”³⁴⁸.

³⁴³ MENORES têm nova entidade. *Diário Mercantil*, 25 de mai. 1979, p.5

³⁴⁴ EDUCAÇÃO pré-escolar. *Diário Mercantil*, 08 de ago. 1979, p.11.

³⁴⁵ ENTIDADE quer voluntários para a orientação de menores. *Diário Mercantil*, 15 de ago. 1979, p.14.

³⁴⁶ ORGANIZAÇÃO Mundial prepara assistência aos pré-escolares. *Diário Mercantil*, 13 de mar. 1980, p. 12.

³⁴⁷ ENTIDADE quer voluntários para a orientação de menores. *Diário Mercantil*, 15 de ago. 1979, p.14.

³⁴⁸ ORGANIZAÇÃO Mundial prepara assistência aos pré-escolares. *Diário Mercantil*, 13 de mar. 1980, p. 12.

Além destas atividades, em março de 1980, o Diário Mercantil publicava notícia sobre a parceria firmada entre a OMEPE-JF e a LBA com vistas à instalação de uma Creche Casulo. Tal intento voltava-se ao atendimento em tempo integral de pelo menos 12 crianças com até 4 anos de idade e cujas mães teriam que contribuir mensalmente³⁴⁹.

6.5 - Instituições particulares

Em 1980, Jussara Góes, em reportagem intitulada *Educação Pré-escolar torna-se necessidade*³⁵⁰ e, publicada em outubro, aponta um quadro resumido do atendimento à infância em Juiz de Fora, especificamente contabilizando número de escolas maternas e infantis no município. Quanto à rede privada, descreveu a existência de 27 unidades que atendem

às crianças de famílias da classe média, as que têm possibilidade de pagar mensalidades altas (...), as quais ofereciam psicólogas, além de equipamentos modernos, oferecendo todo o conforto necessário. Os alunos, geralmente filhos de profissionais de nível superior, são sadios e recebem ensinamentos dirigidos por pedagogas que procuram tornar a escola, uma fonte de prazer, um mundo mágico, onde a cada dia, somam-se novas e importantes experiências (op. cit, p.7).

A exaltação da repórter se fazia em detrimento ao atendimento às obras sociais e aos programas do poder público que apesar de serem em número considerável, pouco abrangiam a demanda carente da população. Quanto a este aspecto, a própria Secretária de Educação afirmava que as instituições educativas precisavam se conscientizar quanto à necessidade do pré-escolar, apontando a relevância de investimentos nesta área no município, uma vez que

A Prefeitura, embora não tenha obrigação para o município por lei, tem procurado abrir turmas de de (sic) pré-escolas em todas das escolas onde haja espaço físico, pois acreditamos que um fator importante de melhoria do ensino seja a educação pré-escolar (ibidem).

A própria reportagem de Góis (1980) considerava baixo o número de creches particulares; eram apenas duas: a Casa da Tia Dida, fundada em 1980; e a Creche Sossego da Mamãe (Loc. cit). Outras instituições que ofereciam o maternal e pré-escolar foram identificadas como a considerada pioneira na cidade, a saber, a Escola Balão Vermelho,

³⁴⁹ ÓRGÃO de assistência ao Pré-Escolar funda uma creche em Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, 15 de mar. 1980, p.5.

³⁵⁰ GÓIS, J. Educação Pré-escolar torna-se necessidade. *Diário Mercantil*. 05 de fev. 1980, p.7.

atuando desde 1967 com crianças de 2 a 4 anos; além da Gurilândia no Instituto Granbery, cuja preocupação voltava-se para uso de métodos em função da criança³⁵¹. Havia registro também do atendimento na Academia de Comércio, Colégio Cristo Redentor ligado à Congregação do Verbo Divino, inclusive a crianças na faixa etária de três anos³⁵².

No Colégio Santa Catarina, coordenado pela Congregação Santa Catarina, em 1982, mantinha, dentre outros níveis de ensino, o atendimento maternal³⁵³. Além do Colégio Stella Matutina, instituição que ao completar 80 anos de atividades, dirigido pelas irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, atendia cerca de 1200 alunos desde o pré-primário aos demais níveis do ensino³⁵⁴. A Escola Jesuítas, que atendia basicamente crianças já institucionalizadas desde o maternal, por afirmar que este tipo de socialização favoreceria o desenvolvimento homogêneo da turma. E, por fim, a Escola de Recreação, ligada à Associação Beneficente Raphael, de cunho antroposófico, cujo atendimento à faixa etária de 3 a 8 anos foi ampliado após a transferência da sede do bairro Granbery para o Paineiras. Sem informações precisas, foram identificadas, por menções superficiais, as escolas Saci Perere³⁵⁵ e Peixinho Dourado³⁵⁶.

Pode-se considerar que o conjunto de agentes identificados nesta seção revela as múltiplas dimensões com as quais o atendimento da infância foi se edificando, seja pautado nos diferentes interesses dos agentes, seja em benefício da própria criança pequena. Nessa amálgama, percebemos o jogo de forças nos quais se fizeram consolidar as bases da Educação Infantil no município.

³⁵¹ Denise Gonçalves. Educação Infantil: atividade central do pré-escolar, os trabalhos artísticos são o reflexo da criança e seu interior. *Tribuna de Minas*, 12 de out. 1985, p.1, cad de domingo.

³⁵² UMA festa para o pré-escolar. *Diário Mercantil*. 21 de fev. de 1982, p.4.

³⁵³ QUALIDADE de ensino, a preocupação do Santa Catarina. *Diário Mercantil*. 04 de jul. 1982, p.5.

³⁵⁴ STELLA comemora 80 anos com uma semana de festa. *Diário Mercantil*, jul. de 1982, p.5.

³⁵⁵ Tal escola aparecia somente como propaganda comercial anunciando a matrícula para crianças de 2 a 6 anos.

³⁵⁶ PRÉ-ESCOLAR é avaliado em palestra. *Diário Mercantil*. 29 de jun. 1982, p.5.

7 – MULTIDIMENSIONALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL JUIZFORANA

Os processos históricos e políticos abordados no primeiro capítulo desta seção contribuíram para a compressão de alguns condicionantes da estruturação do campo do atendimento à infância no município de Juiz de Fora. Decorre pois, que no enredo daqueles processos históricos-políticos, diferentes formas de atendimento eram constituídas ou reafirmadas, angariando novos entornos, sobretudo com a implementação de políticas públicas locais, nas quais diferentes agentes sociais concorreram.

No que diz respeito ao atendimento à infância em Juiz de Fora, o argumento considerou que o mesmo se constituiu enquanto campo de forças, visto os diferentes órgãos, entidades, movimentos sociais, instituições, dentre outros que prestaram ou influenciaram as formas possíveis de sua concretização³⁵⁷. Estes diferentes agentes sociais se enfrentam no campo, com interesses diferenciados³⁵⁸, vinculando várias temáticas, condicionando as formas de atendimentos destinados à infância e por conseqüência as próprias condições da criança viver sua infância.

Este capítulo busca apresentar alguns dos elementos principais nos quais admitiu-se constituição do campo de forças, onde confluiu o embate sobre as competências pelo atendimento.

7.1 – Multiplicidade temática

A partir do mapeamento das informações, alguns dados relevantes quanto ao atendimento à infância puderam ser cunhados. O primeiro referiu-se à variedade temática na qual a condição social da infância está vinculada.

As condições da infância em Juiz de Fora, e igualmente no país, estavam atreladas àquilo que era dito como sendo suas demandas específicas. Estas, ora estavam ligadas às ações dos agentes sociais, ora vinculavam-se às mazelas sociais que acometiam a criança, especificamente a menor de sete anos. Este referencial etário dava-se pela eloqüente entrada das preocupações acerca da escolaridade das camadas populares, as quais estavam submetidas crianças maiores de sete anos, cujo fracasso escolar reportava às condições de vida anterior à entrada no sistema formal de ensino.

³⁵⁷ Conforme mapeamento do capítulo dois desta seção.

³⁵⁸ A partir de Bourdieu (2000), pode-se considerar que estes agentes não só possuem interesses distintos no enfrentamento no campo, mas, sobretudo, possuem meios diferenciados para tal; isso consoante à noção de capital que determina a posição relativa dos agentes no campo.

Assim, no município em estudo, campanhas de vacinação; programas de nutrição e complementação alimentar; programas de saúde preventiva; pedagogia preventiva; criação de áreas de lazer, abrigos, centros de triagem e creches; programas específicos para o atendimento integral como o PAPPE e também o PROPPE, bem como o Pró-Creche; dentre outros; estavam no rol de ações voltadas para as necessidades das crianças rotuladas como pré-escolares.

Quanto às mazelas sociais, estas apareciam vinculadas aos termos mortalidade, desnutrição, fome, defasagem cognitiva, reprovação ou fracasso escolar, falta de hábitos de higiene, vadiagem, roubo, violência, famílias desestruturadas, dentre outros.

Grosso modo, pode-se afirmar que esta variedade temática expressava uma tendência, à época, por ações de cunho compensatórias que buscassem sanar os problemas das crianças antes do ingresso à escola. Por outro lado, detendo-se aos próprios discursos veiculados, percebeu-se que eles apontavam e condicionavam o foco de atenção do atendimento a uma determinada criança: a criança pobre. Era esta que, devido às relações em meios sociais carentes, teria problemas relacionados ao desenvolvimento, sobretudo cognitivo, fadando ao fracasso seu processo de escolarização.

Este primeiro apontamento considera que os discursos veiculados estavam consoantes aos fundamentos que orientavam as políticas públicas nas esferas da União e do governo do Estado que, de um lado, apontavam para a necessidade de ampliação do atendimento, por outro, impeliam a propagação da teoria da educação compensatória em nível local. Conforme já abordado em seções anteriores, a legitimação do atendimento à criança em idade pré-escolar esteve intimamente ligada à função redentora dos problemas sociais das famílias pobres. O que na verdade, segundo Kramer (1984), velava as verdadeiras causas das desigualdades sociais.

Outro apontamento acerca desta variedade temática, esbarrou nos agentes sociais que problematizam tais discursos. Não era uma única entidade, órgão ou movimento social que colocava, à público, os vários problemas e necessidades relacionados à infância; ao contrário, esta diversidade temática fez perceber, igualmente, a multiplicidade de agentes sociais que se sustentavam em argumentos específicos para ditarem as necessidades das crianças, bem como a vinculação aos tipos de instituições para o atendimento.

7.2 – Tentativa de disposição do campo

Numa rápida síntese, percebe-se que o atendimento das mais variadas necessidades da infância juizforana foi demarcado por um conjunto de instituições, órgãos, enti-

dades, associações, movimentos sociais, dentre outros, aqui considerados agentes sociais. A presença destes agentes compôs um quadro complexo caracterizado por orientações e objetivos diversos. Entende-se que este quadro se configurou, portanto, como o produto histórico da realidade social na qual se ergueu a Educação Infantil do município de Juiz de Fora.

Para proceder à organização deste quadro multifacetado, recorreu-se à noção de “*campo*”, conforme delineada por Bourdieu (1983), uma vez que o objeto de estudo foi apreendido em sua multidimensionalidade social, considerando-o produzido por diferentes agentes em relativa aliança ou conflito.

Conforme Bourdieu (1983), um campo

(...) se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputa e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (...). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas a disputar o jogo (...). (p.89).

Do ponto de vista da teoria bourdieuniana, o promissor para a análise dos achados esteve na compreensão da Educação Infantil enquanto campo que possui relativa autonomia e congrega diferentes agentes sociais detentores de interesses específicos, bem como se constitui por nuances de outros campos do espaço social, como o político, o econômico, etc.

Por estas lentes, percebeu-se a incorporação das necessidades das crianças ao conjunto de ações empreendidas pelos diferentes agentes sociais que, na verdade, concorreram para a constituição da própria concepção de atendimento à infância. A partir da problematização de temas recorrentes, descritos anteriormente, tornou-se possível vincular o tema infância aos preceitos médicos, jurídicos, religiosos, políticos, econômicos e educacionais, dentre outros. Esta vinculação lida sob a ótica da disputa, apresentou-se, pois, como continuidade do tenso conflito que demarcou a constituição do campo da assistência no Brasil³⁵⁹ – herança histórica que tende a fadar ao fracasso, ainda hoje, algumas políticas públicas.

De um lado, a busca do poder público, influenciado pelos organismos internacionais, pela expansão do atendimento através de programas de baixo custo que demar-

³⁵⁹ Apesar de no Brasil, o interesse de diferentes segmentos pela infância e sua proteção registrar-se apenas no final do século XIX (KRAMER, 1984), os marcadores históricos podem ser evidenciados na Europa dois séculos antes, considerando *A História Social da Criança e da Família* (1981) - obra na qual Ariès aponta a descoberta da particularidade infantil enquanto valor e sentimento, constituindo uma consciência social da criança, legitimada, sobretudo, por médicos, moralistas e juristas.

cassem uma paulatina saída da questão do provimento social; por outro, entidades assistenciais confessionais com atendimento precário apelando não só ao Estado, mas também às comunidades e ao empresariado o apoio à manutenção de seus préstimos sociais; em mesma instância, as comunidades cunhavam práticas associativistas, ambicionando serem ativas e ampliarem seus espaços de ação coletiva; o empresariado, almejando a re-colocação tradicional no êxito do desenvolvimento social; ainda neste ínterim famílias carentes, cujas mulheres necessitavam trabalhar fora do domicílio para o sustento; crianças, filhas das mulheres trabalhadoras, necessitando de locais próprios para ficarem, estas mesmas, em faixa etária pré-escolar devendo serem compensadas das carência com vistas ao sucesso escolar futuro.

Num quadro que em nada sugere regularidades, estavam não só diferentes agentes, mas também interesses variados, os quais estruturaram o campo do atendimento infantil. Isso posto, aportou-se para a visualização na forma das relações que, consoante a Bourdieu (1983), são relações de conflito ou alianças entre seus diversos agentes.

Interessante notar que, no município de Juiz de Fora, mesmo antes do poder público local elaborar e definir os critérios para a implantação dos programas específicos de pré-escolas e creches, os quais iriam requerer a participação de diferentes agentes, outras formas existentes de atendimento inauguraram relações diferenciadas no campo do atendimento, estabelecendo arranjos diferenciados entre os agentes.

Estes arranjos impeliram aos agentes sociais papéis específicos e, dentro do campo de disputa, estes papéis têm fundamental importância no estabelecimento de novas relações, de novos arranjos, imprimindo dinamicidades ao campo, legitimidade aos agentes sociais e, por conseguinte, a definição de novos interesses. Isso significa admitir, no caso em estudo, que os diferentes agentes transitaram no campo, promovendo ações em prol da infância como forma de demarcarem sua competência no atendimento.

Com o interesse de diferentes segmentos sociais pelas problemáticas que inscreviam as crianças e, por conseqüência, suas famílias, especialmente as carentes, acirraram-se conflitos em torno das demandas específicas sobre as quais um dado modelo de assistência foi demarcando categorias, competências e projetos balizadores da rede de proteção social que se formava.

7.3 – A segmentação do campo

O atendimento institucionalizado das crianças menores de seis anos consistia nas inúmeras obras sociais ligadas às confissões católicas que ofereciam abrigos, creches

e pré-escolas, numa composição bastante variada destes, incluindo apenas a prestação de serviços como doações de alimentos, roupas, consultas médicas, orientação familiar, dentre outros; instituições particulares compostas tanto por creches quanto por pré-escolas; instituições de ensino pré-escolar mantidas pelo poder público; instituições de guarda mantidas pela comunidade, porém subvencionada pelo poder público; instituições de guarda e educação categorizadas como comunitárias mantidas pelo poder público e comunidade.

A segmentação do atendimento refletia a fragmentação na qual a criança era concebida, na verdade, sua peculiaridade geracional. No conjunto, pôde-se localizar homologias nos tipos de atendimento disposto para a infância, sendo estes categorizados em: abrigos confessionais e públicos; creches dos tipos confessionais, particulares, comunitárias auto-geridas e comunitárias conveniadas, sendo que cada uma obedecia regras específicas de organização e de funcionamento; pré-escolas confessionais, particulares e públicas.

Institucionalmente, cada um destes tipos de atendimento era representado por sistemas de arranjos dinâmicos, formados por entidades assistenciais confessionais, poder público, movimentos sociais de base popular, organismos internacionais e instituições particulares, cada qual com interesses distintos, mediados por seus capitais.

Com vistas a situar as breves considerações tecidas a respeito da atuação dos agentes quanto ao atendimento à infância no município de Juiz de Fora, optou-se por analisá-los a seguir.

a) Entidades Assistenciais

Majoritárias tradicionais no atendimento aos pobres, as obras sociais estiveram presentes no atendimento à infância juizforana, sendo pioneiras na cidade para este tipo de segmento etário. Atuantes desde a década de 1930, foram responsáveis por abrigar crianças abandonadas, oferecendo-lhes, por meio do sistema de internato, condições de subsistência, pautadas pelos pressupostos da caridade cristã.

No conjunto das entidades identificadas, pôde-se verificar uma atuação ampla daquelas vinculadas à Igreja Católica, seguidas de unidades com orientações da Doutrina Espírita e, também, ações da Igreja Metodista. Entretanto, por limitações de informações veiculadas no texto jornalístico, um outro conjunto de instituições, embora identificadas as funções filantrópicas e caritativas que as caracterizassem enquanto obras sociais, não pode ser enquadrado a qualquer confissão religiosa.

As instituições, por vezes conquistadas através dos preceitos caridosos religiosos dos quais compunham-se as doações, ou ainda com lotação em prédios alugados, prestavam serviços à infância que abrangiam alimentação; recreação; noções de higiene; em alguns casos, instrução escolar e profissionalizante; atendimento médico; medicamentos; vestuário; orientação religiosa, dentre outros. Ofereciam, concomitante, ações de promoção da família, provisionando-as de condições para subsistência mediante cursos básicos, palestras, encaminhamento para trabalho, etc.

Decerto, pela legitimidade do papel providencial e social que as obras sociais desempenhavam, tinham sobre si, densas demandas da população carenciada juizforana. Situação que as faziam divulgar, constantemente, a necessidade de expansão do atendimento prestado. Para tanto, as buscas por estratégia de ampliação voltavam-se para arregimentação de sócio-contribuintes; doações em dinheiro ou em materiais diversos, os quais inscreviam tanto gêneros alimentícios, mobiliário, vestuário, material de construção e outros; promoções de campanhas e eventos. Tratava-se, de chamar os diferentes agentes para participarem da obra pelo bem social.

Os agentes chamados eram o empresariado e a comunidade de forma geral. Do primeiro almejavam a participação, basicamente apontada pelo financiamento para a manutenção das atividades; quanto à segunda, basicamente pela participação nos eventos e doações materiais, além de atuação ativa nas atividades por meio do voluntariado. Não significava que uma destas formas anulava a outra; na verdade, no conjunto dos apelos realizados, qualquer contribuição que recebessem cumpriria um duplo papel: o de manutenção da obra para que esta pudesse propagar sua missão de atendimento aos carenciados; e o ato de amor ao próximo na forma de participação dos diferentes agentes. Ambos cumprimento seu dever perante Deus.

Dentre as estratégias da expansão do atendimento estavam a busca pelo apoio do poder público que, de uma forma bastante sutil, desnudava, na verdade, a ausência deste na assistência à população carente. No conjunto de apelo, publicizavam que as atividades desenvolvidas, que tinham tanto valor para a sociedade, não contavam com verbas fixas do governo. As subvenções, oriundas deste, consistiam em convênios temporalmente firmados, que atendessem aos critérios disposto pelo poder público, sobretudo que conformassem iniciativas de baixo custo.

Embora fosse a síntese dos jornais sumariada, verificou-se, no decurso da trajetória social das obras sociais, tanto devido à emergência de demandas diversas pela assistência por ela prestada, quanto pelos próprios critérios de subvenção necessários à conti-

nuidade e ampliação do atendimento, a alteração do status de atuação. Algumas, a princípio, foram pensadas para o atendimento específico a um segmento etário ou de gênero, porém, imersas num campo complexo com demandas diversificadas, se viram compelidas a promover mudanças, admitindo as demandas por outros tipos de serviços e para o custeamento destes firmavam, na medida do possível, convênios com o poder público.

O Instituto Maria, a título de exemplo, antes arquitetado para ser internato para mulheres, passou a oferecer o serviço de creches à comunidade. Tal serviço era mantido, dentre outros, por convênio direto com o poder público federal, através da Legião Brasileira de Assistência. O Ceprom, por seu turno, modificou seu status de internato para meninas e passou a oferecer internato e semi-internato para a faixa etária infantil sem restrição de gênero, ampliou a faixa etária de atuação e os serviços prestados, angariando recursos provenientes da FEBEM, LBA, dentre outros.

Pelo exposto, é importante notar que as obras sociais estabeleceram interação direta com outros agentes do campo social juizforano. Além disso, o faziam entre si. O Lar Luiza de Marillac e o Instituto Jesus realizavam um trabalho conjunto de alfabetização para criança com seis anos completos. O CEPROM, no momento que funcionava como centro de triagem do menor abandonado, dialogava com as obras que mantinham sistema de internato, através da sucursal juizforana da FEBEM. Tais relações denotam uma incipiente rede de assistência, não só demarcada pelos mesmos elos dos serviços prestados, mas também pela complementariedade destes.

No quadro 07 estão dispostos os principais interesses, bem como os papéis das entidades de assistência.

QUADRO 07 – Entidades Assistenciais: objetivo e papel

AGENTE	OBJETIVOS E INTERESSES	PAPÉIS
ENTIDADES ASSISTENCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Compensar carências, materiais, morais e afetivas das crianças pobres; • Manutenção de benefícios fiscais; • Participação nos repasses de recursos; • Legitimação social no atendimento assistencial; 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência social aos pobres • Articulação com os demais agentes para políticas de interesse comum • Articulação políticas nas esferas governamentais para manter posição nos programas de assistência • Equilibrar socialmente os desvios sociais;

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

b) Poder Público em suas três esferas governamentais

As três esferas do poder público – federal, estadual e municipal – lançaram programas que vinculavam, sobretudo, à administração local a responsabilidade pela execução dos mesmos, dentre os quais buscavam co-responsabilizar, em alguma medida, os diferentes segmentos sociais. Isso não significou que ações pontuais e autônomas destas esferas não existiram no município; ao contrário, bem ao gosto da política de conveniamento, estiveram presentes, subsidiando, inclusive as iniciativas comunitárias e filantrópicas como foi o caso dos Núcleos da Legião Brasileira de Assistência e do Movimento Brasileiro de Alfabetização presentes em Juiz de Fora.

Entretanto, mediante a manifestação e organização das demandas, bem como pela importância social e econômica do atendimento à criança de zero a seis anos veiculada entre os diferentes setores sociais, fizeram com que os diversos segmentos da sociedade, bem como o próprio poder público local cunhassem alternativas próprias para abranger a necessidade de instituições que se prestassem ao atendimento infantil.

Apesar de terem ido ao encontro das orientações da esfera federal e estadual – no sentido apontado no capítulo 3 da seção 2, fortalecendo as comunidades e co-responsabilizando-as pela manutenção de suas vidas, retirando estrategicamente os gastos do Estado nas áreas sociais, bem como motivando programas de baixo custo para enfrentamento da pobreza – as políticas cunhadas pelo poder público municipal fizeram edificar o campo da educação infantil em Juiz de Fora.

Se antes, o que se assistia era apenas a política de conveniamento por parte desta esfera do poder, na década de 1980, estas não deixaram de existir; porém, programas específicos foram elaborados pela prefeitura municipal, inaugurando, em Juiz de Fora, a participação efetiva do governo local nas políticas públicas para a infância. A concretização do atendimento culminou na implantação e expansão, principalmente, das classes pré-escolares e construção de creches, materializadas na ampliação dos núcleos do PAPPE, na posterior construção das EMEI, bem como das Creches Comunitárias.

Grosso modo, algumas características demarcaram, claramente, o implemento tanto da política de conveniamento quanto de expansão, denotando regularidades entre estas.

Quanto ao conveniamento, destacaram-se as parcerias com obras sociais para que as mesmas não deixassem de oferecer o atendimento ao menor abandonado, subsidiando projetos pontuais referentes à alimentação, recursos humanos, etc. Além disso, a extensão destas parcerias abarcou também, o atendimento das funções do pré-escolar e da

creche nas mesmas instituições de abrigo, não necessariamente voltadas para os internos, mas igualmente para a comunidade como um todo.

Este tipo de abertura proporcionada pela política de conveniamento parecia sugerir a efetiva atuação do poder público quanto ao problema social da criança carente abandonada, mas dava margem à requerida e anunciada participação comunitária na manutenção das instituições; outras aberturas para a necessária dotação de recursos, implementados por meio da criatividade das campanhas, festas e/ou parcerias com os agentes do meio empresarial; práticas de voluntariados e outros.

No que tange à implantação dos programas de expansão, no seu conjunto fecharam-se critérios como participação comunitária, alocação de recursos já disponíveis, oferecimento de serviços em localidades comprovadamente carentes, a existência de potencial de infra-estrutura, mobilização popular organizada para o favorecimento da organização das demandas e outros. Tais critérios caracterizaram a emergência de instituições com funções e práticas distintas, porém atendendo à mesma faixa etária, focando as famílias carentes das regiões mais pobres da periferia urbana, compensando suas carências; cumprindo dois objetivos que, embora distintos, complementares.

Decorre pois, que as creches eram destinadas às crianças filhas de mulheres trabalhadoras; eram criadas e mantidas pela comunidade com o apoio do poder público; atendiam em tempo integral, oferecendo inclusive classes pré-escolares.

As Escolas Municipais de Educação Infantil ofereciam, basicamente, turmas de pré-escolar; voltavam-se ao atendimento, em tese, da criança de dois a seis anos, porém com a demanda crescente e rede física pequena, priorizavam crianças a partir de quatro anos, em três turnos³⁶⁰; seu objetivo era a preparação para a primeira série do ensino obrigatório.

Tanto uma quanto a outra eram oferecidas como forma de absorver as demandas e centralizar as ações pulverizadas pelos diferentes programas no ataque às causas do fracasso escolar; ou seja, procuravam atuar sob o controle da pobreza social.

Neste quadro de expansão demarcado por agentes e objetivos distintos, o debate chegou a tal ponto que demandou conhecimentos metodológicos próprios a estas instituições, considerando o segmento etário que atendiam. Fez-se necessário pois, o ofereci-

³⁶⁰ As crianças inscritas no primeiro turno entravam às 7 horas e saíam às 10 horas; já as inscritas no segundo turno, entravam às 10 horas e saíam às 14 horas; por fim, no terceiro as crianças entravam às 14 horas e saíam às 17 horas.

mento de cursos de treinamento e capacitação empreendidos por exemplo, pela Universidade Federal da cidade, pela 10ª Delegacia Regional de Ensino e outros.

Em suma, as frentes de atendimento à infância no município de Juiz de Fora eram muitas e, sobretudo multisetorial e interinstitucional, implicando numa série de programas ancorados em diferentes áreas como alimentação, educação, lazer, saúde dentre outros. Não obstante, o número de agentes sociais, representados pelos órgãos do poder público envolvidos nos programas, denotavam a segmentação da infância nas diversas áreas de saber, bem como a debilidade das políticas sociais em prol da criança pequena naquele período. Especificamente quanto às instituições de atendimento, é importante destacar o papel pioneiro do governo estadual quanto ao primeiro Jardim de Infância de Juiz de Fora, seguidos na década de 1980, pela política municipal das unidades do PAPPE, EMEIS e Creches Comunitárias.

No quadro 08 estão dispostos os principais interesses, bem como os papéis do poder público.

QUADRO 08 – Poder Público: objetivo e papel

AGENTE	OBJETIVOS E INTERESSES	PAPÉIS
Poder Público	<ul style="list-style-type: none"> • Compensar carências culturais das crianças pobres; • Redução dos gastos público, com a paulatina retirada do campo da assistência e o chamamento da sociedade • Regular as atividades no campo, na forma de legislação e subvenções; • Articular interesses políticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Provimento da assistência e da educação no âmbito público; • Articulação com os demais agentes para políticas de interesse comum • Regulador das atividades por meio de normatizações; • Regulador das atividades por meio de repasses financeiros;

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

c) Movimentos sociais

Se, de um lado, o atendimento à infância antes da década de 1970 era oferecido em Juiz de Fora pelas instituições filantrópicas e estas, para sua manutenção e ampliação, requeriam direta e indiretamente a participação dos demais agentes sociais, incluindo a própria comunidade; por outro, a partir de 1976, o governo federal e seus agentes entram em cena para o atendimento específico em creches e pré-escolas, expandindo as formas de atendimento, o tipo de instituição e, por consequência, o atendimento à infância através da política de conveniamento tanto com a prefeitura local quanto com a própria comunidade.

Na década de 1980, embora marcada por certo continuísmo da política de convênio, inaugurou-se também a política municipal de implantação de Escolas Municipais de Educação Infantil e de Creches Comunitárias. A implementação destas contou, em certa medida, com a participação da comunidade na organização da demanda, mobilização por recursos necessários às construções e, no caso das Creches Comunitárias, a gestão e manutenção das unidades construídas.

A tentativa de encontrar uma dada regularidade, mesmo que preliminar, na análise do quadro acima, reside em perceber a presença de um agente específico, que, de alguma forma, se manteve presente fosse pela tarefa de redenção no auxílio às obras sociais, fosse pela tomada de consciência da necessidade, do direito e da possibilidade de ser partícipe do processo de decisão política.

Desta forma, a presença da comunidade enquanto agente social, antes demarcada isoladamente pelas doações e participação em campanhas das entidades beneficentes, ficou mais evidente quando da localização de formas coletivas e organizadas em prol do atendimento à infância, revestido pela organização da demanda e participação nos programas de expansão de pré-escolas e creches.

Decerto que os processos gerados no campo social e político do país, com vistas à distensão democrática na década de 1980, foram reflexos da incipiente busca pelas mudanças sociais geradas no âmago da sociedade civil, implicando, sobretudo, na reformulação da política social do Estado. Disso decorreu a articulação de forças políticas trazendo à tona não só o desejo, mas a necessária participação da comunidade nos programas sociais. No caso específico de Juiz de Fora, esta questão já era emoldurada pela propagação dos Centros Comunitários, pelas práticas de mutirões e pelas tradicionais Sociedades Pró-Melhoramento.

Especificamente quanto a questão ao atendimento à infância, a participação comunitária juizforana se dava pela complementariedade da ação do poder público local quando da implantação dos Programas de Pré-Escolas – PROPRE, e Programa de Creches – Pró-Creches. Se, de um lado, conforme se verificou nos documentos, para ambos os programas um dos critérios foi a existência de mobilização comunitária organizada, por outro, a expressiva participação desta se configurou na ação dos movimentos sociais de base populares. Estes, mesmo não voltados especificamente para a questão do atendimento da infância, encamparam o debate sobre a necessidade social destas instituições, encarando-as não só como equipamento atrelado às melhorias infra-estruturais da periferia, mas como direito social.

Os movimentos sociais de base popular que atuavam em prol da infância juizforana, identificados nos documentos e periódicos pesquisados, foram o movimento Unibairros, o CDDH, o Centro da Mulher Mineira, a Associação da Mulher Juizforana, Associação de Faxineiras e Lavadeiras e as próprias Sociedades Pró-Melhoramentos e Associações de Bairros.

As formas de atuação foram diversificadas. Acredita-se que esta pode ter variado conforme os canais de participação e o nível de mobilização e consciência política da ação reivindicatória, e comportaram desde o adensamento do debate no campo social juizforano, até mesmo o efetivo atendimento às crianças por meio do modelo de creches comunitárias. Neste entre meio de ações se inscreveram iconicamente o movimento Unibairros, o CDDH, bem como o Centro da Mulher Mineira e a Associação da Mulher Juizforana.

Todos empreenderam, em alguma medida, denúncias quanto à falta de interesse do Estado em prover as políticas sociais, a partir da crítica a seus mecanismos de burocratização dos órgãos do poder público, descaso com as entidades assistenciais, falta de fiscalização para o cumprimento das leis trabalhistas, dentre outros. Com este tipo de ação, publicizavam a temática, legitimando-a em mesma instância; além disso incitavam a organização social para a demanda e o encaminhamento ao poder público.

As SPMs por seu turno, conforme registros jornalísticos, foram atuantes e efetivas, tanto na complementariedade da implementação dos programas de pré-escolas e creches comunitárias, organizando demandas e mobilizando os recursos necessários à execução das obras, por exemplo; quanto pelo estímulo às próprias iniciativas de atendimento geradas no bojo da comunidade como foram os casos emblemáticos da Creche Arco-Íris, Dentinho de Leite e Tia Glorinha.

No conjunto de ações diretas e indiretas dos movimentos sociais de base em prol da infância, pode-se considerar que aglutinaram e sintetizaram os diferentes discursos, numa espécie de consenso em torno da questão do atendimento à infância – necessidade da família carente, direito da mulher trabalhadora, lugar de compensar as carências diversas, espaço de atuação política, etc.. Em mesma via, ampliaram as discussões quanto às necessidades da criança no que se refere ao lazer, práticas esportivas e acesso à cultura; ampliando, por conseguinte, os espaços públicos para a infância. Estabeleceram interlocução com o poder público local, por vezes, promovida por parcerias em torno de ações concretas para implementação dos programas oficiais, outras vezes, esbarrando nos con-

flitos gerados nas relações de poder, consideradas pelos militantes através da burocratização e centralização das decisões.

Enfim, os movimentos sociais de base popular identificados na investigação encamparam ações diretas e indiretas para o atendimento à infância, promovendo relações diversas entre segmentos sociais, poder público e a comunidade. Inauguraram a prática participativa do atendimento comunitário – vide exemplos das creches Ipiranga, tia Glorinha e Dentinho de Leite – seguido, em 1983, pela administração municipal³⁶¹, bem como atrelaram uma ação política às ações das instituições de atendimento infantil.

No quadro 09 estão dispostos os principais interesses, bem como os papéis dos movimentos sociais de base popular.

QUADRO 09 – Movimentos Sociais: objetivo e papel

AGENTE	OBJETIVOS E INTERESSES	PAPÉIS
MOVIMENTOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimação do direito ao atendimento em instituições públicas e gratuitas; • Influenciar na formulação legal e no controle do campo; • Articular interesses políticos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação política entre os pares, a comunidade e poder público; • Organização das necessidades transformando-as em demandas reivindicativas; • Interlocução com o Estado para encaminhamento de demandas;

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

d) Organismos internacionais

As crianças dos meios sociais pobres, mormente dos países em desenvolvimento, eram vistas pelos organismos internacionais como seres potencialmente acometidos pelas condições de miséria de suas famílias. Na correção destes problemas, empreendiam pesquisas e enleavam orientações para a proteção e desenvolvimento infantil, projetando, sobremaneira, o desenvolvimento social.

Não apenas pela vinculação de dotação orçamentária a programas sociais desenvolvidos no Brasil mas, inclusive, pelos fundamentos do Desenvolvimento das Comunidades e Segurança Nacional que operacionalmente projetavam a participação coletiva da comunidade na resolução das mazelas que a acometia, os organismos externos tiveram

³⁶¹ Embora seja necessário considerar que as creches comunitárias já existiam em Juiz de Fora e algumas delas, como foi o caso da Tia Glorinha e Dentinho de Leite, angariaram algum tipo de subvenção do poder público em projetos pontuais; a prefeitura implantou o Pró-Creches, construindo também creches comunitárias, porém sob a justificativa de ter se espelhado na experiência gestada por prefeituras do Sul do país. A diferença residia pois, na intervenção e regulação da prefeitura nas creches a ela vinculadas: havia o constante acompanhamento, através de uma equipe técnica.

fácil penetração no país.

Permeando os fundamentos dos programas ou criando instituições específicas, em Juiz de Fora a presença destes agentes sociais compôs o atendimento infantil por meio das materializadas Aldeias SOS e OMEPE; dos fundamentos presentes nos programas nacionais Casulos e MOBRAL; além do chamamento ao Ano Internacional da Criança, bem como das subvenções da Fundação Kellogg.

Interessante notar que, ao encontro dos processos histórico-sociais desenvolvidos a partir de 1978, a noção atrelada ao trabalho com a infância encontra guarita em Juiz de Fora, não pelo que marcou a entrada intensa do governo estadual nos programas sociais, mas pelo próprio campo de atuação requerente de investimentos, além do que, pelo que apontou Rosenberg (2002), devido a legitimidade epistemológica que estes organismos detinham junto a cientistas e políticos. Assim, tais organismos participaram do atendimento à infância a partir das políticas sociais empreendidas no país.

No quadro 10 estão dispostos os principais interesses, bem como os papéis dos organismos internacionais.

QUADRO 10 – Organismos Internacionais: objetivo e papel

AGENTE	OBJETIVOS E INTERESSES	PAPÉIS
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	<ul style="list-style-type: none">• Legitimidade da autoridade técnica-científica;• Influências na formulação legal e no controle do campo;	<ul style="list-style-type: none">• Orientação das ações em prol da infância pobre;

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

e) Iniciativa privada

A iniciativa privada, por vezes, considerada e incentivada na exploração do atendimento à infância na gestão pedessista, atuava no sentido de oferecer unidades, basicamente, vinculadas às escolas particulares tradicionais e de relevo na cidade.

Sua atuação, pouco relevante quanto ao oferecimento de creches, porém considerável quanto às classes pré-escolares, voltava, mediante os registros jornalísticos, aos aspectos verdadeiramente pedagógicos nos quais eram aplicados métodos atualizados que consideravam o potencial infantil, mediados por aspectos lúdicos, artísticos, sociais, dentre outros. Em alguma medida, este tipo de vinculação denotava qualidade ao atendimento prestado por estas instituições em detrimento das práticas empreendidas por profissionais nos espaços públicos.

Questão reiterada, quando da divulgação de pesquisa realizada em 1988 pela SME, que instigou o debate referente à atuação pedagógica, a formação dos professores e outros problemas decorrentes do mito do pré-escolar na busca pela resolução do fracasso escolar nas primeiras séries do ensino obrigatório. Na ocasião da pesquisa, abriu-se espaço público para as escolas particulares se manifestarem, indicando os pressupostos pedagógicos utilizados, pautados na psicologia do desenvolvimento cognitivo, evocando nomes do mundo acadêmico como Piaget, Montessori, Vygotsky e outros.

Desta forma, a iniciativa privada se colocava no campo do atendimento da infância juizforana, primeiro pela possibilidade de abranger uma demanda que o poder público não conseguia abarcar e segundo, por demonstrar capacidade de fazê-lo sob o discurso da qualidade dos serviços prestados.

No quadro 11 estão dispostos os principais interesses, bem como os papéis da iniciativa privada.

QUADRO 11 – Iniciativa Privada: objetivo e papel

AGENTE	OBJETIVOS E INTERESSES	PAPÉIS
INICIATIVA PRIVADA	<ul style="list-style-type: none"> Desempenho e crescimento econômico; 	<ul style="list-style-type: none"> Supressora das deficiências do Estado no provimento da assistência e da educação;

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

f) Família

Embora não apareça no mapeamento anterior, de forma destacada, importante se faz localizar a família enquanto um agente social no campo do atendimento à infância. Esta aparecia, por vezes, como demandatária direta do atendimento em creches ou com foco de atuação direta para a superação de sua condição de pobreza. Isso se explica devido ao direito a creches estar atrelado sobremaneira, à necessidade da mulher-mãe-trabalhadora ter locais de guarda para seus filhos. Assim, enquanto agente social, a família necessitava da intervenção do Estado no oferecimento destes estabelecimentos, inclusive assegurando, dentre outros, a educação das crianças em idade pré-escolar.

Dado que mesmo sendo responsabilidade da família assegurar os direitos da criança, ela mesma era, de alguma forma, privada dos seus direitos básicos; disso decorre considerar a família um agente social que teve fundamental importância ao somar esforços junto aos movimentos sociais para a organização de demandas, no apoio direto – doações, participação em campanhas e outros – junto às entidades filantrópicas, bem como

pela disposição ao trabalho voluntário junto às creches comunitárias e entidades assistenciais.

No quadro 12 estão dispostos os principais interesses, bem como os papéis da família.

QUADRO 12 – Família: objetivo e papel

AGENTE	OBJETIVOS E INTERESSES	PAPÉIS
FAMÍLIA	<ul style="list-style-type: none">• Intervenção do Estado na proteção e promoção social;• Guarda, proteção e educação dos filhos;	<ul style="list-style-type: none">• Articulação com os demais agentes para políticas de interesse comum

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

g) Empresariado Local

Empresariado, Clubes de Serviços e Associações Comerciais não foram destacados nos grupamentos descritos e analisados no capítulo dois desta seção, porém passaram várias iniciativas, demandando e sendo demandados no atendimento à infância.

Dentre os papéis desempenhados estiveram os de articulação social com vistas à realização de empreendimentos voltados à questão do menor abandonado e que estavam nas ruas da cidade, subvencionando entidades assistenciais³⁶² por meio de intensas campanhas, doações, busca por sócios, dentre outros.

A demarcação do papel do empresariado ganhou relevo no campo do atendimento à infância quando a creche passa a ser pauta dos debates sociais e aparece vinculada à responsabilidade das empresas. Neste, as relações se acirraram animosamente entre os agentes do campo, sob a denúncia do não cumprimento da Lei trabalhista paralela à omissão do Estado.

No final do ano de 1979, a polêmica parece ter se instalado no município e publicizada nos constantes registros jornalísticos. Além de incitar o debate, evidenciando a obrigatoriedade das empresas em constituir ou conveniar o oferecimento de creches para as funcionárias, as matérias denunciam o critério excludente de contratação de mulheres vinculado à situação civil ou à condição materna³⁶³.

As lideranças sindicais do setor de tecelagem e fiação, bancário e postais e telefones, chamadas a posicionarem-se, afirmaram que a creche, além de oferecer melhores

³⁶² AS CRECHES e os orfanatos tentam substituir o amor que as crianças não têm em casa. Diário Mercantil, 15 de nov. 1981, p.4; ASSISTENTES sociais criticam descaso ao menor. Diário Mercantil, 15 de fev. 1978, p.7.

³⁶³ ASSIS. Rita Reinh. Creches, urgente! Diário Mercantil, 09 de dez. 1979, p.9, caderno 2.

condições de trabalho, auxiliaria na diminuição da mortalidade infantil por oferecer assistência completa à criança. Por outro lado, pontuaram não ser somente responsabilidade do empresariado, mas também do poder público oferecer subsídios para a criação de creches.

Em contrapartida, os grandes gastos das empresas com impostos e a omissão do Estado, serviram de argumentos para a polêmica instaurada em diferentes setores. No calor das discussões, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista afirma, “sobre a prescrição legal, o governo está transferido sua responsabilidade para as empresas”³⁶⁴.

Pareceu que o empresariado, antes tradicionalmente atuante de forma voluntária no atendimento à infância pobre juizforana, deslocou sua participação do âmbito privado para o público, tendo sua participação cobrada formalmente na prática da assistência. Isto pode ter contribuído para inaugurar a consolidação de subvenções a entidades assistenciais e com o fato do poder público a forjar sua ação superficial na área conforme pontuava a Lei; a própria dinâmica de criação do Grupo Solidariedade Pró-Creche, na administração peemedebista, pode conformar esta atuação conveniente.

No quadro 13 estão dispostos os principais interesses, bem como os papéis do empresariado local.

QUADRO 13 – Empresariado local: objetivo e papel

AGENTE	OBJETIVOS E INTERESSES	PAPÉIS
EMPRESARIADO LOCAL	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimação da atuação tradicional na cena social juizforana; • Receber incentivos fiscais; • Assegurar contra os potenciais marginais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Supressor da deficiência do Estado no provimento da assistência; • Articuladora dos interesses dos demais agentes; • Mantenedor de obras sociais

Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

7.4 – Educação Infantil como campo de forças

O conjunto dos agentes sociais que integram o campo da educação infantil mantém vínculos com agentes de outros campos, assim como transitam entre diferentes campos portando conteúdo daqueles, congregando atributos das influências externas bem como internas, resultando no estabelecimento de relações de força.

³⁶⁴ PARA empresários, a creche não é a solução, mas cria consciência. Diário Mercantil, 14 de dez. 1979, p.4.

Sendo considerado campo, o atendimento correlaciona-se com os demais campos num espaço social mais denso e complexo, agregando, sobretudo, regularidades em torno das negociações, estratégias e embates assumidos pelos agentes sociais. Decorre pois, que os campos sociais não são estanques ou mesmo estáticos; conforme já apontado produzem-se a partir das relações sociais empreendidas por agentes, portanto relações humanas complexas. Isso significa que “os campos não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas, totalmente autônomas (...) existe uma interpenetração dos campos, segundo Bourdieu” (apud BONNEWITZ, 2003, p.63).

Conforme o percurso histórico empreendido na parte dois deste estudo, pode-se perceber a estruturação do atendimento à infância juizforana, na qual relações de forças foram empreendidas, transformando processualmente a concepção do atendimento e a própria concepção de infância.

A partir da entrada de novos agentes sociais, menor visibilidade de uns ou até mesmo a retirada de outros, percebe-se que campo admite a fluidez das relações, o refluxo de interesses, a própria evolução ou não do objeto de disputa.

Partindo do pressuposto bourdieuniano de que a lógica de um determinado campo tende a permear outros campos, percebe-se que o campo do atendimento infantil, especialmente em Juiz de Fora, manteve relações com outros campos que incisivamente influenciaram em sua constituição, como o campo da Educação Pública, por exemplo. Este, a partir de suas instituições formais e programas voltados para a educação formal, sob a premissa de compensação e preparação para o ensino primário, sobressaiu em relação aos demais campos, provocando coalizões. O campo da Previdência e Assistência Social bem como o da Saúde Pública e o Judiciário, voltavam-se para a proteção e a promoção social da criança pobre e suas famílias. Sublinha-se ainda o campo político com o aparato legal vindo dos diferentes ministérios; os campos judiciário, econômico e religioso; as diferentes entidades específicas para a defesa da criança e do adolescente que foram se constituindo a partir da década de 1980; e os organismos internacionais que subscreviam orientações e modelos de atendimento à infância.

Mas cabe destacar que o conjunto de formas de atendimento institucionalizadas confluíram-se na amplitude da condição social da infância, ou seja, toda a multiplicidade temática, todos os interesses entorno da competência pelo atendimento desvelou a particularidade de uma categoria geracional: a concomitância entre educação e cuidado.

A partir do aparato legal que subsidia a organização da educação nacional desde 1996 – Lei de Diretrizes e Bases, Referenciais Curriculares, Plano Nacional de Educação

e outros mais, o cuidado e a educação a representar uma única categoria, a de Educação Infantil. Não que este passou a existir no momento de formalização das leis. Antes, como o próprio estudo possibilitou mostrar, reflete as peculiaridades da infância.

Assim, parece possível afirmar que todo o embate do atendimento à infância ocorrido em Juiz de Fora – e, é claro, igualmente em outros municípios do país – pela própria variação de temas e distinção entre os agentes, conformaram Educação Infantil no município. A instauração de redes oficiais de pré-escolar e de creches, por exemplo, assim como a ampliação do atendimento aos menores de seis anos em outras instituições pela prática de convênio, expressaram não só reivindicações e demandas, mas a concretude da particularidade da infância juizforana se fazendo presente no campo.

A própria abordagem historiográfica da Educação Infantil brasileira e seus marcadores no campo da assistência e da educação refletem o acentuado campo de forças arraigadas na/pela redefinição do papel do Estado brasileiro, justamente no momento em que as transformações históricas e políticas ocorriam. São os marcos historiográficos que apontam para uma possível percepção de que a Educação Infantil, considerada em sua particularidade, diretamente ligada à categoria social geracional a que se destina, tem sua constituição a partir do embate dos diferentes agentes sociais num jogo de disputa no qual se inscrevia formas de atendimento distintas.

Dentre outros, foi o momento em que diferentes olhares sobre a infância e a família foram cunhados de forma a projetá-los na perspectiva da Segurança Nacional e do Desenvolvimento de Comunidade. Entretanto, ao mesmo tempo em o estado se colocava no provimento das políticas públicas, também se retirava paulatinamente da assunção do atendimento à infância ao passo que o fazia co-responsabilizando os demais seguimentos sociais.

Antes, pôde-se ler a Educação Infantil, expressa por uma cultura política de caráter assistencialista e compensatório, legitimada pelos processos de expansão a baixos custos, bem como pela necessidade de preparação para a escolarização obrigatória. Em meados da década de 1980, consoante ao processo de redemocratização nacional e Nova República, apreendeu outros debates, apontando a coexistência de uma forma alternativa para se pensar o atendimento, sob a ótica da outra cultura política, edificada na concepção do direito.

Devido à atuação dos diferentes agentes sociais, o atendimento à infância angariou um debate político³⁶⁵, sob a ótica de uma outra cultura política edificada na concepção de direito³⁶⁶. Este potencial modificador está presente nas análises que Gohn (2005) faz, especificamente quanto à atuação dos movimentos sociais no qual, segundo a autora, a força destes gerou uma nova cultura política expressa pelo

conjunto de valores, crenças, atitudes, comportamento sobre a política (...) sobre temas e problemas públicos; [ela] envolve símbolos, regras, mitos e ícones que catalisam os sentidos, as crenças compartilhadas sobre a ação do indivíduo, agindo em grupo, em função da política (GOHN, 2005, p.34).

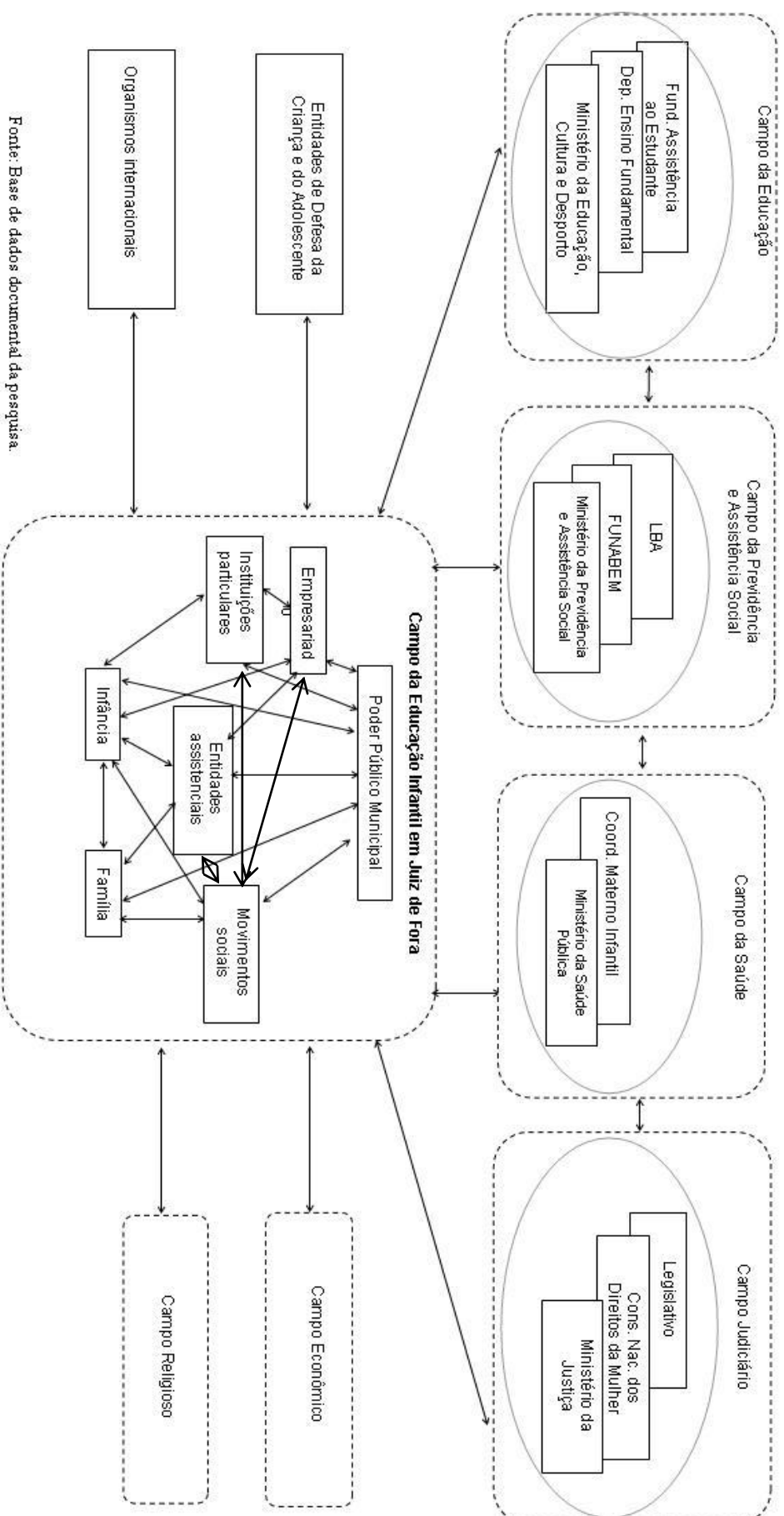
Alvarez, Escobar e Dagnino (2000) e Gohn (2005) pontuam que a cultura política é inerente à prática dos movimentos sociais, mas a partir da apreensão dos demais agentes do campo social mais amplo, percebe-se que a complexidade das relações de força pressupõem outros agentes que ajudam a compor as regras do jogo, estabelecendo novos arranjos relacionais e construindo novos significados .

A representação gráfica da figura 3 objetivou elucidar o campo da educação infantil no município estudado, a partir das conexões entre os demais campos sociais identificados na investigação. Cabe ressaltar que esta disposição refere-se a um recorte parcial dos referidos campos, nos quais foram privilegiados alguns agentes. Além disso, mesmo constando de elementos que denotam uma disposição hierárquica – e a despeito da teoria bourdieusiana todo campo a tem devido a posse de diferentes volumes de capitais, por seus agentes – considerou-se duas questões de fundamental importância para a constituição do campo da Educação Infantil em Juiz de Fora.

A primeira refere-se às relações, transitórias ou não, estabelecidas pelos agentes sociais no intento de alcançarem seus objetivos, fazendo com que as disposições de cada um no campo em estudo sejam provisórias e, portanto, dinâmicas – fato tal que não admite o engessamento em esquemas fechados. Assim, como segunda consideração, a busca pela aproximação e mais entendimento da complexidade deste campo requer outros aprofundamentos teóricos que estão além dos objetivos desta pesquisa.

³⁶⁵ No sentido apontado por Gohn (2005), referente aos argumentos e debates de temas públicos e que constrói uma cultura política pública.

³⁶⁶ As próprias produções científicas demonstram isso quando, no final da década de 1980, ante a diversidade de alternativas de educação para crianças pequenas geradas na luta dos movimentos sociais e sua conseqüente expansão, angariam uma discussão política. Ver: ROCHA. E. A. C. (et al) *Educação Infantil (1983 – 1996)*. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2001 (Série Estado do Conhecimento)

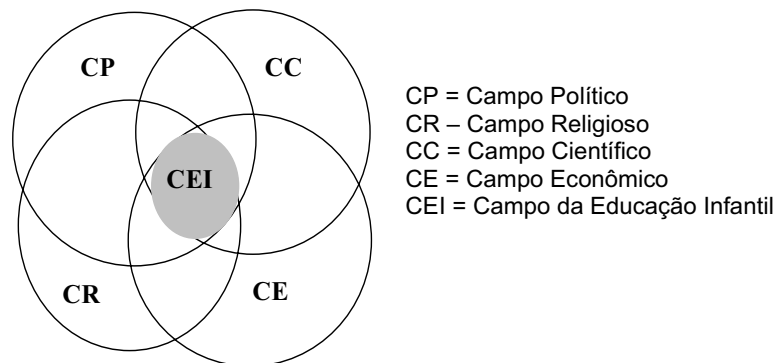


Fonte: Base de dados documental da pesquisa.

FIGURA 03 - Campo da Educação Infantil em Juiz de Fora

Marcadamente, através do conjunto de agentes sociais que estiveram circunscritos no atendimento à infância juizforana, pode-se, a grosso modo, considerar os campos político, religioso, científico, econômico que, dentre os campos do espaço social, confluíram para a constituição do campo específico da Educação Infantil.

Figura 4 – Confluência dos campos sociais na constituição da Educação Infantil em Juiz de Fora



Fonte: Base de dados documental desta pesquisa

A figura 4, apesar de ser uma representação matemática bastante limitada, tende a ilustrar a conformação da Educação Infantil por diferentes campos. O campo político pode ser considerado o grupamento dos partidos políticos, movimentos sociais, Sociedades Pró-melhoramentos de Bairros e o poder público em suas três esferas; leiam-se também os campos da educação, da assistência social e da saúde; o campo religioso que agrega as iniciativas caritativas vinculadas às confissões Católicas, Metodistas e Espíritas; o campo científico inscreve os diversos especialistas: médicos, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, juristas, também advindos de campos diversos, distinguindo-se pelas áreas de conhecimentos específicos; por fim, o campo econômico, a partir do empresariado local e programas de orientação e subvenção internacionais.

Um estudo aprofundado acerca das posses de capitais dos diferentes agentes e, conseqüentemente, a percepção do capital predominante no conjunto mais amplo de relações destes, poderia contribuir para apreender a posição ocupada por cada um no campo específico da educação infantil juizforana. Seria bastante pertinente tal aprofundamento para visualizar as relações de poder, bem como a compreensão dos arranjos relacionais existentes nos quais denotam os limites e as possibilidades das ações dentro do campo. Isso poderia, por exemplo, apontar para o protagonismo dos movimentos sociais na cons-

tuição de políticas públicas para a Educação Infantil ou ainda apontar novos arranjos interacionais os quais – por exemplos, os conselhos – sirvam ou não de canais de novas sociabilidades nos quais concepção de criança, de atendimento infantil, de direito, dentre outros, possam ou não circular, angariando novos elementos.

7.5 - O objeto de disputa

Na analogia empreendida por Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2003), como num jogo, o campo também possui móveis de disputa, ou seja, produto da competição entre jogadores que têm história própria. Assim, a história própria e turbulenta do campo da Educação Infantil juizforana foi demarcada por uma disputa específica que girava em torno da competência pelo atendimento. Tal disputa ainda é acirrada ao passo que o processo de transferência das creches do setor da assistência social para o setor da educação ainda não se processou a contento da Lei 9.394/96 (COSTA, 2006)

Desde as iniciativas caritativas sob o forte preceito da piedade e salvação, passando a filantropia com a profilaxia social, além da proteção social divulgada pelo Estado, das práticas compensatórias inferidas pelos organismos internacionais até o debate pelo direito social encampado pelos movimentos sociais, o atendimento da infância servia aos diferentes interesses dos agentes sociais conforme o jogo de força empreendido pelos mesmos.

O objeto de disputa foi assim legitimado por agregar conteúdos dos diferentes agentes sociais que o disputavam, acionando e, ao mesmo tempo sofrendo o jogo de forças balizado pela diversidade de interesses, reconstituindo-os dinamicamente e ao incorporar novos agentes, redistribuíam o poder no interior do campo.

Nesse sentido, a segmentação do campo da educação infantil juizforana, no período estudado – poder público, instituições particulares, movimentos sociais, organismos internacionais, entidades assistenciais, família e empresariado – denotou uma luta concorrencial, na qual a relação de forças em torno da competência pelo atendimento à infância conferiu diferentes conotações à Educação Infantil.

Para os movimentos sociais e família, por exemplo, passou a significar objeto de direito social uma vez que apontava para o oferecimento de bens e de serviços por parte do poder público ao cidadão; para o poder público, organismos internacionais e até mesmo entidades assistenciais, mecanismo disciplinador da população carente tendo em vista que apaziguaria as diferenças sociais; também para o poder público significou possibilidade de alavancar financiamentos externos, bem como compor índices de desenvolvi-

mento social, além de recolocar o município no rol de desenvolvimento regional, conforme exposto nas seções anteriores; para os movimentos sociais tornou-se instância de participação popular tendo ampliado o leque de militância, os espaços de interlocução e até mesmo de atuação; para as instituições privadas, dentre outros, pôde significar a maximização de inserções no mercado; assim como para o empresariado local pôde significar a contrapartida necessária na qual, por meio de subvenção, não se viu obrigado ao cumprimento da lei trabalhista.

Em suma, o atendimento à infância configurou-se como objeto histórico, motor de relações de conflito e aliança entre diferentes agentes sociais, fazendo-o materializar-se em instituições específicas como creches e pré-escolas; atendimento que comportava funções educativas, bem como de cuidados e de assistência. Entretanto, os múltiplos agentes concorrentes carregaram consigo interesses que estigmatizaram tendências distintas para estas instituições, fazendo com que o atendimento ficasse cindido entre a assistência e a educação.

As funções educativas voltaram-se à pré-escola e, conforme os processos históricos arraigados pelo projeto de expansão à baixo custo com vistas ao pré-escolar, priorizaram o atendimento à faixa etária de quatro a seis anos. Distintamente, as creches voltaram-se para a faixa etária de zero a três anos, permeada pelas funções de guarda e assistência, como forma de dar possibilidade à mulher-mãe-trabalhadora condições de manter os filhos em instituições nas quais seriam assistidos enquanto trabalhassem fora do domicílio.

7.6 – Polarização organizacional entre assistência e educação

A educação infantil, enquanto campo com relativa autonomia, cumpriu para com a abrangência das diferentes formas, funções e modelos nos quais se estruturou o atendimento infantil ao longo de sua história, comportando as instituições de guarda, cuidado e educação da infância. Porém, o imaginário que se instalou nos diferentes segmentos sociais em decorrência do jogo de forças impregnado pelas ações caritativas, filantrópicas e de assistência social, polarizou creche e pré-escola, cindindo sua função social e, por prioridade política e econômica, definiu o atendimento emergencial de demandas específicas além do envolvimento diferenciado dos vários órgãos e entidades que atendiam à infância.

Creche, a grosso modo, servia para “*substituir o lar*”³⁶⁷ e pré-escola para “*preparar a criança para a 1ª série*”³⁶⁸, este foi o resultado de uma polarização entre atendimento assistencial e educacional, conforme Kuhlmann Jr (1998), que, ao se instituir, definiu organizacionalmente os órgãos e as instâncias responsáveis pela organização e funcionamento das entidades de guarda e proteção, além das entidades de educação, marcadamente pela concepção da “*assistência científica*”³⁶⁹.

O atendimento público à criança em idade pré-escolar – de quatro a seis anos – em Juiz de Fora, consistia, até 1980, numa escola da rede estadual de ensino em funcionamento desde a década de 1930, constantemente sob ameaça de não concluir o ano letivo por não contar com instalações próprias; cinco núcleos do Programa Especial do Pré-escolar – PEPPE, programa da administração municipal que, desde 1975 funcionava através de conveniamento com o LBA com vistas ao atendimento de crianças de dois a seis anos, inclusive seus familiares; além das inúmeras entidades de assistência, vinculadas às confissões religiosas, que atendiam à criança nomeadamente órfã, marginalizada ou abandonada.

Este conjunto de instituições não abarcava a demanda crescente. Além disso, no caso das obras assistenciais, eram constantes os apelos na imprensa local para a manutenção do atendimento prestado, o que dificultava a ampliação do atendimento à criança carente. Neste sentido, a partir de 1980, em consonância com a política de expansão nacional, o governo do estado e o próprio poder público municipal encamparam iniciativas de baixo custo, aumentando a matrícula do pré-escolar nas unidades de ensino oficial existentes; por outro lado, o próprio poder público federal, bem como o poder público municipal, firmavam convênios com as entidades assistenciais com vistas a manter o atendimento prestado. Neste período, pode-se dizer que o atendimento à infância em classes de pré-escolas aumentou consideravelmente.

Os programas deste período que visavam a ampliação do pré-escolar, conforme o modelo do PEPPE, apresentavam-se numa perspectiva compensatória, o que também significou concomitante atendimento integral da criança em suas múltiplas dimensões de lazer, saúde, alimentação, além do atendimento pedagógico, expandido inclusive à família. As propostas notoriamente apontavam para a faixa etária de dois a seis anos; porém,

³⁶⁷ PARA empresários, a creche não é a solução, mas cria consciência. *Diário Mercantil*, 14 de dez. 1979, p. 4.

³⁶⁸ CALENDÁRIO RURAL: mais uma inovação. *Diário Mercantil*, 31 de jan. 1978, p. 6.

³⁶⁹ Expressão formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, onde já se previa que o atendimento à pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos (KUHLMANN, 1998).

pela prioridade de preparação para o ensino compulsório e pela limitação do número de unidades de atendimento ao pré-escolar, a tendência era priorizar a matrícula de crianças entre quatro e seis anos.

Arquitetado a partir de 1979, o Programa do Pré-Escolar, PROPRE – componente do Projeto Cidade Porte Médio, financiado pelo Banco Internacional de Reestruturação e Desenvolvimento – buscou atender aos anseios de vários agentes sociais, inclusive aos do próprio poder público, de recolocação econômica da cidade e a evidente preocupação com a questão urbana³⁷⁰. Implantando 13 unidades de Escolas Municipais de Educação Pré-Escolar – EMEIs, em 1982, visou a ampliação do atendimento às crianças em idade de 4 a 6 anos, através de dois subprogramas: o Programa de Ensino Pré-escolar – PROENPRE, para o atendimento global à infância com vistas ao sucesso escolar futuro³⁷¹; e Programa de Atendimento e Promoção do Pré-escolar – PAPPE, que, na verdade, era o PEPE, porém redimensionado e sob a égide da Secretaria Municipal de Educação.

No que se refere ao PROPRE, cabe destacar dentre seus principais objetivos, a ampliação de atendimento às crianças a partir de 2 anos, no prazo de 24 meses, a contar sua implantação no município; tal programa, na avaliação de Lemos (2004), define como competências da administração municipal:

(...) criar, nos órgãos e agentes responsáveis pelo desenvolvimento do pré-escolar, a consciência do imperativo social de assistência global à criança na faixa etária de 2 a 6 anos; canalizar para o projeto recursos econômicos indispensáveis à implantação e implementação do mesmo; desenvolver e operacionalizar os recursos humanos e de infra-estrutura sócio-econômica para a consecução dos objetivos específicos; estabelecer as condições necessárias mobilizando todo o potencial e os recursos disponíveis e rever e atualizar e/ou criar as normas legais necessárias à maximização do desempenho do projeto (LEMOS, 2004, p. 76).

As ações da administração municipal para eleger as principais regiões de concentração da população de baixa renda se deram a partir de alguns critérios como a centralização geográfica, a infra-estrutura já existente e a existência de lideranças organizadas por associações comunitárias, conforme já exposto anteriormente. Porém, com a

³⁷⁰ Empreendendo ações urbanísticas, três programas foram firmados: a) Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – CURA – voltado para infra-estrutura básica da periferia, em 1980; b) programa Cidades de Porte Médio – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – CPM/BIRD, em 1979, com vistas a reorientar o ciclo migratório por meio de melhorias dos equipamentos coletivos de consumo; e o Programa de Desenvolvimento de Comunidade – PRODECOM – desenvolvido, entre 1979 e 1982, com o objetivo de promover o desenvolvimento social com a participação comunitária (VISCARDI, 1990).

³⁷¹ Na fase de implantação tal programa foi o responsável pela construção de 13 unidades em bairros periféricos de baixa-renda.

transição administrativa, momento oportuno para avaliar e evidenciar as principais necessidades de implementação do programa, evidenciou-se a falta de critérios para seleção de pessoal, bem como da indisposição de planejamento financeiro para o cumprimento dos objetivos apresentados (Arquivo Permanente da SME apud LEMOS, 2004). Tais aspectos foram revistos, mantendo, no entanto, a meta de ampliação de atendimento às crianças de seis anos, vislumbrando ainda a preocupação com a expansão daquela faixa relativa à fase de alfabetização.

O que se tem por via destas iniciativas é meramente o incremento do caráter compensatório de ações desenvolvidas pela administração municipal onde, de um lado, o atendimento primava pela supressão das carências sociais das crianças inscritas na rede municipal; por outro, estas carências eram marcadas pela necessidade de estimulação e prontidão para o bom desenvolvimento no processo alfabetizador. Além disso, há ausência de especificações que delineiam o atendimento educacional às crianças menores de quatro anos pela rede pública, o que não significou total desleixo com esta faixa etária.

Às crianças menores de quatro anos perceberam-se ações voltadas para programas de saúde preventiva pulverizadas nos centros comunitários e sistemas de convênios com entidades filantrópicas e caritativas. Estas, atuantes majoritárias no socorro social, tinham presença substancial no amparo das famílias carentes juizforanas, compondo o quadro da assistência privada.

A condição transectorial e multinstitucional denota o quadro fragmentado do atendimento infantil no período de 1978 a 1982, fato que pode ser elucidado pelos acontecimentos específicos do Ano Internacional da Criança que coincidiu com o I Ano da Criança Brasileira e, posteriormente, com a divulgação do Ano I da Criança de Juiz de Fora. A princípio, esperava-se que este fosse o mote para o empenho dos diferentes setores da sociedade na ofensiva dos problemas da infância através de ações específicas e conjuntas, porém o que se assistiu foi à desintegração dos diferentes segmentos tanto para o planejamento das ações quanto para a divulgação das mesmas³⁷². Assim, a percepção cindida da atuação com a criança se apresentou mais evidente quando se pontuou que, além de iniciativas pulverizadas de cunho assistencial serem paliativas e paternalistas, urgia foca-

³⁷² ENFERMAGEM prepara o Ano da Criança. Diário Mercantil, 07 de mai. 1979, p. 4; CASTILHO acha que menor permanece sem recursos. Diário Mercantil 08 de mai. 1979, p. 14; INFÂNCIA sem opções. Diário Mercantil, 09 de mai. 1979, p.2.

lizar também o lazer da infância, privada de espaços públicos de socialização (ABREU, 1979, p.2)³⁷³.

Considerando esta vertente de atuação, os programas implementados pelo poder público local incorriam numa tríplice estratégia: além de atenderem às demandas populacionais emergentes, atendiam também às pressões de entidades assistenciais – majoritárias no atendimento à infância e carecedoras de apoio para a manutenção das atividades – bem como buscavam reinscrever o município no cenário econômico.

No que se refere à implantação de creches que visavam prioritariamente o atendimento às crianças menores de 4 anos, estas figuravam-se com o atendimento distinto ao oferecido pelo pré-escolar, distinção expressa pela demanda, função, organização e funcionamento. O conjunto de objetivos das creches inscrevia basicamente as funções de guarda e o cuidado, entendidos como complementação alimentar, prevenção da delinquência, da desnutrição e de doenças, formação de hábitos e promoção da socialização. Tal conjunto de objetivos não dista da função específica das unidades de pré-escolares, considerando que as ações voltadas para o atendimento da infância estavam também intimamente ligadas à preparação para a escolaridade obrigatória, tendo em vista a compensação das mazelas sociais que acometiam a infância pobre, acentuando-se o fato de as mães necessitarem trabalhar fora do domicílio; além disso, as unidades pré-escolares também competiam quanto ao atendimento de saúde preventiva, congregando diferentes programas em seu espaço físico, como por exemplo, o Programa de Saúde Preventiva do Pré-Escolar.

O diferencial entre uma e outra também pode ser apontado quanto à demanda a qual se destinavam pré-escola e creche. Esta última era configurada como espaço alternativo de guarda de crianças cujas mães necessitavam trabalhar – ao menos este foi o imaginário que impregnou os discursos e a prática de educadores, filantropos, segmentos da iniciativa privada e movimentos sociais em Juiz de Fora e que se estendeu ao longo da década de 1980 quando da implantação do Programa de Creches. No que se refere à pré-escola, a demanda era prioritariamente aquela cuja idade estava próxima da escolarização obrigatória; caso ainda seja pertinente apontar, o atendimento por turno e não integral, como aquele oferecido pela creche, denota que a pré-escola não se destinava às famílias cujas mães necessitavam trabalhar fora do lar.

³⁷³ ABREU, Aloízio. Infância sem opções. Diário Mercantil, 09 de mai. 1979, p. 2.

Além das entidades filantrópicas oferecerem o regime de semi-internato – o que não caracterizava claramente o atendimento de creche – havia algumas unidades de creche da iniciativa privada. Especificamente quanto à iniciativa pública, o debate se acirrou quando, no ano de 1979, a polêmica se instalou em Juiz de Fora, basicamente por conta das denúncias veiculadas nos jornais locais quanto ao não cumprimento da Lei Trabalhista por parte do empresariado; nesse ínterim, não só empresariado, mas o poder público também foi acusado por não oferecer subsídios para a criação de creches.

Decerto que outras iniciativas foram cunhadas pelas iniciativas privadas com vista ao atendimento à infância em instituições específicas de creches e de pré-escolas. No decurso dos anos de 1983 a 1988, com a gestão municipal sob a responsabilidade da bancada peemedebista, novos projetos, convênios e parcerias consubstanciaram uma política de Educação Infantil na qual houve expansão do atendimento pré-escolar, com os Programas Municipal e Estadual de Educação Pré-escolar, inaugurando unidades na zona rural do município; neste, se constituiu a rede de creches comunitárias ajustando-se às demandas da população, mediante a atuação de diferentes agentes sociais de forma coletiva e organizada, incentivada pela própria prefeitura.

A referida experiência da rede de creches foi gestada a partir dos mutirões de serviços, gerando a constituição do Grupo Solidariedade Pró-Creche – também denominada pelo jornal local como Movimento de Creche – no qual, orientada por um grupo técnico ligado à Prefeitura, bem como pelo apoio do empresariado local, a comunidade fazia-se responsável direta pela gestão das Creches Comunitárias implantadas. Tal iniciativa visava adequar a população infantil aos programas de alimentação, educação e atendimento psicológico oferecidos inicialmente na rede escolar municipal e nos centros comunitários.

No primeiro ano de atuação, apostou-se numa meta de 10 creches alocadas em espaços disponíveis e mantidas com recursos adquiridos pela própria comunidade e também pela prefeitura³⁷⁴. Entretanto, a projeção desta experiência registrava a instalação de 25 unidades de creches comunitárias destinadas às famílias carentes com atendimento pedagógico, nutricional, psicossocial, médico e odontológico, com baixo custo operacional, isso por contar com assistência de voluntários, bem como da participação direta da comunidade.

³⁷⁴ GAC faz reunião hoje e discute plano de creche, *Diário Mercantil*, 25 out. 1983, p. 5; NÚCLEO abre campanha para instalar creche, *Diário Mercantil*, 30 out. 1983, p. 5.

A significativa demanda por creches, presente nos anos iniciais da administração peemedebista não pode ser dissociada dos debates embrionários desenvolvidos no final da década de 1970 por intelectuais, juristas, médicos, filantropos, sindicalistas e movimentos sociais, conforme registravam os jornais Diário Mercantil e Unibairros. Naquele momento, sem a definição objetiva acerca do papel do poder público quanto ao atendimento das demandas por Educação Infantil em Juiz de Fora, algumas iniciativas foram registradas, sobretudo nos segmentos filantropos e privados, sob a égide do Estado e do voluntariado empresarial e comunitário no que tange às creches.

Em suma, o complexo conjunto de iniciativas referentes à subvenção das atividades de obras sociais, programas de vacinação, alimentação e saúde preventiva, bem como os programas específicos de atendimento pré-escolar através das Escolas Municipais de Educação Infantil e da rede de Creches Comunitárias, sob as quais institucionalmente legitimaram os sistemas educacionais e assistenciais, permitiu perceber um sistema de barganha entre a comunidade, clubes de serviço, empresariado, entidades assistenciais, movimentos sociais e poder público, supostamente mantendo a unidade dos aspectos de educação e de cuidado da infância pobre juizforana; a propósito de um incipiente projeto descentralizador e participativo onde a responsabilidade sobre a infância e suas mazelas foi disseminada entre os diversos agentes sociais.

Creches e pré-escolas, vistas como necessárias ao atendimento infantil, devido à demanda, função, à forma de organização e funcionamento, tiveram trajetórias lotadas em órgãos diferenciados tanto da administração pública municipal quanto das demais esferas governamentais. As Escola Municipais de Educação Infantil estiveram, desde os primeiros anos da década de 1980, sob a égide da Secretaria de Educação; diferentemente, as Creches Comunitárias nasceram vinculadas à órgãos da assistência social, conformação local da disputa impetrada pela disputa entre assistência e educação em todo o país.

7.7 - Movimentos sociais no campo da educação infantil

As relações estabelecidas no campo, na perspectiva de Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2003), são entendidas como luta simbólica entre as diferentes classes, com vistas a sobrepor seus interesses. Adita-se ainda o fato de que as classes populares, das quais os movimentos são oriundos e falam em nome daquelas, são, segundo a ótica

bourdieuniana, submetidas a uma violência simbólica na qual os dominantes impõem e legitimam suas representações e suas categorias de percepção do mundo social.

Os conflitos simbólicos estabelecidos no campo da Educação Infantil em Juiz de Fora podem ser expressos num recorte bastante restrito, porém significativo, considerando os papéis desempenhados por cada agente que compõe o campo. No conjunto dos agentes sociais identificados, os movimentos sociais podem apresentar-se como importantes agentes-jogadores deste campo, uma vez que a partir de seus projetos sóciopolíticos, corroboram para transformações que operam as ações sociais coletivas.

De longe, pressupor autonomia aos movimentos sociais, imputando-lhes o poder de transformação social seria negar a abordagem teórico-metodológica assumida até aqui. Mas significa considerar que nos processos de coalizões, conflitos e alianças os movimentos sociais possuem repertório diferenciado e legitimado coletivamente. Este sentido potencial dado aos movimentos sociais partiu de Bourdieu quando afirma que o “(...) movimento social pode se definir como um conjunto de ações, de condutas que questionem parcial ou globalmente uma ordem social, procurando transformá-la” (Bourdieu apud BONNEWITZ, 2003, p. 143). Em mesma via, para Gohn (1997),

Movimentos sociais são ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais e camadas sociais, articulados em certos cenários da conjuntura sócio-econômica e política de um país, criando um campo de forças social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertório vivenciado pelo grupo da sociedade. As ações se desenvolvem num processo social político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhado pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. (...) Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter de transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem suas ações. (ibid, p.251)

Considerando esta definição mais ampla de Gohn (1997), bem como as categorias próprias para a análise do campo propostas por Bourdieu (2000) – multidimensionalidade, interesse, relações de aliança e conflito e outros – pode-se dizer que os movimentos sociais populares juizforanos, a partir de suas ações em prol do debate sobre o atendimento à infância, influíram na constituição deste campo, primeiro pelo fato de nele estarem presentes; segundo por organizarem, demandarem e articularem com os demais

agentes sociais do campo, correspondendo materialmente à consagração do atendimento, por exemplo, por meio da Creches Comunitárias implantadas a partir de 1985.

Além do conjunto de movimentos sociais apresentados no capítulo 6, desta seção, cujas ações reiteraram o debate em prol da infância, percebe-se que a partir de 1983, fundamentado no procedimento canônico dos mutirões que se voltaram para a co-gestão por parte da população, dos equipamentos básicos de consumos e serviços, a Educação Infantil passou a ter delimitações específicas quanto ao papel de cada agente no campo social, mormente pela conclamação da população à participação na administração das Creches Comunitárias.

Na medida em que a necessidade de creches passou a ser gerenciada por um núcleo ligado diretamente à Prefeitura, constituiu-se também – enquanto demanda manifesta em diversos bairros da periferia – o que, potencialmente, justifica a mobilização de diferentes agentes na organização das demandas, inclusive dos movimentos sociais juizforanos, que já vinham empreendendo ações específicas quanto a este atendimento.

A inserção dos movimentos sociais no campo da Educação Infantil juizforana tendeu a um deslocamento da identificação do debate e das respostas para os problemas das camadas dominadas do nível macro, consagrado pela centralidade das esferas governamentais para um nível micro, passando pelas bases dos movimentos sociais; isso é o que Bourdieu (2000) compreenderia como sendo a redistribuição do poder no campo, considerando a emersão de novos agentes sociais.

Os próprios movimentos sociais, no conjunto identificado a partir da base popular, podem ser considerados como um campo de forças específico que conflua diferentes agentes sociais – Sociedades Pró-Melhoramento, movimentos de mulheres, centro de defesa, associações diversas, e outros. Este conjunto de agentes pode traduzir-se pela experiência política e social de seus engajamentos específicos, mas que, dentre eles, publicizaram um olhar coletivo referente à infância.

Considera-se que os movimentos sociais, conforme disposto na figura 03, influenciaram e sofreram influência dos demais agentes do campo, porém diferenciando-se dos demais pelo seu potencial papel de articulador político, sobretudo entre seus pares; a interlocução direta e legitimada com o Estado; inclusive pela articulação das necessidades, transformando-as em demandas.

Neste caso, o atendimento infantil, em suas diferentes dimensões – abrigo, creche, pré-escola, área de lazer, etc – esteve presentes nas reivindicações dos movimentos sociais e abriu, em alguma medida, um espaço de participação mais direta na gestão mu-

nicipal. O desafio seria apreender os diferentes arranjos institucionais estabelecidos entre movimentos sociais e poder público – claro, sem desconsiderá-los na dinâmica mais densa do campo – e suas contribuições na formalização de políticas públicas para a infância juizforana. Um referencial que pode contribuir para equacionar esta questão refere-se à abordagem da participação na qual, a partir dos diferentes graus de participação pode ou não revelar o protagonismo dos movimentos sociais nos espaços públicos de decisão em prol da infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para a realização deste estudo partiu do interesse por questões relativas à constituição da Educação Infantil no município de Juiz de Fora, considerando apenas um agente social: os movimentos sociais. Entretanto, mediante a riqueza metodológica do campo de pesquisa, ao mesmo tempo em que se pretendeu limitar o interesse do objeto de estudo – para melhor captar a importância que tiveram os movimentos sociais na produção de políticas educacionais para a infância – admitiu-se a presença de outros agentes sociais. Estes foram, portanto, identificados e considerados relevantes à Educação Infantil no referido município, a partir do conjunto interacional de conflitos e alianças, constituindo um campo social próprio: o campo da Educação Infantil.

Deste feito, afirmou-se, na introdução deste trabalho, que a Educação Infantil é reconhecida, no Brasil, como direito da criança e primeira etapa da educação básica. E a esta afirmativa agregou-se, de imediato, o argumento de que o reconhecimento se deu a partir da construção de direito e de cidadania da criança e também da própria família, demarcando as diferentes formas de atendimento constituídas.

A partir desta afirmativa, almejou-se suscitar algumas reflexões, dentre as quais, este trabalho viria a se constituir. Assumia-se que a variação das formas de atendimento à infância devia-se aos interesses específicos dos diferentes agentes sociais, num tenso jogo de forças permeadas, sobretudo, pelos processos históricos e políticos do país. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a constituição do campo de atendimento à infância, especificamente em Juiz de Fora, buscando identificar os agentes nele dispostos, seus interesses e papéis diante das questões relativas à infância.

A análise não poderia prescindir a compreensão do atendimento à infância já sistematizado por num vasto referencial teórico que aborda a construção social da criança no Brasil. Assim, no capítulo três, valeu-se das principais teses desenvolvidas por diferentes autores para proceder à pesquisa, visando apreender a amálgama das relações estabelecidas para a infância brasileira. A partir do estudo deste referencial, perceberam-se diferentes matrizes nas quais o atendimento prestado à criança, sobretudo a pobre, era recorrente da concepção de infância que veiculavam, naturalizada e universalizada a partir dos programas específicos e discursos impregnados socialmente.

A matriz caritativa concebia a infância pobre – órfão ou abandonada – como sendo uma alma perdida. Os méritos para com Deus e a sociedade consistiam em salvar

estas almas, oferecendo-lhes abrigos, ou seja, retirando-as do espaço social moral e desorganizado, visando uma suposta harmonia social. Os principais agentes sociais que prestavam esta salvação eram as entidades caritativas ligadas às confissões religiosas, sobretudo a Católica, e tinham como interesse o controle da pobreza e do desvio social.

A matriz filantrópica representada, mormente, pelos especialistas como médicos, juristas, dentre outros, pautavam suas ações para uma criança que se apresentava como perigo à sociedade, considerando a marginalidade como sendo gerada a partir do grande número de crianças abandonadas e socialmente desajustadas. Além disso, imputavam às entidades caritativas a falta de eficiência dos métodos de moralização desta infância, assegurando que a prevenção era a melhor alternativa para os desajustados; com isso, expandiram modelos de instituições e programas sanitaristas, com vistas à responsabilizar a família à profilaxia social do menor.

Como se pôde depreender, o embate entre estas duas matrizes consolidou, no Brasil, a assistência pública voltando-se para o controle social. O Estado adensa este debate quando, a partir do interesse de recolocação produtiva do país, instaura mecanismos diversos voltados para a proteção social da população. A matriz desenvolvimentista permeava as ações e discursos, principalmente a partir de 1930, quando o país passou por uma grande reestruturação social e política.

Ao atendimento profilático e também caritativo já consolidado pela assistência privada, agregou-se o Estado, tomando a criança como objeto científico e do qual a assistência pública deveria se ocupar. Diga-se de passagem, que as práticas de subvenção foram, neste período, estabelecidas, demarcando a entrada do Estado no controle da infância, mas não nas ações efetivas para esta; fato que veio a ocorrer, apenas quando organismos internacionais começaram a ditar critérios e tecer orientações sobre as formas potenciais de se prestar o atendimento à infância.

Considerada *homem do futuro*, a infância passou a ser alvo de programas economicamente viáveis, com vistas a compensar as carências de diversas naturezas a que estavam propensas em meios pobres. A matriz compensatória veiculada pelos organismos internacionais sobressaiu-se e buscava, a todo custo, considerar a produtividade como importante para a plenitude humana. Através da compensação das carências, almejava, dentre outros, evitar o fracasso na escolarização compulsória. Este foi o momento no qual a expansão do atendimento congratulou-se com a intensificação da demanda, sobretudo, por meio de formas alternativas desenvolvidas pelas próprias comunidades, conformando a assistência pública compensatória.

Os movimentos sociais entraram em cena enleados pela matriz democrática participativa, na qual ensejavam e eram “conclamados” à participação nos processos políticos, tinham interesses diversos, dentre os quais se destacavam a constituição de espaços públicos e gratuitos para o atendimento infantil. Mesmo que inicialmente a criança ainda tenha permanecido secundarizada neste embate, posteriormente, a partir da Constituinte, dentre os vários argumentos que engrossaram os debates em prol do atendimento, a mesma passa a ser considerada sujeito de direito, ao passo que a assistência pública comunitária começava a se delinear no Brasil assegurando, em tese, a autonomia de organização própria da sociedade civil. As creches comunitárias que tanto foram incentivadas e subsidiadas pelo poder público são exemplos desta forma de assistência.

Especificamente quanto a este potencial dos movimentos sociais, o quarto capítulo cumpriu com o objetivo de identificar as principais abordagens teóricas construídas sobre esta ação coletiva organizada da sociedade civil, bem como propiciou identificar os principais achados sobre movimentos sociais voltados especificamente para o atendimento à infância, priorizando o registro daqueles voltados à educação infantil.

No capítulo em questão, as diferentes experiências analisadas pelos autores apontavam para um protagonismo potencial dos movimentos sociais. Protagonismo este, correlato às particularidades da trajetória histórico-institucional, dos arranjos estabelecidos e das peculiaridades do campo social do qual faziam parte. Neste sentido, concluiu-se que os movimentos sociais foram fundamentais para a constituição de políticas e também de formas de atendimento à infância. Entretanto, estes não se constituíram únicos responsáveis pela questão da infância; incorreria-se numa generalização por demais apressada que não consideraria o percurso histórico social que demarca a infância no Brasil. De um lado, o referencial constituído historicamente, legitimou diferentes formas de atendimento; por outro lado, diversos agentes sociais se fizeram presentes, consolidando uma rede bastante densa de questões relativas às necessidades da criança, alguns, inclusive, mantendo interações diretas com os movimentos sociais, como a Igreja e o poder público, por exemplo.

Os capítulos posteriores cumpriam com a função de dispor as principais análises tecidas quanto ao recorte empírico juizforano e à constituição do campo do atendimento à infância no município, realizadas à luz do referencial teórico-metodológico bourdieuniano. Tal referencial considerou as principais disposições acerca do campo social e foi de suma importância no decorrer da organização e análise da pesquisa, ao passar que permi-

tiu ampliar os macro processos históricos e políticos a partir do foco nos agentes sociais neles inscritos.

Ao abordar os processos históricos e políticos juizforanos foi possível angariar elementos que propiciariam melhor entendimento das relações estabelecidas, sobretudo procurando identificar os agentes sociais e traçar os primeiros pontos sobre seus interesses mais amplos. A breve reconstituição histórica sobre tais processos levou a apreender a busca pela legitimidade da cidade no cenário regional e até mesmo nacional, considerando o pioneirismo que teve em outra época, as marcas do tradicionalismo empresarial e suas formas de demarcação do poder no espaço social, a vanguarda educacional, dentre outros.

Considerando o período inscrito entre os anos de 1978 e 1988, percebeu-se que esta busca pela legitimidade e pioneirismo condicionou o poder público municipal a estratégias de recolocação social, econômica e política da cidade, imprimindo particular atenção ao atendimento à infância a partir de duas redes: as Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIS, e as Creches Comunitárias. Mas isto não se desvincula de uma análise mais ampla que permite concluir que o Estado foi um dos últimos a atender à infância, se considerado as ações de outros agentes, como a Igreja, por exemplo.

Assim como que ocorria em todo país, a transição entre o militarismo e república foi demarcada pela emergência de vários agentes sociais, dentre os quais puderam se destacar os movimentos sociais com diversas demandas, mas inclusive com demandas específicas para a infância, conforme foram dispostos no capítulo 6.

Ao apreender mesmo que parcialmente estes processos, pode-se, em mesma via, lançar foco sobre o princípio participativo almejado pelo pressuposto do desenvolvimento urbano que estava sendo implantado nas comunidades periféricas a partir dos equipamentos urbanos coletivos – escolas, postos de saúde, áreas de lazer, etc. – e programas específicos voltado para o desenvolvimento de comunidades – CURA (1980), PRODECOM (1979), COM-BIRD (1979). Estas ações na verdade co-responsabilizavam a própria população pela busca da resolução das mazelas que as acometiam, à medida que implantavam programas e serviços que, em contra partida, propunham auto-gerenciamento e regulação das ações sociais comunitárias forjado pelo discurso da solidariedade e do bem-estar coletivo.

O que se verificou, posteriormente, a partir dos primeiros anos da Nova República, foi um presumido incentivo à participação popular a partir da gestão colegiada, cuja co-responsabilidade pareceu ter se ampliado, não só almejando a busca das resoluções

coletivas dos problemas sociais, mas, também, para a abertura de novos espaços de participação nas decisões políticas do município.

Neste íterim, foi possível perceber um elemento fundamental à compreensão do campo do atendimento à infância no município de Juiz de Fora: o poder público se colocava como interlocutor para a promoção de políticas sociais e, deste feito, promovia uma barganha política entre os demais agentes – Igreja, movimentos sociais, empresariado local, demais esferas do governo, iniciativa privada, dentre outros. À luz deste entendimento, a identificação e caracterização dos agentes sociais que se seguiu no capítulo seguinte, tenderam a levar em consideração elementos que caracterizassem esta relação com os demais agentes sociais, incluindo o próprio poder público, bem como os interesses envolvidos.

No conjunto dos agentes sociais identificados perceberam-se matrizes discursivas que cambiavam entre assistência e educação e, sobre as quais revelavam a multidimensionalidade do atendimento à infância, bem como a própria particularidade desta categoria social geracional, revelando a forma como se constituiu a Educação Infantil no município de Juiz de Fora.

Se tradicionalmente, mantendo uma linha voltada para a caridade social, as obras sociais e entidades caritativas se fizeram presentes pioneiramente no atendimento à infância no Brasil, em Juiz de Fora o quadro não poderia ser diferente. Percebeu-se a forte presença destas instituições no atendimento assistencial das camadas mais pobres da população tanto com serviços diretos à infância, quanto à própria família. Mas, para atuarem em nome da caridade, estas se mantinham através de doações do empresariado local, por subvenções do poder público, através de programas e, é claro, por doações diversas da própria comunidade.

Além desta atuação mais visível e abrangente, permitida pela abordagem e técnicas metodológica desta pesquisa, percebeu-se que a Igreja também atuou na formação das mentalidades a partir das Comunidades Eclesiais de Base, emergindo focos de atuação políticas que foram se consolidando na reestruturação político-democrática do país com a emergência dos movimentos sociais nas periferias. Em Juiz de Fora, o movimento Unibairros foi, e ainda é, um grande exemplo desta feita.

Os arranjos sociais e políticos do próprio movimento Unibairros, a fluência para outros espaços das periferias, as relações estabelecidas com outros agentes, o fortalecimento de princípios e metas participativas e democráticas e, sobretudo, a vinculação de

membros a partidos políticos permitiu a reconstituição do Movimento numa espécie de central de outros pequenos movimentos de base comunitária.

Tanto o movimento Unibairros, como os demais movimentos sociais identificados neste estudo, considerando a base popular de cada um deles, tiveram expressivas contribuições para a formalização de políticas para a Educação Infantil em Juiz de Fora. Mesmo através de uma análise flutuante, pode-se afirmar que tais movimentos contribuíram no que se refere a publicizar o tema, articular as demandas e apresentá-las, apoiar ou efetivamente oferecer atendimento por meio de creches e pré-escolas em suas comunidades; além disso, atuaram como mediadores entre comunidades e poder público. Compreende-se assim, que o aprofundamento pode apresentar-se pertinente ao proceder à análise, por exemplo, da participação efetiva na constituição de políticas para a infância, ou seja, nos processos decisórios.

Porém, cabe ressaltar que a análise menos intensa – ou não exclusiva como se pretendia – reitera duas questões importantes a este estudo: a impossibilidade de desconsiderar as interações sociais dos agentes no campo social, sob o risco de generalizações e engessamento das dinâmicas sociais; bem como a apreensão mais ampla própria do campo, atendendo ao objetivo do estudo.

As disposições do campo do atendimento tratadas neste estudo – especificamente no capítulo sete – propiciaram a análise da constituição da Educação Infantil no referido município, considerando-a a partir do embate de forças entre a assistência e a educação. Disso decorreu pois, que o embate categórico presente entre o cuidar e o educar, contribuiu para polarizar creche versus pré-escola, cindindo sua função social – substituir o lar/preparar para 1ª série e, por prioridade política e econômica, definiu o atendimento de demanda – preferencialmente crianças de zero a três anos/ crianças de quatro a seis anos. Apontou ainda o envolvimento diferenciado dos vários órgãos e entidades que atendiam à infância sendo que as creches ficaram sob égide da Associação de Apoio Comunitário ligada diretamente aos órgãos da assistência e promoção social; enquanto as pré-escolas ficaram sob responsabilidade dos setores educacionais do município – quadro que ainda persiste nos dias atuais, estando em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A reconstituição do campo do atendimento à infância em Juiz de Fora, perscrutado a partir dos agentes sociais que o compunha, permitiu não de maneira muito tranqüila, mas produtiva, apreender o tenso jogo de forças entre assistência e educação que demarcou e ainda demarca, a Educação Infantil juizforana. É claro que esta opção resguar-

da limitações como, por exemplo, a não profundidade do estudo de cada agente social identificado. Aprofundar em suas contradições, focalizar a concretização ou não dos objetivos de cada um deles e caracterizar, os processos sócio-políticos requer maior abrangência metodológica.

Há de se considerar, no entanto, que a Educação Infantil no município está começando a ser desvelada através de pesquisas de cunho exploratório. Além disso, como evidenciado nesta pesquisa, o acesso às fontes de pesquisa é algo ainda restrito, dificultando cruzamento e análises mais consistentes de dados. Antes, contudo, estes são os desafios postos à construção do conhecimento: a busca por estratégias de pesquisas, campos relevantes de investigação, fontes alternativas de informações, composição de diferentes fontes e diferentes referenciais teóricos que sirvam de base de análise, etc.

No decurso das análises foi possível perceber que o referencial metodológico constituído pela noção de campo social de Pierre Bourdieu, revelou-se pertinente aos objetivos a que se propunha este estudo e, mais ainda, considerando a peculiaridade histórico-social do objeto de estudo, os interesses e matrizes que o constituem. Tal referencial permitiu vislumbrar o quanto são complexas as formas de atendimento, as relações entre os diversos agentes sociais, os processos que conduziram à constituição das políticas e dos espaços públicos para a infância juizforana.

Isto não exige a necessidade de explorar, por outras fontes e referenciais, o objeto de estudo, especificamente no município em questão. Priorizar um único agente pode ser possível, se considerado o mapeamento preliminar realizado. Cruzar as análises aqui presentes com documentos oficiais e, ou entrevistas com sujeitos que participaram deste processo pode enriquecer, esclarecer e ampliar o entendimento das matrizes assistenciais e educacionais da Educação Infantil. É certo, que qualquer outro estudo que se servir desta pesquisa não pode prescindir a análise da Educação Infantil como um campo social marcado por densas disputas, por interesses que imprimiram à cidade de Juiz de Fora uma particular forma de constituir e de organizar as políticas para a infância.

Duas possibilidades podem se abrir como forma de fomentar o aprofundamento das questões aqui tecidas. A primeira pode continuar se apoiando no referencial teórico-analítico de Pierre Bourdieu quanto ao que se refere à multidimensionalidade do campo social. A opção por esta via, tenderá a incorporar as categorias próprias de sua teoria social com o intuito de apreender o campo de forças estabelecido entre os agentes sociais identificados. Para isso, sem dúvida, interpõe-se novas técnicas de pesquisa com vistas a apreender discursos, recursos, interações, capitais, interesses, trocas, dentre outros.

Não diferentemente, a partir da própria teoria social de Bourdieu, capturar a amálgama das relações estabelecidas entre os agentes sociais, permite analisá-la sob a ótica da teoria de Rede Social, cujo próprio sociólogo francês tece importantes contribuições. A análise pode identificar relações frágeis ou não, diretas ou indiretas, dependentes, complementares; pode permitir classificar a hierarquia no campo social, as relações de alianças e conflitos, sobretudo, a partir da noção de capital social e simbólico, cujo conteúdo pode variar no campo e nos arranjos possíveis dentro dele.

Estas duas possibilidades permitem dentre outras questões, identificar elementos que ajudam a compreender o jogo de interesses que permeia o campo da Educação Infantil no município de Juiz de Fora atualmente. Diferente de outros municípios brasileiros que têm seus sistemas de ensino constituídos e que realizaram a transferência do atendimento institucional em creches para o órgão gestor de educação, em Juiz de Fora, o atendimento às crianças de zero a seis anos permanece cindido entre os órgãos da assistência e educação. O atendimento de crianças menores de três anos, assim quando de sua instituição pelo poder público municipal, continua sob a responsabilidade da Associação Municipal de Apoio Comunitário. Já o atendimento das crianças de quatro e cinco anos está sob a égide da Secretaria de Educação.

Registra-se ainda, como perda dos direitos da infância juizforana, a extinção das Escolas Municipais de Educação Infantil e a instituição do Ensino Fundamental de nove anos na rede municipal, incorrendo em classificar as crianças de seis anos como inscrita nesta última etapa de ensino. Isso significou, em contrapartida, diminuir os espaços específicos para Educação Infantil e diminuir o tempo destas à uma modalidade de ensino recentemente reconhecida e incorporada na lei educacional brasileira.

As reflexões exploratórias apresentadas neste trabalho podem prestar-se a ampliar a perspectiva sóciopolítico acerca da Educação Infantil, a partir dos meandros específicos do campo de forças constituído em Juiz de Fora; sobretudo, que se considere nesta ampliação, a condição cidadã da infância, integrando e analisando a presença da mesma no campo de disputa, a partir da compreensão de sua presença ativa no campo, desempenhando papéis de receptora dos serviços e programas, influência na formulação de ações a partir de suas demandas próprias como desenvolvimento integral e socialização entre os pares.

Sobre esta perspectiva, percebe-se a necessidade de dar voz e vez aos diferentes agentes sociais que no cotidiano de suas relações, constroem os fatos sociais e a si próprios. Neste sentido, a presente pesquisa suscita esta forma de abordagem que pode ser

explorada pelos centros de pesquisa. A Universidade Federal de Viçosa, através de seus programas de pós-graduação, em especial do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, ocupa lugar privilegiado a este intento por ter sistematizado, ao longo dos últimos anos, informações acerca da Educação Infantil em seus diferentes âmbitos.

Nesse sentido, o debate de cunho histórico-sociológico realizado nesta pesquisa congrega as múltiplas possibilidades de equacionar a Educação Infantil, considerando-a não só política pública, mas também produto das relações sociais, dentre as quais diferentes agentes concorrem.

Se considerando a formação do pesquisador em um programa de pós-graduação da área das ciências sociais aplicadas, como é o caso da Economia Doméstica, este tipo de pesquisa pode contribuir para a ampliação das formas de abordagem metodológica, ampliação do referencial teórico, além de relatar as regularidades peculiares a um recorte empírico. Por outro lado, considerando a formação do docente, esta pesquisa pode propiciar o entendimento não naturalizado acerca da constituição das políticas públicas, os processos históricos e percalços políticos pelos quais a Educação Infantil se edificou, bem como os ranços do embate entre assistência e educação.

Por fim, o presente estudo afirma a necessidade de não considerar história da Educação Infantil como um processo linear, ao contrário, está marcado por arritmias que precisam ser compreendidas. O desafio que se apresenta é o de suscitar debates, ampliar o espectro de formação do pesquisador e do docente e promover políticas participativas que assegurem o envolvimento dos múltiplos agentes sociais, ou seja, conceber a Educação Infantil como denso campo de forças a ser permanentemente estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, J. C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [on line]. vol 13, n. 37, jun. 1998, p. 5-31. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=So10269091998000200001&Ing=pt&nrm=iso> Acessado em 02/10/2005.

ALVAREZ, S., DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (org). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ARIÈS, P. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água Eds Ltda, p. 09-31, s/d.

BARBOSA, A. P. T. *O que os olhos não vêem... práticas e políticas em educação infantil no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Política Social) Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

BATTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Zahar, Rio de Janeiro, 1988.

BONNEWITZ, Patrice. Como permanecer sociólogo? – Adotando uma postura crítica. In: _____. *Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Trad. Luy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 27- 50, 2003.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades do campo. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 89-94. 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 51-58, 2000.

BRASIL. Lei n.º 9.394/96. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1996.

BRASIL. Lei n.º 9.394/96. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1996.

CAMACHO, D. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, P. J. (org.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

CAMPENHOUDT, L. V. Conhecer é, em primeiro lugar, conhecer-nos. In: _____. *Introdução à Análise dos Fenômenos Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda, p 25 - 42, 2003.

CAMPOS, M. M. A mulher, a criança e seus direitos. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, p. 117-127, n. 106, mar.1999.

CAMPOS, M. M. Lutas Sociais e Educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, p. 56-64, n.79, nov. 1991.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

CANDIÁ, M. A. A, FERREIRA, Rosângela Veiga Júlio. O processo de criação do grupo Mariano Procópio na imprensa de Juiz de Fora: projetos em disputa (1908-1910). [anais on line] IV *Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CHAMPANGE, P. A ruptura com as pré-noções espontâneas ou eruditas. In: MERLLIÉ D. (et. al.) *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, p. 171-227, 1996.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA. A. C. G. da. *De menor a cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude do Brasil*. Brasília: MAS/CBIA, 1991.

COSTA. A. C. G. da. O estatuto da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar. In: *Visualizando a Política de Atendimento à Infância e ao Adolescente no Rios de Janeiro*. KROART Editores, 1999.

COSTA. F. C. G. *Educação Infantil em Juiz de Fora/MG: o processo de transferência da administração das creches da assistência social para educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Juiz de Fora 2006.

CRESPO, A. M. B. *Descentralização do Ensino: autonomia ou repasse de responsabilidade? Experiência do município de Juiz de Fora nas décadas de 70 e 80*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2002.

CRUZ, Ana Paula G. *A Participação da Sociedade Civil nos Programas Sociais na Área da Infância e Adolescência: um estudo sobre as políticas públicas no interior do Estado de São Paulo*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DELGADO, Tarcísio. *O Novo Caminho Novo: exemplo de administração democrática e eficiente*. Juiz de Fora: Esdeva, 1988

DEMO, P. Demarcação Científica. In: _____. *Metodologia em Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, p. 16-40, 1989.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DREWINSKI, J M de A. Educação Infantil: o direito negado nas políticas educacionais. *Guaracá*, n. 17, p. 11-133, 2001.

FAGUNDES, M.R. *A creche no trabalho... o trabalho na creche: um estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da Unicamp: trajetória e perspectivas*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Univ. Estadual de Campinas, Campinas.

FERREIRA, J. Dispositivos Discursivos e o campo jornalístico. *Revista on line Ciberle-genda*, n. 9, 2002.

GOHN, M. G. (org). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*. v.13, n. 2, p. 20-31, mai/ago, 2004.

GOHN, M. G. História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2003a.

GOHN, M. G. M. *A Força da Periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOHN, M. G. Paradigma teórico na análise da realidade brasileira: o sentido e o significado dos conceitos. In: _____. *O protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, p. 17- 69, 2005.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, p. 56-76, 1992, (coleção Questões da nossa época, v.5).

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, p. 12-67, 1998.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, C. S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 67-80, 1994.

GONÇALVES, N. G. A relação Estado e Educação: uma análise da produção acadêmica brasileira (1971-2000). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, n. 213/214, p. 21-37, mai/dez, 2005.

GOUVÊA. M. C. S. de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: FONSECA, T. N. de L, VEIGA, C. G. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

HEYWOOD, C. História da infância no Ocidente. *Pátio Infantil*. Ano II, n.6, p. 6-9, dez/2004-mar/2005.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: Saber (org). *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez, 1987, p. 11 – 23

JANUZZI, P. de . *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicação para formulação e avaliação de políticas- elaboração de estudos socioeconômicos*. São Paulo: Ática, 1995.

KAUCHAKJE, S. A academia e participação social no Brasil: teses e dissertações sobre movimentos sociais produzidas na UNICAMP e na USP entre 1970 e 1995. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 97-109, dez. 2002.

KOHAN, W. O. A infância da educação: o conceito de devir-criança. Lugares da Criança (referência incompleta)

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 2ª ed. RJ: Achiamé, p. 15-47, 1984.

KUHLMANN JR, M. A educação Infantil no século XX. In: STEPAHANOU, M (et. al.) *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. vol III. RJ: Vozes, p. 182 - 194, 2005.

KUHLMANN JR, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, p. 181-196, 1998.

LEMOS, V. L. M. Educação Infantil: políticas educacionais na rede municipal de Juiz de Fora, no período de 1975 a 1985. Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ensino Superior, 2004.

LIMA, A. M. *Educação Infantil em Juiz de Fora/MG: Escolas Municipais de Educação Infantil EMEIs e suas políticas públicas*. Projeto de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal, 2006.

MARQUES, L. P. *InterAção: relatório de 2001*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Prefeitura de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2002.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAS GERAIS, Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Parecer nº. 1.072 de 2000 sobre o Programa Emergencial de Habilitação em nível médio, modalidade normal, do professor de educação infantil, em exercício. Conselho Estadual de Educação. CEE/MG, 2000.

MINAYO, C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 09-29, 1994.

MIRANDA, G. V; FILGUEIRAS, C. A. C; CÓSER, S. M. L. Movimento de Mulheres. In: POMPERMAYER M. J. *Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG, p. 169-203, 1987.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, C. S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, p. 51-66, 1994.

OLIVEIRA, M. R. O Processo de Abertura Política: a contribuição de Juiz de Fora. In: Juiz de Fora: vivendo a história. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF/Editora da UFJF, p. 85- 92, 1994.

OLIVEIRA, R. G. de, *Infância, Cidadania e Educação: um estudo da integração de creches comunitárias ao sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Política Social) Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

RAUPP, M. D. Creches nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol 25, n. 86, p.197- 217, abr. 2004.

REDIN, E. *O espaço e o tempo da criança: se der a gente brinca*. Porto Alegre: Mediação, 1998. (coleção: Cadernos Educação Infantil)

RIZZINI, Irmã. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

ROCHA, E. A. C. (et al) *Educação Infantil (1983 – 1996)*. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2001 (Série Estado do Conhecimento).

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *História social da infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 141-162.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, F. (Org.). *Temas em destaque: creche*. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, p. 90-102, 1989.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In:

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 25-63, março/2002(a).

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. RJ: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: SADER, E. (org.). *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez, p. 105 – 158, 1987.

SARMENTO, M. J. Essa criança que se desdobra. *Pátio Infantil*. Ano II, n.6, p. 14-17, dez/2004-mar/2005

SARMENTO, M. J, PINTO, M. As crianças: contextos e identidades. Portugal: Sociedade Gráfica, 1997.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos em cena: e as teorias por onde andam?* *Revista Brasileira de Educação*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. n.9, set/out/nov, p. 16-29, 1998.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SHERER-WARREN, I, LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil: introdução. *Revista de Sociologia Política: Política e Sociedade*. n. 5, out, p. 11-33, 2004.

SILVA, L. S. P. Movimentos Sociais na Construção de uma política de Educação Infantil. *Presença Pedagógica*. v.8, n.44, p. 39-43, mar/abr, 2002.

SPOSATI, FLEURY e FALCÃO. *Os Direitos dos Desassistidos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1989.

TEIXEIRA, B. B. *Puxando Pela Memória: uma história dos movimentos comunitários de Juiz de Fora contada por algumas de suas lideranças*. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Assessoria de Articulação Institucional. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 2003.

THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquête operária. 4ª ed. São Paulo: Polis, p. 15-77, 1985.

VEIGA, M. M. *Creches e Políticas Sociais*. SP: AnnaBlume; BH: FUMEC, 2005.

VIEIRA, L. M. F. Educação Infantil em Minas Gerais: o regime de colaboração e o desafio de políticas municipais. In: CARVALHO, Alysso. *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG: PROEX, p. 87 – 126, 2002. (coleção Infância e Adolescência).

VISCARDI, C. M. R. Associativismo Urbano em Juiz de Fora: breves considerações. In: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Juiz de Fora: História e Pesquisa*. Universidade Federal de Juiz de Fora: Instituto de Ciências Humanas e Letras, ICHL: Juiz de fora, 1980.

VISCARDI, C. M. R. *Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora (1983-1988)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1990.

YAZBECK, D. C. de M, SILVA, M. N. K da. *Imprensa e Educação: Concepção e trajetória do primeiro ano de funcionamento dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, através das páginas dos jornais locais*. [anais on line] IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.